

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA EDUCACIONAIS

KARINA REGALIO CAMPAGNOLI

REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: DO *HABITUS* DE LEITURA À PRÁTICA DE ESCRITA

PONTA GROSSA
2024

KARINA REGALIO CAMPAGNOLI

REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO JORNAL DIÁRIO DOS
CAMPOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: DO *HABITUS* DE LEITURA À
PRÁTICA DE ESCRITA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação – Doutorado em Educação, da
Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha
de pesquisa: História e Política Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos

PONTA GROSSA
2024

C186 Campagnoli, Karina Regalio
 Representações de educação das mulheres no jornal *Diário dos Campos*
 na primeira metade do século XX: do *habitus* de leitura à prática de escrita /
 Karina Regalio Campagnoli. Ponta Grossa, 2024.
 316 f.

 Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
 Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos.

 1. Educação das mulheres. 2. Gênero. 3. Escritos para mulheres. 4. Escritos
 de mulheres. 5. Diário dos Campos. I. Campos, Névio de. II. Universidade
 Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.7



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

KARINA REGALIO CAMPAGNOLI

REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: DO HABITUS DE LEITURA À PRÁTICA DE ESCRITA

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ponta Grossa, 29 de abril de 2024

Prof Dr. Névio de Campos - UEPG (Presidente)

Profª Dra. Ana Paula Vosne Martins - UFPR

Profª Dra. Evelyn de Almeida Orlando - UERJ

Profª Dra. Karina Janz Woitowicz - UEPG

Profª Dra Bettina Heerdt - UEPG

Profª Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber - UEPG - Suplente interno

Profª Dra. Natália Cristina de Oliveira - UFMS - Suplente Externa



Documento assinado eletronicamente por **Névio de Campos, Professor(a)**, em 29/04/2024, às 12:35, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bettina Heerdt, Professor(a)**, em 29/04/2024, às 14:31, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1968421** e o código CRC **1F29837C**.

Dedico este trabalho à memória da minha Mãe – Ida Irene Scheifer Regalio – e a todas as mulheres que lutam diariamente para escrever a história de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha saudosa Mãe, por ter existido por um tempo curto, porém, muito intenso em minha vida, deixando-me boas lembranças e muitos conselhos e exemplos. Eu sempre tive o desejo de chegar até o Doutorado. Na verdade, sempre tive vontade de realizar muitas coisas em minha vida e a minha mãe sempre me dizia que eu era capaz de fazer tudo que eu quisesse. E eu sempre acreditei nisso... Obrigada, Mãe, por sua existência tão maravilhosa. A senhora é o meu exemplo de mulher, de mãe, de professora.

Preciso agradecer ao meu pai, por sempre me incentivar nos estudos, por me ensinar a ter disciplina, a compreender a importância da educação em minha vida. Obrigada por sempre me dar livros de presente e por me ensinar a buscar o conhecimento por meio da leitura.

Agradeço às minhas filhas, Carolina e Maria Eduarda, minhas inspirações, minhas esperanças de um futuro menos sofrido e mais justo para as mulheres. Obrigada por todos os dias serem o meu ânimo e me ajudarem a lembrar da minha luta pela educação das mulheres.

Agradeço ao meu amor, Eduardo, companheiro que está ao meu lado em todas as situações e que é muito mais que marido, é o meu melhor amigo. Obrigada por me apoiar em todas as mudanças que eu precisei realizar na minha e na nossa vida.

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor Névio de Campos, por aceitar me orientar desde a Graduação até o Doutorado. Sou grata por sua disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos de forma tão generosa em todos esses anos e também por mostrar-se sempre gentil, atencioso e comprometido com as orientações.

Agradeço à banca, composta pelas professoras Doutoradas Evelyn de Almeida Orlando, Ana Paula Vosne Martins, Karina Janz Woitowicz e Bettina Heerdts pelas indicações e sugestões que auxiliaram na construção desta tese.

Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa por me proporcionar a formação acadêmica desde a Graduação até o Doutorado. Agradeço especialmente aos professores e professoras, amigos e colegas que a UEPG me presenteou em todo esse período de estudos.

Ainda em relação à UEPG, agradeço ao Departamento de Pedagogia e às colegas de trabalho que também me incentivaram nesse processo.

Agradeço também às colegas da Escola Municipal Professora Maria Vitória Braga Ramos, especialmente nas pessoas da diretora Célia e da pedagoga Viviane que, no momento em que assumi o concurso como professora da rede municipal, me ajudaram imensamente a conciliar as aulas do Doutorado com o meu trabalho. Agradeço também à Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa por permitir e autorizar as trocas que precisei realizar para cumprir os créditos do Doutorado. Agradeço também à diretora atual, minha amiga Vanessa, por me auxiliar e me apoiar em todas as vezes que eu precisei.

Preciso também registrar um agradecimento especial à toda equipe do Museu Campos Gerais, por toda a disponibilidade em me receber para realizar a minha pesquisa.

Por fim, eu gostaria de agradecer a todos e todas que colaboraram de alguma forma para a concretização desta tese.

“... Mulher, quando ouvires alguém que afirma ser inferior teu sexo, mais fraca tua inteligência, sem importância tua vida, menor tua contribuição à sociedade, limita-se a sorrir: é a ignorância que fala”.

Texto sem autoria, publicado no jornal *Diário dos Campos* em 12 de março de 1938.

RESUMO

CAMPAGNOLI, K. R. **Representações de educação das mulheres no jornal *Diário dos Campos* na primeira metade do século XX: do *habitus* de leitura à prática de escrita.** 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

A temática que norteia esta investigação vincula-se à educação das mulheres. O problema de pesquisa é o seguinte: Quais representações de educação das mulheres circularam no jornal *Diário dos Campos* no processo de configuração de seu *habitus* de leitura e de sua prática de escrever, no período circunscrito entre 1909 e 1950? Sustenta-se como tese que as representações de educação das mulheres integraram a configuração do *habitus* de leitura e da prática de escrever incorporados por mulheres que estavam associadas direta ou indiretamente ao jornal *Diário dos Campos* na primeira metade do século XX, exprimindo tanto uma adesão à dominação simbólica masculina quanto uma subversão à ordem simbólica tradicional. Por meio de inventário do que as mulheres liam e escreviam no jornal *Diário dos Campos*, periódico centenário da cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, busca-se explicitar as estratégias de educação das mulheres. Assim, esta tese tem como objetivo geral analisar as representações de educação das mulheres, especificamente no que respeita ao *habitus* de leitura e à prática de escrever no jornal *Diário dos Campos*. Em termos específicos, pretende-se: Apresentar a constituição do jornal *Diário dos Campos* no contexto de mudanças do início do século XX, notadamente de urbanização, de defesa da escolarização das mulheres e de expansão do jornalismo; problematizar os textos escritos para as mulheres ou sobre elas que condicionaram a constituição do *habitus* de leitura; discutir as práticas de escrever das mulheres e os seus posicionamentos no jornal *Diário dos Campos*. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa histórica e qualitativa, de caráter documental, cuja abordagem apoia-se nas análises sobre gênero, oriundas, principalmente, das contribuições de Perrot (1998), Scott (1995) e Beauvoir (1980a, 1980b). Assenta-se, também, em Pierre Bourdieu (2002, 2004a, 2004b, 2008c), principalmente nos conceitos de campo, capital e *habitus*, assim como no conceito de representação de Roger Chartier (1991, 2011). O recorte temporal justifica-se pelo acervo da própria fonte de pesquisa que se inicia em 1909 e finaliza em 1950, em razão das mudanças nos conteúdos e abordagens em relação às reportagens, artigos e menções às mulheres. Constata-se que o jornal *Diário dos Campos* pode ser considerado como um lugar de reprodução e de alteração do que se pode ser lido e escrito pelas mulheres, assim como o volume e o acúmulo de capital, expressos nas suas quatro formas - social, simbólico, econômico e cultural -, constituem-se em estratégias fundamentais nas lutas pelo reconhecimento no espaço público, especialmente no campo da leitura e da escrita. Ou seja, alguns textos reforçavam certas representações tidas como adequadas para as mulheres, enquanto outras sugeriam a possibilidade do estabelecimento de novos *habitus* para elas. Além disso, a partir de algumas experiências sociais como a filantropia e a participação em agremiações eminentemente femininas, as mulheres, legitimadas pelo acúmulo de diferentes volumes e modalidades de capital, conseguem, aos poucos, adentrar no universo da escrita, passando do *habitus* de leitura para uma prática de escrever, indo além da escrita de gêneros textuais considerados apropriados para elas e construindo uma escrita com mais autonomia, a partir de posicionamentos sobre os novos papéis sociais que elas vão assumindo.

Palavras-chave: Educação das mulheres. Gênero. Escritos para mulheres. Escritos de mulheres. Diário dos Campos.

ABSTRACT

CAMPAGNOLI, K. R. **Representations of women's education in the newspaper *Diário dos Campos* in the first half of the 20th century: from the reading *habitus* to writing practice.** 2024. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Ponta Grossa, 2024.

The theme that guides this investigation is linked to women's education. The research problem is the following: What representations of women's education circulated in the newspaper *Diário dos Campos* in the process of configuring their reading *habitus* and their writing practice, in the period between 1909 and 1950? The thesis is that the representations of women's education integrated the configuration of the reading *habitus* and the practice of writing incorporated by women who were directly or indirectly associated with the newspaper *Diário dos Campos* in the first half of the 20th century, expressing both an adherence to masculine symbolic as well as a subversion to the traditional symbolic order. By means of an inventory of what women read and wrote in the newspaper *Diário dos Campos*, a century-old periodical from the city of Ponta Grossa, State of Paraná, we seek to explain women's educational strategies. Thus, this thesis has the general objective of analyzing representations of women's education, specifically with regard to the reading *habitus* and the practice of writing in the newspaper *Diário dos Campos*. In specific terms, the aim is to: Present the constitution of the newspaper *Diário dos Campos* in the context of changes at the beginning of the 20th century, notably urbanization, the defense of women's schooling and the expansion of journalism; problematize the texts written for or about women that conditioned the constitution of the reading *habitus*; discuss women's writing practices and their positions in the newspaper *Diário dos Campos*. From a methodological point of view, this is a historical and qualitative research, of a documentary nature, whose approach is based on analyzes of gender, arising mainly from the contributions of Perrot (1998), Scott (1995) and Beauvoir (1980a, 1980b). It is also based on Pierre Bourdieu (2002, 2004a, 2004b, 2008c), mainly on the concepts of field, capital and *habitus*, as well as on Roger Chartier's concept of representation (1991, 2011). The time frame is justified by the collection of the research source itself, which begins in 1909 and ends in 1950, due to changes in content and approaches in relation to reports, articles and mentions of women. It appears that the newspaper *Diário dos Campos* can be considered as a place of reproduction and alteration of what can be read and written by women, as well as the volume and accumulation of capital, expressed in its four forms – social, symbolic, economic and cultural – constitute fundamental strategies in the struggles for recognition in public space, especially in the field of reading and writing. In other words, some texts reinforced certain representations considered appropriate for women, while others suggested the possibility of establishing new *habitus* for them. Furthermore, based on some social experiences such as philanthropy and participation in predominantly female associations, women, legitimized by the accumulation of different volumes and types of capital, are able, little by little, to enter the universe of writing, moving from the reading *habitus* to a practice of writing, going beyond writing textual genres considered appropriate for them and building writing with more autonomy, based on positions on the new social roles they are assuming.

Keywords: Women's education. Gender. Writings for women. Women's writings. *Diário dos Campos*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bandeira da cidade de Ponta Grossa – Paraná.....	33
Figura 2: Capa do jornal <i>Diário dos Campos</i>	43
Figura 3: Filha de Getúlio Vargas em viagem.....	47
Figura 4: “Página Social” do <i>Diário dos Campos</i>	48
Figura 5: Aniversário de Anita Philipovsky.....	49
Figura 6: Aniversário de Clara Thielen Bach.....	49
Figura 7: Propaganda do filme “Cleópatra”.....	51
Figura 8: José Hoffmann na capa comemorativa do jornal <i>Diário dos Campos</i>	54
Figura 9: Produto para bebês.....	58
Figura 10: Professora Margarida Rinata – Aulas de canto.....	59
Figura 11: Propaganda do macarrão “Letizia”.....	89
Figura 12: Imagem da professora Judith Macedo Silveira.....	97
Figura 13: Violinista Bianca Bianchi.....	127
Figura 14: Ciclista Miss. May – Artista do Circo Nelson.....	130
Figura 15: Propaganda do Filme “Tentação”.....	132
Figura 16: Mulheres trabalhando em fábricas inglesas.....	153
Figura 17: Manchete com enquete sobre o voto feminino – Senhora Berlintes Antunes.....	257

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teses, dissertações e artigos divididos por área do conhecimento	17
Quadro 2: Produções acadêmicas organizadas em categorias: gênero, autor/ano e título	289
Quadro 3: Reportagens, notícias e matérias jornalísticas do Capítulo 1: “A mulher, o padre e o novo corpo de julgadores do júri”: as relações entre Ponta Grossa, o jornal <i>Diário dos Campos</i> e as mulheres	294
Quadro 4: Reportagens, notícias e matérias jornalísticas do Capítulo 2: “Mulheres do Brasil, sentido!”: escritos para e sobre elas.....	297
Quadro 5: Reportagens, notícias e matérias jornalísticas do Capítulo 3: “O esforço das mulheres na luta contra o invasor”: mulheres que escrevem	308
Quadro 6: Participantes da enquete sobre o voto feminino	259

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – “A MULHER, O PADRE E O NOVO CORPO DE JULGADORES DO JURI”: AS RELAÇÕES ENTRE PONTA GROSSA, O JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS E AS MULHERES.....	30
1.1 “A CIDADE COMEÇA A ENCHER-SE DE FORASTEIROS”: UM DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA DE PONTA GROSSA.....	31
1.2 “A FUNDAÇÃO DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> ”: A IMPRENSA ESCRITA EM PONTA GROSSA.....	43
1.3 “SATISFAÇÃO EM SER MULHER”: CONCEITO DE GÊNERO.....	60
CAPÍTULO 2 - “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS PARA E SOBRE ELAS.....	70
2.1 “O QUE TODA SENHORINHA DEVE SABER”	71
2.1.1 “Página Feminina: a mais gentil leitora desta seção”	72
2.1.2 “Mandamentos da mulher casada”: As mulheres e o casamento.....	78
2.1.3 “A mulher nasceu para ensinar, e o ensino é nela a segunda função da maternidade”: As professoras no jornal <i>Diário dos Campos</i>	93
2.1.4 “O amor e os grandes pensadores”: As mulheres e sua associação com os sentimentos..	103
2.2 “PARA VOCÊ, GAROTA BONITA!”	115
2.2.1 “Prêmio a uma professora”: Demonstrações de amizade e respeito pelas professoras e intelectuais de Ponta Grossa.....	116
2.2.2 “Metamorfose”: Mulheres artistas – uma categoria à parte.....	123
2.2.3 “As mulheres, essas heroínas desconhecidas”: As mulheres, as guerras e o ambiente militar.....	136
CAPÍTULO 3 – “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM.....	158
3.1 “MULHERES DO NOSSO TEMPO”: CONSTITUIÇÃO DO MUNDO DA LEITURA E DA ESCRITA COMO ESPAÇOS FEMININOS.....	161
3.1.1 “A mulher desperta”: A filantropia como espaço de protagonismo feminino.....	167
3.1.2 “Mal de amor”: Poemas, a vinculação com os sentimentos e as experiências abordando outras temáticas	175
3.1.3 “As Evas e os Adões”: As mulheres se aventurando em diferentes gêneros textuais.....	187

3.2 “ENTRE NÓS, CONSAGRADA INTELLECTUAL PATRÍCIA”: CONFORMAÇÃO DA MULHER COMO INTELLECTUAL.....	206
3.3 “O MUNDO FEMININO”: CAPITAIS COMO LEGITIMADORES DA ESCRITA FEMININA.....	222
3.3.1 “Evolução do feminismo”: Escritoras deixando suas marcas no jornal <i>Diário dos Campos</i>	223
3.3.2 “A democracia é a causa suprema das mulheres”: Enquete acerca do direito ao voto feminino.....	236
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	266
REFERÊNCIAS.....	272
APÊNDICE A - QUADRO 2 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS ORGANIZADAS EM CATEGORIAS: GÊNERO, AUTOR/ANO E TÍTULO.....	288
APÊNDICE B - QUADRO 3 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO CAPÍTULO 1: “A MULHER, O PADRE E O NOVO CORPO DE JULGADORES DO JÚRI”: AS RELAÇÕES ENTRE PONTA GROSSA, O JORNAL <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> E AS MULHERES.....	293
APÊNDICE C - QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS PARA E SOBRE ELAS.....	296
APÊNDICE D - QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM.....	307
APÊNDICE E – FONTES.....	315

INTRODUÇÃO

A temática que norteia a elaboração desta tese refere-se à educação das mulheres, especificamente no que respeita ao *habitus* leitor e à prática de escrever no jornal *Diário dos Campos*¹ na primeira metade do século XX, especificamente no período de 1909 a 1950. Nesta tese, a educação das mulheres é compreendida de forma ampla, como prática social, indo além dos modelos educacionais institucionalizados e formais, englobando as diferentes modalidades de formação educacional que envolvem os aspectos culturais, as relações familiares, as configurações cotidianas, entre outras possibilidades.

Assim, esta tese abrange as questões relacionadas ao acesso das mulheres aos diversos espaços públicos, tradicionalmente dominados por homens, e às credenciais necessárias para legitimar essa entrada, especialmente no sentido da formação educacional. A partir disso, esta tese pretende abordar os aspectos relacionados tanto às mulheres leitoras quanto àquelas que conseguiram desenvolver as habilidades de escrita, a partir dos espaços ocupados por elas nesse órgão da imprensa de Ponta Grossa.

Assim sendo, o problema de pesquisa é o seguinte: Quais representações de educação das mulheres circularam no jornal *Diário dos Campos* no processo de configuração de seu *habitus* de leitura e de sua prática de escrever, no período circunscrito entre 1909 e 1950? Sustenta-se como tese que as representações de educação das mulheres integraram a configuração de um *habitus* de leitura e de uma prática de escrever incorporados por mulheres que estavam associadas direta ou indiretamente ao jornal *Diário dos Campos* na primeira metade do século XX, exprimindo tanto uma adesão à dominação simbólica masculina quanto uma subversão à ordem simbólica tradicional.

Para retratar essa problemática, delineamos o seguinte objetivo geral: Analisar as representações de educação das mulheres, especificamente no que respeita a um *habitus* de leitura e à prática de escrever no jornal *Diário dos Campos* na primeira metade do século XX. Já os objetivos específicos constituem-se em: Apresentar a constituição do jornal *Diário dos*

¹ Importante esclarecer que o jornal *Diário dos Campos*, também conhecido pela sigla DC, é um periódico centenário do município de Ponta Grossa, Paraná, Brasil, que mantém suas atividades até os dias atuais. Ele foi criado por Jacob Holzmann em 1907 com o nome de *O Progresso*, passando, posteriormente, a chamar-se *Diário dos Campos*. Além disso, é interessante esclarecer que o periódico ocupou diferentes endereços ao longo de sua história e teve diversos proprietários, concentrando-se nos domínios de alguns por períodos efêmeros e por outros por vários anos. Mais adiante, mais dados serão trazidos sobre isso.

Campos no contexto de mudanças do início do século XX, notadamente de urbanização, de defesa da escolarização das mulheres e de expansão do jornalismo; problematizar os textos escritos para as mulheres ou sobre elas que condicionaram a constituição do *habitus* de leitura; discutir as práticas de escrever das mulheres e os seus posicionamentos no jornal *Diário dos Campos*.

O interesse por essa temática e esse objeto de pesquisa justifica-se por quatro razões principais, a saber: relevância pessoal, institucional, social e acadêmica. A primeira delas diz respeito ao meu interesse pessoal por essa área do conhecimento, caracterizando-se como a razão principal dentre as quatro justificativas elencadas e que, por isso, requer maiores explicações. Sempre tive contato com mulheres da minha família que faziam questão de ressaltar a importância de suas lutas pelo direito de estudar, de discutir os assuntos que as interessavam, de ter uma profissão fora do ambiente doméstico e de usufruir das múltiplas possibilidades que uma formação educacional poderia proporcionar.

Algumas lembranças pessoais corroboram as justificativas apresentadas até aqui. Quando eu ainda era bem pequena, antes de ir à escola, meu pai, que sempre foi um leitor assíduo, deu-me de presente uma coleção de livros infantis que, na época, era bastante conhecida. Lembro-me de ficar muito feliz com o presente, no entanto, como eu ainda não sabia ler, fiquei um pouco frustrada, porque eu queria ler os meus livros, sozinha. Como a minha mãe era professora, eu sempre a via com muitos livros e cadernos e, agora, eu poderia também manusear os meus próprios livros. Pedia para os meus irmãos mais velhos lerem esses livros para mim, mas eles, enquanto adolescentes, fugiam do pedido da irmã mais nova. Nesse momento, senti muita vontade de ir para a escola para aprender a ler e, assim, não precisar pedir esse favor para ninguém. Eu queria ter a liberdade de fazer minhas próprias leituras.

Enfim, chegou o momento de ir à escola e, depois de dominar as primeiras letras, consegui desvendar o que as histórias dos meus livros traziam. Esses foram momentos muito especiais da minha infância. Guardo essa coletânea comigo até hoje. Esses volumes passaram pelas mãos dos meus sobrinhos e das minhas filhas. Com isso, eles sofreram alguns desgastes, mas estão aqui comigo para sempre me lembrar da importância de saber ler e interpretar o universo escrito de forma autônoma.

Já, quando eu tinha uns oito anos de idade, ocorreu outro fato muito marcante e que se relaciona com a justificativa pessoal do tema da minha tese. Em um dado momento, alguém me fez aquela famosa pergunta: “O que você quer ser quando crescer?”. Respondi que gostaria de ser escritora e que o meu sonho seria ser autora e ter o meu nome estampado na capa de um livro. É claro que eu respondi de forma mais simples do que a que estou escrevendo aqui. Nesse

momento, minha mãe suspirou e disse que, no Brasil, as pessoas liam pouco e que, talvez, eu tivesse dificuldades em publicar os meus futuros livros. Lembro-me de ter ficado triste com isso. Assim, passados muitos anos, estudando as relações das mulheres com a educação, percebi que o percurso delas no campo da escrita sempre foi muito árduo, não só no Brasil, mas em outras regiões do mundo também. No entanto, isso não se deve apenas ao fato de as pessoas não portarem o hábito de ler muitos livros no Brasil, uma vez que as questões de gênero vão além dos aspectos culturais e econômicos, por exemplo, conforme explicam Daflon e Sorj (2021).

Todas essas vivências condicionaram a escolha pela temática “educação das mulheres”, pois fui criada em uma família em que a educação sempre foi prioridade para todos e todas, homens e mulheres. Minha mãe e meu pai fizeram grandes sacrifícios para que eu e meus irmãos estudássemos e participássemos de todas as oportunidades educacionais que surgiam. Mas essa valorização da educação se iniciou antes da geração dos meus pais. Meus avós sempre fizeram questão que os filhos e netos estudassem também. Pelo ramo genealógico de minha mãe, dos dez filhos, apenas três conseguiram chegar ao Ensino Superior: minha mãe e duas tias, todas professoras. Isso fez toda a diferença em minha vida, pois lembro-me de ver a minha vó materna, que morava em uma distante área rural, incentivar a ida dos filhos e netos para cidades maiores em busca de mais oportunidades de formação educacional.

Conforme já mencionado, como minha mãe era professora, em muitas ocasiões eu a acompanhava nas escolas em que ela trabalhava; então, o universo educacional formal fez parte da minha vida desde muito cedo e a minha mãe compartilhava comigo as histórias de seus alunos e alunas, suas lutas e esforços para estudarem. Minha avó paterna, apesar de ter frequentado o ensino formal por poucos anos, também era uma leitora habitual. Lembro-me das trocas de livros entre ela e meu pai, e das conversas sobre as leituras que ambos faziam, assim como, o compartilhamento das impressões e interpretações que cada um tinha. Isso tudo marcou profundamente minha formação pessoal e certamente também aclimatou minha preferência pela temática da educação das mulheres, e do universo da leitura e da escrita.

A explicação sobre as justificativas pessoais acabou tornando-se longa, devido à relevância que todos os acontecimentos narrados nos parágrafos precedentes tiveram na conformação pelo interesse na temática “educação das mulheres”. Isso também pode ser compreendido pela ideia de “*illusio*”, problematizada por Bourdieu (2008a) como o senso do jogo, no sentido de compreender a dinâmica das relações sociais enquanto espaço de atuação, reconhecendo o que os agentes valorizam e em quais ações devem investir suas energias.

As justificativas pessoais alicerçam as outras três razões que sustentam esta tese, como os interesses institucionais, uma vez que esta pesquisa relaciona-se com o campo da História da Educação, apresentando a possibilidade de colaborar na construção da historiografia das mulheres, especialmente no que concerne à região dos Campos Gerais, especificamente Ponta Grossa - Paraná. Nesse sentido, esta tese compõe o coletivo de pesquisas do Grupo de Estudo “História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Articuladas às justificativas apresentadas até aqui, especialmente à registrada no parágrafo anterior, encontram-se as razões sociais e acadêmicas, uma vez que o meu interesse pelo tema “educação das mulheres” já serviu de inspiração para o desenvolvimento de um projeto de Iniciação Científica, realizado durante a graduação em Licenciatura em Pedagogia, assim como, para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além do mais, durante o Mestrado em Educação, me dediquei a pesquisar essa temática, explorando as representações femininas, retratadas pelo jornal *Diário dos Campos*, entre os anos de 1920 e 1937.

Nesse sentido, no Doutorado em Educação, a intenção de continuar pesquisando a educação das mulheres no mesmo periódico intensificou-se, com a ampliação do recorte temporal inicial e final, a partir dos perfis da mulher leitora e da mulher que escreve. A análise das representações de educação das mulheres pode auxiliar na compreensão acerca dos modelos de educação das/para as mulheres, pois, sabe-se que, durante muito tempo, as mulheres receberam formas de educação distintas daquelas oferecidas aos homens. Essas diferenciações também foram favorecidas por questões socioeconômicas e culturais (Louro, 2015), as quais serão problematizadas ao longo desta tese. Além disso, nas últimas décadas, muitas pesquisas têm sido realizadas a partir das questões que envolvem o conceito de gênero e as suas especificidades. Assim, a temática “educação das mulheres” aponta um cunho social relevante que tem o potencial de ser problematizado após séculos de silenciamentos e invisibilidades.

A revisão de literatura indica essas tendências dos estudos, como mostram as buscas realizadas a partir dos descritores “educação das mulheres”, “educação feminina”, “gênero”, “escrita feminina” e “historiografia das mulheres”, e seus equivalentes em inglês e espanhol, nos seguintes portais: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), *Redalyc*, *SciELO*, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e *Google Acadêmico*.

O processo de seleção das produções científicas encontradas passou por algumas etapas. Inicialmente foram separados todos os trabalhos acadêmicos que, a partir dos termos e palavras-

chave elencados, se relacionassem com o objeto aqui abordado. Após essa primeira análise geral, passou-se para a leitura dos títulos e resumos. Nesse estágio, foram excluídos os trabalhos duplicados, os que abarcavam um recorte temporal muito diferente do nosso e aquelas produções que não dialogavam com as perspectivas de nossa pesquisa. No quadro 1, que se encontra na sequência, é possível observar os tipos e a quantidade de produções selecionadas, as áreas do conhecimento a que pertencem e o ano de publicação. Desse modo, obteve-se um total de 66 produções acadêmicas, sendo assim divididas: 14 teses, 15 dissertações e 37 artigos de diferentes áreas do conhecimento, como: Educação, História, Letras, Literatura e Sociologia:

Quadro 1 – Teses, dissertações e artigos divididos por área do conhecimento:

(continua)

TIPO	QT.	ÁREA DO CONHECIMENTO/QT.	ÁREAS/ANO/QT.
TESES	14	Educação – 8 História – 2 Literatura – 2 Letras – 1 Ciência Política – 1	Educação: 2011 - 1 2014 – 1 2019 – 1 2020 – 4 2021 – 1 História: 2008 – 1 2019 – 1 Literatura: 2015 – 2 Ciência Política: 2017 – 1 Letras: 2019 – 1
DISSERTAÇÕES	15	Educação – 7 História – 5 Letras – 2 História das Ciências da Saúde – 1	Educação: 2016 – 1 2017 – 1 2018 – 3 2019 – 1 2020 – 1 História: 2010 – 2 2011 – 1 2018 – 1 2020 – 1 Letras: 2018 – 1 2019 – 1 História das Ciências da Saúde: 2013 – 1

Quadro 1 – Teses, dissertações e artigos divididos por área do conhecimento:

(conclusão)

ARTIGOS	37	Educação – 13 História – 5 Letras – 3 Literatura – 4 Sociologia – 12	Educação: 2007 – 1 2013 – 1 2014 – 2 2016 – 1 2017 – 1 2019 – 1 2020 – 4 2021 – 2 História: 2017 – 1 2018 – 3 2021 – 1 Letras: 2020: 3 Literatura: 2018 – 1 2020 – 2 2021 – 1 Sociologia: 2001 – 1 2013 – 1 2017 – 2 2018 – 2 2019 – 3 2020 – 1 2021 – 2
---------	----	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do levantamento apresentado no Quadro 1, elaboramos o Quadro 2, que se encontra no Apêndice A, no qual se constata a organização das produções acadêmicas divididas em três categorias de análise, a saber: gênero, educação das mulheres e escrita feminina, em que podem ser verificadas as referências completas de cada produção analisada. A categoria “Gênero” contou com 22 produções, “Educação das mulheres” com 23 e a categoria “Escrita feminina” abarcou 21 produções acadêmicas.

Sobre a categoria “Gênero”, 22 produções acadêmicas foram selecionadas, sendo 5 teses, 4 dissertações e 13 artigos. Nesta categoria, procuramos agrupar as pesquisas que articulavam a educação das mulheres ao conceito de gênero, novamente ressaltando que, aqui, o termo educação é compreendido de modo vasto, não se restringindo, por exemplo, à escolarização formal, mas, abarcando a educação feminina enquanto formação do ser humano, como membro de uma sociedade em determinado contexto. Entre as teses, destacamos algumas como a de Alexandra Padilha Bueno (2019a), com o título *Intelectuais brasileiras e seus*

projetos formativos para a emancipação da mulher: a pedagogia feminista em disputa (1910-1940); a de Cristian Cipriani (2020), *Álvaro Vieira Pinto e Heleieth Saffioti intérpretes do Brasil: pressupostos para o desenvolvimento e o feminismo em suas obras*; Rosa Cristina Hood Gautério (2015), com a tese *Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade(s): entrelaços de um legado feminista*, entre outras.

Entre as dissertações categorizadas como pertencentes à “Gênero” estão a de Laura Sánchez Pereira (2017), com o título *Nísia Floresta: memória e história da mulher intelectual oitocentista*; a produção de Danielle Silva Moreira dos Santos (2018), com o título *Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1962) escrito por mulheres em Goiás*, entre outras produções que podem ser conferidas no já mencionado Quadro 2.

Já entre os artigos científicos classificados na categoria “Gênero” estão o de Jane Soares de Almeida (2000), com o título *As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania*; o de Márcia Maria da Silva Barreiros (2017), cujo título é *Mulheres baianas na imprensa: práticas de periodismo, redes de sociabilidades e expressões de lutas na Primeira República*; Guacira Lopes Louro (2007), com o artigo *Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas*, entre outros.

As produções acadêmicas agrupadas na categoria “Gênero” versam sobre as conquistas que as mulheres vão adquirindo ao longo do tempo, aproveitando as possibilidades de formação educacional em uma perspectiva ampliada, indo desde a Escola Normal até o mundo do trabalho, passando pelas experiências docentes e de contato com a imprensa, interagindo no espaço público, por meio das brechas que elas vão produzindo. Todas essas pesquisas dialogam, de forma direta ou indireta, com a temática e com o objeto desta tese, contribuindo para a compreensão dos achados de pesquisa, conforme demonstraremos na sequência, ao abordarmos as diferentes estratégias que as mulheres fizeram uso para se inserir no universo letrado, especificamente o jornal *Diário dos Campos*.

O problema de pesquisa desta tese vincula-se com o campo da História da Educação. Nesse sentido, em relação às pesquisas categorizadas como “Educação das mulheres”, foram identificadas as produções acadêmicas que envolviam o protagonismo de nomes femininos engajados na defesa dos direitos das mulheres em prol de uma formação educacional e também instituições educacionais criadas especificamente para atender o público feminino. Assim, foram selecionadas 23 produções acadêmicas, sendo 3 teses, 8 dissertações e 12 artigos científicos. Entre as teses, destacam-se a de Rosângela Molento Ferreira (2020), com o título *“O que dizem de nós”*: o movimento feminino e educacional de Analia Franco publicado na

imprensa de 1875-1919; e a tese de Gilson Lopes da Silva (2020), com o título *Proteção social e educação feminina na Casa de Caridade do Assú/RN (1862-1913)*.

Entre as dissertações categorizadas como “Educação das mulheres” encontram-se a de Fabiana Aparecida de Andrade (2016), com o título “*Colégio das freiras*”: *educação feminina no Curso Normal no sul de Goiás (1939/1968)*; a produção de Denise Waskow Corrêa (2019), com o título *Mulheres e letras: práticas de cultura escrita na Revista Atenéia (Academia Feminina do Rio Grande do Sul, 1949-1972)*; Loraine Lopes de Oliveira (2018), com o título *Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República*, entre outras produções.

Em relação aos artigos científicos, ainda na categoria “Educação das mulheres” encontram-se as contribuições de Antônia Rosa Almeida *et al* (2020), com o título *Os caminhos da educação feminina*; Maria Izabel Campos e Magda Sarat (2021) que escreveram “*É uma menina!*”: *marcas da educação feminina e relações de gênero na família*; Elisângela Barbosa Cardoso (2010), cujo título do artigo é *Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX*, entre outras contribuições.

Nesta segunda categoria de análise – Educação das mulheres – encontram-se as produções acadêmicas que abordam a educação feminina de modo específico, geralmente desenvolvidas em instituições educacionais, muitas delas construídas e pensadas para atender, exclusivamente, as mulheres. Entre as pesquisas aqui catalogadas, destacam-se as que abarcam os preceitos republicanos relacionados à educação feminina, os institutos católicos e as estratégias que as mulheres fizeram uso para desenvolver autonomia e independência, por meio da educação. Todas as pesquisas citadas nos parágrafos anteriores e que dizem respeito à categoria “Educação das mulheres” articulam-se, em algum teor ou grau, com a nossa, especialmente ao elencarmos o investimento em educação, formal e informal, como uma ponte para que as mulheres pudessem desenvolver práticas de escrever, assumindo espaços e posições enquanto mulheres que escrevem, conforme enfoca a terceira categoria de análise que será explicada a seguir.

A luta das mulheres por espaços sociais perpassa a perspectiva de práticas de escrever femininas e sobre este campo específico há um conjunto de pesquisas que auxiliam na compreensão das abordagens sobre as ações das mulheres na disputa pelos espaços literários, tentando assumir o papel de autonomia enquanto mulheres que escrevem e ocupar ou, pelo menos, participar da produção intelectual dos meios de comunicação escritos. Para aprofundar esse painel de análise, a partir da categoria “Escrita feminina” elencamos 22 produções acadêmicas, sendo 6 teses, 3 dissertações e 13 artigos científicos.

Entre as principais teses incluídas nessa categoria, enfatizamos a de Priscila Trarbach Costa (2021), cujo título é *Engajamento político-educativo na imprensa feminina brasileira do século XIX: o periódico A Mulher (1881-1883)* e de Dyeinne Cristina Tomé (2020), cujo título da tese é *Mariana Coelho e a educação das mulheres: uma escritora feminista no campo intelectual (1983-1940)*, entre outras produções que se encontram compiladas no Quadro 2.

Entre as dissertações classificadas como pertencentes à categoria “Escrita feminina” encontram-se a de Karina Valim de Araújo (2018), com o título *Helena Kolody e os caminhos de produção de uma intelectual entre a poesia e a educação (1928-1992)*; a dissertação de Polliana dos Santos Ferreira Silva (2018), cujo título é *Escritoras feirenses: o caso Alcina Dantas (1895-1974)*; e a dissertação de Beatrice Uber (2017), com o título *A inserção da mulher europeia na conquista do “Novo Mundo”: perspectivas literárias*.

Na categoria “Escrita feminina” ainda encontram-se os artigos científicos listados a seguir, a partir das contribuições de Constância Lima Duarte (2011), com a produção intitulada *Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil*; Cristina Loff Knapp (2020), com o artigo intitulado *Revista “A Mensageira”: ascensão da mulher no universo letrado*; Márcia do Rosário Alves Pereira (2020), com *Primórdios da crônica de autoria feminina no Brasil e a luta pela igualdade de gênero*, entre outras publicações. O quadro com a organização e as referências completas das principais obras utilizadas na revisão de literatura encontra-se no Apêndice A.

Nesta última categoria – Escrita feminina – destacamos as produções acadêmicas que enfatizam o papel das mulheres enquanto escritoras, poetisas, contistas, romancistas, críticas literárias, entre outras atribuições que envolvam um perfil relacionado à escrita. Nesta categoria, reunimos pesquisas sobre a trajetória de algumas mulheres que se arriscaram no universo letrado, assim como, abordagens sobre periódicos e demais publicações em que as mulheres conseguiram adentrar por meio das letras. Alguns desses trabalhos corroboram nossos achados de pesquisa e outros nos ajudam a refletir sobre o percurso das mulheres na conquista dos espaços de expressão escrita, trazendo similitudes e apresentando discrepâncias que serão aprofundadas ao longo dos três capítulos que compõem esta tese.

Essas reflexões dialogam com a perspectiva teórica desenvolvida por Roger Chartier (1991, 2011), a partir do conceito de representação, explicado pelo autor como sendo produto de contradições, transitando entre uma ausência ou uma presença, possuindo inúmeros sentidos e interpretações, variando entre relações materiais e simbólicas. Além disso, Chartier (1991, 2011) explica que a compreensão do conceito de representação perpassa pela consideração aos aspectos históricos e sociais, interferindo, portanto, de modo significativo nas relações sociais.

Sobre isso, o autor enfatiza que “[...] o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular [...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social” (Chartier, 2011, p. 20). Aqui ressaltamos as dinâmicas que envolvem as mulheres, tema desta pesquisa, ao que o autor esclarece que:

[...] como o exercício da autoridade, fundada na adesão aos signos, aos ritos e as imagens que fazem que seja vista e obedecida; a construção das identidades sociais ou religiosas, situada na tensão entre as representações impostas pelos poderes ou pelas ortodoxias e a consciência de pertencimento de cada comunidade; ou bem, as relações entre os sexos, pensadas como a inculcação, pela repetição das representações e as práticas, da dominação masculina e também com a afirmação de uma identidade feminina própria, enunciada fora ou dentro do consentimento, pelo rechaço ou a apropriação dos modelos impostos (Chartier, 2011, p. 23).

Essa perspectiva dialoga com nosso problema de pesquisa, pois, ao investigarmos as relações sociais que envolvem as mulheres, as representações a elas vinculadas e o processo educacional feminino como um todo, podemos

[...] compreender, ao mesmo tempo, como as representações e os discursos constroem as relações de dominação e como essas relações são elas mesmas dependentes dos recursos desiguais e dos interesses contrários que separam aqueles cujo poder legitimam daqueles ou daquelas cuja submissão asseguram – ou devem assegurar (Chartier, 2011, p. 23).

Seguindo esse raciocínio, para Chartier (2011, p. 20), “[...] as operações de classificação e hierarquização produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade”. Assim, a vertente teórica desenvolvida por Chartier (2011) permite interlocução com as ideias defendidas por Bourdieu (2008b, p. 447), ao tratar das representações da realidade e da realidade das representações, uma vez que “[...] a representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social”. Nesse sentido, Bourdieu (2008b) e Chartier (2011) convergem ao destacarem a relevância das representações como forma de se compreender a sociedade. Assim sendo,

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica (Chartier, 2011, p. 22).

Essas perspectivas permitem a articulação com alguns conceitos cunhados por Pierre Bourdieu, como capital, *habitus* e campo. O conceito de capital abarca quatro modalidades:

social, simbólico, econômico e cultural. O capital social é representado pelas relações sociais desenvolvidas entre os agentes, como as amizades, as associações, os vínculos e as uniões, por exemplo. O capital simbólico pode ser compreendido como os títulos e posições que indicam notoriedade, prestígio, fama, honra e reconhecimento dos agentes por parte de seus pares. Já o capital econômico diz respeito aos bens de valor financeiro, como moeda em espécie, joias, obras de arte, imóveis, automóveis, motos, barcos, entre outros bens de valor monetário. Por fim, o capital cultural pode ser compreendido por meio de três subtipos: capital cultural objetivado, institucionalizado e incorporado. O primeiro subtipo refere-se aos objetos concretos que se relacionam aos processos educacionais, como livros, produções culturais, dicionários, coleções, entre outros. O capital cultural chamado de institucionalizado diz respeito aos títulos acadêmicos e escolares. Já a terceira modalidade de capital cultural, o incorporado, pode ser compreendido como tudo aquilo que acaba formando o agente enquanto um conjunto de disposições, referindo-se ao modo de se expressar, falar, enfim, em como esse agente se comporta e em aquilo que ele se torna. (Bourdieu, 1989, 2004a). Ainda nesse início, é importante demarcar que Bourdieu (2008a) prefere utilizar o termo “agente”, ao invés de sujeito ou indivíduo. Assim, nesta produção, daqui em diante também utilizaremos esta terminologia.

Sobre o conceito de *habitus*, Bourdieu (2004a) explica que ele apresenta íntima relação com o meio social em que o agente nasce, cresce, se desenvolve, atua e se relaciona com os demais. A partir disso, conseguimos compreender a amplitude e a profundidade desse conceito e as possibilidades que ele oferece para nossas análises. Segundo as palavras do próprio autor:

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tomada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação (Bourdieu, 2004a, p. 23).

Nesse sentido, podemos compreender o conceito de *habitus* como algo que se desenvolve ao longo do tempo e não apenas em um momento pontual. Entretanto, os *habitus* não são condições estáticas, pois eles podem mudar a partir de inúmeras variáveis que acabam influenciando os agentes de modo mais suave ou mais profundo. Além disso, Bourdieu (2008a, p. 22) explica que “[...] os *habitus* são diferenciados; mas também são diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns”. Nesse sentido:

[...] o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*); ou, em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes [...]. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (Bourdieu, 2008a, p. 21).

Este autor, ao longo de sua extensa trajetória acadêmica, problematizou as disposições que muitas situações da vida cotidiana podem produzir nos indivíduos, condição que se relaciona com a temática desta tese – educação das mulheres. Segundo Bourdieu (2008a), muitas dessas situações não dependem do controle ou não apresentam possibilidade de escolha por parte dos sujeitos, parecendo “naturais”, como se sempre tivessem sido da forma como se expressam. Como exemplos, podem-se citar: o local de nascimento, a profissão dos familiares, o bairro em que se vive, as preferências musicais e os gostos por determinados alimentos e bebidas, entre outras condições que, muitas vezes, já estão postas e não permitem maiores dinâmicas ou modificações por parte dos sujeitos (Bourdieu, 2008b, 2013).

Essa contextualização mostra-se necessária, pois os três conceitos bourdieusianos que abordaremos nesta tese, segundo o próprio Bourdieu (2008a, 2008b, 2013), relacionam-se de forma direta ou indireta com o percurso de vida dos indivíduos, no caso aqui, as mulheres. Inclusive, o autor, em muitas oportunidades, faz menção a sua própria história de vida, de modo a justificar certos comportamentos, escolhas e predileções, algo que também é muito comum nas trajetórias femininas, conforme ressaltado por Daflon e Sorj (2021).

Intimamente relacionado ao conceito de *habitus* e capital, encontra-se o conceito de campo, compreendido como espaço social de lutas, de disputas e de busca de reconhecimento e legitimação (Bourdieu, 2008a). Segundo o sociólogo francês (2008b), o conceito de campo refere-se aos espaços sociais em que os agentes desenvolvem as formas mais variadas de atuação. O autor enfatiza que os campos não se constituem em ambientes totalmente isolados, pelo contrário, pois os diversos campos mantêm relação de interdependência uns com os outros. Além disso, deve-se considerar a relevância entre o pertencimento a um determinado campo e o respeito à individualidade de cada um, em uma articulação entre a parte e o todo (Bourdieu, 2008a, 2008b).

Assim, ainda sobre o conceito de campo, Patrice Bonnewitz (2003, p. 60-61), um dos comentadores da obra de Bourdieu, explica que:

[...] um campo pode se conceber como um mercado, com produtores e consumidores de bens. Os produtores, indivíduos dotados de capitais específicos, se enfrentam. A razão dessas lutas é a acumulação da forma de capital que garante a dominação do campo. O capital aparece então, ao mesmo tempo, como meio e como fim. A estrutura do campo, num dado momento histórico, mostra a relação de forças entre os agentes. Nesse sentido, o campo é um espaço de forças opostas.

O conceito de campo contribui, assim, juntamente com os já abordados conceitos de *habitus* e capital, para a compreensão de que os agentes não se encontram em um espaço neutro, pelo contrário, as relações travadas são complexas e repletas de influências que provêm de diferentes abordagens e interpretações (Bourdieu, 1989, 1996, 2013).

Assim sendo, os três conceitos bourdieusianos, aqui elencados, relacionam-se com a temática tratada nesta tese, pois podemos compreender as áreas de atuação femininas como campos interdependentes e em relações complexas com os demais espaços da sociedade. Além disso, cooperam para esse debate a consideração sobre determinados *habitus* tipicamente associados às mulheres e que foram se constituindo ao longo da atuação delas nos diferentes espaços sociais em que circulam, sem contar as especificidades dos quatro subtipos de capital, a saber: econômico, social, simbólico e cultural, os quais foram fundamentais para facilitar, ou não, o domínio da leitura e a atuação pública das mulheres que escrevem.

Para desenvolver a proposta aqui apresentada, sublinhamos que a metodologia de pesquisa é de caráter histórico e qualitativo, de abordagem documental. A fonte de pesquisa, conforme já mencionado, é o jornal *Diário dos Campos*. O recorte temporal abrange desde o ano de 1909 – data da primeira edição do periódico disponível - até o ano de 1950.

A justificativa para o recorte final está pautada na mudança do teor quanto à abordagem das representações de educação das mulheres, demonstrando participações mais efetivas e frequentes das mulheres no jornal em questão, sugerindo, portanto, o desenvolvimento de pesquisas futuras que venham a abranger esses novos perfis e compreensões sobre o papel que as mulheres estavam construindo no referido periódico. Além disso, devemos esclarecer que essa mudança de perfil e de conteúdo sobre as mulheres no *Diário dos Campos* não se deu de modo abrupto, pelo contrário, pois a partir da análise cronológica de todas as edições disponíveis para pesquisa, constatamos que essa transformação foi ocorrendo de modo gradual, ao longo dos anos. Assim, é possível perceber que, inclusive, as menções às mulheres, envolvendo um caráter mais relacionado ao lar e ao papel de mãe, por exemplo, vão cedendo espaço para registros delas e sobre elas em novas posições, a partir de textos em que se notam menos estranhamentos sobre essas representações que vão se constituindo.

O acervo do *Diário dos Campos* referente aos anos de 1909 a 1924 está disponível em formato digitalizado, por meio do acesso ao *site* do Museu Campos Gerais². Importante esclarecer que o acervo do referido periódico não se encontra completo, pois muitas edições, infelizmente, foram extraviadas, não existindo, portanto, fontes em alguns períodos, como entre os anos de 1907 a 1909 e de 1925 a 1931. De 1932 em diante, os exemplares do *Diário dos Campos*, encadernados por trimestres ou semestres, encontram-se disponíveis para acesso nas fontes físicas originais diretamente no Museu Campos Gerais, mediante agendamento.

Os critérios de seleção³ das reportagens, colunas, anúncios e demais textos do periódico concentraram-se, inicialmente, em separar tudo que se relacionasse às mulheres, por meio de fotos realizadas com a câmera de celular pessoal. Em seguida, essas imagens foram transferidas para o computador com o fim de arquivamento e análise, divididas por meses e anos. Em um segundo momento, passou-se para a classificação das notícias, reportagens, propagandas e demais modalidades de matérias jornalísticas que mencionassem, de alguma forma, representações de educação das mulheres, compreendida de modo amplo, indo além da escolarização formal, conforme já mencionamos.

Na sequência, essas reportagens, notícias e afins passaram por um crivo mais específico, sendo separadas em textos que tratassem sobre as mulheres ou que se dirigissem a elas, seguidos pela categorização de publicações que indicassem protagonismo das mulheres e escrita feminina sobre diferentes assuntos, norteados, assim, os passos seguintes para a organização dos dados obtidos com a pesquisa. Após essa etapa da análise, os dados foram reorganizados em temáticas, sendo divididos em duas principais: uma que abordava uma perspectiva que as elencava como conteúdo propriamente dito (textos sobre mulheres) ou direcionados para elas (textos para as mulheres) e outra perspectiva em que as mulheres surgiam em posições de maior autonomia, com a conformação de práticas de escrita como demonstração dessa forma de liberdade, conforme discutiremos na sequência.

Ao tratarmos sobre a metodologia da pesquisa, é importante esclarecermos que, como o jornal *Diário dos Campos* constitui-se em um periódico centenário, nas transcrições das

² *Site* oficial do Museu Campos Gerais, endereço eletrônico: <https://www2.uepg.br/museu/>

³ Importante esclarecer que os critérios de apresentação e discussão dos dados de pesquisa decorrem das temáticas elencadas, não obedecendo, portanto, obrigatoriamente, à ordem cronológica das reportagens e notícias veiculadas no jornal *Diário dos Campos*. Além disso, como o acervo do referido jornal não está completo, dispondo, assim, de muitas lacunas temporais, as datas citadas não se encontram em número homogêneo ou similar, pois, além de dependermos da própria fonte para a composição dos dados, optamos por abordar os achados que dialogam e se articulam com nosso problema de pesquisa. Para auxiliar na compreensão desse processo, foram organizados os Quadros 3, 4 e 5, os quais se encontram nos Apêndices, com o propósito de compilar as informações disponíveis sobre todas as reportagens, notícias e matérias jornalísticas citadas nos capítulos 1, 2 e 3, respectivamente, a partir dos objetivos específicos de cada tópico que compõe os referidos capítulos.

reportagens e demais matérias utilizadas, há a intenção de se manter a grafia original, como forma de garantir a fidedignidade dos artigos selecionados. No entanto, em muitos momentos, como forma de facilitar a compreensão da leitura, optamos por atualizar a linguagem para as normas atuais da Língua Portuguesa.

Além disso, as explicações de Karina Janz Woitowicz (2014, p. 47) colaboram para a construção da justificativa sobre a escolha de nossa fonte de pesquisa, uma vez que: “Sabe-se que a leitura de um jornal desgastado pelo tempo é capaz de revelar uma série de características de um contexto mais amplo sobre o qual este mesmo jornal atua”.

Esse percurso de análise fundamenta-se com o que Bourdieu (2008c) defende na obra *A economia das trocas linguísticas*, no sentido de que a linguagem não é neutra, ou seja, que ela possui poder simbólico, agindo por meio da conformação de um mercado linguístico, podendo “[...] produzir ou reforçar simbolicamente a tendência sistemática para privilegiar certos aspectos do real e ignorar outros” (Bourdieu, 2008c, p. 125). Ou ainda, de modo mais preciso, esta tese busca analisar esses escritos publicados no jornal, a partir da ideia de discurso, conforme síntese de Bourdieu (2008c, p. 23-24):

Para romper com essa filosofia social é preciso mostrar que, embora seja legítimo tratar as relações sociais – e as próprias relações de dominação – como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se sinalizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos.

Sobre isso, recorreremos aos quatro aspectos que compõem a ideia de um discurso para Bourdieu (2008c), quais sejam: Quem escreve, o que escreve, como escreve e para quem se escreve. A análise sobre “quem” escreve relaciona-se com a questão das práticas de escrita, com a responsabilidade sobre as ideias contidas em um texto e sobre quem detém a autoridade e a legitimidade para discorrer sobre algo. Já a questão sobre “o que” se escreve relaciona-se com o conteúdo e o teor do texto, sobre o assunto ou a temática levantada. Aqui devemos refletir sobre quais assuntos são autorizados a serem abordados e quais seriam os temas proibidos ou polêmicos para as mulheres discorrerem, por exemplo. O item “como” se escreve mantém ligação à forma ou com o modo de se enfocar um assunto, diz respeito à linguagem, à condução da escrita, à personalidade que se imprime ao texto. Por fim, o aspecto “para quem” se escreve diz respeito aos destinatários, aqui, no caso, aos potenciais leitores dos textos produzidos.

Além disso, as problematizações sobre as modalidades de escrita feminina, no sentido de quem estaria autorizado para discorrer sobre determinadas temáticas ou gêneros textuais, articula-se com as reflexões propostas por Bourdieu (2013), especificamente na obra *A*

economia das trocas simbólicas, ao refletir sobre quem estaria legitimado para expressar suas opiniões, conforme podemos verificar no excerto a seguir:

[...] é preciso situar o *corpus* assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste *corpus* neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu. Em outros termos, é necessário determinar previamente as funções de que se reveste este *corpus* no sistema das relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual que, por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo de poder (Bourdieu, 2013, p. 186).

Todos esses itens atuam em regime de colaboração e devem ser compreendidos de modo coordenado, relacionando-os com a intencionalidade do autor em relação ao que se deseja transmitir, sensibilizar ou causar em que lê.

Desse modo, o uso do periódico como fonte pode auxiliar na compreensão das representações de educação das mulheres, uma vez que o jornal, enquanto veículo de comunicação, retrata hábitos, valores e ideias de uma sociedade em determinado contexto. Assim, essas abordagens se articulam às produções sobre o papel social da imprensa, uma vez que, ao eleger o jornal *Diário dos Campos* como fonte desta tese, a mobilização de pesquisas com esse teor mostrou-se interessante, como as desenvolvidas por Francisco de Assis (2013), com o capítulo *Imprensa do interior: conceitos a entender, contextos a desvendar*, que compõe a obra *Imprensa do interior: conceitos e contextos*, de sua autoria; a dissertação de Juliana Colussi Ribeiro (2005), intitulada *Jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da Folha da Região de Araçatuba*; a tese de José Ricardo da Silveira (2010), cujo título é *O jornalista na comunicação das organizações: cultura profissional e autopercepção*; e o livro de Ernando Brito Gonçalves Júnior (2016), intitulado *O impresso como intervenção social*.

Além disso, destacamos o diálogo com a obra *Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário*, de Alessandra Perrinchelli Bucholdz (2007); a dissertação intitulada “*Não me interessa mais esta profissão*”: *representações dos professores no jornal Diário dos Campos (1932-1950)*, de Jaine dos Santos Floriano (2019) e o capítulo de livro elaborado por Carlos Eduardo Vieira (2007), cujo título é *Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920*. Especificamente sobre esta última obra, o autor enfatiza que:

[...] podemos dizer que a imprensa, em geral, e o jornal, em particular, podem ser úteis como fonte complementar, como fonte principal ou como tema de pesquisa, dependendo das perguntas estabelecidas pelo pesquisador. Na condição de fonte complementar, ela pode revelar para a História da Educação, por exemplo, os impactos de uma reestruturação do sistema público de ensino ou a emergência de

novas modalidades e métodos de ensino para além dos círculos dos especialistas, permitindo, dessa forma, avaliar o lugar ocupado pela discussão educacional em um contexto social mais amplo. Como fonte principal, ela pode testemunhar a presença, a regularidade e a intensidade que as questões educacionais assumem em contextos determinados, propiciando, como poucas fontes, estabelecer os vínculos que unem educação e sociedade. Como tema problema suas potencialidades também são inúmeras, cabendo destaque para a função de mediação exercida pela imprensa entre diferentes públicos: especialistas e leigos, dirigentes e dirigidos, pobres e ricos, homens e mulheres, patrões e empregados. Essa dimensão mediadora é que justifica o entendimento da imprensa, simultaneamente, como fonte e como objeto de investigação histórica. [...]. A educação, a política, a economia, por exemplo, dizem respeito à sociedade, seja como parte do processo de formação da posição ideológica dos sujeitos, seja como condição pragmática de existência dos indivíduos. [...] (Vieira, 2007, p. 37-38).

Assim, o percurso de análise desta tese contempla a organização de três capítulos. No primeiro, o objetivo é apresentar aspectos do jornal *Diário dos Campos* em articulação com a cidade de Ponta Grossa, privilegiando uma abordagem da questão de gênero. O segundo capítulo tem o intuito de problematizar as representações de educação das mulheres que foram publicadas no jornal *Diário dos Campos* a fim de perceber os sinais de um *habitus* de leitura. Por fim, o terceiro capítulo tem o propósito de discutir as práticas de escrever de mulheres que se posicionaram por meio deste impresso. Pelo exposto, espera-se contribuir com as áreas de História da Educação e de História das Mulheres, ao mostrar tanto o movimento de mulheres que liam quanto de mulheres que escreviam, aspectos que fundamentam a originalidade desta tese.

CAPÍTULO 1 - “A MULHER, O PADRE E O NOVO CORPO DE JULGADORES DO JÚRI”: AS RELAÇÕES ENTRE PONTA GROSSA, O JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* E AS MULHERES

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar a constituição do jornal *Diário dos Campos* no contexto de mudanças do início do século XX na cidade de Ponta Grossa, notadamente de urbanização, de defesa da escolarização das mulheres e de expansão do jornalismo, de modo a favorecer a compreensão sobre as questões de gênero presentes nas representações de educação das mulheres, veiculadas nas páginas do referido periódico, conforme discutiremos na sequência. Para isso, este capítulo se divide em três tópicos: o primeiro aborda alguns aspectos da cidade de Ponta Grossa em diálogo com a historiografia; o segundo trata das fases que compõem o desenvolvimento do jornal *Diário dos Campos*; e o terceiro procura articular o recorte desta tese ao debate sobre o conceito de gênero.

Assim, apresentamos o título deste primeiro capítulo – *A mulher, o padre e o novo corpo de julgadores do júri* – publicado em 24 de fevereiro de 1938, em uma matéria que trazia a informação de que em Belo Horizonte, dentre os 500 jurados selecionados para participar de júris populares não havia mulheres e que somente quatro sacerdotes faziam parte do grupo formado, portanto, apenas por homens. O periódico fazia questão de problematizar a questão, ao refletir nos seguintes termos: “Não sabemos se houve uma exclusão ocasional, ou se o juiz a quem toca a tarefa, propositadamente, eliminou a mulher do novo corpo de júri” (DC, 24/02/1938). Além disso, a escolha por este título remete à ideia de algumas mulheres que utilizaram comparações, deboches, metáforas, ironias e outras abordagens de escrita como estratégias para chamar a atenção do público leitor e potencializar a circulação de suas produções, sendo, muitas delas, “julgadas” por se atreverem a escrever publicamente.

Desse modo, fazendo uso de analogias, explicamos, a partir do título proposto, que, ao mencionarmos o termo “mulher”, enfatizamos a essência desta tese; já ao abordarmos o termo “padre”, remetemos a alguns aspectos importantes da historiografia de Ponta Grossa que dizem respeito à participação da Igreja Católica na construção da cidade, conforme veremos na sequência; por fim, a última sentença relaciona-se com a luta das mulheres em busca da inserção no campo da escrita, pois, ao ambicionarem participar desse espaço, muitas delas foram julgadas, criticadas, intimidadas, conforme demonstraremos nos demais tópicos que compõem esta tese.

Para auxiliar na compreensão dos dados que compõem o Capítulo 1, organizamos o Quadro 3, que se encontra no Apêndice B, em que constam todas as manchetes e títulos das

matérias do jornal *Diário dos Campos*, citados neste primeiro capítulo, intitulado “Reportagens, notícias e matérias jornalísticas do Capítulo 1: ‘A mulher, o padre e o novo corpo de julgadores do júri’: as relações entre Ponta Grossa, o jornal *Diário dos Campos* e as mulheres”. O referido quadro é composto por 18 títulos, cujas reportagens são apresentadas e analisadas ao longo deste primeiro capítulo, divididas nas seguintes categorias: a) 3 notícias; b) 7 reportagens; c) 1 capa de jornal; d) 1 coluna social; e) 2 comunicados; f) 3 anúncios e g) 1 propaganda.

1.1 “A CIDADE COMEÇA A ENCHER-SE DE FORASTEIROS”: UM DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA DE PONTA GROSSA

Esta tese tem como contexto Ponta Grossa e seus arredores, por isso, no primeiro tópico deste primeiro capítulo, apresentaremos alguns aspectos que compõem a historiografia desta cidade, de modo a auxiliar na compreensão do ambiente em que o jornal *Diário dos Campos* – nossa fonte de pesquisa – se constituiu e promoveu a circulação de suas publicações.

O título que inaugura nossa discussão – *A cidade começa a encher-se de forasteiros*, publicado em 27 de maio de 1938, sinaliza o processo de construção de Ponta Grossa, com a vinda de diferentes grupos, oriundos de diversas regiões, com costumes e crenças também heterogêneos.

Ponta Grossa, cidade conhecida como Princesa dos Campos e pertencente à região⁴ dos Campos Gerais, compõe o Segundo Planalto Paranaense e

[...] está localizada no Brasil meridional, no sul do estado do Paraná, aproximadamente a 100 quilômetros da capital, Curitiba. É a principal cidade da região dos Campos Gerais, em posição geográfica estratégica e em um importante entroncamento rodoferroviário e de linhas de comunicação, função, aliás, importante para todo o Estado, motivo pelo qual a cidade, entre as suas variadas alcunhas, é também conhecida como “capital dos caminhões”. Também por essa característica, a cidade ainda retém – embora tenha sido maior no passado – as influências da ferrovia em sua economia, conformação urbana e composição social (Cerri, 2008, p. 29).

No excerto anterior, Luís Fernando Cerri (2008) descreve algumas das principais características de Ponta Grossa, especialmente as relacionadas à sua localização geográfica,

⁴ “A região é o que está em jogo como objecto de lutas entres os cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que exista uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociólogos” (Bourdieu, 1989, p. 108). Para aprofundar a ideia de “região”, consultar a obra *O poder simbólico*, de Pierre Bourdieu (1989), especificamente o capítulo V. Para uma compreensão do movimento de constituição do Paraná, ver a dissertação *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*, de Luís Fernando Lopes Pereira (1996).

enfatizando certos atributos que marcaram (e ainda marcam) a história de Ponta Grossa e dos quais trataremos na sequência, como a simbologia do entroncamento e a presença da ferrovia, por exemplo. A compreensão sobre essas particularidades é importante para contextualizarmos nossa fonte de pesquisa – o jornal *Diário dos Campos* – e seu principal ambiente de circulação, representado pela cidade em que se encontra a sede do referido periódico, ou seja, Ponta Grossa.

O pesquisador Niltonci Batista Chaves (2001), na obra *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos*, traz em uma nota explicativa alguns registros importantes sobre a região dos Campos Gerais, como a menção a Alvar Nuñez Cabeza de Vacca e Ulrico Schmiedel, caracterizados como os primeiros europeus a percorrerem essas terras no século XVI. Já no século seguinte, o autor informa que:

[...] padres jesuítas construíram uma capela próxima ao Rio Pitangui, mas a região permaneceu despovoada até o início do século XVIII, quando D. Pedro II, Rei de Portugal, motivado pela criação de bovinos e muares que se havia iniciado no extremo sul do Brasil, decidiu doar terras nos Campos Gerais para sesmeiros dispostos a formar currais e se dedicar à criação de rebanhos bovinos. A região tornou-se ponto de passagem para os viajantes que percorriam o sul do país para comercializar o gado adquirido no Rio Grande do Sul e vendido nas Feiras de Sorocaba. Com o passar dos tempos as sesmarias desmembraram-se e deram origens a grandes fazendas que se dedicaram à criação do gado. Em torno dessas fazendas surgiram as principais cidades dos Campos Gerais como: Ponta Grossa, Castro, Pirai do Sul, Jaguariaíva, Palmeira e Tibagi (Chaves, 2001, p. 28-29).

Assim, as origens de Ponta Grossa se entrelaçam com o estilo de vida ligado ao campo, representado pelas sesmarias⁵ e pelo Tropeirismo, movimento que impulsionou a vida social, econômica, política e cultural dos municípios que se encontravam na chamada Rota dos Tropeiros⁶, entre os séculos XVIII e início do XX.

Leonel Brizolla Monastirsky (1997) reafirma essa identidade rural de Ponta Grossa, explicando que o povoado se tornou freguesia em 1823, ao desmembrar-se de Castro, completando seu bicentenário em 15 de setembro de 2023. Além disso, o autor salienta que o sentido de entroncamento remonta ao Caminho de Viamão, passando pela ferrovia e, mais recentemente, as rodovias, acrescentando que:

A origem da cidade está relacionada com a encruzilhada desses caminhos e uma vegetação formada por campos que proporcionaram à região um excelente ponto de parada – inverno -, para os animais que eram trazidos do sul do Brasil para abastecer o sudeste. Assim surge Ponta Grossa, um povoado em função dos caminhos

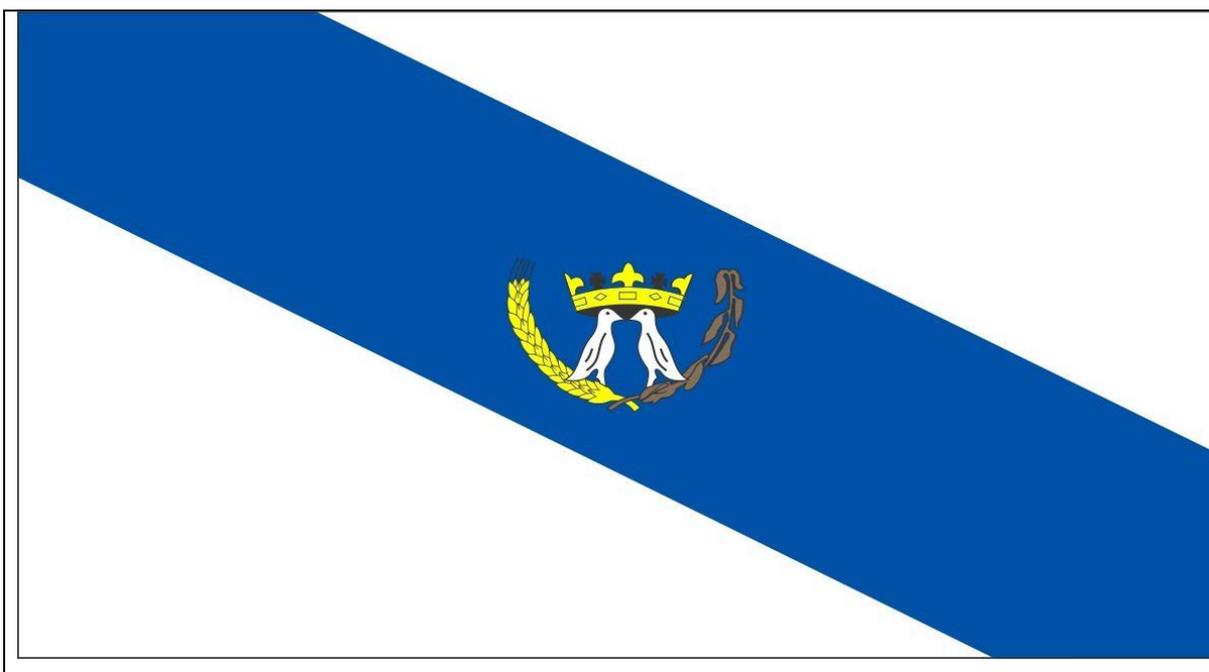
⁵ Sistema de divisão e distribuição de terras adotado pelos portugueses.

⁶ O tema do Tropeirismo é tratado por diversos autores. Como sugestão, para maiores informações, consultar Guimarães e Monastirsky (2016).

das tropas que agrupa os habitantes dispersos pelas várias fazendas da região (Monastirsky, 1997, p. 23).

A história de Ponta Grossa é também discutida por Elaine Aparecida Mayer (2021), especialmente o período da construção da paróquia e da conquista da autonomia política, mencionando o episódio das duas pombinhas, chamado pela autora de lenda, que consistiu no embate entre fazendeiros que discordavam sobre o melhor local para se erguer a referida igreja. Segundo a autora, os donos de terras da região combinaram que soltariam duas pombas e o local em que elas pousassem seria o escolhido para a construção da igreja, assinalando uma espécie de formalização da história da cidade. Inclusive, na bandeira de Ponta Grossa está estampada a imagem das duas pombas, como símbolo da história de sua constituição, conforme pode ser verificado na imagem a seguir:

Figura 1: Bandeira da cidade de Ponta Grossa - Paraná



Fonte: *Website* da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2023).

Além das pombas, cujo significado remete à lenda sobre o local onde seria erguida a representação do poder católico de Ponta Grossa, outros símbolos que se encontram na bandeira também possuem relação com o catolicismo, como as cores azul e branca que aludem ao manto da Virgem Maria e de Santana, avó de Jesus, que veio a se tornar a padroeira da cidade. Já a coroa relaciona-se com o título “Princesa dos Campos” e os dois ramos na parte inferior das pombas fazem alusão às atividades agrícolas de Ponta Grossa. Essas explicações se encontram

no Decreto Municipal número 473, promulgado em 21 de novembro de 1969, que trata da criação da bandeira de Ponta Grossa e foi assinado pelo prefeito da época, senhor Cyro Martins.

Além de discorrer sobre o surgimento de Ponta Grossa, Monastirsky (1997) analisa o desenvolvimento da cidade, enfatizando seu papel em relação à economia paranaense, caracterizando-a por meio de diversos ciclos econômicos. Nesse movimento, o autor ressalta que, em Ponta Grossa, os ciclos mais significativos foram o da pecuária, relacionado com o Tropeirismo e o da erva-mate, além da “[...] madeira e agroindústria, exceção ao ouro, [de forma que] a cidade integrou-se à economia estadual com certo destaque, graças à sua estratégica posição geográfica que a tornou ponto de convergência de vários e importantes caminhos” (Monastirsky, 1997, p. 23). Aqui o autor menciona a localização privilegiada de Ponta Grossa, característica enaltecida por diversos autores, como demonstraremos na sequência.

Mais tarde, com o declínio do Tropeirismo, devido, entre diversos fatores, à chegada da rede ferroviária, que facilitou o acesso e a circulação de pessoas e produtos na região de Ponta Grossa, houve grande preocupação com o chamado processo de modernização da cidade, movimento esse que não ficou restrito apenas aos Campos Gerais, mas que, ao contrário, desenvolvia-se sob influência de um processo mais amplo, que englobava o Estado do Paraná, o Brasil e outras regiões para além das fronteiras nacionais. Especificamente sobre a implantação da malha ferroviária, que transformou Ponta Grossa em um ponto fulcral de encontros, Rosângela Maria Silva Petuba e Rosicler Florsz de Bortoli Silgre (2008, p. 107-108) explicam que:

Em 1893, a cidade de Ponta Grossa, situada na região dos Campos Gerais, no centro sul do estado do Paraná, tornou-se terminal da Estrada de Ferro do Paraná, ligando-se diretamente com a capital do estado e ao litoral paranaense (porto de Paranaguá). Em 1896 ocorreu a instalação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Pela cidade passavam todos os trens que cruzavam o Paraná e em consequência de tal fato, a importância da cidade se fortaleceu no cenário regional. [...] Por situar-se na parte intermediária do percurso entre São Paulo e Rio Grande do Sul, Ponta Grossa foi escolhida para a implantação da infraestrutura que atendia às demandas de funcionamento da Companhia: pátios para manobras e armazenamentos de comboios, oficinas de locomotivas e vagões, estações de cargas e passageiros, depósitos de vagões e locomotivas e cargas, usinas de tratamento de dormentes e trilhos, além de escolas profissionais, hospitais, armazéns e vilas.

Na linha de análise sobre a relevância da malha ferroviária para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de Ponta Grossa, Petuba (2023, p. 2) problematiza o termo “Ponta Grossa-cidade encruzilhada”. A autora explica que esse desenvolvimento se deve, em grande parte, ao conjunto formado pela instalação da ferrovia que, posteriormente, possibilitou a vinda de rodovias, articulado à localização geográfica favorável. Nesse sentido:

A presença da ferrovia [...] reconfigurou a cidade de Ponta Grossa em ponto obrigatório de passagem de pessoas e mercadorias que se deslocavam pelo Paraná e da região sul para o sudeste do Brasil. Ela também atraiu trabalhadores imigrantes e de diversas regiões do país, propiciou a intensificação das atividades econômicas e a adoção de alguns hábitos presentes em outros centros urbanos daquele período (Petuba, 2023, p. 7).

Ainda segundo a autora, a união desses elementos auxiliou na construção de uma chave de interpretação sobre a historiografia de Ponta Grossa que impede que a consideração sobre a instalação da ferrovia possa ser removida da análise sobre sua formação e seu desenvolvimento. Além disso, essa espécie de mitificação da ferrovia incentivou a vinda de indústrias, propagandeou a promessa de bons negócios, de oportunidades comerciais vinculadas à erva-mate, ao trabalho com madeira e couro, por exemplo, além de favorecer o processo de urbanização da cidade (Petuba, 2023).

A ideia de mitificação da rede ferroviária em Ponta Grossa é corroborada por Monastirsky (1997), que também pesquisou a relevância da ferrovia para o crescimento da cidade. O autor explica sua influência ao serpentear o meio urbano, tomando parte na vida dos indivíduos, que seguiam os horários e ritmos dos trens, de forma a impactar, inclusive, no senso de pertencimento e identidade desses moradores. Monastirsky (1997) aprofundou sua análise sobre a presença da ferrovia que passava por Ponta Grossa, discorrendo sobre o chamado “Pátio Central”, principal espaço ocupado pelos trens e vagões, junto à estação ferroviária, chamada “Estação Ponta Grossa”⁷, e ao centro da cidade. O autor ainda explica que:

É com essas ferrovias que a função de entreposto comercial de Ponta Grossa é potencializada e a cidade experimenta um dos melhores períodos econômicos, sociais e culturais da sua história. O desenvolvimento econômico e a perspectiva de progresso valorizam a participação da ferrovia e esta passa a ter uma representatividade especial para os habitantes da cidade e seus equipamentos se tornaram símbolos de uma época progressista. A história da ferrovia em Ponta Grossa se completa com a crescente decadência do transporte ferroviário no Brasil e substituição deste pelo transporte rodoviário (Monastirsky, 1997, p. 6).

Conforme já destacado por Petuba (2023), Ponta Grossa também contou com a participação de imigrantes que aqui se estabeleceram e atuaram em diversas atividades econômicas, promovendo, inclusive, uma forte relação com a malha ferroviária. Monastirsky (1997, p. 42) corrobora esse fato, como pode ser verificado no excerto a seguir:

⁷ Segundo Monastirsky (1997), a primeira estação foi inaugurada em 1894, chamava-se Estação Paraná e caracterizava-se por destinar-se a cargas e passageiros. No entanto, devido às suas pequenas proporções, em 1899 foi inaugurada a nova estação, intitulada Estação Ponta Grossa.

Muitos trabalhadores que participaram da implantação dos trilhos [...] foram imigrantes, que se estabeleceram ao longo das linhas, aumentando os núcleos povoadores europeus já existentes. As colônias próximas da estrada de ferro puderam comercializar excedentes de produção agrícola através da sua estrutura, acelerando o crescimento econômico e determinando a permanência definitiva desses imigrantes no sul do estado do Paraná [...].

Assim, constatamos o impacto que a presença da ferrovia promoveu na região de Ponta Grossa, reverberando na economia, na política, nos aspectos sociais e culturais, causando efeitos, inclusive, segundo Monastirsky (1997, p. 47), “[...] no processo de transição entre uma sociedade exclusivamente rural para uma sociedade em vias de urbanização [...]”.

A relevância da ferrovia para Ponta Grossa, ressaltada pelos autores que aqui nos fundamentam, também foi retratada pelo jornal *Diário dos Campos*, quando ele ainda se chamava *O Progresso*⁸, conforme explicaremos com mais detalhes adiante. A publicação em questão, de autoria do jornalista Raul Gomes, esforça-se em apresentar uma Ponta Grossa moderna, imagem essa favorecida pela presença da ferrovia em suas paisagens, em articulação com outras cidades importantes do Brasil e em comunicação direta com as atualidades e novidades que surgiam. Segundo o artigo publicado em 13 de agosto de 1912:

Ela [a ferrovia] se volta para o norte e se lhe depara São Paulo, titã temível, estendendo as mãos para o sul, derramando por sobre este a colossal produção de sua indústria e de sua importação. A via férrea transporta para as bandas estoques monumentais: é contra esta obra de conquista comercial que Ponta Grossa se levanta reagindo estoicamente. Virando-se para o sul enxerga o Rio Grande do Sul, armado cavaleiro para uma guerra, em qualquer terreno que seja. Por outro lado, dentro do próprio Estado, Curitiba a enfrenta, batendo-se contra ela, procurando dominá-la e ao interior. Isto posto reconhecemos o círculo de fogo em que se acha Ponta Grossa. Para ela, desfalecer um instante é a derrota (DC, 13/08/1912).

Por intermédio da ferrovia chegavam as novidades e também artistas, escritores, políticos e figuras de renome, conforme aponta Monastirsky (1997, p. 54-55):

A praça João Pessoa (denominada Munhoz da Rocha até os anos trinta) [1930], situada em frente à estação Ponta Grossa, transformou-se num espaço público importante para a cidade. Sendo a ferrovia o meio de transporte de passageiros mais utilizado na época, este espaço foi palco de intensas demonstrações populares de convivência urbana. Os trens, principalmente os da linha São Paulo-Rio Grande, muitas vezes traziam passageiros ilustres, que chamavam a atenção da população, transformando o local em ponto de encontro e de festividades.

⁸ O referido periódico foi criado em 1907 com o nome de *O Progresso*. Somente a partir de 1913, passou a chamar-se *Diário dos Campos*.

Tanto Petuba (2023) quanto Monastirsky (1997, 2006) indicam que a ferrovia potencializou o crescimento de Ponta Grossa, promovendo a ideia de urbanização que também se propagava em outras localidades, pois, ao considerar que a cidade fazia parte de um todo, ou seja, que estava imersa em um conjunto de relações com outros espaços, torna-se fácil compreender o esforço em estimular esse processo de desenvolvimento e, até mesmo, de sua idealização. Nessa dinâmica, a presença dos trilhos em Ponta Grossa possibilitou um grande fluxo de produtos, assim como de pessoas oriundas das mais diversas regiões em busca de trabalho ou de novas possibilidades. Além disso, a própria rede ferroviária se tornou uma grande oportunidade de trabalho, devido ao intenso tráfego de trens, o que demandava na necessidade de funcionários de apoio ao trabalho, mecânicos, entre outras ocupações, que direta ou indiretamente, mostraram-se necessárias no contexto, conforme demonstram as contribuições de Monastirsky (2006, p. 73-74):

A qualidade de instantaneidade da rede proporcionava uma interação muito mais eficaz aos fluxos de pessoas, cargas, notícias (jornais, correios e telégrafo) e cultura (filmes, moda, grupos de teatro etc.). Havia, assim, nas cidades assistidas pela ferrovia, diversificação e efervescência econômica e cultural, que não se reproduzia da mesma forma além do alcance dos trilhos. Esta conjuntura caracterizou a ferrovia como potencializadora das relações de produção, circulação e consumo urbanos. Caracterizou-a, também, como um elemento modificador da estrutura urbana, e caracterizou-a, principalmente, como um devir e depois causa do progresso e desenvolvimento social, econômico e cultural (Monastirsky, 2006, p. 73-74).

O autor ainda enfatiza que a construção de Ponta Grossa, em seus mais variados setores, o salto no seu processo de urbanização e a intensificação das suas dinâmicas sociais estão relacionadas ao fato de a cidade se constituir, desde o fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, em um fulcro da rede ferroviária, concentrando oficinas, armazéns, pátios, centrais e demais estruturas necessárias para a viabilização da estrada de ferro. Segundo Monastirsky (2006, p. 75):

A participação da ferrovia no processo de urbanização brasileiro está na formação de novas cidades provenientes das linhas de penetração para o interior, que surgiram em função das atividades econômicas pelas quais a ferrovia foi implantada e/ou por função logística do funcionamento da própria rede ferroviária. Também a ferrovia auxiliou na incrementação material e social de pequenas e médias cidades, que definitivamente substituíram o modelo rural ao urbanizarem-se.

Por meio de todos os fatores discutidos até aqui, sendo a ferrovia um dos mais proeminentes, compreendemos a relevância que Ponta Grossa adquiriu no contexto abordado. Sobre isso, em uma matéria de 20 de julho de 1912, o então periódico *O Progresso* publicou

um texto em que afirmava que Ponta Grossa constituía-se como o “centro do Paraná”, utilizando o argumento de sua posição geográfica natural como privilégio, condição essa que lhe proporcionava todos os outros títulos relacionados às convergências que aqui ocorriam, ressaltando o já citado entroncamento ferroviário e rodoviário que viria a se constituir posteriormente. A notícia em questão também incita uma espécie de idealização da cidade e atribui esse progresso à postura do “povo ponta-grossense”, conforme pode ser verificado na transcrição da matéria:

Ponta Grossa é o centro do Paraná, incontestavelmente é o centro de sua vida comercial e industrial. Asseguram-lhes, fatalmente, essas qualidades preponderantes, a posição da cidade no mapa estadual, o fato dela ser no futuro o ponto de partida de ramais ferroviários, ponto obrigatório de parada de trens, e ponto de cruzamento de importantes estradas de rodagem [...]. Um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de há dez anos atrás na urbe agitada e triunfal de hoje foi, indubitavelmente, a vontade enérgica e indomável do povo ponta-grossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que outorgarão à Princesa dos Campos o título incontestável de cidade ideal (O Progresso, 20/07/1912).

Essa perspectiva de idealização dos espaços urbanos se intensificou ao longo do tempo, relacionando o que ocorria em Ponta Grossa com o restante do Paraná e do Brasil. Por exemplo, nos anos de 1930, de acordo com Audrey Franciny Barbosa (2020, p. 398), o presidente Getúlio Vargas⁹ investia na “[...] promoção de uma nova imagem para o país”, pautada na ideia de progresso e com fortes investimentos nos setores urbano e industrial. Sobre isso, Fábio Souza Lima (2021, p. 7) afirma que:

Ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira ainda se alicerçava em referenciais dos séculos XVI a XIX, as modernizações políticas, econômicas e culturais a partir dos anos 1930 interferiram diretamente no ser social do povo brasileiro. A nova proposta de país mudava o eixo econômico do agropecuário para o industrial e o eixo político do rural para o urbano [...].

Sobre essa complexa dinâmica que articulava ideais nacionais, estaduais e locais, Barbosa, A. F. (2020, p. 398) explica que:

A cidade de Ponta Grossa, que em fins do século XIX e início do século XX, com a chegada da ferrovia, passou por uma transformação profunda de suas estruturas políticas e administrativas, vivenciou na década de 1930 uma efervescência política e urbana.

⁹ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882. Governou o Brasil em diferentes períodos: De 1930 a 1934, no chamado Governo Provisório; de 1934 a 1937, como Presidente do Governo Constitucional; de 1937 a 1945, no regime conhecido como Estado Novo e de 1951 a 1954, como Presidente eleito democraticamente.

Essas movimentações políticas a que a autora faz menção relacionam-se a figuras que integraram os grupos dominantes da região dos Campos Gerais, como Manoel Ribas¹⁰ - interventor do Estado do Paraná de 1932 a 1934, governador de 1935 a 1937 e novamente interventor de 1937 a 1945, segundo dados obtidos no *website* da Casa Civil do Estado do Paraná. Além do prefeito de Ponta Grossa, senhor Albary Guimarães¹¹, que governou o município pelo mesmo período de Manoel Ribas, devido às mudanças de regime político causadas pelo voto direto e pela implantação do Estado Novo em novembro de 1937 (Barbosa, A. F. 2020; Oliveira, 2020).

Inclusive, no ano de 1936, o então prefeito Albary Guimarães lançou o *Álbum de Ponta Grossa*, obra que pretendia retratar a história da cidade de maneira idealizada, apresentando uma visão que se intitulava moderna, valorizando as características de urbanidade, segundo Barbosa, A. F. (2020). O referido álbum foi organizado por Adar de Oliveira e Silva, sendo as imagens de responsabilidade de Ewaldo Weiss¹². A preocupação em se encomendar uma obra desse porte demonstra um alinhamento com a política varguista, no sentido de se investir em propaganda, especialmente por meio de imagens e de um esforço em mostrar os pontos considerados positivos das localidades sob administração.

Esse empenho em destacar os benefícios de Ponta Grossa foi também retratado pelo *Diário dos Campos*, em uma publicação de 29 de abril de 1937, em que são apresentados inúmeros pontos positivos da cidade, versando sobre diversas questões como o progresso social e material, passando, por exemplo, pela construção de edifícios, escolas, comércios, indústrias, como se pode depreender a partir da transcrição que se encontra a seguir:

É evidente - Ponta Grossa está de parabéns. Cidade bela, tem dom de atrair todos que a visitam. Seduz, encanta e faz administradores entusiastas, espontâneos. É núcleo paranaense que tem, em linha vigorosa, traçado o seu magnífico porvir... E o que mais entusiasmo é esta bela verdade: o progresso social, coletivo segue passo a passo o desenvolvimento material da cidade. Calçam-se ruas e fundam-se grupos escolares dos tipos mais modernos, constroem-se patronatos agrícolas, instituem-se escolas superiores, erguem-se majestosos edifícios... As escolas regurgitam de alunos - quer nos cursos primaciais, quer nos superiores. Os professores demonstram salutar otimismo, a infância é alegre e viva, a mocidade conflitante. O comércio se expande. Conta instituições formidáveis que honrariam os mais adiantados centros comerciais

¹⁰ Para informações mais detalhadas, consultar o *website* da Casa Civil, vinculado à página do Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Manoel-Ribas#:~:text=Assumiu%20dia%2030%20de%20janeiro,interventor%20de%201937%20a%201945>.

¹¹ Para maiores informações, acessar a pesquisa de Audrey Franciny Barbosa (2020) e a dissertação de Maristela Sant'Ana de Oliveira (2020).

¹² Não encontramos maiores informações sobre esses profissionais.

do país. As indústrias prosperam... Que todos prossigam por amor a Ponta Grossa - uma das mais belas e promissoras terras do Paraná... (DC, 29/04/1937).

Desse modo, a década de 1930 constitui-se em um marco para a cidade de Ponta Grossa, conforme atesta Barbosa, A. F, corroborada por Niltonci Batista Chaves (2001, p. 1), ao afirmar que:

Os anos da década de 1930 representaram um momento de grandes transformações para Ponta Grossa, como a aceleração do processo de urbanização e do grau de integração com as principais cidades do sul do país. Nesse momento Ponta Grossa passa a destacar-se como principal cidade do interior paranaense e a exercer grande influência na vida política e econômica do Estado do Paraná.

E o jornal *Diário dos Campos* contribui com a circulação dessas ideias, no sentido de propagandear vantagens sobre a cidade, como pode ser observado em uma publicação de 18 de fevereiro de 1937, cujo título é *Sejam bem-vindos! Ponta Grossa, cidade ideal para nela se morar*. Nessa publicação, o autor, cujo nome não é mencionado, talvez de forma um pouco exagerada, apresenta um inventário de pontos positivos sobre Ponta Grossa, novamente enfocando a localização geográfica privilegiada, mas abordando outras questões como clima agradável, bons estabelecimentos educacionais, presença de corpo médico, oportunidades de diversão, entre outros atrativos que colocariam Ponta Grossa no topo da lista das melhores cidades para se morar. Segue a transcrição da matéria:

Ponta Grossa é cidade que, pela sua situação, pela sua altitude, goza de raros privilégios sobre outras tantas localidades não só do Estado, como do país. Clima ameno, fáceis meios de comunicação com os grandes centros e com o “*interland*”, excelentes estabelecimentos de ensino, um dos quais de vasto renome - o Ginásio Regente Feijó; vida relativamente barata; bons centros de diversões; magníficas sociedades recreativas; admirável ordem pública; povo lhano e hospitaleiro, corpo médico razoável; centro ferroviário e comercial de grande importância; estabelecimentos hospitalares que rivalizam com os das grandes capitais; higiene e limpeza pública impecável; calçamento em quase todas as ruas; estas e outras qualidades de grande importância e admirada por todos quantos a conhecem. E esse também o motivo, por sem dúvida, que a faz preferida daqueles que, havendo consolidado sua situação financeira no interior buscam um centro maior para residir com mais conforto e para educar os filhos. Inúmeros são, com efeito, aqueles que tem fixado moradia em nossa cidade. Para não falar de tantos que aqui já residem há anos, como o coronel Joaquim Marques de Souza e outros, vamos nos referir àqueles que para aqui trasladaram suas residências nos últimos tempos, com o que demonstraremos aos leitores quão cabível é o nosso asserto, em apregoar a preferência dada a Ponta Grossa como cidade residencial... E como esses muitos outros homens laboriosos têm escolhido Ponta Grossa, sobre outras tantas cidades e até mesmo sobre a capital, para fixar suas novas residências. Esse fato, que registramos com inteiro agrado, é, sem dúvida, índice eloquente de nosso progresso - progresso que toma vulto dia a dia com trabalho do ordeiro povo de nossa terra e com a cooperação de cidadãos prestantes que se vêm integrar na sociedade ponta-grossense. Sejam bem-vindos, dizemos nós em nome de toda a população! (DC, 18/02/1937).

No entanto, esse processo de urbanização não ocorreu de modo totalmente harmônico e organizado, conforme atestam Monastirsky (1997) e Chaves (2001). Inclusive, sobre essa complexa dinâmica que envolveu o crescimento da cidade e sua modernização, Chaves (2001, p. 12) oferece alguns detalhes importantes, ao explicar que:

Em Ponta Grossa existiu uma disputa entre grupos que compunham a sociedade, uma disputa pelo espaço social. Dessa forma, pode-se compreender como a região central da cidade, onde localiza-se o centro histórico com seus símbolos de poder no período estudado - prefeitura, catedral, fórum, cadeia etc, era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político e a economia regional. A população de menor poder aquisitivo e os imigrantes pobres foram para áreas periféricas, os arrabaldes e colônias, fixadas fora do perímetro urbano e compostos por terras de má qualidade. A expansão de Ponta Grossa iniciou-se pela ocupação da parte mais alta da cidade (900 - 980 m.). Os primeiros eixos viários originaram-se no centro da cidade de forma tentacular e radial, obedecendo aos espigões do relevo. A forma tentacular sobre a qual se estruturou Ponta Grossa, resultou numa precária integração física e em acentuadas dificuldades na ligação entre os bairros, anteriormente colônias de imigrantes que originaram núcleos isolados do centro da cidade.

As explicações de Chaves (2001) nos ajudam a compreender como Ponta Grossa, assim como outros lugares, foi palco de disputas em diferentes campos sociais. No excerto acima, o autor retrata um pouco sobre os símbolos do poder que se concentram na área mais alta da cidade, no centro histórico, nas redondezas do local onde as duas pombinhas que se encontram na bandeira do município pousaram, conforme diz a lenda sobre o impasse dos fazendeiros sobre onde construir uma igreja, denotando um símbolo da demarcação da religião católica em Ponta Grossa. Além disso, ao resgatar a lenda das pombinhas, também vislumbramos as disputas entre os detentores de diferentes modalidades de capital que, historicamente, disputam os espaços de poder na arena social do município.

Ao lado desse processo de urbanização de Ponta Grossa, ganham visibilidade discursos em defesa da educação. No próprio *Diário dos Campos*, como mostra Eliezer Félix de Souza (2010), havia uma grande cruzada em defesa da educação. Esse movimento é simbolizado pela criação do primeiro Grupo Escolar, da Escola Normal primária, do Ginásio Regente Feijó, da criação de escolas religiosas, além de espaços e centros culturais na região de Ponta Grossa.

Especificamente sobre a Escola Normal de Ponta Grossa, Maria Isabel Moura Nascimento (2004) explica que ela foi fundada em 1924, em parte pelas pressões regionais que cobravam a criação de uma escola de professores na região dos Campos Gerais e, por outro lado, pelas ideias republicanas que defendiam propostas que valorizavam a educação como forma de progresso e avanço da nação.

Silmara Solomon, Leonardo Miguel Martins e Maria Julieta Weber (2023) pesquisaram sobre a criação do Grupo Escolar Senador Correia e Ginásio Regente Feijó, representantes da chamada educação primária e secundária, respectivamente, na região dos Campos Gerais. O Grupo Escolar Senador Correia foi fundado em 1912 e o Ginásio Regente Feijó foi criado um pouco mais tarde, no ano de 1927, considerado segundo os autores, a primeira instituição de educação secundária do interior do Estado do Paraná.

As escolas religiosas também integravam a representação de expansão educacional em Ponta Grossa, seguindo a dinâmica republicana em articulação com as orientações católicas, sendo, segundo Rosângela Zulian (1998, p. 64), “[...] em 1903 a Paróquia de Ponta Grossa [...] confiada aos padres do Verbo Divino [... que] fundaram em Ponta Grossa uma escola paroquial mista que começou a funcionar com 30 alunos”. A autora explica que os padres solicitaram o auxílio das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, de origem alemã, que chegaram em Ponta Grossa em 1905 para auxiliarem nas atividades da referida escola, inaugurando, assim, um novo capítulo da historiografia educacional de Ponta Grossa, tendo as mulheres um papel fundamental nesse processo.

Como participantes da construção da história cultural de Ponta Grossa, ainda poderíamos incluir muitos outros grupos sociais que colaboraram para a conformação da pluralidade cultural desta cidade, como os negros, por exemplo, que são retratados por Merylin Ricieli dos Santos (2016) ao reconstituir a história do Clube Treze de Maio. Com o intuito de nos limitarmos a nosso objeto de pesquisa, optamos por não abordar todas essas contribuições, mas sem deixar de mencionar as diversas facetas da história de Ponta Grossa¹³.

Assim sendo, neste tópico, discutimos alguns aspectos que influenciaram na conformação de Ponta Grossa, desde a divisão das sesmarias, passando pelo Tropeirismo, ciclo da erva-mate, chegada da ferrovia, entre outros acontecimentos que marcaram a vida dos indivíduos que aqui viviam, tanto no que diz respeito aos aspectos culturais, como econômicos, sociais e políticos, demonstrando que a história é construída pelos sujeitos, a partir de suas escolhas e de um complexo imbricamento social entre esses agentes.

A discussão sobre a historiografia de Ponta Grossa favorece a compreensão sobre o contexto em que nossa fonte de pesquisa, representada pelo jornal *Diário dos Campos*, foi concebida e se desenvolveu ao longo do tempo. Essa contextualização também auxilia na compreensão dos perfis que o periódico adotou ao longo das décadas que compõem o recorte temporal de nossa pesquisa, conforme discutiremos no próximo tópico.

¹³ Para maiores detalhes, consultar a dissertação de Merylin Ricieli dos Santos (2016).

1.2 “A FUNDAÇÃO DO *DIÁRIO DOS CAMPOS*”: A IMPRENSA ESCRITA EM PONTA GROSSA

O título deste tópico – *A fundação do Diário dos Campos* – faz parte de uma matéria que foi veiculada em 31 de maio de 1938, em que a equipe editorial do periódico à época homenageava a iniciativa de se criar um jornal impresso em Ponta Grossa, enaltecendo o mentor dessa empreitada, o senhor Jacob Holzmann. Apenas a título de ilustração, apresentamos a imagem a seguir, em que é possível observar a disposição do nome do periódico no ano de 1938, trazendo-o junto a uma Araucária¹⁴, árvore típica da região de Ponta Grossa.

Figura 2: Capa do jornal *Diário dos Campos*



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 27/02/1938.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Antes, porém, de nos dedicarmos a tratar especificamente da fundação do *Diário dos Campos*, consideramos interessante abordar algumas questões nodais que marcaram o processo de conformação da imprensa brasileira, ressaltando sua relevância no período em questão “[...] enquanto único meio de informação e transmissão de ideias e valores”, de acordo com Karina Janz Woitowicz (2014, p. 48). Ainda segundo a autora:

A passagem do século XIX – que vivenciou grandes transformações como a abolição da escravidão, a proclamação da República, a ampliação acelerada do mercado interno e a imigração em massa [...] – para o século XX corresponde ao período de formação da imprensa nacional, isto é, da transformação de jornais que passavam de experiências isoladas e aventuras passageiras a grandes e estáveis empresas. A imprensa periódica, nesse contexto, ao construir espaços urbanos e participar de múltiplas disputas sociais, pode ser pensada enquanto experiência cultural, espaço de ideias e ações que se insere e se articula no cotidiano dos brasileiros. De maneira mais

¹⁴ Sobre as estratégias de constituição de uma ideia de Paraná, consultar a dissertação de Luís Fernando Lopes Pereira (1996).

ou menos acelerada, as cidades passam a sentir as transformações nos espaços urbanos e a efervescência de ideias e hábitos culturais. A imprensa, ao servir de mediadora e impulsionadora destas mudanças, torna-se uma dimensão importante da experiência social, um espaço privilegiado para compreender o modo de viver e conviver em sociedade (Woitowicz, 2014, p. 48).

Além disso, com o propósito de ampliarmos a compreensão sobre a relevância da presença do jornal *Diário dos Campos* para a cidade de Ponta Grossa e para a região dos Campos Gerais, mostra-se necessário discutirmos algumas características da imprensa nacional, de forma a demonstrar que muitos movimentos que ocorriam em periódicos de outras partes do Brasil também reverberavam neste representante da imprensa local escrita. Nesse sentido, comungamos das reflexões propostas por Woitowicz (2014, p. 28), ao explicar que:

Pelo modo como os eventos podem ser pautados, ocupam e envolvem os meios de comunicação, são processados pelo público e repercutem na sociedade, torna-se possível identificar e tentar compreender o papel e a presença dos meios de comunicação na constituição de um universo de significações, tendo em vista um contexto de conflitos políticos, econômicos, religiosos e sociais que servem como elementos para a constituição dos sentidos históricos.

Essas explicações são necessárias para demarcarmos uma característica presente no *Diário dos Campos* em todo o período pesquisado, que foi a de tentar articular o que acontecia em diferentes partes do mundo – perto e longe de Ponta Grossa – com o contexto local, por meio do compartilhamento de notícias e reportagens das mais diferentes regiões. Na sequência, demonstraremos como essa característica foi importante na tentativa de conformação de comportamentos e tomadas de posição por parte das mulheres.

Essa postura do *Diário dos Campos*, que consistia em apresentar os diferentes acontecimentos que reverberavam na sociedade, tanto local como nacional e internacional, sugere a relevância da imprensa em trazer a notícia, a novidade, em conformar uma opinião pública, em enfatizar determinados temas, em levantar um debate, enfim, em enquadrar-se aos movimentos que constroem a história de homens e mulheres, a partir dos eventos de que participam. Essa postura se coaduna com um esforço do periódico em socializar ideias e debates que ocorriam em centros urbanos maiores, estreitando as distâncias entre Ponta Grossa e o resto do mundo. Sobre isso, Woitowicz (2014, p. 25) acrescenta que:

[...] considerando a atividade jornalística para além das funções básicas de pautar eventos, trabalhar os fatos, anunciar posicionamentos e publicizar informações e polêmicas, pode-se dizer que o trabalho simbólico de anunciabilidade dos fatos, em incorporação e constante (re)processamento na sociedade, representa uma forma de construção histórica e social da realidade.

Desse modo, apresentamos uma reportagem intitulada *A nova lei da imprensa*, veiculada no periódico em 20 de abril de 1938 e que se relacionava com uma matéria que tratava das normativas que se apresentavam no contexto em questão e discutiam uma nova perspectiva para a imprensa no Brasil, sugerindo a criação de escolas de jornalismo, com o intuito de incentivar um processo de profissionalização para o ofício de jornalista.

Assim, ao tratarmos da imprensa escrita em Ponta Grossa, representada aqui pelo jornal *Diário dos Campos*, devemos compreendê-la como parte de um movimento maior da imprensa brasileira. Desse modo, não podemos esquecer que, no Brasil, os veículos de comunicação escrita tiveram um início tardio, desenvolvendo-se no Rio de Janeiro, então capital do país, a partir da chegada da família real ao Brasil, em 1808. Entre o fim do século XIX e início do XX, tivemos a criação de inúmeros periódicos por todo o Brasil, alguns de pequeno porte e de vida curta, além de muitas revistas, especialmente nos centros urbanos maiores (Silveira, 2010; Corrêa, 2019; Duarte, 2011).

O jornal *Diário dos Campos*, nossa fonte de pesquisa, foi fundado em 1907, sob o nome de *O Progresso*, por um russo-alemão chamado Jacob Holzmann, com o intuito de se consolidar em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais um veículo de comunicação escrita que, segundo seu fundador, seria imprescindível para o progresso e crescimento da cidade. Esse ideário segue o movimento que ocorria em outras partes do Brasil, defendendo o papel crucial da imprensa escrita como veículo de comunicação, urbanização, modernização e como forma de difundir e aprimorar o nível cultural do país (Assis, 2013; Souza, 2010; Ivashita, 2020).

De forma geral, a composição do *Diário dos Campos* abordava na primeira página as notícias políticas e econômicas do Brasil e do mundo, as quais receberam um tratamento e um espaço visual privilegiados ao longo de todo o período analisado. Além disso, havia uma preocupação com as notícias que tratavam das viagens, festas, noivados e casamentos, por exemplo, as quais eram dispostas em colunas que foram recebendo diferentes títulos com o passar dos anos, como “Locaes¹⁵”, “Lares e Salões”, “Pelos Salões”, “Notas Mundanas”, “Hóspedes e Viajantes”, entre outros que serão mencionados no desenvolver desta tese. Essas colunas traziam notícias sobre homens e mulheres, constituindo-se em um dos espaços garantidos para elas dentro desse periódico. Essas características possibilitam a interlocução com as pesquisas de Woitowicz (2014, p. 51), ao explicar que:

A partir dos fins do século XIX, algumas mudanças se fizeram sentir na imprensa. Não apenas em se tratando do desenvolvimento das técnicas de produção, com a

¹⁵ Termo original utilizado pelo jornal *Diário dos Campos*.

utilização da litografia e da gravura, como também na lógica de mercado que passou a reger a atividade jornalística. [...] De outro lado, os jornais, ao assumirem contornos mais empresariais, dão início a modificações no processo do trabalho e no próprio estilo, adotando o jornalismo literário noticioso (que teve seu apogeu entre os anos de 1890 a 1920) e especializando-se na difusão de notícias e discussão de assuntos da atualidade, desvinculando-se gradualmente do comportamento doutrinário.

Um exemplo que ilustra uma dessas situações, em que se menciona uma mulher que estaria em viagem, foi publicado em 13 de março de 1935, sob o título *Uma filha do sr. Getúlio Vargas visitando a Europa*. Conforme indica o título da matéria, trata-se da filha de Getúlio Vargas, Jandira Sarmanho Vargas¹⁶, que estaria acompanhando membros da embaixada brasileira na Itália. Aqui podemos problematizar sobre quem seriam as mulheres citadas nessas notas que tratavam de viagens, casamentos, aniversários e similares, chegando à constatação de que, geralmente, eram mulheres possuidoras de razoáveis e diferentes modalidades e volumes de capital. Aqui, no caso, tratava-se da filha do presidente do Brasil à época e a notícia em questão, apesar de citar a viagem da filha de Getúlio Vargas, também aproveitava para informar sobre as negociações para o fechamento de um acordo comercial entre Brasil e Itália, ou seja: unia-se uma notícia de cunho político com outra referente ao meio social, como era comum em relação às mulheres nesse período (Ferreira, 2020; Costa, 2021; Assis, 2013). A imagem referente à essa notícia pode ser verificada a seguir:

¹⁶ Na matéria original do jornal *Diário dos Campos*, o nome da filha de Getúlio Vargas é apresentado como Jurandyr Sarmanho Vargas, porém, seu nome verdadeiro é Jandira Sarmanho Vargas.

Figura 3: Filha de Getúlio Vargas em viagem



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 13/03/1935.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Além disso, nas colunas ditas sociais constavam homenagens aos aniversariantes, aos nubentes, aos casais que comemoravam bodas por tempo de casamento, além de frases de autores famosos (as chamadas “Máximas”) e pensamentos. A imagem a seguir, publicada em 27 de maio de 1935, apresenta um exemplo típico da composição dessas colunas, em que também se pode observar a disposição das fotos de diversas mulheres que se relacionavam aos assuntos já indicados.

Figura 4: "Página Social" do *Diário dos Campos*

DIÁRIO DOS CAMPOS, 27.5.1935 — Edição Doméstica

Página Social

Homenagem às exmas. senhoras pontagrossenses



D. Dulce Schott Gomonides, sobrinha neta de sr. Alfredo Schott Gomonides.

Matinal Festival

O festival teve um grande êxito e foi muito bem recebido. A noite foi muito agradável, com muita música e dança. O público foi muito numeroso e a noite foi muito divertida.

Homenagem às gentis senhoras nossa terra



D. Anita Hoffmann



D. Ana Maria

Notas Mundanas

NATALICIOS

Sra. Irma Arnan
Foi nascido hoje o gentil sobrinho Irineu Teles, filhote de sr. Otto Fereira.

D. Rosa Lima Maia
Foi nascido hoje o gentil sobrinho Irineu Teles, filhote de sr. Otto Fereira.

Sra. Luiza Joazeira B. P.
Foi nascido hoje o gentil sobrinho Irineu Teles, filhote de sr. Otto Fereira.

D. Ana Maria
Foi nascido hoje o gentil sobrinho Irineu Teles, filhote de sr. Otto Fereira.

Notas da cidade
Foi nascido hoje o gentil sobrinho Irineu Teles, filhote de sr. Otto Fereira.

ARLINDO CALDEIRA

Representações, Consignações e Conta Propria

Escritório: - Rua Pinheiro Machado, 13

TELEPHONE, 230

REPRESENTANTE: - da Fabrica de Serras - Marca ELAGA Serras de todos os tipos As melhores do mundo -

Fabrica de Balanças FILIZOLA

Balanças de balcão, comuns, de plataforma, romanas, com avanço, de suspensão para matadouros, plataforma e de todas as demais

1930 - As melhores do mundo

DA PERFUMARIA ROYAL BRIAR A MELHOR

Flacilista

Foi nascido hoje o gentil sobrinho Irineu Teles, filhote de sr. Otto Fereira.

Padaria Pontagrossense

Miguel Bahry

Pães, Biscuites, Sequinhos, Bolachas, etc.

Aceitam encomendas para festas e Casamentos

Rua Julia, Wanderley 137

PONTA GROSSA

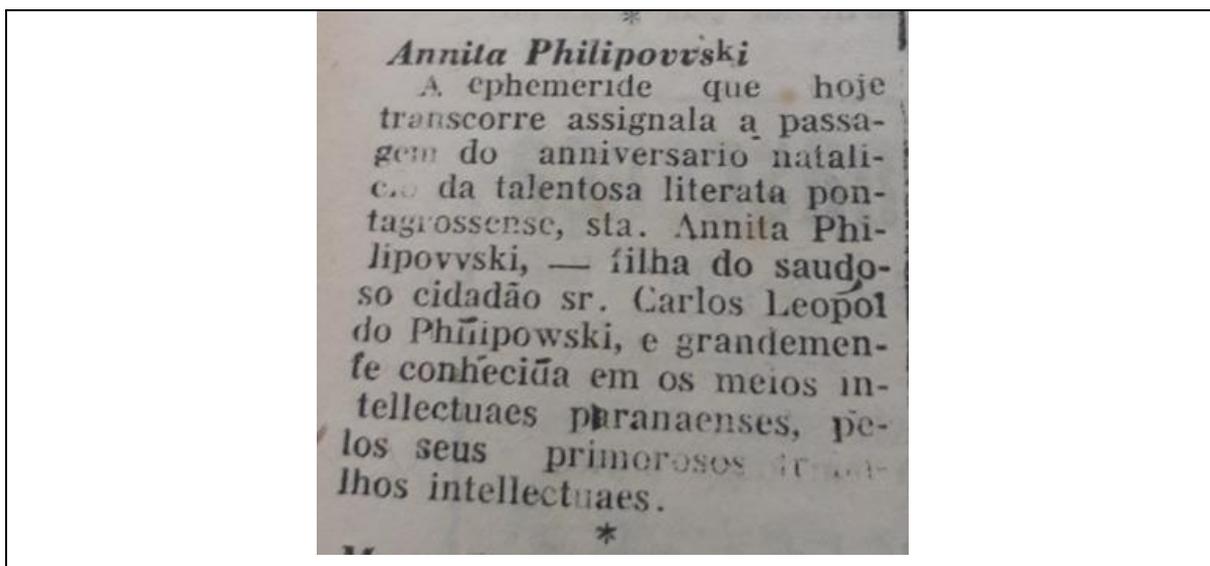
Flacilista

Foi nascido hoje o gentil sobrinho Irineu Teles, filhote de sr. Otto Fereira.

Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 27/05/1935. Acervo: Museu Campos Gerais.

Outro exemplo desse tipo de publicação circulou em 02 de agosto de 1934 e mencionava a passagem do aniversário de Anita Philipovsky, com quem o *Diário dos Campos* mantinha relações de amizade e parceria, conforme discutiremos mais à frente.

Figura 5: Aniversário de Anita Philipovsky

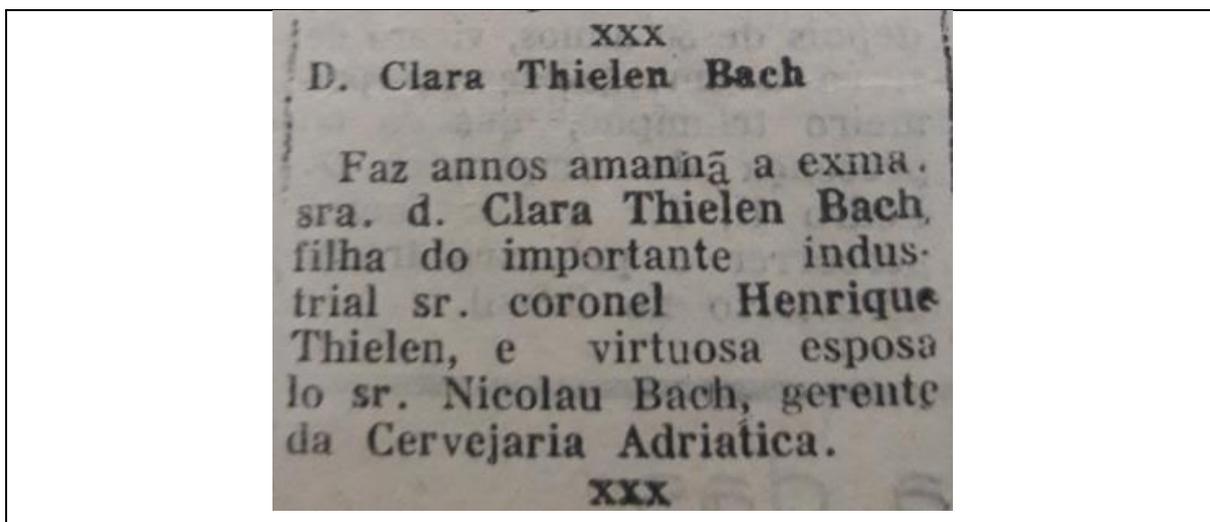


Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 02/08/1934.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Em outro exemplo, na data de 12 de agosto de 1934, temos a menção ao aniversário de Clara Thielen Bach, filha do empresário Henrique Thielen, apresentado pela nota jornalística como “industrial” e “coronel” e, também, esposa de Nicolau Bach, “gerente da Cervejaria Adriática”, conhecido estabelecimento comercial da época. Aqui podemos perceber que as referidas notas fazem referências a personagens ilustres que compõem a sociedade princesina, demonstrando a relevância do aporte de diferentes modalidades de capital, uma vez que, tanto Anita Philipovsky quanto Clara Thielen pertenciam a abastadas e conhecidas famílias da região.

Figura 6: Aniversário de Clara Thielen Bach



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 12/08/1934.

Acervo: Museu Campos Gerais.

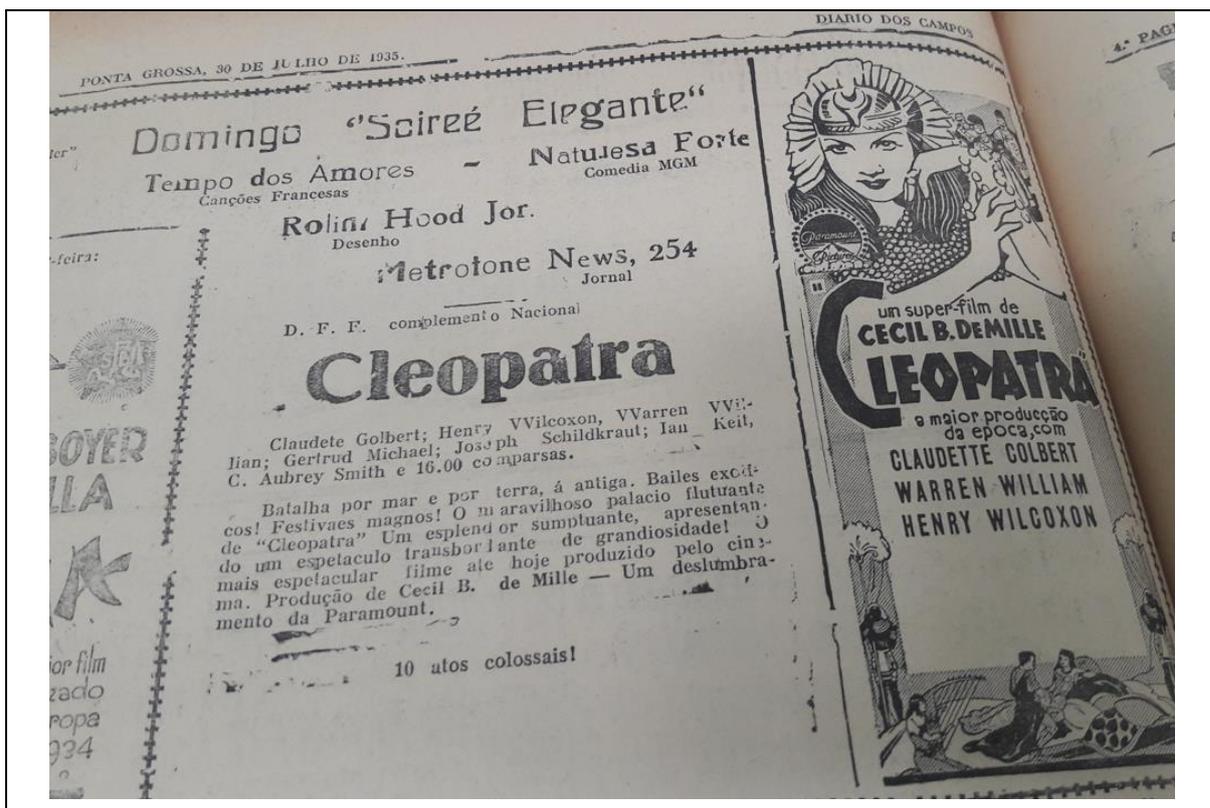
Havia também as páginas policiais, as notícias esportivas, os anúncios de compra e venda, os indicadores profissionais, propagandas diversas e as notícias culturais que geralmente informavam sobre os filmes que se encontravam em cartaz e sobre as apresentações de artistas que vinham de outras cidades e regiões. Em muitas dessas colunas, as mulheres eram mencionadas, como, por exemplo: nas notícias policiais, em que elas eram citadas em crimes em que se encontravam envolvidas, como autoras ou como vítimas; nos indicadores profissionais, em que elas apareciam oferecendo seus serviços em diversas áreas, como as relacionadas às atividades domésticas e da família, como passadeiras, cozinheiras, babás, entre outras ocupações. Nos anúncios profissionais, elas também eram mencionadas, apresentando-se como professoras de música, por exemplo, como parteiras, datilógrafas, entre outros ofícios. Já em relação à área dos esportes, elas raramente eram referendadas, assim como, em relação a anúncios de compra e venda, pois, no contexto histórico em tela, a questão de propriedade privada ainda estava intimamente relacionada ao domínio masculino. Nesses quesitos, as contribuições de Woitowicz (2014, p. 30) mostram-se pertinentes, ao abordar que:

[...] a linguagem representa papel fundamental no sentido de instruir o imaginário social e representar uma realidade; é por meio dela que se cria, traduz e interpreta os acontecimentos, participando do processo histórico. É neste sentido que se diz que a realidade pode ser percebida e construída de diferentes modos, a partir dos ângulos, das motivações e perspectivas projetadas pelos discursos midiáticos. [...].

No entanto, em relação aos anúncios culturais, as mulheres eram frequentemente relacionadas, como, por exemplo, em uma publicação veiculada na edição de 30 de julho de 1935, em uma propaganda que se referia ao filme *Cleópatra*, lançado em 1934, do produtor Cecil Blount DeMille¹⁷ e com elenco principal composto pela atriz Claudette Colbert e pelos atores Warren William e Henry Wilcoxon, conhecidos astros e estrela do cinema estadunidenses à época. Sobre esse anúncio, na figura a seguir, é possível observar que o nome de Claudette Colbert vinha por primeiro, além da presença de uma imagem de mulher, conferindo um certo grau de realce à publicação, no que concerne à presença feminina, unindo um nome e uma imagem.

¹⁷ Cecil Blount DeMille foi um cineasta estadunidense e um dos fundadores da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas.

Figura 7: Propaganda do filme “Cleópatra”



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 30/07/1935.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Após apresentarmos algumas características sobre a organização, diagramação e o estilo editorial do jornal *Diário dos Campos*, recorremos à já citada obra de Niltonci Batista Chaves (2001), intitulada *A cidade civilizada*, em que o autor apresenta, de forma objetiva, um compilado sobre os diversos periódicos que circularam por Ponta Grossa nos fins do século XIX e início do XX, a maioria de duração muito curta e/ou intermitente, auxiliando na justificativa de nossa escolha pelo *Diário dos Campos* enquanto fonte de pesquisa, pois:

Vários jornais, todos de existência efêmera e sob diversas orientações, foram sendo criados em Ponta Grossa na primeira década do século XX, como por exemplo: “O Comércio”, criado em 1904; “Luz Essência” (1905), órgão da Maçonaria pontagrossense era dirigido por Teixeira Coelho; “O Escalpo”, criado em 1908 (Chaves, 2001, p. 34).

Ao analisarmos a nossa fonte de pesquisa, o jornal *Diário dos Campos*, constatamos que ao longo de sua extensa trajetória, ele passou pelas mãos de diferentes lideranças que, de forma direta ou velada, impuseram suas visões de mundo nas páginas do jornal, impactando as linhas editoriais adotadas ao longo dos anos. Além disso, as frequentes mudanças de endereço e de

proprietários, particularmente nas primeiras décadas de existência, deveram-se às dificuldades financeiras enfrentadas pelo periódico (Chaves, 2001; Souza, 2010).

Assim sendo, como o recorte temporal de nossa pesquisa é relativamente extenso e envolve o período de algumas décadas, é importante considerar que o jornal *Diário dos Campos* passou por diversas fases, devido a questões de diferentes ordens, sendo algumas já expostas em parágrafo precedente. Algumas dessas mudanças deveram-se às influências que os vários proprietários que o periódico teve ao longo do período impuseram ao perfil editorial. Por exemplo, logo no início de sua criação, o fundador, senhor Jacob Holzmann, conforme já indicamos, um homem envolvido com as Artes e ferrenho defensor da necessidade de criação de um veículo de comunicação escrita na região dos Campos Gerais, tinha a preocupação de publicar as novidades e os horários sobre as sessões de cinema e de teatro, que estavam em cartaz no Teatro Éden¹⁸ e no Cine Renascença, conhecidos espaços culturais de Ponta Grossa no contexto abordado. Na verdade, Holzmann fazia questão de compartilhar com seus leitores informações relacionadas às apresentações culturais de toda espécie que estivessem de passagem por Ponta Grossa, além das notícias que se relacionassem com as esferas econômicas, sociais e políticas (Chaves, 2001; Souza, 2010).

Após atravessar dificuldades financeiras, Jacob Holzmann vende o *Diário dos Campos* e já na década de 1920¹⁹ percebemos um perfil diferente do periódico, tendo Hugo Borja dos Reis²⁰ e José Cadilhe²¹, proprietário e editor, respectivamente, no comando. Como José Cadilhe era poeta, escritor e teatrólogo e Hugo Borja dos Reis era partidário da doutrina espírita, no período em que os dois estiveram à frente do *Diário dos Campos*, o periódico promovia a circulação de poesias de autoria do próprio Cadilhe, de Reis e de outros autores famosos, assim como textos que mencionavam os preceitos espíritas, além de matérias de apoio a movimentos sociais e que pregavam a harmonia e o bem-estar entre os indivíduos. Já na década de 1930,

¹⁸ Nelson Silva Júnior (2008, p. 71-72) explica que: “Alguns anos após a fundação do Cine Renascença, já na década de 20, é fundado o Cine Teatro Éden, um sucessor do Teatro Sant’Anna. Inicialmente o Cine Éden funcionou na praça Barão do Rio Branco e posteriormente no encontro das ruas Augusto Ribas e XV de Novembro, onde ficou até o final da década de 40, dando, então, espaço para o Cine Ópera. São esses dois cinemas que irão garantir para a cidade de Ponta Grossa, até o final dos anos 30, o acesso da população às produções cinematográficas, em sua grande maioria, criações hollywoodianas”.

¹⁹ Para maiores detalhes sobre a gestão do *Diário dos Campos* neste período, consultar Holowate (2016).

²⁰ Poeta e jornalista. Oriundo do Estado do Rio de Janeiro, atuou no *Diário dos Campos* até o ano de 1931. É o patrono da cadeira 22 da Academia de Letras dos Campos Gerais.

²¹ Escritor, poeta, teatrólogo. Iniciou sua carreira jornalística escrevendo no *Diário do Comércio*, de Paranaguá - Paraná. É o fundador da cadeira 39 da Academia Paranaense de Letras.

quando José Hoffmann²², conhecido como Juca, adquire o jornal, ocorrem mudanças na diagramação, na apresentação e no teor das matérias, conforme explica Chaves (2001, p. 2):

José Hoffmann pode ser caracterizado como uma figura polêmica tanto por suas ideias como por seus atos presentes no jornalismo e na política ponta-grossense. Essa personalidade complexa, era descendente de um imigrante russo-alemão católico que obteve grande sucesso no comércio atacadista de Ponta Grossa. José Hoffmann pode ser visto como “tradutor” de fatos cotidianos, tensões, conflitos e representações presentes na sociedade ponta-grossense. Os artigos que escrevia no *Diário dos Campos*, ao longo de toda década de 1930, confirmam essa afirmação (Chaves, 2001, p. 2).

Além de proprietário, José Hoffmann também escrevia nas páginas do *Diário dos Campos*, expondo seus pontos de vista sobre diferentes temáticas, especialmente as que envolviam o campo político. Na edição de 27 de abril de 1938, sua imagem foi veiculada na capa do periódico, junto a um texto de sua autoria, em que ele discorria sobre os desafios enfrentados desde quando assumiu a direção do jornal, os percalços vividos para apurar as informações e levar as notícias aos leitores, declarando sua admiração pelos fundadores e pelos profissionais que o antecederam, reconhecendo a relevância do impresso para a cidade de Ponta Grossa. Essa reportagem tinha o título *Ao vencer mais uma etapa* e constituía-se em uma edição comemorativa referente aos 31 anos de existência do *Diário dos Campos*. A referida imagem pode ser conferida a seguir. Optamos por mantê-la junto ao texto elaborado por José Hoffmann, no intuito de apresentarmos a diagramação da página e não com a intenção de leitura propriamente dita da reportagem.

²² José Hoffmann, político e jornalista local conhecido como “Juca”, mantém-se à frente do *Diário dos Campos* até 1969, ano em que faleceu (Bucholdz, 2007).

Figura 8: José Hoffmann na capa comemorativa do jornal *Diário dos Campos*



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 27/04/1938.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Todas essas mudanças de direção afetaram, de forma direta ou indireta, muitos aspectos do periódico, como o número de páginas, a quantidade de colunas, as temáticas abordadas e também os vieses de análise do contexto sociopolítico-econômico-cultural do mundo, do Brasil, do Paraná e de Ponta Grossa. Por exemplo, nas décadas de 1930, 1940 e 1950 era comum que o *Diário dos Campos* apresentasse várias de suas páginas com propagandas de candidatos que concorriam para diferentes cargos dos poderes executivo e legislativo. Inclusive, o senhor Juca Hoffmann, que esteve à frente da equipe editorial durante um longo tempo, utilizou-se desse veículo de comunicação para promover campanha para si mesmo, para o cargo de deputado estadual nos anos de 1940, além de favorecer a divulgação de personalidades apoiadas por ele, fazendo uso político do *Diário dos Campos*. Sobre isso, podemos refletir que:

[...] lançando diariamente um mundo possível à sociedade, o jornal exerce a tematização de acontecimentos considerados relevantes, seguindo mecanismos discursivos para a seleção de um tema e sua colocação em um espaço de “atenção pública”. Mesmo que este processo implique a utilização de critérios subjetivos, a tematização e repercussão dos fatos pelo jornalismo acaba por atribuir à imprensa o papel de “tradutora” dos acontecimentos do social. O resultado desta aparência de neutralidade é a ideia de um jornalismo como sinônimo de verdade, praticamente incontestável... (Woitowicz, 2014, p. 43).

Em relação às diferentes temáticas abordadas pelo periódico, podemos citar, por exemplo: as discussões sobre o voto feminino no início dos anos de 1930, que trataremos com

mais detalhes no capítulo 3; as informações sobre a Segunda Guerra Mundial durante os anos de 1939 a 1945; as notícias sobre as exportações e importações brasileiras, entre outros inúmeros assuntos que envolviam os mais variados acontecimentos que movimentavam a sociedade da época, intercalando notícias locais, com as nacionais e internacionais. Percebemos, assim, um empenho do *Diário dos Campos* em compartilhar notícias de outras partes do mundo, ao mesmo tempo em que trazia fatos que ocorriam no âmbito regional, articulando Ponta Grossa como parte desses acontecimentos.

Seguindo esse viés de análise, é importante reiterar a relevância de nossa fonte, enquanto espaço de interação entre os agentes – autores (as) e leitores (as) -, pois, enquanto alguns escreviam para e/ou sobre algo, outros, ou no nosso caso, outras, estavam lendo, refletindo e tendo contato com as ideias que eram ali compartilhadas. Sobre isso, os pesquisadores Maura Regina Petruski e Niltonci Batista Chaves (2013) explicam que o *Diário dos Campos* procurou se alinhar com os acontecimentos locais, nacionais e internacionais, constituindo-se no único veículo de comunicação da cidade de Ponta Grossa durante algumas décadas, tornando-se referência, inclusive, na região dos Campos Gerais, da qual Ponta Grossa faz parte:

Devido à falta de outros veículos de comunicação na cidade, o DC [Diário dos Campos] se consolidou como um importante produtor de informações e discursos sobre o cotidiano ponta-grossense, mantendo-se, até a década de 1940, como o único órgão informativo local, situação que contribuiu para consolidá-lo como o mais popular veículo de comunicação da região dos Campos Gerais do Paraná. Em suas páginas, mesclavam-se temas internacionais, nacionais, regionais e locais, atendendo assim as expectativas de um público leitor carente de informações relacionadas aos contextos mais amplos, mas, ao mesmo tempo, preocupado com a realidade mais próxima na qual se desenrolavam as tramas sociais, políticas e culturais cotidianas (Petruski; Chaves, 2013, p. 293-294).

A tese de Lucineia Moreira de Souza (2022) auxilia na compreensão sobre as regras de constituição de um periódico no campo do jornalismo, a partir da análise das partes que o compõem, dos temas que aborda, das ideias que defende, dos assuntos que omite, das causas que valoriza, enfim, da forma como as notícias, reportagens, propagandas e outras formas de texto e imagens são apresentadas nas páginas dos impressos, afirmando que “[...] o jornal como agente social demarca sua posição na cena pública ao expor uma representação da realidade” (Souza, 2022, p. 27-28). Impressões similares são compartilhadas por Assis (2013), Ribeiro (2005) e Gonçalves Júnior (2016). Essas questões dialogam com a teoria relacional problematizada por Bourdieu (1989, 1996, 2013), ao se referir às articulações entre os espaços sociais e como os agentes são assujeitados a eles.

Essa indicação do periódico como agente social dialoga com as pesquisas de Simone Burioli Ivashita (2020) e Silveira (2010), além das reflexões sobre o papel da imprensa em relação à sociedade, enquanto veículo de comunicação, como formador de opinião pública e com compromisso em apresentar notícias e informações que podem condicionar os agentes no processo de compreensão de determinada realidade. Sobre isso, Ivashita (2020) enfatiza a relevância em compreender a imprensa como uma rica fonte para se analisar as nuances e dinâmicas da sociedade, alicerçando, portanto, a escolha de nossa fonte de pesquisa. Segundo a autora:

[...] podemos afirmar que a imprensa é um meio privilegiado para a pesquisa histórica, pois é capaz de demonstrar as movimentações realizadas pela sociedade, seus embates e oposições e de que maneira isso se entrelaça com a educação, isto porque a imprensa e a educação cultivam uma ligação de reciprocidade quanto ao momento histórico vivido (Ivashita, 2020, p. 329).

Argumentação similar à essa, em relação às possibilidades que a pesquisa em periódicos pode proporcionar, também é apresentada pela autora Sandra Lúcia Lopes Lima (2007, p. 222), dialogando diretamente com nossa pesquisa, ao afirmar que:

O reconhecimento da imprensa como importante fonte histórica tem nos apresentado com a possibilidade de resgatar momentos passados do cenário da nossa vida cotidiana. A imprensa registra, comenta, forma opiniões, distrai; através de suas palavras e imagens reencontramos valores e comportamentos perdidos. A consciência dessa riqueza documental fez aumentar a quantidade de estudos que usam a imprensa como suporte; desses olhares, porém, são em menor número os que voltam a uma modalidade presente desde o início do séc. XIX: a imprensa feminina.

No entanto, apesar de o *Diário dos Campos* tentar se constituir ao longo do tempo em um importante veículo de comunicação em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais, ainda assim, ele não possuía uma coluna fixa destinada especialmente para as mulheres. Assim, partimos do princípio de que as mulheres tivessem contato com o conteúdo do referido jornal integralmente e, a partir disso, elencamos como sendo de potencial interesse as matérias, notícias e reportagens que trouxessem temáticas que se referissem, de algum modo, a elas. Aqui podemos separar essas abordagens em matérias escritas para elas ou sobre elas, com temáticas muito variadas, que abrangeram desde conselhos para a moça em idade de se casar, orientações para a mulher casada, para a mãe que estaria às voltas com o seu bebê, sobre as ações realizadas por professoras, os eventos culturais protagonizados por mulheres artistas, propagandas sobre produtos de beleza, sobre a importância de cuidar bem da casa, sobre o direito de votar, de servir à pátria durante a Segunda Guerra Mundial, enfim, muitas abordagens como veremos na

sequência. Sobre isso, é importante considerar as explicações de Luiz Gonzaga Motta (2004, p. 119), em relação à escrita jornalística, uma vez que:

Todo ato comunicativo é um processo dinâmico, um jogo dialético de co-criação de sentidos entre um sujeito emissor e um sujeito destinatário. Um princípio de contrários, um jogo entre efeitos pretendidos e resultados alcançados. Um jogo entre aquilo que o emissor diz explicitamente, ou as intencionalidades implícitas no seu ato de fala por um lado, e, por outro lado, as interpretações lineares ou criativas que o receptor destinatário leva a cabo no seu ato de leitura. Em todo ato comunicativo, o emissor transmite parte do seu conteúdo de forma explícita, parte de forma implícita. Da mesma maneira, o destinatário interpreta a mensagem, parcialmente, através de seus conteúdos literais, e, parcialmente, através de estímulos implícitos, sugeridos pelo enunciado. Mas, o destinatário acrescenta, recria a partir de suas próprias perspectivas. Há em todo ato comunicativo uma confrontação entre a estrutura de sentido produzida pelo emissor em sua manifestação e os modelos de mundo do leitor (mundos possíveis).

Desse modo, esses efeitos comunicativos, essas dinâmicas criadas nas páginas do *Diário dos Campos* devem ser compreendidas em toda a sua potencialidade, pois, conforme analisaremos a seguir, ao compartilhar, por exemplo, a notícia de que, em algum lugar, uma mulher praticava alguma ação dita diferente para uma representante do seu grupo, a interpretação dessa mensagem poderia significar que, se para uma mulher, em outra parte do mundo, determinada atividade é possível, então, talvez, aqui em Ponta Grossa isso também possa ser possível. Isso se coaduna com o papel da imprensa em formar a opinião pública, em promover a circulação das ideias, em socializar o que ocorre no mundo, de forma que, para o leitor caberia uma reação frente às matérias e notícias com as quais ele tem contato.

Em relação às menções às mulheres nas páginas do *Diário dos Campos*, percebemos ao longo de todo o período analisado que a elas foram dedicadas matérias das mais diferentes ordens, indo desde textos escritos até imagens. Entre os gêneros textuais escritos, encontramos: poesias, crônicas, avisos, conselhos, artigos de opinião, notícias, comunicados, cartas e denúncias, conforme apresentaremos ao longo da tese.

Já em relação às imagens relacionadas às mulheres, encontramos propagandas dos mais diversos produtos como: itens de beleza, roupas e acessórios, artigos para a casa, vitaminas e medicamentos, produtos alimentícios, artigos para diferentes membros da família, como os filhos e marido. No exemplo a seguir, podemos visualizar a propaganda de um produto destinado para bebês, com a imagem de uma mulher cuidando de uma criança, veiculada em 07 de julho de 1934.

Figura 9: Produto para bebês



Fonte: *Jornal Diário dos Campos*, 07/07/1934.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Entre as imagens, conforme já indicamos, encontravam-se também anúncios de eventos culturais em que as mulheres eram as protagonistas e aquelas que ofereciam seus serviços profissionais. Alguns deles diziam respeito aos afazeres domésticos, como passadeira, por exemplo, enquanto outros relacionavam-se com profissões voltadas às Artes, como canto e o ensino de instrumentos musicais, a exemplo do piano. Na imagem a seguir, publicada em 24 de maio de 1934, temos um exemplo de um desses anúncios, em que a professora Margarida Rinata anuncia que ministrará aulas de canto.

Figura 10: Professora Margarida Rinata – Aulas de canto



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 25/05/1934.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Por meio desse conjunto de abordagens, podemos compreender que o jornal *Diário dos Campos* passou por diversos momentos, influenciados, entre vários fatores, pelos pontos de vista de seus diferentes proprietários ao longo do tempo. A partir disso, é possível constatar também uma preocupação em articular os acontecimentos regionais com o que ocorria no restante do Brasil e do mundo. Além disso, o *Diário dos Campos* apresentava uma abordagem que percorria diferentes campos sociais, passando pela política, economia, educação, artes, entre outros. Assim, ao situarmos o *Diário dos Campos* na historiografia da imprensa, as contribuições de Lucineia Moreira de Souza (2022, p. 36) mostram-se pertinentes, ao indicar que:

Na efervescência de novos espaços culturais, os impressos tiveram seu espaço. O destaque pode ser entendido pelo espaço público concedido aos escritores e literatos, jornalistas, músicos que se ocupavam da arte da escrita como forma de legitimar suas representações e se promover intelectualmente.

Nesse sentido, nossa pesquisa converge com os achados de Souza (2022), especialmente em relação às efervescências culturais desse contexto histórico, pois o fundador do *Diário dos*

Campos, o senhor Jacob Holzmann, conforme já expusemos, era um homem envolvido com diferentes atividades culturais e, posteriormente, José Cadilhe, Hugo Borja dos Reis e José Hoffmann também atuaram em diferentes meios ligados à cultura. Além disso, Souza (2022) explica que, de forma geral, os periódicos do início do século XX apresentaram singularidades, como a vinculação às atividades econômicas e políticas do contexto em questão, interagindo com os representantes desses campos sociais e o *Diário dos Campos* acompanhou essa dinâmica.

A autora ainda acrescenta que, ao pesquisar a criação de um periódico de Guarapuava – cidade do interior do Paraná, a exemplo de Ponta Grossa - percebeu que alguns jornais do mesmo período possibilitaram a “[...] construção de uma ideia de Guarapuava enquanto cidade, espaço de vida e movimento”, tendo como suporte textos que promoviam a reflexão sobre “[...] as mudanças na área urbana, a partir da indicação da necessária presença de um jornal [... na cidade] e de homens que tinham fortes vínculos com a escrita” (Souza, 2022, p. 67). Essas impressões são também compartilhadas por nossos achados de pesquisa, demonstrando como o *Diário dos Campos* se inseria em um debate e em um perfil que orientava a organização de outros periódicos do mesmo período.

Em relação às mulheres, nossos dados nos permitem afirmar que elas estiveram presentes de modo recorrente nas páginas do periódico, com maior ou menor destaque, enquanto temas de inspiração para textos de diferentes modalidades, de autoria masculina, mas também como responsáveis por aquilo que assinavam. Algumas vezes, essas mulheres eram mencionadas em colunas sociais, já em outros momentos elas surgiram como temas principais de discussões relevantes em momentos históricos específicos, como a luta pelo direito de votar em 1932. Assim, para compreendermos melhor essas dinâmicas e seus desdobramentos, apresentamos o tópico seguinte, que versa especificamente sobre o conceito de gênero, que é central nesta tese.

1.3 “SATISFAÇÃO EM SER MULHER”: CONCEITO DE GÊNERO

Esta seção tem o propósito de aprofundar um dos conceitos que subsidiam a construção desta tese, que é o conceito de gênero. Assim, o título que nomeia este tópico – *Satisfação em ser mulher* – foi publicado em 28 de julho de 1932 e referia-se à propaganda de produtos estéticos femininos. Desse modo, ao se discutir a temática “educação das mulheres”, com enfoque em suas representações, abrangendo, especificamente, os perfis de leitora e de

mulheres que escreviam no jornal *Diário dos Campos*, as problematizações sobre gênero surgem com vigor.

Esta temática tem sido muito discutida ultimamente, conforme salientado por Heloísa Buarque de Hollanda (2019), organizadora da coletânea *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, obra em que reúne textos de autoras consagradas, como Nancy Fraser, Joan Scott, Monique Wittig, Judith Butler, Lélia Gonzalez, entre muitas outras. Além disso, conta-se com as contribuições de outras obras como a de Gayatri Chakravorty Spivak (2014), intitulada *Pode o subalterno falar?*; o livro coordenado por Mary Del Priori (2015), cujo título é *História das mulheres no Brasil*; o livro de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj (2021), cujo título é *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*; a obra *Nós, mulheres: grandes vidas femininas*, de autoria de Rosa Montero (2020), entre outras.

Conforme Hollanda (2019) enfatiza na introdução de seu livro, o objetivo da reunião de tantos textos tidos como “clássicos” dentro da literatura feminista, relaciona-se com a necessidade que a autora sentiu em sistematizar alguns dos conceitos que dizem respeito a essa área do conhecimento. Sobre isso, é interessante constatar que, curiosamente, seja coincidência ou não, a temática “gênero” é comumente pesquisada por mulheres. E neste quesito, eu me incluo também, afinal, este é um tema que me interessa enquanto mulher e, também, como pesquisadora. Simone de Beauvoir escreveu algo interessante sobre isso. Segundo a autora: “[...] Mesmo o homem mais simpático à mulher nunca lhe conhece bem a situação concreta. Por isso não há como acreditar nos homens quando se esforçam por defender privilégios cujo alcance não medem” (Beauvoir, 1980a, p. 20).

Assim sendo, nesta tese enfatizamos, principalmente, os aspectos que fazem menção à construção dos saberes educacionais e, também, àqueles que remetem à organização dos mais diversos projetos da sociedade, procurando-se elucidar as situações, as condições e os contatos que facilitaram ou dificultaram a existência de espaços de circulação das mulheres que escreveram no jornal *Diário dos Campos*.

Desse modo, em relação ao conceito de gênero, as contribuições de algumas autoras, oriundas de diferentes áreas das Ciências Humanas, ajudam-nos a compreender o percurso das mulheres em busca de novos espaços, especialmente no campo educacional. Dentre elas, destacamos o artigo de Joan Scott (1995), intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise*; a obra clássica de Michelle Perrot (1998), *Mulheres públicas* e os dois volumes de *O segundo sexo*, da já citada Simone de Beauvoir (1980a, 1980b).

Ao designar nesta tese o termo “gênero” como uma categoria, mostra-se importante refletir sobre algumas questões relacionadas a esse conceito. As contribuições da autora Joan

Wallach Scott (1995) nos possibilitam a reflexão sobre diversos aspectos ligados a essas questões, pois a autora aborda as diferentes perspectivas teóricas que se propuseram a investigar essa temática, apresentando e discutindo suas possibilidades e empecilhos. A partir dessa leitura, podemos compreender as questões de poder e política e como os discursos e comportamentos são concebidos de modo a perpetuar as desigualdades entre homens e mulheres, numa visão que valoriza os aspectos históricos, indo além dos determinantes biológicos e sexuais.

Além disso, Scott nos incita a pensar nos significados, nas razões e origens de certas atitudes, fazendo-nos refletir sobre a relevância das questões sociais sobre os aspectos que versam sobre o gênero. Podemos também considerar o valor das nomenclaturas nessas discussões, problematizando o termo “gênero” e compreendendo certas escolhas gramaticais. Essa leitura também favorece a compreensão sobre as lutas para a conformação desse novo campo de estudos, tanto em termos acadêmicos como políticos. Dessa forma, Scott (1995) salienta o caráter social dos aspectos relacionados ao conceito de gênero, a partir da compreensão das mulheres como sujeitos históricos, corroborando a concepção sobre as mulheres apontada nesta tese, no sentido de busca de participação ativa nos diferentes setores da vida social, de autonomia e de reconhecimento.

Além disso, Scott (1995) salienta que, ao considerarmos todo o percurso da construção histórica da humanidade, é importante esclarecer que as pesquisas de gênero são relativamente recentes, ou seja, datam do final do século XX. Assim, podemos considerar que muitas possibilidades de pesquisas têm sido e podem ainda ser desenvolvidas sobre essa ampla e complexa temática. A autora também enfatiza que essas pesquisas e análises devem evitar as perspectivas que enaltecem os binarismos, como se homens e mulheres vivessem de modo separado, sem os enfrentamentos declarados e velados que se desenvolvem nas diferentes relações do dia a dia. Em outras palavras: a autora orienta a interpretação profunda de todos os detalhes e dos possíveis desdobramentos dessas relações, como, por exemplo, as análises que enfatizam as nuances das contraposições de um grupo contra o outro, os embates, as alianças, as resistências, as conciliações, as concessões, entre outras relações possíveis.

Nesse sentido, Scott (1995) defende a problematização, a interpretação e a confrontação dos fatos e dados apontados sobre as mulheres, apresentando uma abordagem reflexiva e pautada na análise histórica. Essas orientações foram consideradas na análise dos dados obtidos nesta tese, pois, pelo fato de o *Diário dos Campos* constituir-se no único veículo de comunicação escrita a circular pela região dos Campos Gerais durante um grande intervalo de tempo, tivemos o cuidado de não tomá-lo como o representante da verdade absoluta, buscando

confrontar as fontes, exercitando a crítica fundamentada e problematizando os dados obtidos que abordavam as mulheres sob algum aspecto.

A partir dessa perspectiva, buscamos analisar nossos dados de pesquisa com o intuito de compreender as ações das mulheres, suas alianças, estratégias²³ e atitudes, em busca de reconhecimento, espaço e posições em direção a uma construção que privilegia as práticas de escrita, conforme trataremos mais adiante. Nesse sentido, discutindo as singularidades entre as mulheres públicas e as do ambiente privado, Perrot (1998) reflete sobre as formas de resistências e os embates que elas travaram ao longo do tempo em busca de novas posições sociais, problematizando os meios de que elas fizeram uso para se inserir nos espaços públicos. Sobre isso, Perrot (1998, p. 12) problematiza as representações das mulheres, questionando a atuação feminina no espaço público:

A questão da representação e da participação das mulheres em todos os níveis de poder também é hoje colocada com acuidade especial. Por que as mulheres que conquistaram a igualdade civil, a instrução, a condição de assalariadas, certas formas de criação, o esporte de alto nível, etc., têm tanta dificuldade em chegar aos comandos da cidade, tanto econômicos quanto políticos?

Sobre isso, cabe o esclarecimento de que a citação anterior deve ser interpretada em articulação com o contexto referenciado nesta tese, ou seja, a primeira metade do século XX, período em que a política ainda era considerada um espaço inapropriado para as mulheres e a elas estavam reservadas prioritariamente as funções relacionadas aos trabalhos domésticos e a tudo que dizia respeito ao lar. Nesse sentido, em relação ao espaço público, Perrot (1998, p. 8) alega que “[...] mais concreto e material, o ‘espaço público’, amplamente equivalente à cidade, é um espaço sexuado em que os homens e as mulheres se encontram, se evitam ou se procuram”. A autora ainda destaca que a primeira manifestação feminina no espaço público refere-se à mulher que escreve, destacando a relevância da educação nesse processo, uma vez que:

Uma mulher, na intimidade do seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência (Perrot, 1998, p. 10).

²³ O conceito de estratégia utilizado nesta tese fundamenta-se na teoria relacional de Pierre Bourdieu (2004a), no sentido de que os agentes não são passivos, mas, ao mesmo tempo, são levados a agir de determinadas formas devido às suas subjetividades e, também, como tentativa de se inserir e/ou se manter em determinada posição social. O conceito de estratégia, portanto, estaria articulado com a ideia de *habitus* e campo.

Na passagem anterior, Perrot (1998) indica o papel fundamental da escrita na inserção das mulheres no espaço público, corroborando a proposta desta tese. A autora ainda ressalta que a escrita foi uma das “primeiras conquistas femininas” e, também, um dos maiores alvos de contraposição, pois, se uma mulher escrevia e publicava seu texto, suas ideias poderiam atingir outras pessoas e dependendo do teor dessas ideias, talvez essa circulação pudesse tornar-se perigosa. Essa constatação é corroborada por Bueno (2019a), Pereira (2017) e Ferreira (2020).

Ao problematizar as estratégias que as mulheres fizeram uso para adentrar os espaços tradicionalmente ocupados por homens, Perrot (1998, p. 32) destaca que “A leitura, prazer tolerado ou furtivo, foi para muitas mulheres um jeito de se apropriar do mundo, do universo exótico das viagens e do universo erótico dos corações”. Além disso, Perrot (1998, p. 74) enfatiza que geralmente “[...] as mulheres eram retratadas como leitoras e raramente como escritoras”, pois a prática de escrever estava comumente associada aos homens. Assim, em um primeiro momento, elas poderiam ser consideradas como consumidoras e não como produtoras de conhecimento, situação essa que vai se transformando com o tempo.

Contudo, conforme nos indica Roger Chartier (2014), na obra *A mão do autor e a mente do editor*, depois da publicação não se tem controle sobre como as obras serão recepcionadas pelos leitores, de forma que o ato de ler não se constitui em algo passivo, pois, ao tomar contato com uma obra, o leitor fará a interpretação conforme sua própria visão de mundo, de acordo com seus valores, tornando-se, portanto, também autor.

Essa reflexão é importante no sentido de valorizar a ação de leitor que, inicialmente, as mulheres tiveram, pois, como veremos adiante, o percurso de construção da prática de escrever foi conquistado com esforço, estratégia e por meio do uso de diferentes capitais. Além disso, podemos indicar que, por meio da leitura, as mulheres puderam reunir informações sobre o que ocorria na sociedade da época, tiveram contato com as formas de escrita mais comuns que se utilizavam, colocavam-se a par dos temas que eram discutidos. Com isso, elas puderam construir um arcabouço de conhecimentos sobre como escrever, como abordar os conteúdos, sobre quais assuntos discorrer, além da leitura servir como inspiração para as experiências de escrita que se desenvolveriam na sequência²⁴.

²⁴ Sobre isso, é interessante refletir, por exemplo, sobre a relação das mulheres com a Academia Brasileira de Letras, instituição criada em 1897, que teve como primeiro presidente Machado de Assis e somente em 1977 permitiu que uma mulher – a escritora Rachel de Queiroz – tivesse a oportunidade de se tornar a primeira representante feminina a fazer parte da referida academia.

Nesse sentido, ao abordar a participação feminina no jornal *Diário dos Campos*, nos papéis de leitora e de mulheres que escrevem, nossa pesquisa dialoga com as publicações que têm como objeto a imprensa. Sobre isso, Perrot (1998, p. 77) afirma que “inicialmente ela [a imprensa] é um mundo masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando”. Assim, podemos considerar que a aproximação com o universo das publicações perpassa pelo campo educacional, no sentido da apropriação de capital cultural, mais especificamente, das habilidades de leitura e escrita.

Desse modo, Pereira (2017), ao analisar o percurso de vida de Nísia Floresta, destaca que, para essa personagem, a educação era a peça fundamental para o desenvolvimento da sociedade, a partir do momento em que a mulher também fosse incluída na vida pública, uma vez que era ela quem criava e educava os “meninos”, futuros médicos, engenheiros, juízes e governantes do país. No entanto, no contexto histórico em que Nísia Floresta viveu, a educação feminina poderia ser compreendida como uma ameaça para a sociedade patriarcal. Pereira (2017, p. 49) ainda comenta que um dos argumentos dos homens para afastar as mulheres dos estudos, pautava-se na suposta inferioridade biológica delas, justificando, assim, que elas “não teriam condições de receber instrução intelectual”.

Norma Telles (2015, p. 406) também discorre sobre as reflexões de Nísia Floresta sobre a educação das mulheres, publicadas em seus escritos, explicando que ela “[...] pensava que o ensino poderia ser capaz de mudar as consciências e a vida material. Nísia trata, por isso, da ausência da mulher no mundo, dos limites impostos pelos homens à sua educação, pois a eles não interessava contrariar um modelo de sociedade que lhes havia dado o domínio”. Sobre a vida de Nísia Floresta, a autora acrescenta que ela se casou muito jovem e, pouco tempo depois, abandonou o marido, recebendo, por isso, o desprezo de sua família, contando apenas com o apoio de sua mãe. Passado algum tempo, Nísia Floresta teve o pai assassinado e precisou ajudar no sustento da mãe e dos irmãos, trabalhando como professora. Mais tarde, casou-se novamente, teve dois filhos e, ao ficar viúva, foi morar com sua família no Rio de Janeiro, onde criou uma escola. Ela também escrevia em jornais, movimentando a sociedade da época com suas propostas.

A análise sobre o percurso de Nísia Floresta mostra-se interessante para contextualizar a nossa pesquisa, apesar de sua trajetória ter se desenvolvido no século XIX, ou seja, antes do recorte temporal desta tese. Em todo caso, como esse período se configura como o século em que as primeiras autoras do Brasil publicaram seus escritos, optamos por discorrer sobre parte de sua história, que ilustra como as questões sociais e culturais influenciam e se relacionam com a construção do percurso sobre as práticas de escrever das mulheres.

Rita Felski (1995), na obra *The gender of modernity*, também discute questões que dizem respeito a um período imediatamente anterior ao do nosso recorte temporal inicial, ou seja, o fim do século XIX e o início do XX, refletindo sobre a visão do feminino em articulação com a modernidade. A autora problematiza a questão de gênero, por meio da análise de algumas obras conhecidas da humanidade, além de enfatizar as complexas questões históricas, políticas, culturais e filosóficas que se interrelacionam com as mulheres.

Ao considerar o contexto sócio-histórico como fundamental para a análise do gênero na modernidade, a autora explica que a história das mulheres é ampla e inclui várias imagens e representações, não podendo, portanto, ser traduzida como um único símbolo global. A articulação entre história e gênero abarca a discussão sobre o que será incluído e o que permanecerá ignorado, demonstrando a intencionalidade e o poder de quem escolhe (Felski, 1995).

Segundo a autora, essas representações dialogam com a perspectiva feminina relacionada às práticas de escrita, por meio da análise sociológica da literatura, considerando a história que pode ser desvelada por meios dos escritos femininos, assinalando a diversidade de relações possíveis entre as mulheres e os processos históricos. Além disso, Felski (1995) enfatiza o papel que a literatura, por meio dos simbolismos de suas personagens e das situações vivenciadas, pode propiciar como forma de autocompreensão das mulheres, das relações sociais de que participam e do contexto em que vivem, oportunizando, com isso, a interpretação dos acontecimentos do dia a dia e das suas posições como sujeitos no mundo.

A autora Guacira Lopes Louro (2003, 2008) corrobora o ideário que defende as construções do masculino e do feminino a partir de aspectos culturais, compreendendo essas construções enquanto processos complexos, sustentados pela combinação de inúmeros fatores, que envolvem tanto aspectos claros e evidentes, que se encontram ao lado de outros que são menos visíveis, muitas vezes sutis e baseados em detalhes nem sempre óbvios. A autora problematiza o silenciamento e a invisibilidade com que as mulheres foram tratadas ao longo dos anos e alerta para a observação atenta em relação aos binarismos presentes na sociedade, uma vez que eles acabam por naturalizar certos comportamentos e ações, atribuindo tudo isso às questões de gênero. Apenas para ilustrar o que é apresentado, poderíamos citar algumas frases conhecidas e exaustivamente repetidas ao longo de gerações, como, por exemplo: “mulheres devem cuidar da casa”, pelo fato de serem mulheres, ou então, “homens não podem chorar, porque homem não chora”, entre outros inúmeros exemplos possíveis. Isso demonstra o papel fundamental das instituições que formam a sociedade, como a escola, a igreja, a

comunidade do bairro, o clube, a família, entre outras, na demarcação desses papéis e no reforço dessas polarizações (Louro, 2003, 2007, 2008).

A consideração aos aspectos históricos e a multiplicidade das representações femininas também são apontadas por Gayatri Chakravorty Spivak (2014), na obra intitulada *Pode o subalterno falar?*. Essa autora indiana, radicada nos Estados Unidos, apresenta como pano de fundo as complexas relações sociais que envolvem as mulheres em seu país de origem, explicando que o termo “subalterno”, muitas vezes, é utilizado de forma equivocada, como se pudesse ser empregado para qualquer indivíduo em situação de exclusão social, desconsiderando as especificidades de cada contexto. Ela corrige essa forma de uso, afirmando que o termo “subalterno” deveria se aplicar com o sentido de “aquele que não pode ser ouvido” (Spivak, 2014, p. 12), e aqui poderíamos incluir as mulheres que, ao longo do tempo, foram silenciadas e ignoradas.

A partir desse esclarecimento, Spivak (2014) discorre sobre os chamados “discursos hegemônicos”, enfatizando que os indivíduos classificados como subalternos não podem ser considerados como um grupo homogêneo, único, global, que comunga das mesmas ideias e princípios. A autora ressalta que cada grupo humano deve ser analisado de modo personalizado, investigando todas as condições possíveis que podem influenciar seus comportamentos, formas de vida, decisões e posicionamentos. Ao discorrer sobre o papel que a mulher teria entre os subalternos, Spivak (2014) explica que ela se encontra em um nível ainda mais sensível e periférico, nomeando essa forma de distanciamento ou segregação de “obscuridade” que, segundo a autora, estaria diretamente vinculada à questão de gênero. Além disso, Spivak (2014, p. 85) alerta para o fato de que, mesmo entre as mulheres, as mais periféricas seriam a que fazem parte do conjunto: mulher, pobre e negra.

Essas reflexões permitem a interlocução com a questão de proteção às mulheres, ao que Spivak (2014, p. 98) reage, alegando que “A imagem do imperialismo como o estabelecido da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie”. Essa citação nos incita à problematização sobre o *habitus* construído ao longo do tempo e, recorrentemente, associado às mulheres como fracas e indefesas, necessitando, portanto, da mediação masculina para o seu bem-estar, inclusive, para a sua sobrevivência. No entanto, podemos pensar se a inculcação dessa ideia não seria interessante para a sociedade, tanto homens e mulheres.

Primeiro, vamos analisar o possível interesse masculino em promover essa proteção: para eles, talvez fosse agradável a ideia de que as mulheres se sentissem realmente frágeis, com receio de se aventurarem nos diferentes espaços sociais, estudarem, trabalharem, enfim,

participarem integralmente da vida em sociedade. Com isso, os homens poderiam reforçar a ideia de que eles seriam úteis ou essenciais, valorizando suas presenças na vida das mulheres. Outro ponto relacionado aos homens seria o controle que eles poderiam ter sobre as mulheres, impedindo-as, com a ideia do perigo ou da falta de competência, preparo e/ou inteligência, a se exporem a atividades diversificadas. Esse controle também perpassa pelo ato de sair sozinha, principalmente, à noite, de viajar desacompanhada, de ser realmente autônoma, uma vez que praticamente tudo deveria passar pelo crivo masculino, com a justificativa de proteção. Pois bem, segundo Spivak (2014), a mulher, ao ser subalterna, precisa de proteção e esta é, geralmente, oferecida pelos homens que, assim, parecem agir com bondade e zelo, impedindo que as mulheres sofram violências, por exemplo.

Agora passamos à análise sobre o possível interesse feminino nessa proteção a elas mesmas: pode ser que as mulheres realmente apreciassem essa proteção, acreditando no *habitus* que, desde tempos remotos, difunde a ideia de que elas seriam fracas e indefesas. Nessa situação, as mulheres, ao se sentirem vulneráveis e com medo, provavelmente, até agradeceriam a proteção que recebessem. Além disso, é possível que essa proteção, provinda, especialmente, por parte de homens, até pudesse ser utilizada como forma de sedução, para chamar a atenção de algum pretendente, ou simplesmente como forma de aproximação para criar um contato. Ao considerar a complexidade e a multiplicidade das relações humanas, com todos os seus vieses e nuances, expressos ou velados, é provável que algumas dessas possibilidades tenham ocorrido, inclusive, ao mesmo tempo, ao longo da história.

A articulação entre gênero e os processos históricos perpassa pelas nomenclaturas relacionadas às mulheres, conforme destaca Bettina Heerdt (2014, p. 55), ao explicar que, “Termos como mulher, gênero, fêmea, feminino e feministas são geralmente usados de maneira polissêmica ou como sinônimos, apesar de possuírem significados distintos”.

Desse modo, destacamos que nessa produção o conceito de gênero será utilizado como uma categoria que contempla os aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos (Beauvoir, 1980a, 1980b; Felski, 1995; Scott, 1995; Perrot, 1998; Spivak, 2014; Louro, 2003, 2008, 2015), compreendendo as ações dos agentes nos diferentes espaços de atuação, especialmente o campo da escrita e demais ambientes relacionados ao desenvolvimento das práticas de escrita. Para auxiliar nessa problematização, a discussão sobre os ditos *habitus* femininos mostra-se essencial, abarcando desde aqueles *habitus* pensados para elas até os que elas mesmas foram construindo com o passar do tempo.

Sobre isso, na obra organizada por Mary Del Priori (2015, p. 7), intitulada *História das mulheres do Brasil*, a autora assevera que: “A história das mulheres não é só delas, é também

aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos”, compilando o que as demais autoras citadas neste tópico também defendem.

Assim sendo, a partir do que foi exposto nesta seção, sintetizamos o conceito de gênero, compreendendo-o como uma construção social e cultural dinâmica, que se encontra em constante modificação, que se estabelece entre indivíduos e grupos que interagem nos diferentes espaços de que fazem parte, num jogo de poder que condiciona e é condicionado pelo contexto histórico, político, cultural e econômico.

Para tratar dessas dinâmicas e aprofundar as análises sobre as articulações entre as mulheres e as diversas dimensões sociais, com ênfase no universo da leitura e da escrita, passamos para o Capítulo 2, que pretende problematizar os textos escritos para as mulheres ou sobre elas que condicionaram a constituição do *habitus* de leitura.

CAPÍTULO 2 - “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS PARA E SOBRE ELAS

O título “*Mulheres do Brasil, sentido!*” foi publicado pelo jornal *Diário dos Campos* na edição de 08 de abril de 1942 em uma reportagem em que as mulheres eram convocadas a defender a pátria por meio do ingresso em formações na área da Enfermagem, com o objetivo de auxiliar na Segunda Guerra Mundial, conflito de proporções globais que ocorreu entre os anos de 1939 a 1945 e que, portanto, encontrava-se em curso no ano de 1942. Tomando essa manchete para abrir o segundo capítulo desta tese, apresentamos o objetivo dele, que é problematizar os textos publicados no jornal *Diário dos Campos* e que foram direcionados para as mulheres ou tratavam sobre elas, que condicionaram a constituição do *habitus* de leitura.

Para isso, este capítulo está organizado em dois tópicos, sendo que o primeiro busca apresentar um panorama mais geral sobre como as matérias, reportagens, notícias e menções abordavam as mulheres, dirigindo-se especificamente a elas ou tratando sobre questões que, direta ou indiretamente, diziam respeito a elas. Além disso, nesse primeiro tópico e nos seus subitens, serão discutidas algumas publicações veiculadas no jornal *Diário dos Campos* que apresentavam perfis historicamente condizentes com o que se esperava das mulheres até o contexto em tela, por meio de textos que valorizavam os aspectos morais, os *habitus* de mãe e esposa, de cuidadora do lar, de delicadeza, recato e submissão, entre outros.

No entanto, ao mesmo tempo, as páginas do periódico também estampavam mulheres que circulavam pelos ambientes públicos, algumas delas em função dos cargos que ocupavam, muitas vezes, oriundos dos diferentes capitais acumulados ou herdados, conforme veremos na sequência. Sobre essas publicações, trataremos no segundo tópico e nos seus desdobramentos, analisando os textos que mencionavam as mulheres em representações consideradas pouco comuns para a época, como a atuação de professoras e artistas que faziam uso de suas posições profissionais para alavancar a circulação por outras áreas, além das mulheres que, em virtude das dificuldades impostas por guerras, conseguiram se inscrever em outros ambientes de atuação.

Para auxiliar na compreensão dos dados que compõem o Capítulo 2, organizamos o Quadro 4, que se encontra no Apêndice C, em que constam todas as manchetes e títulos das matérias jornalísticas do jornal *Diário dos Campos*, citados neste segundo capítulo, intitulado “Reportagens, notícias e matérias jornalísticas do Capítulo 2: ‘Mulheres do Brasil, sentido!’: escritos para e sobre elas”. O referido quadro é composto por 79 títulos, cujas reportagens são apresentadas e analisadas ao longo deste segundo capítulo, divididas nas seguintes categorias:

a) 13 reportagens; b) 1 nota informativa; c) 1 publicação com frases pejorativas sobre as mulheres; d) 3 textos prescritivos; e) 10 poemas; f) 4 crônicas; g) 1 nota humorística; h) 21 notícias; i) 5 “máximas” (frases, ditados); j) 2 receitas culinárias; k) 3 propagandas; l) 1 texto memorialista; m) 3 homenagens; n) 1 texto de reclamação; o) 3 anúncios; p) 1 carta; q) 3 artigos de opinião; r) 2 publicações com apelos e s) 1 comunicado.

2.1 “O QUE TODA SENHORINHA DEVE SABER”

Na primeira parte deste tópico, nossa intenção é discutir como o jornal *Diário dos Campos* se inscrevia nos debates sobre o feminino, seguindo o que já se encontrava em curso no Brasil desde o século XIX, possibilitando, com isso, compreender o papel da mulher como leitora desse periódico, enquanto ensaiava algumas participações como mulher que escrevia para esse jornal. Para isso, apresentaremos alguns textos que reiteravam características, até então, tradicionalmente atribuídas às mulheres, como os cuidados com a casa e os filhos, por exemplo, com o propósito de reforçar diferentes representações femininas que se vinculavam com a manutenção de uma ordem simbólica tradicional, também chamada por Bourdieu (2023) de ordem simbólica realizada. Para ele, “[...] uma ordem simbólica tradicional é de tal ordem que é impensável de ser ou fazer de outra forma: qualquer outra ordem além dela é impensável, não existem categorias de percepção que permitem antecipar uma outra ordem” (Bourdieu, 2023, p. 31).

Ao mesmo tempo, apresentaremos algumas notícias e reportagens que fugiam a esse perfil, demonstrando atuações de mulheres que participavam de outros setores da vida pública, além de indicar a preocupação do *Diário dos Campos* com as questões educacionais. Isso mostra que uma ordem simbólica tradicional “[...] nunca existe por completo”, suscitando a possibilidade de uma certa utopia, ou uma transgressão, ou mesmo representações que integram, em uma perspectiva mais ampla, uma revolução simbólica (Bourdieu, 2023, p. 31).

Depois disso, abordaremos com mais detalhes esses dois perfis femininos, aprofundando as análises das mulheres em posições comumente associadas a elas e em situações de maior autonomia. Assim, dando continuidade à nossa proposta, apresentamos o título deste tópico – *O que toda senhorinha deve saber* – que foi publicado na edição do dia 13 de janeiro de 1932 e versava sobre alguns *habitus* que as mulheres deveriam seguir para serem consideradas boas moças, dignas do reconhecimento de seus maridos enquanto responsáveis pelo lar e como filhas bem-criadas por suas famílias.

No jornal *Diário dos Campos*, a maior parte das publicações verificadas ao longo do período pesquisado pode ser considerada como atribuída aos homens, apesar de que, em inúmeras matérias, não tenha sido possível identificar o autor. No entanto, como a equipe editorial era composta apenas por homens durante o recorte temporal de nossa pesquisa, podemos atribuir essa autoria a eles. Assim, quando indicarmos o nome de alguma mulher que assinava um texto citado é porque esse nome estava explícito na publicação.

Desse modo, no próximo item, apresentaremos uma visão mais abrangente de como as publicações que abordavam as mulheres eram apresentadas no jornal *Diário dos Campos*.

2.1.1 “Página Feminina: a mais gentil leitora desta seção”

O objetivo deste subtópico é apresentar uma visão geral sobre como as matérias, reportagens, notícias e menções do jornal *Diário dos Campos* abordavam as mulheres, dirigindo-se especificamente a elas ou tratando sobre questões que, direta ou indiretamente, diziam respeito a elas, a partir de textos escritos por homens e mulheres.

Para desenvolver este propósito, apresentamos o título deste subtópico - *Página feminina: a mais gentil leitora desta seção* – publicado na data de 26 de novembro de 1921. Nesta matéria, o jornal *Diário dos Campos* referiu-se de forma direta às leitoras do impresso, dedicando uma coluna especial para elas nesta data, intitulada *Página Feminina*. Esta publicação foi apresentada em forma de poema, discorrendo sobre as relações entre as mulheres e o amor, enfatizando que elas apreciavam os encontros entre suas congêneres e que, entre um chá e outro, discutiam sobre esse sentimento. Este episódio pode ser considerado um evento isolado, uma vez que as mulheres, de forma geral, ao longo do recorte temporal abordado nesta tese, não possuíram colunas ou seções especificamente direcionadas a elas no *Diário dos Campos*.

No entanto, em algumas edições, como a mencionada no início desse subtópico, elas foram consideradas, com referência explícita, como um público leitor. Além disso, ao circular pelas ruas, comércios e residências da cidade de Ponta Grossa e dos municípios vizinhos, sendo adquiridos pelos mais diferentes públicos, é provável que esses exemplares do periódico chegassem até as mulheres, apresentando, portanto, alguma probabilidade de serem lidos por elas, mesmo que não houvesse espaços especificamente reservados para textos direcionados às mulheres.

Assim, neste subtópico, tentaremos mostrar como o jornal *Diário dos Campos* se inscrevia em um debate já desenvolvido por outros periódicos do Brasil desde o século XIX,

discorrendo sobre o feminino, demonstrando, com isso, como a mulher leitora foi se constituindo a partir das páginas desse periódico, ou seja, como foi se conformando um *habitus* leitor, potencializando, assim, o desenvolvimento de um *habitus* de mulheres que escreviam, conforme discutiremos com mais detalhes no capítulo 3.

Dessa forma, considerando as mulheres como potenciais leitoras do *Diário dos Campos*, possivelmente, ao terem contato com o jornal, essas mulheres acessassem o periódico como um todo, lendo o que mais lhes chamasse a atenção e não, necessariamente, somente aqueles conteúdos que seriam, intencionalmente, destinados a elas. No entanto, podemos presumir que aqueles textos, matérias, notícias e reportagens que mencionavam, em algum aspecto, algo relacionado às mulheres, talvez despertassem maior interesse por parte delas.

É possível perceber que, ao longo dos anos, o *Diário dos Campos* referiu-se de forma específica às mulheres com maior aporte de capital, fosse ele do tipo econômico, social, simbólico e/ou cultural. As mulheres com menor volume de capital também foram mencionadas pelo periódico, porém, isso se deu em momentos singulares, conforme demonstraremos ao longo desta tese. Para sustentar nossa afirmação, citamos a notícia veiculada em 01 de agosto de 1939, na qual se informava que a condessa Silvia Caracciolo di Pacermo, “dama da aristocracia italiana”, encontrava-se de passagem pelo Brasil, com o intuito de visitar seu filho, o embaixador Ugo Sola.

Essa passagem do *Diário dos Campos* remete à valorização de determinados capitais pela sociedade e à percepção de como o aporte de determinado capital ou de uma combinação de capitais pode favorecer a circulação dos agentes em um determinado campo. Para auxiliar no aprofundamento dessa reflexão, Bourdieu (2004a, p. 35-36) esclarece que:

[...] a ideia de que as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido de reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico; a ideia de estratégia como orientação da prática, que não é nem consciente e calculada, nem mecanicamente determinada, mas que é produto do senso de honra enquanto senso desse jogo particular que é o jogo da honra; a ideia de que existe uma lógica da prática [...].

Para evidenciar isso, em um pequeno espaço dentro da coluna *Lares e Salões*²⁵, veiculada na edição de 02 de agosto de 1946, sem indicação nominal de autoria²⁶, sob o título

²⁵ Para maiores detalhes sobre as diferentes colunas e seções que compunham o jornal *Diário dos Campos*, consultar Chaves (2001).

²⁶ Conforme já assinalamos, muitas notícias, reportagens, notas e afins não apresentavam assinatura, sendo, portanto, compreendidas como de autoria coletiva, atribuídas à equipe editorial do jornal *Diário dos Campos* que, no recorte temporal desta tese, era composta exclusivamente por homens.

Veneno de Adão, encontram-se três frases que sugerem um efeito desencorajador nas mulheres. Importante refletir sobre o tamanho físico que essa nota ocupava em relação à extensão da página do referido jornal e a dureza de seu conteúdo. Aqui relembramos alguns dos itens indicados por Bourdieu (2008c) para se analisar um discurso, dos quais destacamos “quem” escreve, possivelmente, no caso, um homem; “o que” se escreve, chamando a atenção para o conteúdo; além do “para quem” se escreve, ou seja, para as mulheres. A transcrição da publicação pode ser conferida a seguir:

As mulheres, em geral, atribuem os êxitos das rivais aos seus defeitos e, por isso, procuram imitá-los.
Não acredite nas mulheres, mesmo sabendo que falam a verdade.
Quando uma mulher chega a dizer que gosta de alguém, é porque começou a detestá-lo (DC, 02/08/1946).

O excerto anterior faz referência a algumas representações historicamente associados às mulheres, como a comparação com outras mulheres, em uma tendência julgadora e invejosa, até mesmo fútil, à postura dissimuladora e artilosa, fazendo, algumas vezes, referência à Eva, personagem que nos textos bíblicos é retratada como a grande responsável por todas as coisas ruins vividas pela humanidade após apresentar a fruta proibida a Adão. Essas investidas acabam mostrando-se tão duras, como a exemplo da segunda frase citada, que diz que, mesmo quando as mulheres falam a verdade, ainda assim, elas devem ser desconsideradas, pois não seriam dignas de confiança.

Essas reflexões também se relacionam com o que Motta (2004) explica sobre o que é dito (ou escrito) e compreendido de modo direto, mas que, de alguma forma, também atinge as subjetividades de quem escuta (ou lê), indo além da mera formalidade das palavras, mas ajudando a compor um arcabouço de ideias, sugestões e sinalizações que, muitas vezes, mostram-se sutis (ou não) na apresentação, porém, com efeitos mais profundos do que, aparentemente, poderíamos supor, moldando, assim, as subjetividades de modo muito intenso, pois, de acordo com o autor:

Grande parte do que significamos ou interpretamos durante uma conversação não está nas palavras que utilizamos, mas fora da linguagem propriamente dita. Os atos de comunicação são regidos por acordos implícitos entre os interlocutores (inclusive o ato de comunicação jornalística), que tornam possível não apenas compreender o significado literal das palavras, mas também inferir outras significações a partir da força do enunciado. Esse acordo não é, obviamente, de etiqueta nem de ordem moral ou ética, mas sim um acordo de ordem conversacional. Revela as intenções de quem fala e sugere, cooperativamente, interpretações para quem lê, vê ou ouve. Reajustamos esses acordos permanentemente em nossas relações cotidianas com os nossos diversos interlocutores, adaptando continuamente as expectativas, de maneira que cada

comunicação seja um jogo diferente de produção de sentidos em cada circunstância (Motta, 2004, p. 120-121).

Outro exemplo de um texto com teor similar ao apresentado no excerto anterior foi publicado em 06 de agosto de 1947, na coluna *O mundo em revista*, espaço destinado para a socialização de notícias de várias partes do mundo. A nota em questão foi publicada inicialmente em Paris e trazia o seguinte título: “*As mulheres estão ameaçando tomar os nossos lugares*”, dizem os japoneses. Isso tanto é verdade que, se o imperador Hirohito viesse a perder o trono, as mulheres certamente apresentariam uma candidata à presidência da república (DC, 06/08/1947). Essa nota explicita o temor que alguns homens sentiam, caso as mulheres tomassem o poder e eles se tornassem subjugados a elas. Essa problematização é aprofundada por Bourdieu (2017), na obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, especialmente no trecho em que o autor explica que:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 2017, p. 21).

A relevância do acúmulo de diferentes modalidades de capital pelas mulheres também pode ser constatada na edição de 11 de abril de 1947, em que o *Diário dos Campos* publicou a notícia de que a senhora Eunice Weaver²⁷, segundo o periódico, dedicada estudiosa da hanseníase no Brasil, doença conhecida popularmente como lepra, havia ministrado uma palestra na Sociedade Thalia, distinto reduto social frequentado por lideranças de diversos campos do poder do Estado do Paraná. Essa exposição contou com outras figuras da sociedade paranaense que também eram detentoras de grande aporte de diferentes modalidades de capital, como o escritor Perry Burgess e sua esposa (o nome dela não é mencionado); a senhora Hermínia Lupion (esposa do Governador do Paraná à época); o General Mario Travassos (Comandante da 5ª Região Militar); Doutor Angelo Lopes (prefeito de Curitiba); Doutor Milton Munhoz (Diretor de Saúde); Dona Áurea Virmond de Lima (Presidente do Educandário Curitiba) e Doutor Aureliano Matos Moura (Chefe do Serviço de Lepra no Paraná). A matéria enaltece a figura de Eunice Weaver, no sentido de seu auxílio aos doentes que se encontravam

²⁷ Eunice Weaver estudou Serviço Social nos Estados Unidos, trabalhou como professora em Minas Gerais nos anos de 1930 e dedicou boa parte de sua vida aos cuidados de pacientes com hanseníase. Criou e presidiu a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra e foi a primeira mulher a receber o título da Ordem Nacional do Mérito em 1950.

em tratamento na instituição dedicada aos cuidados contra a hanseníase, localizada em Piraquara – Paraná, novamente, reafirmando uma conhecida “aptidão” construída ao longo do tempo e associada às mulheres, ou seja, uma representação que se vincula à assistência social, ao cuidado e à caridade com os doentes e todos os tipos de necessitados.

Ao se abordar o evento em que Eunice Weaver havia palestrado sobre a hanseníase, presumimos que a legitimidade de seu nome ser cogitado para tratar de tal temática possivelmente se deva ao seu conhecimento sobre o assunto. A partir disso, podemos refletir sobre o papel do capital cultural adquirido pelas mulheres, especialmente aqui, o capital cultural institucionalizado. Sobre isso, ressalta-se a relevância das escolas, enquanto espaços formais em que essas aprendizagens podem se efetivar, sem, no entanto, desconsiderar-se os processos de autoeducação e de educação não-formal, realizados no ambiente doméstico, por exemplo. Nesse sentido, o jornal *Diário dos Campos*, ao longo de sua trajetória, de modo recorrente, por meio de suas matérias e reportagens, cobrou por melhorias na educação, especialmente a pública. Além disso, por intermédio das representações de educação das mulheres que circulavam em suas publicações, de modo direto ou indireto, o periódico também promoveu um movimento de conformação dos comportamentos femininos, como um modo de formação educacional para elas, considerando o acesso e a leitura desses artigos. Sobre isso, Norma Telles (2015, p. 402) assinala que:

A leitura é o que transforma em obra as letras, frases e enredos. E a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Portanto, é feita através do crivo de classe, raça ou gênero. Essas mesmas noções, de classe, raça e gênero são mutáveis e construídas no decorrer da história.

Colaborando com esse debate, a autora Rosa Montero (2020), em sua obra *Nós, mulheres: grandes vidas femininas*, aborda essa condição historicamente associada ao universo feminino, qual seja: a de manter-se longe dos espaços públicos, de ver seu nome associado ao sobrenome do pai ou do marido, enfim, a de estar restrita ao anonimato, como se elas não fossem capazes de desenvolver grandes feitos. Em sua busca por essas mulheres “desaparecidas” ou silenciadas, a autora realizou um levantamento inicial e constatou algumas situações que a fizeram refletir sobre o espaço ocupado pelas mulheres na sociedade. Segundo a autora:

[...] minhas avaliações estavam subestimadas; não fui capaz de avaliar o tamanho da tergiversação e do ocultamento que sofremos. A porção invisível do *iceberg* de mulheres silenciadas começa a emergir agora, e tem dimensões colossais. E entre elas há de tudo, heroínas e tiranas, revolucionárias e retrógradas, salvadoras do mundo e

assassinias cruéis. E isso é formidável e libertador. O feminismo, ou ao menos a parte majoritária do feminismo, não reivindica pessoas santas, mas pessoas que possam viver todas as possibilidades do ser, para além da tirania dos estereótipos. [...] O fato é que em todas as épocas houve mulheres fazendo coisas memoráveis: dirigindo impérios, criando tábuas de cálculo, descobrindo os segredos do universo, escrevendo a primeira literatura de autor que já se escreveu, liderando exércitos. Contamos com cientistas, filósofas, músicas, guerreiras, pintoras, escultoras, exploradoras... Não há um único campo social, artístico ou do conhecimento em que não tenhamos nos destacado (Montero, 2020, p. 12).

Nesse sentido, ao comungarmos do que Montero (2020) apresenta na citação anterior, defendemos a ideia de que as mulheres fazem e participam da construção da história do mundo e que nosso propósito aqui é problematizar como elas eram apresentadas nas páginas do jornal *Diário dos Campos* e o que se escrevia sobre elas e para elas, considerando que:

A função ideativa (representativa, referencial) serve para a expressão de conteúdos que provêm de nossas representações sobre o mundo enquanto a interpessoal (expressiva ou emotiva) permite a expressão de atitudes pessoais e a configuração das relações entre os sujeitos falantes. A linguística e a filosofia da linguagem dão maior atenção à função ideativa, considerada a função básica da linguagem, enquanto a pragmática se preocupa mais com a função expressiva, com a relação entre os interlocutores. Na maioria dos atos comunicativos ocorrem jogos de linguagem onde essas funções ficam dependentes da performance dos interlocutores, podendo variar desde as funções representativas referenciais e objetivas até as funções cognitivas ou simbólicas de caráter mais subjetivo. Nos diversos discursos humanos, essas funções costumam ocorrer simultânea e concomitantemente. Os jogos de linguagem ficam dependentes da oscilação entre as intenções e os reconhecimentos dos sujeitos interlocutores em contexto, só justificando distingui-los no caso de uma análise (Motta, 2004, p. 118).

Assim sendo, percebemos que, ora apelando para textos com teor que pregavam a perpetuação de *habitus* tradicionalmente associados às mulheres, ora demonstrando que alguns desses *habitus* estavam sendo subvertidos por algumas de suas congêneres que ousavam esbarrar e, algumas vezes, ultrapassar as barreiras que historicamente estavam postas, o jornal *Diário dos Campos* seguia mencionando as mulheres e aspectos de suas vidas em suas mais diferentes vertentes, abarcando áreas costumeiramente associadas a elas e/ou propondo a inauguração da presença delas em espaços não tão receptivos à primeira vista.

Essa discussão se relaciona com a chamada “revolução simbólica”, em que Bourdieu (2023, p. 31) explica que a “ordem simbólica tradicional” seria aquela que já é realizada e que já estaria posta, considerada como parte das atividades cotidianas dos indivíduos. O autor aprofunda essa análise, ao problematizar que:

[...] uma ordem simbólica realizada é uma ordem que se impõe como evidente, uma ordem tal que seu questionamento não passa pela cabeça de ninguém. [...] Para reconstituir essa ordem simbólica em toda a sua força, é preciso levar em conta que a

experiência “isso é óbvio” é perfeitamente extraordinária, mas que, paradoxalmente, parece ordinária: é extraordinária porque supõe um acordo quase perfeito entre as estruturas objetivas do mundo, daquilo que é percebido, e as estruturas cognitivas pelas quais o percebemos. E é desse acordo imediato, sem discordância, sem dissonância, sem desacordo, que nasce a experiência do “é assim”, do “isso é óbvio”, do “não pode ser diferente”.

Seguindo essa lógica, percebemos que as mulheres precisaram romper com essa ordem simbólica tradicional, chamada assim porque já era realizada e se encontrava em curso, para poderem adentrar e circular por outros ambientes.

Nesse sentido, nossa pesquisa aponta que, no jornal *Diário dos Campos*, a escrita atribuída aos homens fez referências às mulheres de diversas formas: elegendo-as como inspiração para poemas; apresentando textos com teor prescritivo, como se fossem manuais a serem seguidos; discorrendo sobre acontecimentos de diferentes esferas da vida social, econômica, cultural e política em que as mulheres estivessem envolvidas de algum modo.

Já em relação às mulheres como leitoras, nossa pesquisa aponta que, no caso do jornal *Diário dos Campos*, a leitura feminina pode ter se constituído em um modo de se informar sobre o que ocorria em Ponta Grossa e no resto do mundo, de partilhar novas opiniões sobre diferentes assuntos, ou então, de se ver reforçados certos *habitus* que elas já haviam se apropriado, além de novos *habitus* que foram sendo construídos ao longo do tempo, conforme discutiremos à frente.

Como se verá na sequência, a escrita feminina contemplava diferentes gêneros textuais, tendo se iniciado pelos registros de diários (Perrot, 1998), além de poemas e os contos, além dos chamados “conselhos” e propagandas com indicações de diferentes produtos. Especificamente sobre as mulheres que escreviam no *Diário dos Campos*, trataremos com mais detalhes no Capítulo 3.

Assim, no próximo item trataremos das abordagens que historicamente estavam associadas às mulheres e que foram veiculadas no jornal *Diário dos Campos*, destinadas a elas, de modo assertivo ou de forma velada, ou então, discorrendo sobre elas.

2.1.2 “Mandamentos da mulher casada”: As mulheres e o casamento

O casamento e seus desdobramentos foram conteúdos recorrentes nas páginas do *Diário dos Campos*. Ao considerarmos o volume e a frequência com que publicações com esse teor foram veiculadas no *Diário dos Campos*, podemos indicar essa postura como uma intencionalidade em conformar (e confirmar) certos *habitus* femininos, como uma forma de

educação para elas. Aqui podemos refletir sobre o tamanho da preocupação que, possivelmente, atingia quem produzia e quem publicava esses textos (ou o grupo que eles representavam), pois, se a quantidade e volume de matérias com temáticas desse porte estavam presentes de forma tão recorrente nas páginas do jornal, talvez a razão disso residisse na “necessidade” de se reforçarem essas representações femininas, por parte de quem acreditava que elas deveriam ser mantidas. Será que as mulheres não queriam mais se casar? Será que elas teriam outros planos para suas vidas, além do matrimônio? Será que elas não estavam cumprindo com suas “obrigações” como donas de casa? Enfim, muitas são as hipóteses que podemos elaborar para tentar entender as intenções em publicar tantas matérias sobre como as mulheres deveriam se comportar enquanto esposas, compreendendo, inclusive, essa atitude como uma estratégia do periódico, pautada na repetição de determinados editoriais.

Em inúmeros momentos, o jornal *Diário dos Campos* veiculou textos que insinuavam ou procuravam indicar certos comportamentos femininos, determinados *habitus*, tidos como “naturais”, ou esperados, ou até, considerados adequados para elas. Um exemplo disso é o poema assinado por Helvídio Silva²⁸, professor e jornalista paranaense, publicado na edição de 14 de agosto de 1921, sob o título *Resignada*, possivelmente na tentativa de que as mulheres que o lessem, adotassem como lema a passividade defendida no referido poema, conforme pode ser verificado na transcrição a seguir:

Resignada
 Bebe o cálice de fel do sofrimento
 Que chega aos lábios teus a mão da Sorte.
 Leva a cruz ao Calvário, sem lamento,
 E no martírio mostra-te mais forte.

Não procures fugir nunca ao tormento
 E nem queiras saber qual o teu Norte...
 Nós somos nesta vida a folha e o vento
 É o Destino que vai do berço à morte.

Se foi o teu nesta maldosa vida
 Ver só de longe a Terra Prometida.
 Ter só trevas, sonhando rosi leres.

Sofre serena a dor que te apunhala
 E ninguém saiba por tua própria fala
 Que és a mais infeliz dentre as mulheres.
 Helvídio Silva (DC, 14/08/1921).

²⁸Escritor e advogado curitibano. Fundador da Academia Paranaense de Letras.

O poema anterior veicula uma ideia que povoava as subjetividades coletivas, tanto de homens quanto de mulheres, desde longa data, no sentido de conformação às situações apresentadas, em uma posição de certa passividade, como se não houvesse possibilidade de reclamação ou mudança. Essa representação feminina foi exaustivamente propagada ao longo do tempo, conforme indicado por várias autoras como Louro (2007, 2008, 2015), Pereira (2017), Cipriani (2020), Almeida (2000). Sobre isso, Perrot (1998, p. 59) explica que:

A ideia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço do privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permaneceram durante muito tempo excluídas da palavra pública. A opinião revela-se, no entanto, cada vez mais decisiva na constituição e no funcionamento da democracia. Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito.

As reflexões propostas por Perrot (1998) vão ao encontro do que pretendemos demonstrar nesta tese, no sentido de que, as mulheres, para conseguirem se inserir e se manter nos espaços públicos, circulando pelo campo da escrita, por exemplo, precisariam participar do poder e isso poderia ser concretizado pelo *habitus* da leitura, pelo exercício da escrita e pela inserção na imprensa. Esse ideário articula-se com o subtópico seguinte, que trata das mulheres e de sua atuação como professoras, no sentido de que essa profissão, entre outras possibilidades, pode favorecer o contato com livros e escritos das mais diferentes ordens.

Assim sendo, muitas dessas reflexões sobre o que as mulheres deveriam fazer (ou não) ficam explícitas no título deste subtópico - *Mandamentos da mulher casada* -, em uma publicação de 26 de novembro de 1921, estampando de forma incisiva e com um tom que não tolera diálogo ou negociação, comportamentos e atitudes que as mulheres casadas deveriam seguir. A organização ordinal desses mandamentos pode ser compreendida como uma metáfora aos 10 mandamentos cristãos, os quais, de acordo com esses preceitos religiosos, devem ser seguidos sem questionamentos, mas por obediência.

Entre os mandamentos da mulher casada, transcritos a seguir, logo no 1º lê-se que a mulher deveria direcionar seu amor exclusivamente ao marido. Já no 4º mandamento, por exemplo, há a indicação de que a mulher deveria cuidar da imagem do esposo, sendo, portanto, a responsável, possivelmente, por assegurar que sua aparência e suas roupas estivessem condizentes com o que se esperava de uma esposa dedicada. Enfim, esses dez mandamentos abarcam a concepção de que a mulher deveria se esforçar em agradar seu esposo, assegurando a harmonia do lar e, assim, conferindo a satisfação necessária para que esse homem nunca

desejasse abandoná-la, mantendo a família unida, o casamento feliz e, assim, toda a sociedade seria beneficiada (Perrot, 1998; Campos; Sarat, 2021; Pereira, 2020).

Aqui ainda cabe a análise sobre o que Bourdieu (2008c) indica sobre o “como” se escreve, pois, nessa publicação, a forma de apresentação do texto é em tom incisivo, associando os princípios bíblicos, tidos como sagrados para as religiões cristãs, com a obediência ao marido, retratando um processo de submissão tanto pelo viés religioso, quanto pelo familiar. Motta (2004) colabora com essa reflexão ao salientar a relevância da forma com que se escreve e aqui temos uma metáfora sobre os 10 mandamentos da Igreja Católica, lembrando do peso que a dimensão religiosa tinha na sociedade da época.

Outra possibilidade de análise apoia-se na ironia de uma escrita com esse teor, justamente por associar os ditos preceitos que as mulheres deveriam seguir com os mandamentos católicos, em uma espécie de sátira ou de deboche, como no item 5º: “Não lhe fazer demasiadas cócegas, para não o matar”. Segue a transcrição da publicação:

- 1º Amar o marido sobre todas as coisas e não sobre todos os indivíduos, o que é inteiramente diferente.
- 2º Não o tentar em vão.
- 3º Guardai-o das outras mulheres e ... das pulgas.
- 4º Honrai-o, penteá-lo e trazê-lo limpo.
- 5º Não lhe fazer demasiadas cócegas, para não o matar.
- 6º Guardá-lo dá má vizinhança e ... das criadas.
- 7º Não lhe furtar nada que dê nas vistas.
- 8º Não levantar a voz diante dele, nem falsos testemunhos.
- 9º Não desejar o marido d’outrem.
- 10º Não cobiçar os vestidos e o pó de arroz alheio (DC, 26/11/1921).

Assim, na maior parte das vezes, as publicações traziam textos com teores que reforçavam a ideia de que as mulheres deveriam sofrer caladas, sem reclamar e que nunca deveriam buscar formas de superar condições que não as agradassem, potencializando a circulação de um determinismo que defendia uma condição estática para elas.

Seguindo esse viés, em 09 de abril de 1939, um autor identificado apenas como Almeida, teve seu texto intitulado *A mulher, dedicado à senhorita Jandyra*, publicado nas páginas do *Diário dos Campos*. Este texto reuniu muitas das características que compõem algumas das representações mais comumente associados às mulheres, ressaltando-as de forma idealizada como uma criação divina, a responsável por manter a união da família e, conseqüentemente, a sociedade em harmonia, conforme indicado por Perrot (1998, p. 9), ao enfatizar que “[...] a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira”. Além disso, a matéria exaltava a mulher como o anjo de candura que tem paciência com tudo, que sabe

perdoar e mostra-se disponível e de prontidão para qualquer eventualidade, o ser perfeito, a representação da paz celestial na Terra, corroborando representações associadas às mulheres, cobradas para que elas tenham e caso não possuam, que se esforcem em desenvolvê-las (Anchieta, 2020b; Lima, 2021).

Podemos entender esta última publicação como uma estratégia educacional, com o intuito de moldar os comportamentos, os sentimentos e as subjetividades das mulheres e, também, dos homens, no sentido do que eles deveriam esperar delas enquanto mães, esposas, irmãs, ou até, em relações com outras mulheres, reforçando determinados *habitus* já bastante conhecidos e consolidados ao longo dos tempos. Essas características que associam as mulheres a anjos e santas são exploradas por Anchieta (2020b), na obra em que a autora problematiza as imagens femininas compreendidas como modelos a serem seguidos, inspirados na Virgem Maria, mãe de Jesus, símbolo da Igreja Católica. A seguir, apresentamos a transcrição da maior parte da extensa publicação em questão:

Reuniu Deus para compor a mulher – remate, coroa e o epílogo da criação – a quinta essência de tudo quanto derramara de melhor no paraíso, onde a colocou, e do qual, ainda depois de perdido, as descendentes de Eva ficariam avivando recordações. [...] Deu-lhe a pureza do céu, a alvura do lírio, o pudor e a graça da rosa, a modéstia da violeta; acendeu-lhe no olhar brilho de estrelas, descerrou-lhes auroras de carmim e pérolas no sorrir; para a fala concentrou todas as melodias, balbuciadas no frêmito das virações, no murmurinho das fontes e nos cantos das aves; modelou-lhe a estatura pela dos arbustos mais esbeltos e mimosos; arredondou-lhes as formas, que lembrassem os frutos mais gentis e apetecidos; difundiu-lhe os cabelos como as ramas pendentes e movediças do salgueiro aquático; impregnou-os de eletricidade; embebeu-os de um aroma que fala; revestiu-os de brilhantismo; tão esmerado e pródigo os dotou que o ouro e as pérolas, as pedrarias, os perfumes, as sedas e as flores, ambicionando realçá-los, recebessem deles novo preço. Este ente, meio positivo, meio aéreo, meio terrestre, meio céu, que volteia por entre nós como anjo desterrado, saudoso, mas contente, tendo por fala um canto, a sujeição e a humildade por império; em que a fala é a graça e a graça é onipotência; cujo encargo é mais que eternizar a espécie, é entretecê-la, domesticá-la, refinar-lhe o gosto, os instintos do belo, os arrosos para o bom e para o sublime; a mulher em suma, fadada de grande ser-te a mãe e mestra, guia, arrimo, lâmpada, conselheira, profetiza, esforçada, modelo e prêmio, não só dos seus lindos filhos, mas dos seus irmãos, também, de seu consorte, de seu próprio pai, de todos os que de perto ou de longe lhe pudessem receber diretas ou reflexas as influências; a mulher, a mulher, da qual depois de uma idolatria universal de milhares de anos, ainda se não exauriram louvores, nem jamais se hão de exaurir, não seria a vice providência, que devia ser, e que é, no meio da sociedade, se não possuísse este complexo inafável de sedução para toda a espécie de ídoles, de espíritos, de gostos; um laço infalível para cada sentido; um milagre para cada irredutibilidade; para cada infortúnio seu bálsamo; para cada idade o seu ramalhete; sua estrela para cada noite; mão inesperada e macia para cada desamparo; para cada fonte que se despedaçaria ao cair, a almofada súbita de um braço todo extremoso, de um seio todo suspiros, de um coração todo divindade. Enfim – é o arquétipo da perfeição, a quinta essência do universo: a mulher (DC, 09/04/1939).

Conforme já indicamos, uma escrita desse porte pode ser considerada uma forma de educação, ou de conformação de um *habitus*, uma vez que socializa para os leitores e as leitoras

– homens e mulheres – concepções que foram pregadas ao longo da história. Essa linguagem dialoga com o indicado por Bourdieu (2008c), demonstrando a relevância da articulação do “como” se escreve com “o que” se escreve e com o “para quem” se escreve, se considerarmos os termos bíblicos, a menção a “Deus” e o conteúdo em si.

Assim, o modo como os textos são elaborados, ou seja, a linguagem apresentada que, na terminologia de Bourdieu (2008c), poderíamos remeter ao “como” se escreve, pode auxiliar na compreensão da mensagem. Motta (2004) corrobora a importância da linguagem, explicando que, em um texto, sempre existem ideias explícitas e as que são sugeridas, chamando a atenção para a realização de uma análise pormenorizada dos conteúdos tratados e das formas de abordagem. Um exemplo disso pode ser verificado em publicações com as chamadas “naturalizações” quanto ao tratamento destinado às mulheres, como, por exemplo, em pequenas notas anunciadas como humorísticas, presentes em algumas edições do *Diário dos Campos*, como na do dia 18 de março de 1941, que trazia um curto diálogo que retrata muito bem a estrutura patriarcal que se encontra instituída até os dias atuais, de formas mais ou menos opressoras. Segue a transcrição:

- Terei prazer em dar-lhe minha filha em casamento. Antes, porém, preciso conhecer sua situação. Quanto ganha o senhor?
- Agora, nada; mas vou ganhar.
- E quanto?
- Depende.
- De que?
- Do dote da sua filha (DC, 18/03/1941).

Como podemos constatar na transcrição anterior, o casamento era arranjado entre o pai da moça e o pretendente, não havendo menção à participação da futura noiva na escolha do esposo. Fica claro que a conversa se baseava em uma negociação, da qual uma das partes interessada – a feminina – geralmente não opinava, conforme também indicam as pesquisas de Montero (2020). Beauvoir (1980a, p. 177) também problematiza essa questão, ressaltando que:

O privilégio econômico detido pelos homens, seu valor social, o prestígio do casamento, a utilidade de um apoio masculino, tudo isso impele as mulheres a desejarem ardorosamente agradar aos homens. Em conjunto, elas ainda se encontram em situação de vassalãs. Disso decorre que a mulher se conhece e se escolhe, não tal como existe para si, mas tal qual o homem a define. Cumpre-nos, portanto, descrevê-la primeiramente como os homens a sonham, desde que o seu ser-para-os-homens é um dos elementos essenciais de sua condição concreta.

As reflexões propostas por Beauvoir (1980a) no excerto acima traduzem muitas das publicações que encontramos em nossa pesquisa sobre o papel submisso que as mulheres

detinham no contexto em questão, no sentido de necessitarem da proteção e do apoio masculino, ressaltando as vantagens do casamento para as mulheres e as atribuições embutidas a elas nessa instituição. Por esse conjunto de elementos, Beauvoir (1980a, 1980b) denomina a mulher como o “não-ser”, como o “outro”, referenciando-se à falta de autonomia das mulheres. Bourdieu (2017, p. 60) contribui com esse debate, explicando que:

[...] a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, *espontânea e extorquida*, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos *efeitos duradouros* que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com essa ordem que as impõe (grifos do autor).

Essa “lógica paradoxal”, indicada por Bourdieu (2017), permite a interlocução com uma reportagem publicada na edição de 30 de janeiro de 1938, sob o título *Para a formação das novas gerações*, com o alerta de que “Não basta, por certo, aprender a ler e escrever. É mister ‘educar-se’, sobretudo com questões condizentes à moral, à civilidade e à higiene” (DC, 30/01/1938). Aqui vemos novamente uma menção clara a uma representação feminina bastante recorrente no referido periódico, fazendo jus ao papel da mulher como cuidadora do lar e como responsável pelo bem-estar da família, conforme apontamos em pesquisa pregressa (Campagnoli, 2020). Ainda segundo a notícia:

Nas escolas modernas existe o louvável empenho de ensinar às crianças noções gerais de higiene. As meninas maiores aprendem, em cursos especiais, higiene do lar e, sobretudo, puericultura, a fim de melhor se conduzirem quando mães. Também entre nós esta educação vem sendo iniciada e se muitas mães guiam inteligentemente o trato dos filhos é porque receberam estas importantíssimas instruções nas escolas que frequentaram (DC, 30/01/1938).

Na passagem anterior, fica claro o objetivo de uma educação voltada para as mulheres, no sentido comportamental, em que elas já teriam papéis sociais definidos como mãe e esposa, sendo, portanto, o espaço do lar como o campo de atuação dessas mulheres. Além disso, há a associação da mulher com o papel de cuidado com a saúde sua e da família, recorrendo a outro *habitus* frequentemente referendado a elas, segundo Vilela (2011), que ainda explica que essa estratégia de vincular as mulheres aos cuidados com a saúde se configuraria em uma forma de educação. Para analisar as diretrizes expostas até aqui, as reflexões propostas por Bourdieu (2017, p. 59-60) auxiliam, uma vez que:

Não se pode, portanto, pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada, ou até mesmo, calculada. O

efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma.

Assim, essa complexa dinâmica que vai da dominação explícita ao consentimento, da imposição até a subordinação, conforme explicado por Bourdieu (2017) e verificada em algumas das publicações já apresentadas até aqui, é corroborada por outra, veiculada em 21 de outubro de 1932, sob o título *A esposa ideal*, em uma referência clara às responsabilidades femininas em relação ao casamento. Na matéria em questão, noticiava-se que haveria um concurso, promovido por um comitê húngaro, em que a ganhadora seria a mulher que alcançasse o maior número de atribuições consideradas adequadas para uma esposa, como costurar, cozinhar e mostrar-se agradável ao marido, indo desde a aparência frágil e meiga (“mãozinhas de fada”), passando pelo domínio da dança e da música considerada de viés feminino, como o piano. Segue a transcrição:

A iniciativa tomada por comissão húngara de personalidades importantes tem interessado vivamente o mundo feminino. Trata-se da organização de um concurso cuja vencedora será a jovem que possuir em mais alto grau as virtudes de esposa ideal. [...] E o comitê em questão fez publicar uma longa lista de predicados que deve possuir “a moça que se vai casar”. Ela deve entender de cozinha e conhecer ainda melhor a arte de [...] seduzir por meio da dança]. A dança não impedirá, naturalmente, de certificar suas meias e o piano ser-lhe-á um instrumento familiar e de sons harmoniosos, quando dedilhado pelas mãozinhas de fada. [...] (DC, 21/10/1932).

Aqui podemos refletir novamente sobre qual seria a real intenção de se publicar uma reportagem dessas: Estariam, por acaso, as mulheres se rebelando contra suas tarefas ditas “naturais”, a ponto de se veicular uma matéria que divulgava a realização de um concurso em que a vencedora seria a mulher que demonstrasse mais habilidade nas tarefas do lar? Ou então: Será que o desinteresse das mulheres pelas atividades domésticas seria tão grande a ponto de se incentivar a retomada dessas funções, ditas femininas, por meio de uma reportagem? De qualquer forma, segundo Bourdieu (2008c), sempre há alguma intenção por trás da escrita de um texto e as palavras não são neutras, ou seja, um texto como o da publicação em questão possuía algum objetivo que se relacionava com as mulheres, o casamento e as atividades do lar. Essa publicação ainda nos permite constatar que os *habitus* não são “naturais”, como muitas vezes se tenta fazer acreditar, eles não surgem simplesmente na vida das pessoas, pelo contrário, eles são construídos no dia a dia, embutidos nas subjetividades, infundidos por meio de diversas estratégias como a veiculação de uma ideia em um periódico escrito.

Assim, a conformação de um *habitus* que valoriza “as virtudes de esposa ideal”, demonstrada na publicação anterior, vai de encontro ao que Monique Wittig (2019, p. 82) indica, em um capítulo intitulado *Não se nasce mulher*, em que a autora defende que “Nossa primeira tarefa, ao que parece, é desassociar completamente ‘mulheres’ (a classe dentro da qual lutamos) de ‘mulher’, o mito. Pois ‘mulher’ não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto ‘mulheres’ são o produto de uma relação social”. Essas análises corroboram o que Beauvoir (1980a, 1980b) já havia problematizado décadas atrás, ao afirmar que a mulher seria o “não-ser”, ou o “outro”, explicando que essa construção constitui-se em algo social e não simplesmente biológico.

Essa construção social feminina pode ser verificada por meio de um artigo veiculado em 17 de abril de 1947, sob o título *A educação feminina e a melhoria das condições sociais do povo*, sem autoria direta, em que se discute o caso do México, em que uma mulher chamada Adela Formoso recebe elogios por sua postura considerada louvável. Segundo a notícia, ela teria estudado a partir dos livros que existiam em sua casa, investindo, portanto, na apropriação do capital cultural, o qual seria aliado ao capital social, simbólico e econômico de que sua família já dispunha. A referida matéria fornece importantes elementos para refletirmos sobre como a educação das mulheres era compreendida no contexto em questão, especialmente no que concerne aos já referendados papéis de mãe e esposa (Campagnoli, 2020). Aqui fica claro que, ao se valorizar o investimento educacional das mulheres, não se pode perder de vista que essa educação deveria estar condicionada ao protagonismo delas apenas em alguns campos, portanto, não em todos. Além disso, destaca-se que Adela também seria escritora e estaria envolvida com questões relacionadas a obras sociais e de caridade, outro *habitus* considerado tipicamente feminino, conforme demonstra a transcrição a seguir:

A mulher não deve ter posição alguma fora de seu lar e da sociedade em que figura – esta é uma tradição secular espanhola, seguida à risca até bem pouco tempo no México. Agora, porém, essa tradição não é mais tão rigorosamente observada, uma das pioneiras de sua abolição – segundo consta em um artigo publicado em *Seleções de Março* – foi Adela Formoso. Descendente de uma das mais respeitáveis famílias do México, não se conformava em ver seus irmãos seguirem cursos universitários, enquanto ela e outras moças ficavam limitadas ao estudo do francês e regras de etiqueta social, com o fim único de lograr um futuro casamento. Ansiosa por poder cooperar na obra de remodelação de seu país, Adela se instruíra na biblioteca de seu pai, esperando pacientemente pela sua oportunidade, que chegou com seu casamento com Carlos Obregon Santacilia, o qual também compartilhava com seus ideais. Livre para então seguir suas inclinações, Adela matriculou-se na Universidade. Depois de formada, fundou e ainda dirige a Universidade Feminina, filiada à Universidade Nacional, cujo objetivo é preparar as moças mexicanas para se tornarem boas cidadãs e melhores mães. Entre suas muitas realizações figura a Sociedade de Beneficência dos Cegos, a fim de procurar minorar esse grande mal que impera entre as classes pobres do México: a cegueira. Presentemente, está procurando instituir um tribunal

para deliberar exclusivamente sobre crimes de menores. A sra. Obregon é uma das oradoras mais solicitadas de seu país e escritora apreciadíssima. Emissária do governo mexicano em várias missões especiais, foi delegada mexicana à Conferência das Nações Unidas em São Francisco, Califórnia. É também um dos mais finos ornamentos da sociedade mexicana, mãe desvelada e esposa dedicada. É, enfim, uma das senhoras mais diligentes deste hemisfério, que há muitos anos vem lutando contra o preceito existente sobre a educação da mulher, pois, diz ela, só com uma educação melhor se poderiam melhorar as condições sociais do povo, de que tanto depende a estabilidade dos lares (DC, 17/04/1947).

A publicação anterior é interessante porque demonstra algumas contradições em relação à postura de Adela Formoso, pois, ao mesmo tempo que a reportagem aponta sua vontade em seguir o mesmo caminho de seus irmãos que, enquanto homens poderiam continuar com os estudos e cursar a universidade, por exemplo, há a informação de que Adela, depois de formada, fundou a Universidade Feminina, instituição que tinha o propósito de preparar as mulheres para “[...] se tornarem boas cidadãs e melhores mães”, seguindo *habitus* já bastante conhecidos e atribuídos às mulheres. Outro ponto a destacar diz respeito ao fato de que a “oportunidade” de Adela somente se concretizou a partir de seu casamento, demonstrando, com isso, a falta de autonomia feminina, mantendo a figura masculina, no caso, o marido, como ponto central da vida das mulheres. O apelo às representações de mãe zelosa e esposa exemplar também se faz presente, assim como a menção ao papel de Adela à frente de ações assistenciais, postura tipicamente associada às mulheres, conforme discutiremos mais adiante.

Seguindo por esse viés, em publicação de 12 de janeiro de 1946, em uma seção da coluna *Lares e Salões*, presente unicamente nesta edição, intitulada *Carnet feminino*, havia cinco frases que enalteciam as virtudes morais que as mulheres deveriam se preocupar em seguir. Essas máximas reforçavam a associação das mulheres aos sentimentos, à resignação e à paciência, reiterando *habitus* femininos já consagrados. Segue a transcrição:

A maior beleza consiste na bondade e no equilíbrio da mente, com o corpo e o espírito.
A calma resolve os mais complexos problemas.
O amor a todos os seres é a verdadeira elegância da alma.
De nada valerá um lindo corpo feminino adornado com riqueza e bom gosto, se abrigar uma alma mesquinha e egoísta.
A felicidade há tanto procurada pelos homens reside em nosso próprio coração, portanto, só ali poderemos encontrá-la (DC, 12/01/1946).

O excerto anterior dialoga com a pregação de outras representações tidas como femininas e associados às questões biológicas, defendendo que as mulheres seriam fisicamente mais fracas que os homens, que teriam menos músculos e que seus corpos seriam perfeitos para a maternidade. Wittig (2019, p. 87), ao apontar o desenvolvimento do feminismo em articulação com essas pautas, explica que “As mulheres começaram a lutar por si mesmas como grupo e

consideraram corretamente que compartilhavam características comuns como resultado da opressão. Mas para elas essas características eram naturais e biológicas mais do que sociais”.

As questões que envolvem o lar e as tarefas domésticas estão tão imbricadas ao que se esperava que as mulheres realizassem que, constatamos em nossa pesquisa, uma grande frequência dos chamados “conselhos”, que eram direcionados para as mulheres. Nessas publicações estavam presentes matérias com receitas culinárias, além de dicas para o lar, como na seção *No seu lar*, cujo título trazia *Dez mandamentos para se fazer um bom café*, veiculado na edição de 21 de fevereiro de 1946. Em algumas edições dos anos de 1940, uma seção chamada *Prato do Dia* também trazia receitas para um cardápio completo, incluindo o prato principal e a sobremesa, como na edição de 21 de março de 1947, em que as indicações eram de *Croquetes de frango à espanhola* e *Torta da Flórida*, como sugestões para as senhoras donas de casa prepararem as refeições para a família. Essa vinculação das mulheres com a elaboração de refeições e cuidados com a casa mostram-se como representações fortemente presentes nas páginas do *Diário dos Campos*, seguindo os dados obtidos em outras pesquisas, como a de Cardoso (2010) e Campos (2010).

A abordagem que unia os *habitus* femininos regidos pela resignação e a ocupação com a alimentação da família foi também apresentada em uma propaganda do macarrão da marca “Letizia”, publicada em 05 de agosto de 1945, sob o título *Amélia é que era mulher de verdade!...*, fazendo alusão à letra da famosa canção *Ai que saudades da Amélia*, composta por Ataulfo Alves e Mário Lago e lançada em janeiro de 1942. A letra da referida música remete a um *habitus* de mulher ideal, companheira para todas as dificuldades e necessidades, chegando até a suportar a fome sem reclamar. Os autores da letra ainda enfatizam que a personagem Amélia, por não ser vaidosa, é que se constituiria em um verdadeiro modelo de mulher.

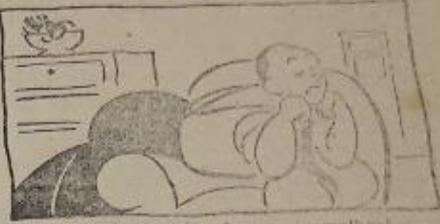
Além disso, na referida propaganda, a qual pode ser observada a seguir, o homem em questão é retratado em um sofá, de modo entediado e queixoso, lamentando-se pela saudade de “Amélia” e pelo fato de ela cozinhar o macarrão “Letizia” para a família. O último quadro apresenta a chegada da personagem carregando seus pertences e a felicidade do esposo com tal ação. No entanto, ao contrário da letra da referida música a que fizemos alusão, a Amélia da propaganda do macarrão “Letizia” não parece incorporar uma representação de mulher frágil ou submissa, mas sim, de uma mulher autônoma que sai de casa e volta a hora que quer, fazendo o marido sentir sua falta e alegrar-se com o seu retorno, conforme podemos perceber nas imagens a seguir:

Figura 11: Propaganda do macarrão "Letizia"

Amélia é que era
mulher de verdade!...



1 **Aii Aii Que saudades da Amélia!**
Como eu me lembro daquelas tardes... nós dois bem juntinhos no banco do jardim... E quando voltávamos para a nossa "ninho", com o estômago a dar luvas, que belas macarronadas tu me fazias, com as deliciosas Massas Letizia!



2 **Aquilo, sim, é que era mulher!**
Quando você era criança, meu pai dizia que eu era uma menina no péssimo, deixo notar que eu não sou o tipo de menina mesmo, a minha mãe me ensinou a ser uma mulher de verdade, Letizia que nunca esquece!



3 **Amélia não tinha a menor vaidade!**
No salão ou na cozinha ninguém lhe chegava aos pés... — "É uma rainha", todos diziam. E era mesmo! Nas mãos da minha Amélia a roupa branca, as louças e panelas brilhavam como a luz do dia, com o Sabão e Saponáceo Letizia.



OH! AMELINHA!
VOCÊ VOLTOU!
QUÊ A VIDA COM
AMÉLIA É OUTRA
COISA!!

● O Macarrão Letizia é feito com farinha de trigo da melhor qualidade, especialmente escolhida para este produto. Cozinhando durante 30 minutos rende 3 vezes mais, porque enche a panela e não desmancha! Faça uma suculenta macarronada com o novo Macarrão Letizia... e veja que delícia!







ÓLEO
DE AMENDOIM
GUANABARA



ÓLEO
DE ALGODÃO
LETIZIA



SABÃO E
SAPONÁCEO
LETIZIA

Fonte: *Jornal Diário dos Campos*, 05/08/1945.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Essa propaganda também pode ser compreendida de outra forma, no sentido da submissão do homem à mulher, ou no caso, do marido à esposa, invertendo os papéis que comumente representam a mulher como o indivíduo que depende do outro. Nessa interpretação, o marido, ao ficar sem a companhia da esposa, fica desorientado, deitado no sofá, triste, sem saber o que fazer. Quando ela retorna, sua disposição se renova e ele demonstra alegria com a sua presença. Por outro lado, aqui também podemos pensar no papel da mulher como o centro

do lar, como a responsável pela casa, novamente vislumbrando uma representação que reforça a necessidade de sua presença em casa, como forma de manter a “ordem natural” das coisas.

Como vimos, apesar de a maioria das notícias, reportagens, anúncios e propagandas para/sobre as mulheres em relação ao casamento seguirem um viés que valorizava a presença delas no lar, o papel de mãe e esposa, além de se configurar como a cuidadora do bem-estar de todos, ainda assim, em alguns raros momentos surgiam publicações que divergiam desse ponto de vista. No caso que apresentamos agora, a discrepância é ainda mais marcante por se tratar de um casamento da realeza, em que a preocupação com as tradições e a manutenção do que já está posto parece se mostrar ainda maior. Trata-se da reportagem veiculada em 14 de julho de 1932, com o título *O noivado entre a princesa Juliana da Holanda e o príncipe Bertil da Suécia*. Pelo subtítulo desta reportagem – *Uma casa real onde o marido da rainha tem bem uma importância secundária* - já podemos conjecturar que o texto discorre sobre uma visão matrimonial em que a mulher adquire um destaque maior do que o homem, conforme podemos constatar na transcrição a seguir:

A notícia já é oficial; a princesa Juliana da Holanda vai contrair núpcias com o príncipe Bertil da Suécia, neto do rei Gustavo V, o soberano que, aos setenta e tantos anos, ainda disputa torneios de tênis em Nice. A princesa Juliana é a filha única da rainha Guilhermina, a dona da Holanda e suas possessões longínquas. Desvanecem-se destarte os palpites e as ansiedades do povo holandês, que há muito vinha sofismando acerca do futuro marido da sua futura rainha. É verdade que na Holanda, país onde saem governar as mulheres com mais frequência que os homens, esse problema de saber quem era o marido da soberana não tem muita importância. O príncipe consorte só tem uma missão junto ao trono: é dar descendência à rainha. Fora disso, ele não passa de um grande zero de luxo, muito respeitado e querido pelo povo, mas a quem não se dão maiores ouvidos. Uns vivas e umas salvas de palmas. A Constituição da Holanda veda mesmo terminantemente que o príncipe consorte dê palpites acerca das cousas do Estado. [...] A princesa Juliana é uma robusta garota de vinte e três anos, muito instruída e dona de um espírito prático, que faz inveja a muito ministro da Fazenda. Chegou à idade de casar-se compreendendo muito bem a sua missão na terra e não se opôs às conversações levadas a cabo sobre este assunto pela sua mãe junto às cortes europeias. Cossa rápida como convém com o espírito utilitarista da futura soberana dos Países Baixos. Nada de pieguismo. Nada de novelas sentimentais. É mulher como as demais, mas, acima de tudo, a criatura em torno da qual giram os destinos de uma bandeira. [...] A filha da rainha Guilhermina é uma moça que faz furor pela sua vasta cultura e pela sua inteligência de escol. Fala oito idiomas com rara perfeição. Além disso, joga tênis, nada admiravelmente bem e é uma ciclista de mão cheia. Moderna, dispensa os dourados do protocolo e diariamente é vista no meio da rua, conversando com as suas colegas da Universidade. [...] [O príncipe Bertil] ficou muito contente quando lhe disseram que estava indicado para casar com a princesa Juliana, embora a noiva tenha quatro anos mais que ele, o príncipe, segundo os cálculos dos íntimos da Coroa da Suécia, vai dar um marido excelente, pois é um ótimo rapaz. E, além do mais, deve ter pensado lá com seus botões, que mais vale ser marido da rainha da Holanda, que um príncipe anônimo da corte gelada do seu avô. E depois a princesa Juliana é uma menina bonita e “coquete”, que nas horas de ócio sabe ser mulher faceira e encantadora. [...] (DC, 14/07/1932).

Nesse sentido, a extensa matéria apresentada no último excerto nos fornece inúmeros elementos para análise, a começar pelo enaltecimento das qualidades da noiva, sendo apresentada como moça culta, que falava vários idiomas, “moderna”, que frequentava a universidade, jogava tênis, nadava e andava de bicicleta, entre outras atribuições não tão comuns para serem realizadas por mulheres no contexto histórico em questão. O *Diário dos Campos* apresenta a princesa Juliana como uma detentora de profundo capital cultural, além do econômico, social e simbólico, oriundos de seu pertencimento à realeza holandesa. Em nenhum momento são citados os predicados comumente associados às mulheres, em especial, aqueles da chamada “idade para se casar”, como saber cozinhar, costurar e cuidar de marido e filhos, por exemplo. Pelo contrário: a matéria destaca a preparação da referida princesa para enfrentar as questões políticas do país, as quais, de acordo com o texto jornalístico, são tradicionalmente assumidas na Holanda com mais frequência pelas mulheres.

Nessa passagem, também conseguimos perceber o que Beauvoir (1980a, 1980b) indica sobre o “tornar-se” mulher, explicando o peso dos ditames sociais nessa construção, pois, segundo a referida publicação, se na Holanda as mulheres podem assumir cargos políticos com menos estranhamento do que em outros lugares, essa situação demonstra que trata-se de uma questão social, da conformação de um *habitus* e não de uma questão biológica.

Em diálogo com Spivak (2014), é possível notar os imbricamentos que envolvem as mulheres e as classes sociais que elas ocupam, explicando que, quanto mais alto o posicionamento na hierarquia social, mais condições as mulheres têm de se posicionar ou assumir postos com maior nível de autonomia. Esse raciocínio pode ser aplicado para o caso da princesa Juliana, pois, ao pertencer a uma esfera social de prestígio, ela demonstra gozar de maior liberdade em comparação com outras mulheres do seu contexto histórico.

Sobre isso, é interessante notar que parece haver uma inversão em alguns papéis sociais historicamente indicados como adequados para homens e mulheres, como, por exemplo, o de ter filhos, pois a matéria comenta que a única função do príncipe deveria ser a de providenciar a sucessão do trono, gerando herdeiros para a realeza que se propunha perpetuar por meio desse casamento. Geralmente, isso era o que se esperava das mulheres, ou seja, gerar filhos (Campagnoli, 2020). No entanto, quase ao fim da transcrição, podemos vislumbrar um certo retorno aos *habitus* comumente associados às mulheres, como a preocupação com a aparência, as chamadas “futilidades femininas” e a atitude “coquete”, termos sugeridos, talvez, como um modo de suavizar a discussão apresentada e, de repente, até como forma de tranquilizar o futuro marido da princesa Juliana (e, talvez, os demais homens que, porventura,

lessem a reportagem), no sentido de que, no fundo, e apesar de todas as suas características singulares para a sua época, ainda assim, ela seria como todas as outras mulheres.

Todas essas matérias, notícias e reportagens apresentadas até aqui podem ser compreendidas como formas de educação feminina, que apresentam diferentes nuances de abordagem. Desse modo, podemos perceber que as temáticas que envolvem o universo feminino constituíram-se em conteúdo para inúmeras reportagens no jornal *Diário dos Campos*. Em uma dessas reportagens, publicada em 21 de janeiro de 1938, o periódico reproduzia uma notícia originalmente veiculada no Rio de Janeiro que dizia que em Berlim estava sendo criada a “Escola do Amor”, “[...] com o intuito de tornar as mulheres alemãs mais amorosas, boas esposas e boas mães [...]” (DC, 21/01/1938).

Aqui há a recorrência ao reforço de representações femininas que consistem na conformação de uma esposa atenciosa, uma dona de casa dedicada a manter a harmonia do lar, ao cuidado extremoso com os filhos e com as pessoas doentes da família, além de manter um semblante de calma, amorosidade e paciência com tudo e todos. Aqui constatamos a recorrência ao *habitus* cuidador, que defende uma postura meiga e compreensiva que as mulheres deveriam adotar.

No entanto, devemos expandir nossa análise, enfatizando algumas questões importantes. Inicialmente, qual seria a razão de se instituir uma “Escola do Amor” para “ensinar” determinados comportamentos e atitudes para as mulheres? Se esses *habitus* realmente já estivessem instituídos, seria mesmo necessário criar uma escola como essa? Ou será que, talvez, as mulheres já não estivessem mais se enquadrando “espontaneamente” nos modelos considerados convenientes para elas, a ponto de se cogitar a organização de uma escola que retomasse esses “ensinamentos”? Além disso, a ideia de criação dessa escola teria partido de quem? O responsável seria um homem ou uma mulher? Vejamos: muitas são as lacunas e as dúvidas que rodeiam a chamada “Escola do Amor”, pois, se prestarmos atenção a esse episódio, poderemos chegar à conclusão de que, se os ditos *habitus* femininos estivessem realmente consolidados, provavelmente ninguém cogitaria criar uma escola para “ensinar” tais preceitos às mulheres, de forma que, se essa escola surgiu, pode ser devido ao desenvolvimento de novos *habitus* que se contrapõem aos antigos, rompendo com uma ordem simbólica tradicional.

Além disso, essa notícia menciona uma experiência realizada em Berlim, demonstrando o esforço do *Diário dos Campos* em compartilhar notícias de outras partes do mundo, conforme já indicamos anteriormente como uma prática recorrente do periódico, seguindo o que outros impressos também realizavam (Souza, 2022). Esta talvez configure-se em uma forma de articulação entre o regional, o nacional e o internacional, apesar de sabermos que cada espaço

possui suas especificidades. Essa postura pode ser compreendida como uma tentativa de incluir a região dos Campos Gerais na roda dos acontecimentos, por meio da promoção da circulação de notícias de outras regiões.

Desse modo, especificamente neste item, pudemos refletir sobre como o *Diário dos Campos* encaminhava as questões relacionadas ao casamento, compreendendo-o como uma forma de relação social e em como essas questões eram direcionadas às mulheres, podendo ser analisadas como uma estratégia de ensinamento, influenciando comportamentos, anseios e escolhas. Constatamos um grande número de reportagens que reforçavam as representações de educação das mulheres ligadas ao cuidado com o lar, com os filhos, consigo mesma e com a família como um todo. Isso nos leva a refletir sobre um possível movimento que talvez estivesse acontecendo com as mulheres nesse contexto, no sentido de questionar os *habitus* já consolidados, justificando assim, o esforço do *Diário dos Campos* em publicar frequentemente matérias que confirmassem os papéis ditos femininos. Pode ser também que o receio de que elas se rebelassem fosse tão grande, a ponto de se cogitar ser necessário se precaver, publicando de modo sistemático as ideias que deveriam ser mantidas. Essas abordagens dialogam com o tema do próximo subtópico, como poderemos acompanhar na sequência.

2.1.3 “A mulher nasceu para ensinar, e o ensino é nela a segunda função da maternidade”: As professoras no jornal *Diário dos Campos*

Uma marca forte e recorrente no jornal *Diário dos Campos*, além das matérias relacionadas ao casamento, foi sua interlocução com as professoras que atuavam na região de Ponta Grossa. Talvez essa frequência de reportagens sobre mulheres que ensinavam tenha relação com a ideia de que a professora de crianças pequenas se constituía em uma extensão da maternidade. Para registrar essa presença constante nas páginas do periódico, apresentamos o título deste subtópico - *A mulher nasceu para ensinar, e o ensino é nela a segunda função da maternidade* – frase de autoria do médico e antropólogo italiano Paolo Mantegazza e que foi veiculada na edição de 26 de agosto de 1933.

Desse modo, em um texto publicado em 01 de abril de 1938, intitulado *Saudade do passado (Para a professorinha que eu vi)*, o autor, do qual não se cita o nome, relembra, de forma sentimental, de acontecimentos ocorridos há muito tempo em sua vida, como as emoções que experimentava quando se encontrava na companhia de sua amada, lembranças essas que afloraram na mente do autor após o encontro com a personagem que ele chama de “professorinha”. Nesse texto, o autor explica que o encontro com a “professorinha” fez avivar

uma memória há tempos esquecida, fazendo-o sentir a emoção de momentos especiais do passado, momentos esses que ele associou à imagem da referida docente. Cabe registrar aqui que o termo “professorinha” parece ter sido utilizado no sentido de carinho e não com teor depreciativo, como ocorre em algumas situações, em que a expressão se articula com uma representação feminina de professora das primeiras letras.

Outras referências às educadoras da região dos Campos Gerais foram registradas pelo *Diário dos Campos* por meio de informativos das formaturas das chamadas “professorandas”, a exemplo do que foi publicado na edição de 08 de novembro de 1942, ocasião em que o periódico se referiu ao curso de formação de professores promovido pela Escola Normal de Ponta Grossa²⁹ como “brilhante” e responsável pela formação profissional da “dignificante missão de educar”. Ao final da notícia estavam os nomes das formandas, a saber: Carmen Rass, Edite da Luz Proença, Dulce Marques Guimarães, Glacy Santos de Almeida, Hilda Silva, Iná Silveira Pereira, Josefina Nascimento Ribas, Lucia Rysicz, Maria Tereza Miranda e Mercedes Santos Miranda (DC, 08/11/1942).

Por meia desta notícia, podemos perceber que somente nomes femininos compunham a turma de professorandas de 1942, demonstrando que o magistério das primeiras letras, ao menos no ano de 1942, era constituído somente por mulheres. Os homens, quando estavam presentes em turmas de conclusão da Escola Normal, geralmente eram em número reduzido. Assim, a feminização do magistério, processo que se desenvolvia em muitas regiões do Brasil, também estava presente em Ponta Grossa (Del Priori, 2015).

Sobre isso, June Hahner (2011, p. 467) explica que: “No Brasil, como em muitos outros países do mundo ocidental, o magistério primário passou de ocupação majoritariamente masculina, em meados do século XIX, para a ocupação feminina, no século XX, sempre com diferenças nacionais”. A autora ainda assinala o papel primordial das questões econômicas nesse processo, além “[...] do discurso do ensino como uma extensão da função maternal [...]”, desconsiderando, com isso, os aspectos relacionados à formação propriamente dita e aproveitando para justificar os baixos salários pagos às professoras (Hahner, 2011, p. 467).

Aliado à essa função maternal do ensino vinculada às mulheres, Lima (2021) explica que, nesse contexto, especialmente a partir dos anos 1930, elas também precisavam apresentar um perfil moral impecável que valorizava os princípios cívicos e patrióticos, ou seja:

²⁹ De acordo com Vaz (2005), o decreto nº 135, de 12/02/1924, autorizou a criação da Escola Normal de Ponta Grossa, durante o comando de César Prieto Martínez, então Inspetor Geral do Ensino do Paraná.

Imbuída de qualidades de virtude e civismo, a professora se tornou a personagem central para sustentar esse período de transformação social, política, econômica e cultural. Por isso, na composição dos hinos das unidades de formação de professores do DF³⁰, não faltaram referências ao nacionalismo, ao desenvolvimento da nação e à missão de levar o conhecimento à população (Lima, 2021, p. 8).

Em outra menção às professoras que atuavam em Ponta Grossa, publicada na edição de 05 de abril de 1938, em um artigo intitulado *Significativa homenagem será prestada à educadora Emília Dantas*, o periódico comunicou a seus leitores que a referida professora seria nomeada pela “[...] Diretoria de Ensino para dirigir a Escola de Professores³¹, seção de Ponta Grossa, distinção essa que por si só diz do valor daquela educadora”. A notícia ainda explicava que a professora Emília, até então, estava à frente da direção do Grupo Escolar Júlio Teodorico³² e, como despedida de suas funções, os professores, funcionários e alunos dessa instituição ofereceriam uma homenagem à docente como forma de agradecimento por seu trabalho. Essa notícia indica que Emília Dantas dispunha de um volume considerável de capital social e simbólico, possivelmente, inflacionados pelo capital cultural que ela também detinha pelo fato de ser professora e ocupar o cargo de diretora de uma escola, algo incomum para a época.

Sobre isso, é importante esclarecer que, no contexto abordado, as mulheres eram incentivadas a tornarem-se professoras, especialmente de crianças, seguindo os preceitos morais e nacionalistas em voga no momento (Lima, 2021). No entanto, os cargos de gestão, como o de diretor escolar, ainda estavam, na maior dos casos, sob o comando de homens (Vaz, 2005; Hahner, 2011; Sales, 2010).

Outra homenagem prestada a uma educadora de Ponta Grossa foi publicada em 23 de março de 1947, na ocasião do falecimento da professora Judith Macedo Silveira. Esta matéria, que ocupou um espaço considerável na diagramação do *Diário dos Campos*, trouxe, inclusive, a imagem da professora³³ e rendeu outros artigos no mesmo jornal nos dias subsequentes. O periódico ressaltou a relevância da referida docente, registrando que:

³⁰ A capital federal à época situava-se na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

³¹ A Escola de Professores refere-se à Escola Normal de Ponta Grossa, criada em 1924, conforme exposto em nota anterior. Segundo Nascimento (2004), a abertura dessa instituição educacional constitui-se em um marco para a cidade de Ponta Grossa e para a região dos Campos Gerais, por se tratar da primeira escola de formação de professores do interior do Estado do Paraná, configurando-se em reivindicação antiga da sociedade local.

³² Para maiores informações sobre o Grupo Escolar Júlio Teodorico, além das demais instituições educacionais de Ponta Grossa presentes no contexto histórico abordado nesta tese, consultar as pesquisas de Vaz (2005); Nascimento (2004, 2012); Martins (2022).

³³ As fontes demonstram que o jornal *Diário dos Campos*, ao tratar de notícias sobre mulheres, raramente incluía imagens delas, excetuando-se citações a artistas e personagens famosas que se encontravam em passagem pela cidade, conforme discutiremos na sequência.

A sociedade ponta-grossense foi abalada com a notícia do falecimento [...] de D. Judith Silveira [...]. Embora a ilustre e venerada matrona se encontrasse já há bastante tempo enferma, a notícia de seu passamento constituiu dolorosa surpresa para quantos a conheciam e com ela mantiveram relações de amizade. Era a sra. D. Judith, personalidade de destaque nos meios sociais e culturais de Ponta Grossa, onde teve larga atuação à frente de causas e empreendimentos, os mais nobres. Educadora que possuía largo tirocínio e sólida cultura, tornou-se uma das figuras de maior autoridade nos quadros do nosso magistério, tendo fundado aqui o Liceu dos Campos, um dos nossos mais prestigiosos e conceituados estabelecimentos de ensino. À frente de movimentos sociais e beneficentes de ampla envergadura, prestou os mais relevantes benefícios à população. Exerceu, por algum tempo, com dedicação e consciência, o cargo de presidente da Legião Brasileira de Assistência. Por sua cultura, por seu espírito evoluído, por sua grande bondade, tornou-se querida e venerada de quantos primaram de seu trato cativante. Seu falecimento constitui dolorosa perda para a sociedade ponta-grossense, que lhe presta à memória venerada, desde a hora fatal de seu desaparecimento, as mais comovidas homenagens [...] (DC, 23/03/1947).

A matéria com a homenagem póstuma à professora Judith Silveira apresenta pontos interessantes para análise. Uma dessas questões versa sobre o capital cultural de que dispunha a referida educadora, capital esse que lhe possibilitou apropriar-se de outros dois tipos, a saber, o capital social e simbólico, como a exemplo da professora Emília Dantas Ribas. Além disso, homenagens como a prestada à educadora Judith Silveira por ocasião de seu passamento, geralmente eram conferidas a homens ilustres da região dos Campos Gerais e raramente a mulheres. Isso fica evidente nas referências que o *Diário dos Campos* faz em relação ao aporte cultural de que dispunha a professora. Ademais, algumas representações tipicamente associadas às mulheres, especialmente às professoras, são destacadas nas palavras do próprio periódico, alegando que Judith Silveira dispunha de alguns predicados como, por exemplo, dedicação, consciência, bondade e tirocínio, virtudes essas, que estavam relacionadas com os cargos que ocupou e com as ações que empreendeu ao longo da sua vida. Dentre elas, destacam-se a fundação do Liceu dos Campos³⁴, considerado, segundo o periódico, como “[...] um dos mais prestigiosos e conceituados estabelecimentos de ensino” e o fato de ter estado à frente da Legião Brasileira de Assistência, instituição vinculada a mulheres e considerada como de grande distinção para elas. Segue o retrato da professora que acompanhava a matéria:

³⁴ Para maiores informações sobre essa instituição educacional, consultar a obra de Oliveira (2002).

Figura 12: Imagem da professora Judith Macedo Silveira



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 23/03/1947.
Acervo: Museu Campos Gerais.

O reconhecimento à professora Judith Silveira também veio na edição de 11 de abril de 1947, menos de um mês após seu falecimento, em que o *Diário dos Campos* apresentou um texto assinado por Joanino Sabatela³⁵, em que ele discorria sobre a homenagem que seria prestada a ela, concedendo seu nome a uma rua da cidade:

Congratulei-me há pouco tempo com quem teve a feliz lembrança de colocar como patrono espiritual de um dos templos educacionais de nossa cidade, o nome do grande e saudoso professor João Rodrigues Becker e Silva. Hoje com a mesma satisfação volto para associar-me à sugestão oportuna e justa de nossa PRJ – Rádio Clube Ponta Grossense, na inspiração que teve de pedir aos nossos poderes municipais para perpetuar na denominação de uma de nossas ruas, o nome de quem tanto fez pela instrução de nossos povos e que foi a benemérita educadora D. Judith Macedo Silveira. O seu nome, a sua obra em prol do nosso progresso intelectual, devem ficar imortalizados e gravados na gratidão de nossa terra, pois constituía um dos decisivos fatores do grau de cultura que grande parte dos filhos de Ponta Grossa e de outros pontos do Estado ostentam e desfrutam seus benefícios em todos os setores da atividade humana, onde a instrução é base primordial. Foi incansável, dedicada e sua abnegação pela causa da instrução de nossa gente, revestiu-se de verdadeiro e sublime apostolado. Ponta Grossa mais uma vez vai provar e dizer que sabe ser reconhecida aos seus com amor e devotamento patriótico, trabalham pelo seu engrandecimento. Sou admirador dos professores, pois considero a grandiosa missão de educar e ensinar

³⁵ Personagem conhecido na cidade de Ponta Grossa no período histórico em questão por sua ligação com a doutrina espírita e pela proximidade com o jornalista Hugo dos Reis.

quase divina e porque também desempenham o sublime papel de pais espirituais de nossos filhos (DC, 11/04/1947).

A obra memorialista sobre os educadores ponta-grossenses, organizada por Joselfredo Cercal de Oliveira (2002), também ressalta a trajetória profissional da educadora Judith Macedo Silveira, destacando que:

Diretora do Liceu dos Campos, a professora Judith fez de seu estabelecimento de ensino primário uma verdadeira escola-modelo de cidadania, preparando seus discípulos para o exercício livre dos direitos e deveres de cidadão. Nasceu em Almirante Tamandaré, em 17 de outubro de 1893. Era filha única do casal Aurélio Macedo e Floripa de Siqueira Macedo. Casou-se com o farmacêutico Ernesto Silveira e teve três filhos [...]. Formou-se em 1909, após excelente curso pela Escola Normal de Curitiba, cujo diretor era o professor Lysímaco Ferreira da Costa. Na época, foi aluna da educadora Júlia Wanderley. Começou a carreira de magistério em Almirante Tamandaré e depois veio para Ponta Grossa, trabalhando numa pequena escola isolada. Pouco tempo depois, transferiu-se para o Grupo Escolar Senador Correia, onde teve destacada atuação como mestra. Em 1917, foi fundada a primeira escola secundária de Ponta Grossa, que preparava professores primários adjuntos. Era a Escola Intermediária, que credenciava à matrícula na Escola Normal de Curitiba, a única no Estado naquela época. A professora Judith Silveira foi sua primeira diretora. Em 1924, o governador Caetano Munhoz da Rocha criou a Escola Normal Primária de Ponta Grossa, que incorporou a Escola Intermediária, e a professora Judith passou a fazer parte do corpo docente da Escola de Aplicação. [...] Em 1926, a educadora fundou o Liceu dos Campos, em sua residência, na Avenida Vicente Machado, que logo foi transformado em um verdadeiro modelo de ensino primário [...]. Deixou a direção do Liceu em 1945; antes, já havia se aposentado do Estado [...] (Oliveira, 2002, p. 145-146).

Por meio desta última citação, podemos vislumbrar a linguagem adotada por Oliveira (2002), no sentido de valorização dos educadores, no caso específico aqui, da professora Judith Silveira, tida como exemplo de mulher, mãe, educadora, diretora, configurando-se, assim, em uma espécie de liderança feminina. O autor também ressalta que a professora Judith Silveira preocupava-se em preparar os alunos para “[...] o exercício livre dos direitos e deveres de cidadão”, reconhecendo a relevância da educação para se atingir esse intento. Além disso, ao enfatizar suas características morais e profissionais, podemos compreender a referência à professora Judith Silveira como uma representação de educação para as mulheres, elegendo a professora como um exemplo a ser admirado e seguido.

No que concerne ao contexto nacional, Lima (2021) cita a trajetória de Carmela Dutra, esposa do General Eurico Gaspar Dutra³⁶, que também foi aluna da Escola Normal e atuou como professora primária. De acordo com o referido autor (2021, p. 11):

³⁶ Militar que se tornou presidente do Brasil entre os anos de 1946 a 1951.

Dutra havia sido Ministro da Guerra de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial e teve como principal cabo eleitoral na campanha a fervorosa católica D. Carmela Dutra, sua esposa. Chamada socialmente de Santinha, D. Carmela Dutra havia sido aluna da Escola Normal do Distrito Federal e professora primária da rede pública do DF. Sofreu uma intensa investigação realizada em 1942 na qual o FBI estadunidense apontou que ela estaria convertendo os mais altos círculos sociais brasileiros a entrar na guerra ao lado dos nazistas, o que efetivamente não ocorreu, pois naquele ano Vargas optou por entrar na guerra ao lado dos EUA. [...].

Lima (2021) ressalta a profissão de Carmela Dutra como professora e sua influência na eleição de diversas figuras políticas do então Distrito Federal, localizado à época na cidade do Rio de Janeiro, demonstrando que o papel de primeira-dama nem sempre tende a se limitar aos assuntos assistenciais, conforme representação feminina bastante conhecida. Interessante analisar aqui alguns pontos como, por exemplo, o apelido de Santinha, algo que remete a uma visão talvez de bondade, desinteresse, abnegação ou imparcialidade, quando, segundo Lima (2021), a senhora em questão pareceu influenciar diferentes campos de atuação, envolvendo, muitas vezes, temáticas sensíveis. Além disso, o fato de Carmela Dutra, a chamada Santinha, demonstrar essa disposição em se posicionar frente a assuntos delicados vem de encontro à postura geralmente associada às mulheres, no sentido da passividade, ainda mais no caso de ela se constituir na esposa de um militar, figura geralmente associada à comando e chefia, comumente assumidos pelos homens.

A notícia sobre as ações da primeira-dama à época, Carmela Dutra, a Santinha, enfatiza sua atuação política, como “cabo eleitoral” do marido, apenas citando sua formação na Escola Normal e o fato dela ter sido professora primária. Sobre isso, podemos problematizar a questão de que, no contexto em tela, as mulheres eram incentivadas a frequentar a Escola Normal e isso era considerado louvável para elas (Araújo, 2010; Almeida, 2020), configurando-se, portanto, em um caminho muito comum para as mulheres.

As homenagens às professoras também foram observadas na pesquisa de Ivashita (2020), ao analisar os exemplares do chamado Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, especificamente a Galeria dos Mestres, parte integrante do referido boletim, nos idos dos anos de 1950. Segundo a autora:

Tal impresso serviu para a formação e aperfeiçoamento de professores leigos e era bastante prescritivo quanto às formas de organizar o ensino. Temos três pontos de destaque para indicar. Primeiro, todos aqueles que foram homenageados na Galeria dos Mestres tinham uma formação inicial muito variada, mas, em algum momento atuaram como professores(as), então a docência foi um ponto em comum entre eles. O segundo destaque vai para a representatividade feminina no Boletim. Dentre os dez nomes homenageados, temos seis homens e quatro mulheres, e isso é bastante significativo se considerarmos que duas delas aparecem como pioneiras: Maria Falce

de Macedo³⁷ que foi a primeira mulher a ocupar uma cátedra universitária no Paraná e Eny Caldeira³⁸, que assumiu a coordenação do Instituto de Educação do Estado, após 77 anos de existência da instituição sob o comando masculino (Ivashita, 2020, p. 336).

As problematizações de Ivashita (2020) apresentam alguns pontos de convergência com os nossos dados de pesquisa. Inicialmente, uma característica que une os indivíduos citados é a docência, uma vez que, muitas das mulheres que eram mencionadas no *Diário dos Campos* eram professoras. Além disso, destacamos as pioneiras, mulheres que precisaram se encorajar para assumir cargos de comando, até então concedidos majoritariamente aos homens. Em Ponta Grossa, tivemos o caso já citado da professora Emília Dantas, que foi a primeira diretora do Grupo Escolar Júlio Teodorico e assumiu a direção da Escola de Professores de Ponta Grossa em 1938, a exemplo de Maria Falce de Macedo e Eny Caldeira.

No entanto, nem sempre as professoras foram mencionadas no *Diário dos Campos* de forma elogiosa. Por exemplo, em uma publicação de 27 de janeiro de 1946, sob o título *A professora foi presa na rua, embriagada: um caso lamentável de que tiveram ciência as autoridades policiais*, isso fica explícito. Nessa matéria, o periódico faz questão de ressaltar que a mulher era professora, tinha “aparência respeitável” e havia sido levada à delegacia por encontrar-se sob efeito de bebida alcoólica. Esse exemplo de discurso pedagógico para as mulheres sinaliza apoio ao desenvolvimento de uma conduta feminina irretocável, expressa em forma de textos em que se condenavam posturas que vinham de encontro à imagem da mulher moralmente exemplar (Floriano, 2019; Lima, 2021). Segue a transcrição:

[...] uma senhora, de aparência respeitável, encontrava-se embriagada na rua. As autoridades providenciaram imediatamente sua condução à Delegacia Regional de Polícia, onde, interrogada, declarou chamar-se Licília Correa e ser professora normalista aposentada. [...] declarou que não tinha motivo especial para exceder-se no consumo de bebidas [...], fazendo-o apenas como um meio de esquecer as agruras da existência (DC, 27/01/1946).

Em outro episódio, publicado na edição de 20 de fevereiro de 1932, na coluna *O que o povo reclama*, sob o título *Com a Escola Normal*, os senhores João Francisco Alves e Pedro Lopes, identificados como pais de alunos, enviaram uma reclamação por escrito ao *Diário dos*

³⁷ Considerada a primeira médica do Estado do Paraná e a primeira catedrática. Maiores detalhes podem ser obtidos pela consulta à tese de Érica Piovam de Ulhôa Cintra (2010), intitulada “*Scientia et Labor*” no “*Palácio de Luz*”: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946).

³⁸ Educadora paranaense nascida em 1916. Foi professora normalista e uma das pioneiras a se formar no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Para mais informações, consultar o artigo de Maria Elisabeth Blanck Miguel (2016), intitulado *Nota biográfica em comemoração ao nascimento de Eny Caldeira*.

Campos, na qual demonstravam indignação com a postura de uma professora da Escola Normal que repreendia os alunos, impedindo-os de acompanharem as aulas, alegando que eles estariam com roupas inapropriadas. Nesse texto, os pais explicavam que não tinham condições de comprar roupas melhores do que as que apresentavam, justificando que a aprendizagem seria mais importante que a aparência da vestimenta dos alunos. Além disso, os pais não concordavam com o comportamento da referida professora em se negar a repetir as lições, argumentando que não ganhava mais por esse serviço. Aqui percebe-se novamente uma situação polêmica envolvendo uma mulher que também era professora. No entanto, dessa vez, seu nome foi omitido.

Além disso, essa publicação contradiz o que geralmente se esperava das mulheres à época, aqui especificamente das professoras, no sentido de abnegação e compreensão infinita, pois, nesse caso, a docente se posicionava, criticava certos comportamentos de seus alunos e enfrentava os pais quando eles reclamavam. Inclusive, a professora negava-se, por exemplo, a repetir as lições, alegando que não ganhava mais para realizar tal ação. Com essa postura, a referida professora confere um certo grau de profissionalidade ao seu ofício, pois associa o seu trabalho com o pagamento de seu salário, contrariando, assim, um *habitus* que historicamente defendia que as professoras deveriam trabalhar por vocação e por amor, desconsiderando as questões financeiras. A transcrição da matéria pode ser verificada a seguir:

Vimos protestar contra a maneira com que certa professora da Escola Normal trata aos alunos, fazendo-os voltar para casa por não estarem bem vestidos! Isto se dá com os filhos de operários. Se fosse a boa roupa que aprendesse, nós, se pudéssemos comprá-la, mandávamos apenas as roupas às escolas e não nossos filhos! Pedimos a esse jornal chamar a atenção do sr. Segismundo Netto, M. D. Diretor da Escola para com esse fato. Uma das professoras disse há dias, que não estava disposta a repetir lições, porque ganhava a mesma coisa! Ora, nós pagamos a Caixa Escolar, - não é esmola o ensino! Somos com elevada estima, João Francisco Alves, Pedro Lopes” (DC, 20/02/1932).

A associação das mulheres com a docência perpassa o vínculo com as instituições educacionais, seja como alunas ou como professoras. Algumas dessas instituições foram criadas e direcionadas especificamente para elas e outras, chamadas de mistas, permitiam que as meninas frequentassem os mesmos ambientes que os meninos. O jornal *Diário dos Campos*, ao longo de todo o período que contempla esta tese, preocupou-se em apresentar opções e exemplos das duas possibilidades de ensino citadas anteriormente, por meio de propagandas e anúncios, além de trazer recados, avisos e notícias vinculadas a essas instituições. Sobre isso, em 02 de julho de 1932, o periódico publicou um aviso sobre o Colégio Batista, o qual se situava na Rua Coronel Dulcídio, número 111, em Ponta Grossa. Nesse comunicado, lia-se:

O Colégio Batista nesta cidade avisa à distinta família ponta-grossense que reabrirá as suas aulas no dia 8 do corrente. O colégio mantém um internato para o sexo feminino, favorecendo as famílias que residem longe de Ponta Grossa. É uma oportunidade apreciável para o acolhimento de meninas que desejam uma atmosfera sadia, moralizada, oferecendo ao mesmo tempo, o conforto e carinho de um verdadeiro lar. Cursos – Primário, Complementar, Piano, Desenho, Pintura e Trabalhos Manuais. O externato é misto. Mantém aulas noturnas (DC, 02/07/1932).

Por meio do anúncio do Colégio Batista, percebemos que a instituição ofertava as duas formas de ensino que comentamos anteriormente, ou seja, havia o internato para as meninas cujas famílias residiam fora de Ponta Grossa e havia o externato com turmas mistas. Aqui ainda podemos refletir sobre a consciência e a valorização no que diz respeito ao investimento na educação dessas meninas, pois, para fazer parte do internato, certamente a família interessada deveria possuir recursos financeiros suficientes que possibilitassem o investimento em capital cultural. Além disso, para que tudo isso se concretizasse, possivelmente, era necessário comungar de uma visão ampla sobre o processo educacional das mulheres, pois, em um contexto ainda de enaltecimento do papel de mãe e esposa, talvez algumas famílias pensassem não ser relevante investir em uma formação educacional específica para as meninas, ainda mais em instituições em outra cidade, ou seja, fora dos domínios de seus familiares.

Outra hipótese reside no raciocínio de que oferecer educação formal para as meninas pudesse se configurar em um modo de adquirir capital cultural, com o intuito de, com isso, conquistar capital simbólico que possibilitasse, por exemplo, um casamento promissor, tanto do ponto de vista social como econômico. De qualquer forma, ao analisarmos essas questões de modo otimista, podemos considerar como um avanço o fato de existirem escolas que recebiam meninas e moças de outras localidades para estudar, possibilitando, com isso, a ampliação dos horizontes, a troca de experiências e talvez a conformação de uma nova visão de mundo, ou de um outro *habitus*.

Depois da representação feminina que vincula a mulher ao casamento e os desdobramentos possíveis a partir disso, como a imagem de esposa ideal, mãe dedicada e mulher que cuida de si e de todos os membros da família com esmero e resignação, aqui neste tópico, discutimos a representação de professora devotada, afetuosa, esforçada, zelosa e de moral ilibada, como uma extensão da maternidade. O *Diário dos Campos* cuidou de promover com grande frequência e volume essas duas representações femininas, fazendo uso de reportagens e matérias que, na maior parte das vezes, apresentava esses perfis femininos de modo elogioso. No entanto, outra estratégia jornalística também foi utilizada para conformar – ou reforçar – esses modelos, consistindo na circulação de textos com teor depreciativo, de modo

a ridicularizá-las, intimidá-las e expô-las frente à sociedade leitora, deixando claro o que seria reprovável, talvez na intenção de desencorajá-las a cogitarem burlar as regras que foram estabelecidas, de forma direta ou tácita.

Assim, de modo geral, as professoras eram elogiadas nas páginas do *Diário dos Campos* e mantinham uma relação amistosa com a equipe editorial do periódico, no entanto, nos dois casos citados nos parágrafos precedentes observamos um tratamento de reprovação em relação ao caso da educadora que se encontrava embriagada na rua e a que destratava os alunos pelas roupas humildes que vestiam. Apesar de o periódico não se pronunciar diretamente sobre os dois casos, apenas “informando” os episódios, o fato de expor esses acontecimentos já sinaliza a disposição seguida pela redação do jornal, reprovando certas atitudes. As posturas e os comportamentos femininos também foram abordados pelo periódico em relação a outros papéis sociais que as mulheres exerciam, conforme trataremos no próximo item.

2.1.4 “O amor e os grandes pensadores”: As mulheres e sua associação com os sentimentos

Os textos que abordavam temáticas emocionais, especialmente o amor, geralmente indicadas para serem lidos pelas mulheres, devido à associação delas como seres sensíveis, frágeis e sentimentais (Woellner, 2007), encontra eco no *Diário dos Campos* em produções que levam a crer que foram escritas por homens que faziam parte da equipe editorial do periódico, pois não mencionavam a autoria diretamente, conforme já assinalamos. Na matéria publicada na data de 19 de julho de 1947, sob o título *O amor e os grandes pensadores*, que nomeia este subtópico, se aborda esse sentimento sob a visão de Nietzsche e Mantegazza³⁹, por exemplo, além de outros autores famosos à época. A seguir, apresentamos um trecho da referida publicação:

Mais elevado que o amor ao próximo – disse Nietzsche – é o amor ao longínquo, ao que está por vir, mais alto ainda que o amor ao homem coloco o amor às coisas e fantasmas.

Quando o amor morre – afirma Paolo Mantegazza – para ceder o lugar ao outro, convém sepultá-lo ou queimá-lo; mas não se lhe devem levar jamais flores à sepultura em companhia do recém-vindo [...] (DC, 19/07/1947).

Muitas mulheres escreviam poesias no contexto abordado nesta tese, conforme trataremos na sequência, no entanto, é possível constatar que alguns homens também

³⁹ Friedrich Wilhelm Nietzsche foi um filósofo, escritor e poeta prussiano. Paolo Mantegazza foi um médico, fisiologista e escritor italiano.

publicavam textos pertencentes a este gênero textual no jornal *Diário dos Campos*, como os apresentados anteriormente e, também, nas edições dos dias 03 e 05 de julho de 1947, em que os autores Antônio Lopes Júnior e José Cadilhe, respectivamente, publicaram os poemas intitulados *Vida e Manhãs*. Assim como as mulheres, esses autores, entre outras temáticas, também versavam sobre o campo dos sentimentos⁴⁰ e das subjetividades, como nos casos exemplificados, constituindo-se, portanto, em algo que não se resumia somente às mulheres.

Sobre isso, Woellner (2007) explica que os poemas e as temáticas associadas ao amor e aos sentimentos podem ser compreendidos como espaços em que as mulheres tiveram uma espécie de licença para escrever, constituindo-se, portanto, como uma oportunidade para se inserirem no campo da escrita. No entanto, isso não significa que os homens não escrevessem poemas e tratassem de temas relacionados ao amor, uma vez que a presença deles é maciça no jornal *Diário dos Campos* com textos com as características citadas.

Isso demonstra que os homens também faziam uso dos poemas para promover a circulação de suas ideias, muitas delas com mensagens que podem ser compreendidas como representações que pretendiam “educar” as mulheres para o que se esperava delas no contexto em questão. No entanto, não eram somente os homens que agiam assim. Por exemplo, em um poema em que indicamos como hipótese a autoria ser feminina, assinado por Graguatá Mirim, talvez um pseudônimo, pois não encontramos maiores informações sobre quem seria o responsável pelo poema, cujo título é *Sangue de barata*, endereçada à “Fany”, sugere que determinados comportamentos não devem ser adotados pelas mulheres. O poema censura as maneiras de “Fany”, alegando que seu modo de proceder se constituía em uma prova de desatino e que, algumas vezes, seria preciso fingir ter “sangue de barata”, mesmo que o verdadeiro sentimento fosse outro. Aqui percebemos novamente um apelo à postura resignada, discreta e contida das mulheres, a partir de “conselhos” provindos de uma “amiga”, com uma escrita na 1ª pessoa do plural (nós), colocando-se na mesma situação para quem o poema está endereçado, como uma forma de parceria ou de quem entende o que se passa e, assim, na condição de poder aconselhar. Textos com esse teor de orientação, e até com viés prescritivo, podem ser considerados como uma forma de educação para as mulheres. Segue a transcrição do poema em questão:

Menina, tu nem sabes que vibrante
e plena prova deste de insensata
da vez que declaraste num rompante,
que não tinhas sangue de barata.

⁴⁰ Essa análise será apresentada com mais detalhes no Capítulo 3.

Não é preciso nunca, minha amiga,
que declaremos força ou resistência,
só basta-nos cuidar que não profliga
nossa atitude o curso da existência...

Se nós tivermos certa envergadura,
certo respeito altivo que perdura,
ninguém nos tomará de bambochata.

De modos que a questão, dita num juízo,
consiste em não ter sangue de barata,
mas demonstrar assim se for preciso (DC, 02/08/1939).

Aqui percebemos que os poemas não tratavam somente de temas sobre amor de modo romântico, ou talvez sem intencionalidade de promover uma reflexão mais profunda, como poderia parecer à primeira vista, pois, no exemplo anterior, percebemos um recado bem claro às mulheres, desaprovando os possíveis rompantes que elas poderiam vir a ter, indicando que as mulheres não deveriam se expressar de modo rude, por meio da alegação de que isso não seria necessário ou bem-visto, conseguindo somente demonstrar a insensatez. Por outro lado, o referido poema também poderia passar a mensagem de que as mulheres deveriam controlar a exteriorização das emoções, evitando demonstrações mais exacerbadas, pois assim, ao invés de serem ouvidas, poderiam reforçar representações que as associassem com desequilíbrio, fraqueza, ou de que não seriam capazes de suportar as dificuldades, sendo inconstantes, como historicamente procurou-se pregar (Trindade, 1996; Anchieta, 2020a).

No entanto, os escritos masculinos, muitas vezes, traziam essas demonstrações dos sentimentos de modo claro, como na edição de 23 de setembro de 1947, em que o *Diário dos Campos* publicou uma poesia em que não constava a autoria. Contudo, por meio da concordância de gênero presente no texto é possível conjecturar que tratava-se de uma escrita de autoria masculina. O conteúdo do poema versava sobre o sofrimento do autor, pelo fato de ter sido abandonado por sua amada. Também é possível perceber o teor machista do poema, quando o autor, na tentativa, talvez, de rebater sua dor, acusa o objeto de seu afeto de utilizar a sua beleza para conquistar os homens, remetendo a uma conhecida representação que reduz o universo feminino apenas à sua aparência (Magalhães; Andrade, 2023). Segue a transcrição:

Último adeus
Aquele adeus repercutiu dolorosamente no silêncio da noite...
Separamo-nos, cada um buscando rumos diferentes;
eu trazia comigo uma profunda desilusão, a eterna certeza de que jamais te esqueceria.
Desolado e melancólico, procurei nos prazeres mundanos esquecer esse amor
desgraçado que me dilacerava o coração.
Inútil!

Tu, escarnecendo do meu afeto, esquecendo as juras de outrora e talvez a própria consciência, ria do meu desespero e da minha dor.
 Quiseste aproveitar a mocidade, pondo à prova os homens que te cercavam, a tua inconfundível beleza... [...] (DC, 23/09/1947).

O poema anterior também apresenta uma representação historicamente constituída que não considera a opinião das mulheres, no que diz respeito a continuar ou findar um relacionamento. Sobre isso, devemos lembrar que, no contexto em questão, as mulheres ainda detinham pouca autonomia para escolher seus parceiros, passando pelo crivo da família que, muitas vezes, era quem escolhia o pretendente. Dessa forma, podemos compreender o fato de uma mulher desejar romper um relacionamento como uma afronta para seus parceiros (Pereira, 2017; Muniz, 2018).

Outro poema, intitulado *Covardia*, de autoria de Olegário Mariano⁴¹, publicado em 27 de setembro de 1947, expressava o mesmo tom melancólico de abandono. De acordo com o referido poema, o homem apaixonado, no caso, o autor, não teria coragem para se declarar à sua amada.

Covardia
 Não sei porque, quando estou só contigo,
 Sofro angústias terríveis de ansiedades
 Eu só te peço um pouco de piedade
 Para o teu pobre e desgraçado amigo

Se procuro falar-te, só consigo
 Dizer frases sem nexos, sem verdade
 É que me envolve a onda suavidade
 Do teu perfil de “camafeu” antigo

Quero-te mais do que a mim próprio, entanto
 Nada posso dizer do que em mim arde,
 Da tragédia anterior da alma de um santo

Empalideço e tremo e grito e clamo...
 Como sou miserável e covarde
 Se nem consigo dizer que te amo! (DC, 27/09/1947).

Em outro desses textos, assinado apenas como “Geraldo” e veiculado em 19 de abril de 1939, com o título *Não te quero mais*, percebemos a escrita de um homem para a sua amada, discorrendo sobre o fim do relacionamento:

Vai, que eu não te quero mais. Vai. Parte sem um adeus, sem saudades e sem rancor.
 Chegou, afinal, a hora que esperávamos. Já vivemos o nosso romance e basta de amor.
 Eu não te quero mais e não me queres mais bem. Estamos cansados: é natural, enfim,

⁴¹ Foi um poeta e diplomata brasileiro.

que a gente se canse de um amor assim, exclusivo e sentimental... Vai, meu pobre amor. Talvez encontres alguém que ainda te possa querer bem. Eu não posso mais: nada de novo meu amor te pode oferecer. As nossas vidas são, para nós dois, como dois livros abertos já muito lidos. Acabou-se o encanto do imprevisto e da incerteza. Vai, amor. E, quando te lembrares de mim, não te esqueças de que eu te ofertei tudo que podia ofertar... (DC, 19/04/1939).

Esta transcrição demonstra que as complexidades que envolvem os relacionamentos humanos também atingem os homens, os quais, geralmente, são associados a *habitus* que privilegiam os aspectos racionais em detrimento dos sentimentais, estes sendo mais vinculados às mulheres (Tabak, 2015; Santos, 2014; Perrot, 1998). Essa transcrição também pode sinalizar uma espécie de amor ou de relacionamento avesso às formalidades da época, desapegado das tradições que, até então, articulavam os compromissos não somente entre os casais, mas com envolvimento profundo das famílias, especialmente os pais dessas mulheres. Além disso, em muitos dos textos com esses perfis, os homens direcionavam seus desabaços, suas dores, suas mágoas, suas saudades e seus descontentamentos às suas amadas, citando o primeiro nome delas.

Nesse sentido, as páginas do jornal *Diário dos Campos* constituíram-se em palco para publicações de temáticas envolvendo os sentimentos e as relações amorosas, as quais foram muito exploradas pelos autores, tratando sobre as mulheres e muitos textos dedicados a elas, como em uma publicação de 18 de agosto de 1939, sob o título *Perfil* e assinado por Ziul, possivelmente um pseudônimo e dirigindo-se especificamente às mulheres – “gentil leitora” - onde lemos o seguinte:

Dedicado a uma gentil leitora:
Seu rosto lembra a rosa perfumada
Que meigamente nos jardins fulgura
Olhos castanhos, boca delicada
Mais propensa ao amor e à ternura

É uma flor tropical desabrochada
Ao sol do estio; radiante formosura
Que deixa nossa mente deslumbrada
Qual estrela brilhante em noite escura

Aqueles olhos... e lábios primorosos
São ímãs invencíveis, perigosos
Do céu uma miragem fugidia

Delicada e gentil nos seus amores
Ela os afaga como o vento as flores
Bem justifica o lindo nome:...!
Ziul (DC, 18/08/1939).

Nos versos anteriores percebemos uma idealização da imagem feminina, comparando-a com flores e elementos da natureza, recorrendo a uma conhecida representação tradicionalmente associada às mulheres e que evoca a doçura, a maleabilidade, o olhar sereno, a gentileza, entre outros predicados considerados próprios das mulheres (Perrot, 1998).

No entanto, nem todos concordavam com essa abordagem, pois em uma publicação de 05 de janeiro de 1941, em uma matéria intitulada *Poetas, poesias e comparações*, assinada apenas com as siglas MRF, provavelmente pertencentes a um homem, devido ao teor do conteúdo discutido, no qual o autor expressava sua insatisfação com as poesias em que os homens discorriam sobre suas amadas, tratando-as como musas. Além disso, o autor do referido texto criticava as comparações que se faziam entre o que se escrevia e algumas partes que compõem o corpo feminino como o cabelo, as “maçãs” do rosto, a testa e a cintura, por exemplo, dizendo que essas metáforas seriam futilidades que diminuiriam a relevância das poesias, tornando-as superficiais. Somado a isso, o autor ainda defendia que nem todos poderiam se considerar poetas ou intelectuais, conforme pode ser verificado a seguir:

[...] Hoje não há guri que não se julgue capaz de ser poeta para o público. E, mesmo nos “poetas” um pouco mais ilustrados, mais instruídos, a falta do verdadeiro dom da poesia faz engendrar versos “apenas pelo prazer da rima”, como disse Stendhal. Essas engendrações são amontoados de linhas que, quando não completamente sem sentido, o pouco deste que possuem está dirigido a amadas que lhes compreendem, se são ainda mocinhas inexperientes, de baixo das concepções aladas; se já sábias na verdade das coisas, como libélulas completamente ridículas. Não se concebe hoje em dia impulsionado por ritmo dinâmico de vida, apressado na conquista difícil do pão, posto o cérebro inteiramente à disposição das coisas necessárias, o homem integrado na sua época continue martelando em versos: olhos que a pintura uniformizou, cabeleiras pretas ou H2O2, lábios variáveis com o batom da moda, maçãs do rosto apresentadas consonante o último tipo de carmim, corpos que os costureiros moldam à sua vontade, etc. Afora pouquíssimas e antiquíssimas exceções, os poetas de antanho passaram à posteridade através da poesia épica, satírica, burlesca e não pelos sonetos feitos às suas amadas do momento. ... E naquele tempo ainda se justificava um “Marília de Dyrceu”. Mas hoje... Que se mude a chapa. Que se procure fazer poesia construtiva. E se uma tal modificação viesse redundar num aniquilamento do verso que o “poeta” passe a usar, ao invés dessas tão corriqueiras comparações outras nas quais a “frente alta da amada pareça-se com uma fachada de arranha-céu”; “o olhar brilhante com um holofote anti-aéreo” [...]. É mais da época, mais original, mais inteligente. Porque isso de andar “engarrando nuvens”... Tenham dó! (DC, 05/01/1941).

Este último poema demonstra algo interessante, pois se, segundo Woellner (2007), as emoções e os poemas se constituíam em temas e em gênero textual adequados para as mulheres, por conta das representações que associam as imagens femininas ao sentimentalismo e à possibilidade de expressão livre dos sentimentos, aqui podemos perceber que os homens que discorriam sobre suas amadas, ou sobre o amor nas suas diferentes abordagens, também poderiam ser rechaçados. Ou seja: a crítica aqui não estava embasada em uma questão de

gênero, uma vez que homens e mulheres poderiam ser repreendidos pelos temas que abordavam.

Para o autor identificado como MRF, os poemas deveriam tratar de temas considerados sérios, como “poesia construtiva”, e não como forma de expressar os sentimentos, de confessar que estava apaixonado, de traduzir em versos a beleza admirada em sua amada ou coisas do tipo. Além disso, para MRF, o ambiente da poesia deveria ser mais seletivo, pois, segundo ele, “Hoje não há guri que não se julgue capaz de ser poeta para o público” e, além de criticar os que se aventuravam no campo da poesia, inspirados pelas experiências sentimentais que viviam no momento, o autor da matéria criticava também os ditos poetas consagrados, indicando que deveria se mudar a “chapa”, ou seja, que o enfoque deveria ser outro, modificando os temas dos poemas.

Assim, ao longo das páginas do *Diário dos Campos*, muitas vezes surgiram frases com essas indicações, publicadas em alguns espaços entre as colunas do periódico. Em uma dessas oportunidades, sem menção direta ao autor, sob o título *Paralelo entre o homem e a mulher*, veiculado em 09 de janeiro de 1941, havia a seguinte mensagem:

O homem tem um farol – a consciência.
A mulher tem uma estrela – a esperança.
A consciência guia.
A esperança salva (DC, 09/01/1941).

Essas frases, ou essas “máximas”, nas palavras do próprio *Diário dos Campos*, sendo veiculadas de forma constante, possivelmente poderiam colaborar na construção, ou no delineamento, das subjetividades, tanto femininas quanto masculinas. Para as subjetividades femininas, talvez se desenvolvesse o ideário de que as mulheres não seriam realmente capazes de tomar decisões, pois, conforme a nota mencionada acima, elas não seriam dotadas de consciência para assumir as responsabilidades de fazer escolhas. Já para as subjetividades masculinas, uma possibilidade é a de que essas sugestões frequentemente apresentadas pelo periódico viessem a reforçar o que já se esperava dos homens, no sentido de direcionamento, de racionalidade e de dar a última palavra em todas as questões.

Seguindo essa trilha, em 09 de janeiro de 1941, na coluna “Sociaes”, em um tópico chamado “Filosofia Boêmia”, foram publicadas algumas frases, numa espécie de “ditados populares”. Em duas dessas frases fazia-se referência às mulheres: “[...] As mulheres sempre estão tratando de averiguar as causas que não devem saber. Até as mulheres mais inimigas da adulação e da galanteria gostam que lhes retoquem os retratos. [...]” (DC, 09/01/1941).

Essas frases demonstram como as mulheres eram vistas na sociedade, lembrando que essas máximas circulavam constantemente pelas páginas do *Diário dos Campos*. Percebemos que essas colocações buscavam manter ou determinar certos *habitus* ditos femininos, no sentido do que estaria acessível para elas e aquilo que elas não deveriam participar. Outro *habitus* frequentemente associado às mulheres consiste na vinculação com os aspectos físicos, sugerindo grande preocupação com a imagem, a beleza, as roupas e o cabelo, por exemplo, em detrimento de discussões intelectuais ou de questões que envolvessem posicionamentos ou tomadas de decisão (Pinsky; Pedro, 2013; Santos, 2018).

A análise sobre os textos escritos sobre as mulheres e/ou para elas nos leva para uma curiosa publicação, veiculada em 15 de agosto de 1939, sob o título *Mulher*, sem indicação direta de autoria. O teor do texto é bastante compatível com uma escrita masculina, direcionada para as mulheres em um tom bastante prescritivo, valorizando certas características femininas e determinando, a partir delas, como essas mulheres seriam tratadas (Nicolete; Almeida, 2017; Robalo; Bueno, 2021). Aqui fica claro o potencial diretivo desse texto, como intensificador da conformação de determinados *habitus* femininos considerados adequados para as mulheres. Nessa discussão, a mulher não é compreendida como parte do gênero humano, mas definida e valorizada a partir de certas qualidades ou atributos que indicam como elas serão vistas pela sociedade. Novamente, há o reforço de um perfil feminino pautado na docilidade, no temperamento ameno, na abnegação e na resignação. Traz o texto:

A mulher formosa será cortejada e cobiçada.
 A mulher inteligente será admirada.
 A mulher sábia será glorificada.
 A mulher honesta e austera será respeitada.
 A mulher heroína será venerada.
 A mulher corajosa será considerada.
 A mulher forte, de ânimo varonil, será temida.
 A mulher delicada e atenciosa será benquista.
 Mas, Amada, Conquistadora de Corações, será somente a mulher humilde, simples, de caráter dócil e temperamento suave, porque só com tais predicados ela é realmente MULHER (DC, 15/08/1939). (Grifo em caixa alta do autor).

Percebe-se novamente que o *habitus* que representa a mulher como casta, pura e que trouxesse calma e harmonia para o convívio, constituía-se em uma máxima, elaborada, reforçada e compartilhada em diversos momentos pela equipe editorial ao longo das páginas do *Diário dos Campos*.

Seguindo essa ótica, em uma publicação de 12 de abril de 1938, um autor que assinava apenas como Horácio, escreveu uma crônica na coluna *Notas Mundanas – Matinaes*⁴², em que refletia sobre os inúmeros e diversificados adjetivos que poderiam ser atribuídos às mulheres, indo desde elogios como deusa, santa, brilhante, rainha, até as qualificações menos dignificantes como monstro, hidra, esfinge, cascavel, entre outras atribuições. O autor assume que o leque de opções para qualificar ou desqualificar as mulheres é vasto, reconhecendo as complexidades que permeiam as relações sociais, especialmente as vinculadas às representações femininas. Por fim, Horácio exprime:

Já que entrei no período das definições, vou citar as que ouvi, há dias, num almoço, quando me sentei junto a um médico. É uma espécie de casamento da mulher com a matemática, porque coloca-a entre as quatro operações. – “A mulher” – disse-me aquele ilustre médico – é a soma de todos os prazeres; a subtração do dinheiro; a multiplicação da espécie e a divisão dos amigos”. E com isso vou parar. Melhor ficarmos aí. Creio que já dei não poucas sugestões, porque se esperar as dos prezados leitores não haverá papel, nem tinta que cheguem para tanto arrazoado... (DC, 12/04/1938).

As diferentes formas de orientação, direta ou indireta, às mulheres, acerca de certos comportamentos e atitudes que elas deveriam adotar foram muito veiculadas no jornal *Diário dos Campos* ao longo de todo o período analisado. No entanto, as declarações de amor em formas de textos, assim como as lamúrias relacionadas à essa temática se constituem na modalidade de publicação mais comum que encontramos no quesito que articula as mulheres com os sentimentos, como no poema publicado em 16 de julho de 1939, em que um autor, sob o pseudônimo “Sonhador”, escrevia:

Enternecimento
 À Inspiradora, imagem que encanta um sonho de amor, dedico:
 Nessas horas de amor, emocionais,
 É que sentimos quanto nos queremos...
 E nossas mãos sempre dizem mais
 Que as palavras de amor que nos dizemos...

Às vezes por motivos triviais
 Sem a mínima razão nos maldizemos.
 A vida é curta, rápida e, jamais,
 As horas que se passam volveremos.

Palpita em nós vigor e mocidade,
 Abriam-se as cortinas da ilusão
 Ao sol de ouro da felicidade...

Façamos deste amor um céu, um hino

⁴² Escrita original do *Diário dos Campos*.

Põe tua mão rosada em minha mão,
 Na tua mão porei o meu destino...
 Sonhador (DC, 16/07/1939).

No poema anterior, percebemos que há uma romantização dos relacionamentos entre homens e mulheres, muitas vezes, com a idealização da figura feminina, como delicada, amável, frágil, corroborando na conformação de um *habitus* feminino como apêndice do homem, como sua complementação, sua cara-metade, em uma configuração que lhe reserva um papel coadjuvante, conforme apontado por diversas autoras, como Trindade (1996), Wittig (2019) e Telles (2015).

Muitas dessas imagens femininas são analisadas por Anchieta (2020a, 2020b). Nessas obras, a autora problematiza que, ora as mulheres são apresentadas como bruxas, mágicas, demônios, ora como santas e anjos. Beauvoir (1980b) também discute o assunto, explicitando que o feminino e o masculino são produtos de uma construção social, mediada por outros indivíduos que fazem parte da convivência em sociedade. Isso demonstra a relevância do processo educacional, conforme já explicamos, realizado e desenvolvido em sentido amplo. Escreve a autora, já no início de sua produção, que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (Beauvoir, 1980b, p. 9).

No entanto, juntamente às menções às mulheres como delicadas, amorosas e sensíveis, estavam presentes referências a representações femininas que diferiam desses perfis, como em uma reportagem publicada em 15 de janeiro de 1938, em que o *Diário dos Campos* trazia a história de Francisca Tyke, que teria sido presa, acusada de diversos roubos e apontada pelo periódico como uma liderança que seduzia os homens e depois cooptava-os para que lhe ajudassem em seus intentos criminosos. Ainda segundo o jornal, um desses homens, sentindo-se desprezado por ela, teria entregado seu paradeiro à polícia, culminando na sua prisão com uma sentença de mais de sete anos de cárcere. Sob o título *Mulheres singulares*, o *Diário dos Campos* trazia que a referida personagem era:

[...] linda e sedutora, [...] uma mulher de temperamento extraordinário. Anárquica precocíssima, começou aos dez anos sua luta contra a sociedade. Mas, com o crescer do juízo (ou da falta de juízo), desenvolveu suas faculdades. Em pleno esplendor de sua beleza, recolheu, em torno de si, uns 20 homens, entre os 18 e os 50 anos de idade, que lhe eram devotos até a morte (DC, 15/01/1938).

Talvez o título *Mulheres singulares* tivesse a intenção de ironizar a situação exposta, demonstrando o desfecho de uma ladra que se achava muito inteligente e esperta, usando seu charme para atrair homens que pudessem ajudá-la a concretizar seus crimes. Uma outra interpretação poderia ser no sentido de que a tal “mulher singular” havia sido presa, constituindo-se em um exemplo a não ser seguido por outras mulheres. De qualquer forma, essa matéria tem um potencial formativo, pois quem a lesse, poderia refletir sobre o que significava ser uma mulher singular, talvez desencorajando aquelas mulheres que ousassem vivenciar outros modelos de representações diferentes daquelas preconizadas para elas nesse contexto. Além disso, de acordo com Motta (2004), a linguagem empregada mostra-se importante nessa análise, mesclando o que está escrito, de forma explícita, com as intenções que estão por trás do jogo de palavras elaborado com um tom de deboche e ironia que, ora parece elogiar a tal “mulher singular”, ora utiliza essa estratégia de linguagem para talvez sensibilizar as leitoras sobre o que acontece com uma mulher que se acha muito astuta e que, no caso, foi presa.

Essa análise dialoga com o exposto por Bourdieu (2008c), ao problematizar, especialmente, o “como” se escreve, enfatizando a forma de linguagem escolhida, representando sempre uma intenção, que talvez possa ser, nesse caso, a de chamar a atenção do público leitor e das leitoras para possibilidades diferentes. No caso dos homens, a ideia poderia ser a de não se iludirem com mulheres bonitas, que podem convencê-los a fazerem determinados atos ilícitos. Já para as mulheres, o ensinamento poderia ser no sentido de não agirem dessa forma, pois, talvez tenham um destino parecido com o da “mulher singular”.

Seguindo essa perspectiva, em uma publicação de 23 de julho de 1933, sob o título *A loteria e a mulher*, de autoria de Dario Ribeiro, do qual não encontramos maiores informações, as mulheres são comparadas às loterias e o cômputo final dessa comparação é que a loteria ainda seria mais garantida ou certa do que uma mulher, conforme pode ser averiguado na transcrição a seguir:

Já disse certo escritor que a loteria é como a mulher – caprichosa, mas... acaba cedendo... Está errado, evidentemente. No entanto, é de se notar que há muito mais confiança na loteria que na mulher, por parte dos homens... Senão, vejamos: a mulher basta saber que é procurada por alguém para, num ímpeto de vaidade requintada, opor dificuldades à sua conquista. Para isso, lança mão dos meios os mais diversos... Se a conquista demora, o pretendente cansa e, despeitado ou não, procura outro qualquer divertimento... E acaba esquecendo... (Pelo menos é quase sempre isso que se vê). Pelo contrário, a loteria tenta e resiste; faz o mortal arriscar os seus magros mil réis e, implacável, nega-lhe até o prêmio de consolação. Mas a esperança na sorte tem sete fôlegos e ele não desanima e continua a esperar... Não há fenômeno mais interessante do que um ancião a comprar bilhetes de loteria... Quando tudo de ilusório já se lhe dissipou da imaginação, quando a vida já cauterizou, um por um, todos os seus sonhos

e, com eles, todas as aspirações, só mesmo a loteria o tenta... Na loteria há mais certeza que na mulher (DC, 23/07/1933).

Essa matéria indica um tom pejorativo em relação às mulheres, descritas como volúveis, não merecedoras de confiança, comparadas com coisas corriqueiras do dia a dia, como uma loteria, em que predomina o fator “sorte”, opondo-se à reflexão, ao raciocínio, aos desejos e posicionamentos das mulheres enquanto indivíduos que podem pensar por si mesmas e expressar suas preferências. Colocações como essas do texto em questão sugerem que as subjetividades das mulheres podem ser desconsideradas, desqualificando-as, portanto, da condição de seres humanos e nivelando-as a coisas e objetos. A partir dessa leitura, podemos asseverar que, se uma mulher não aceita de imediato a corte de um homem, corre-se o risco de ele se “cansar” e “procurar outro divertimento”, como se as mulheres servissem apenas como uma distração momentânea (Barreto; Hollanda, 2019; Campos; Sarat, 2021; Cardoso, 2010).

Novamente, devemos compreender a circulação de uma escrita desse escopo em um periódico como uma forma de educação, tanto para homens como para mulheres. Para eles, o ensinamento poderia ser no sentido de que as mulheres realmente dificultam o processo de conquista de propósito, além de reforçar a representação que associa a imagem delas ao descrédito, como seres dignos de pouca confiança, levianas, “caprichosas” ou inconstantes. Já para as mulheres, o sentido educacional poderia estar relacionado ao reforço dessa mesma representação, porém, em um viés um pouco diferente, confirmando em suas subjetividades a ideia de que realmente elas não são merecedoras de crédito, que não possuem seriedade suficiente para fazerem suas escolhas com segurança, que elas precisam ser tuteladas por um homem porque elas são instáveis emocionalmente.

Desse modo, por meio das publicações discutidas neste subtópico, pudemos perceber que o campo dos sentimentos mostrou-se bastante profícuo para a elaboração de textos que abordavam algum aspecto relacionado ao universo feminino, destacando-se os poemas e as chamadas “máximas”. Sobre isso, Woellner (2007) destaca o gênero textual “poema” como um espaço considerado apropriado para as mulheres desenvolverem seus escritos – e elas souberam aproveitar essa oportunidade, conforme trataremos com mais detalhes no Capítulo 3. No entanto, as páginas do *Diário dos Campos* também mostraram-se repletas de participações masculinas nesse gênero textual, atestando o fato de que eles e elas participaram da construção desse campo de escrita no periódico em questão, apesar de que as contribuições deles estiveram presentes em quantidade superior às delas. Sobre isso, devemos lembrar que as mulheres tiveram que lutar muito para conseguirem se inserir nos ambientes letrados, de forma que, todos os escritos femininos podem ser compreendidos como uma conquista.

Assim sendo, este subtópico teve o objetivo de discorrer sobre os textos direcionados para ou sobre as mulheres, associando-as, de alguma forma, direta ou indiretamente, aos sentimentos. Com esse intento, encontramos artigos de opinião, poemas, crônicas, reflexões e textos de diferentes estirpes que apresentavam a mulher por uma ótica, por assim dizer, positiva ou favorável, comparando-as a musas, santas, inspirações, entre outras atribuições, mas, também, encontramos textos com um perfil prescritivo, muitas vezes, machistas e até preconceituosos, que apresentavam as mulheres como vilãs, malvadas, indignas, levianas, entre outros termos pejorativos. Conforme já apontado, compreendemos a veiculação desses textos como uma forma de educação, a partir do compartilhamento de discursos ou ideias que poderiam reforçar certos comportamentos e desestimular outros, confirmando para as mulheres o que se esperava delas e indicando o que seria considerado malvisto para o contexto em questão.

Junto aos textos que serviam como padrões para orientar como as mulheres deveriam se comportar, também surgiram produções com críticas (diretas e veladas) sobre modelos que não deveriam ser seguidos. Além disso, como demonstração da pluralidade de ideias que circulavam nas páginas do *Diário dos Campos*, em meio a tudo que foi exposto até aqui, também surgiam publicações com outros enfoques, apresentando e sugerindo novas posturas, comportamentos e possibilidades para as mulheres. Trataremos delas no próximo tópico.

2.2 “PARA VOCÊ, GAROTA BONITA!”

O título deste segundo tópico que faz parte do segundo capítulo desta tese – *Para você, garota bonita* –, publicado pelo jornal *Diário dos Campos* em 03 de setembro de 1943, direciona-se para as leitoras do periódico, valorizando seu papel e sua presença na vida de quem escreveu o referido texto e na sociedade como um todo. Apesar de demonstrar um certo tom de lamentação e apelar para uma espécie de romantismo, a essência da matéria tende a valorizar as mulheres enquanto participantes ativas das relações sociais.

Desse modo, os textos publicados para e sobre as mulheres no jornal *Diário dos Campos*, conforme buscamos demonstrar neste segundo capítulo como um todo, são intercalados por perfis que, ora valorizavam as representações em que as mulheres eram retratadas de modo ao que já se esperava delas, a partir de posturas vinculadas ao espaço privado do lar, dedicadas aos cuidados com filhos e marido, sem legitimidade para opinar sobre assuntos políticos, ou como professoras das primeiras letras, por exemplo. Em outros momentos, as menções às mulheres apresentavam outro caráter, demonstrando uma certa abertura para se

discutir posições e tomadas de posição em que elas, até então, pouco participavam. Assim sendo, neste tópico, procuraremos demonstrar como os textos em que as mulheres com um perfil mais participativo e mais independente foram surgindo e como essas mulheres foram ocupando determinados espaços, ampliando a circulação em certos campos e passando de leitora a mulher que escrevia ocasional ou habitualmente – perspectiva que desenvolveremos com maior profundidade no terceiro capítulo desta tese.

2.2.1 “Prêmio a uma professora”: Demonstrações de amizade e respeito pelas professoras e intelectuais de Ponta Grossa

Em um subtópico anterior, já discutimos um pouco sobre como o jornal *Diário dos Campos* referia-se às professoras e aqui neste subtópico trataremos delas também, contudo com uma outra abordagem. Nossa intenção é demonstrar como essas mulheres fizeram uso de sua profissão – a docência - e dos capitais a ela associados para se inserirem em outros espaços, como o da escrita, por exemplo, exercitando a autonomia e se aventurando em novas experiências que, possivelmente, foram viabilizadas por meio da educação.

Assim, em meio a algumas situações de maior tensão e embate, também ocorreram muitos momentos em que foi possível perceber uma certa parceria e, até mesmo, uma amizade, perpassada por expressões de respeito e admiração entre alguns editores do *Diário dos Campos* e algumas mulheres que estavam adquirindo alguma espécie de capital simbólico e social, como as professoras da cidade de Ponta Grossa. Para representar essa relação de respeito, anunciamos o título deste subtópico – *Prêmio a uma professora* – veiculado em 18 de dezembro de 1923, pela ocasião da notícia de que a professora Leontina Bonato receberia um prêmio em Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Esse prêmio foi conferido à professora em questão pelas mãos do então Inspetor Geral do Ensino do Paraná, senhor Cesar Prieto Martinez, como reconhecimento por sua atuação docente, demonstrando a construção de capital social e simbólico pela referida professora, conforme podemos conferir na transcrição a seguir:

[...] A professora Leontina seguiu hoje para a Capital, onde vai receber o prêmio alcançado pelo seu esforço e competência nos árduos mistérios do magistério. A distribuição de prêmios aos professores que se distinguiram durante o ano será feita a 19 de Dezembro, comemorando dessa forma a data da emancipação do nosso Estado (DC, 18/12/1923).

A professora Leontina Bonato, como podemos verificar no excerto a seguir, segundo Oliveira (2002, p. 147-148), reúne algumas das representações femininas que já comentamos,

como o fato de ser professora e de contribuir com ações filantrópicas na cidade de Ponta Grossa. Ela também participava de atividades em parceria com José Cadilhe, jornalista do *Diário dos Campos*, conforme já informamos também. Além disso, a professora Leontina Bonato:

Exerceu o magistério público e particular em Ponta Grossa, iniciando suas atividades na escola primária particular da professora Esther Ferreira. [Após isso] foi nomeada professora adjunta do Grupo Escolar Senador Correia [...]. Posteriormente, foi nomeada professora das escolas isoladas Rio Verde e Correntes. Pelo trabalho realizado, recebeu prêmios do governo do estado [...]. Promoveu com êxito, festivais de teatro e coreográficos, pois integrava o Grupo de Teatro Amador dirigido pelo jornalista José Cadilhe. Como uma das fundadoras da Sociedade Protetora do Recém-Nascido e do Hospital Infantil Getúlio Vargas, participou ativamente dos trabalhos de entidades assistenciais [...] (Oliveira, 2002, p. 147-148).

Conforme explicado por Oliveira (2002), a professora Leontina também envolveu-se no campo cultural, especificamente com o teatro, além de ser madrinha de projetos na área da saúde, os quais tinham a intenção de proteger as crianças socialmente vulneráveis, incorporando, assim, dois *habitus* comumente atribuídos às mulheres: professora das primeiras letras e dama de caridade (Mott, 2003; Trindade, 1996). Além disso, a professora Leontina Bonato circulou simultaneamente por diferentes campos: o da educação (enquanto professora), o da saúde, o do teatro e o da caridade.

Desse modo, ao considerar o contexto histórico em questão, devemos refletir sobre esse bom relacionamento entre algumas mulheres e editores do *Diário dos Campos*, demonstrando que o periódico, de certa forma, reconhecia as atitudes das mulheres, ressaltando determinados atos e valorizando seus feitos, indo de encontro a posicionamentos que subjogavam as mulheres. Sobre isso, em uma publicação veiculada em 03 de abril de 1938, sem autoria direta, sob o título *Minha resposta*, o autor repreendia atitudes masculinas que tinham por intenção expor ou ridicularizar as mulheres, ressaltando que os homens eram diferentes entre si, argumentando que, se existiam aqueles que agiam com truculência, existiam também os que agiam com ponderação. O autor em questão expressou-se nos seguintes termos: “Releva-me, porém, pedir-te que não julgues todos os homens por um. Se achaste em teu caminho alguém que não procedeu contigo com a consideração que nos devem merecer as mulheres, esse alguém não pode e não deve ser tomado como espelho dos homens” (DC, 03/04/1938).

Esse tipo de relação, baseada no respeito e na amizade mútuos, também foi observada por Karina Valim de Araújo (2018), ao pesquisar a vida e trajetória da professora, escritora e poetisa paranaense Helena Kolody que, para promover a circulação de suas obras, sustentou uma grande rede de amizades e afetos, composta por nomes que, à primeira vista, poderiam

parecer incompatíveis entre si, mas que, no entanto, Kolody conseguiu manter e expandir ao longo de sua extensa carreira literária.

Desse modo, essa espécie de cooperação entre as professoras e alguns editores do *Diário dos Campos* foi registrada em algumas oportunidades pelo periódico, pois, já em 1921, a professora Esther Ferreira Ribas, da qual trataremos com mais detalhes na sequência, à frente do Colégio Ponta-Grossense, na companhia de outra docente, a já citada Leontina Bonato, havia sido mencionada em uma notícia veiculada na data de 05 de dezembro de 1921. Nessa ocasião, a professora Esther foi enaltecida por sua atuação enquanto educadora, recebendo elogios por sua competência, seu “amor à instrução” e à sua vocação para a docência, fazendo jus ao *habitus* de professora comprometida e dedicada, conforme ressaltado pelo próprio periódico.

Colégio Ponta-Grossense - Tivemos a enorme satisfação de visitar o Colégio Ponta-Grossense, proficientemente dirigido pela provecta educadora, dona Esther Ferreira Ribas, que tem como inteligente e dedicada auxiliar a senhorinha Leontina Bonato. Foi-nos grato verificar o grande adiantamento dos alunos, pelas provas exibidas. A língua portuguesa é uma das disciplinas mais severamente ensinadas no Colégio Ponta-Grossense e o que vimos nesse particular inteiramente nos satisfaz. Desenhos já bem nítidos, de valor, figuram na bela exposição escolar, onde há, também, belos trabalhos de agulha, bordados, etc. D. Esther é, sem contestação, uma professora capaz, que reúne à sua competência, um decidido amor à instrução. É evidente a vocação que a conduz ao apostolado da Escola. A nosso ver, dona Esther devia ampliar o seu estabelecimento de ensino, a bem da instrução entre nós. Os poderes municipais deviam auxiliá-la nessa cruzada santa. [...] (DC, 05/12/1921).

A interlocução demonstrada acima articula-se com a compreensão de Bourdieu (2003, p. 34) sobre a organização e o funcionamento da vida social, quando o autor explica que ela:

[...] não é outra coisa senão o conjunto das ações e das reações tendentes a conservar ou a transformar a estrutura, ou seja, a distribuição dos poderes que a cada momento determina as forças e as estratégias utilizadas na luta pela transformação ou conservação e, em consequência, as possibilidades que essas lutas têm de transformar ou de perpetuar a estrutura.

O excerto acima pode ser compreendido em relação à matéria sobre a escola da professora Esther Ferreira Ribas, no sentido de promover a circulação sobre a qualidade de sua instituição educacional, como uma espécie de propaganda. Além disso, ao se ter uma mulher à frente de um estabelecimento como esse e o periódico propor a ampliação de suas atividades, sugerindo, inclusive, a mobilização dos “poderes municipais” para auxiliá-la na empreitada, podemos considerar a extensão e a profundidade do imbricado desenho que compõem as relações sociais. Assim, se a professora Esther não tiver apoio, pode ser que ela não consiga

ampliar sua escola e o *Diário dos Campos*, enquanto um veículo de comunicação, pode auxiliar nessa tarefa, divulgando suas atividades.

A veiculação no *Diário dos Campos* sobre os feitos de algumas das professoras que atuavam em Ponta Grossa no contexto abordado pode ser compreendida como uma estratégia desenvolvida por elas, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, para promover a circulação de suas atividades e iniciativas. Essa atitude sugere que, possivelmente, havia uma boa relação entre essas professoras e alguns membros que faziam parte da equipe editorial do periódico, conforme já citamos, constituída, nesse período, exclusivamente por homens. Um desses editores foi José Cadilhe, jornalista, escritor e poeta, responsável por mediar algumas das participações das professoras no *Diário dos Campos*, dentre as quais, podemos destacar: Emília Dantas Ribas, Leontina Bonato e Maria José Faria Branco. As duas primeiras já foram mencionadas e um exemplo da participação da última, adjetivada como “esforçada professora”, ocorreu na edição de 20 de novembro de 1923, sob o título *Uma gentileza*, em forma de agradecimento quando das atividades de encerramento do ano letivo. Na ocasião, a referida professora lecionava no Grupo Escolar Senador Correia.

[...] Em meu nome, e no de minhas colegas, professoras do Grupo Escolar Senador Correia, venho agradecer a V. Ex^a as animadoras palavras que nos dirigiu pelas colunas do “Diário dos Campos” por ocasião do encerramento das aulas. Fique certo, Exmo. Snr, que se até aqui, temos nos esforçado para melhor desempenhar a nossa árdua, quão difícil tarefa, esforçar-nos-emos muitíssimo mais, certas de que, há espíritos grandemente alevantados que nos encorajam, para que façamos do ensino verdadeiro sacerdócio, a fim de que os homens e as mães de família de amanhã, a nós confiados, desempenhem galhardamente os seus papéis, no engrandecimento da nossa linda e muito amada Pátria. [...] (DC, 20/11/1923).

O excerto anterior corrobora um *habitus* de professora vinculada ao magistério enquanto sacerdócio, segundo palavras da própria professora Maria José Faria Branco, acompanhada por suas colegas, citadas nos parágrafos anteriores. Na defesa desse ideário, além da representação que associa o papel da mulher que é professora, tem-se a menção à construção da pátria, seguindo os preceitos republicanos tão propalados à época (Oliveira, 2018). Além disso, o interesse em manter um relacionamento amistoso com a equipe editorial do *Diário dos Campos*, possivelmente, tenha favorecido a socialização das ações que elas realizavam enquanto educadoras, permitindo, com isso, considerar que elas já haviam adquirido um certo acúmulo de capital social e simbólico.

A professora Emília Dantas Ribas também foi citada por sua atuação como escritora na edição de 10 de abril de 1950, por Serafim França⁴³, em um artigo cujo título era *Honrosas referências à escritora ponta-grossense Emília D. Ribas*. A matéria explicava que o senhor em questão havia endereçado uma carta à Emília, elogiando-a por sua obra. Ele agradece o envio do exemplar para ele e destaca que ela havia elaborado “[...] um excelente livro. Fabricação interessantíssima, jogo de paixões verídico, figuras que se agitam dentro da realidade e estilo claro, corrido, espontâneo, de quem sabe sentir e exprimir”. O senhor Serafim França ainda afirma que conhece “[...] quase toda a literatura brasileira e, assim, a preciosa messe de produção intelectual feminina. O seu livro figura no primado dessa galeria artística”. Além desses elogios, ele desenvolve a sua análise, comentando sobre as possíveis dificuldades que Emília encontraria para se firmar como autora, fazendo referências ao perfil sentimental e espiritual da obra, finalizando seus comentários com uma espécie de sugestão de escrita como recurso de alienação, como uma fuga da realidade. No entanto, ele a encoraja a continuar escrevendo, conforme podemos conferir na transcrição a seguir:

Revelação de um tesouro sentimental, espiritual e desse raro dom de exprimir e distribuir a riqueza interior. Vou recomendar a todos que leia o seu livro. E não cesse de escrever. Faça outros romances. Prossiga nessa nobre faina de espiritualidade, tão necessária nestes tempos maus de materialismo inferior. Quem estiver com o sonho está com o céu, tem asas para a felicidade. Não desanime se a escalada tiver obstáculos. Faça como as orquídeas que, mesmo nos rochedos estéreis, firmam suas raízes e abrem flores gloriosas. Não há vibração que se perca – toda emoção é ritmo no concerto universal. [...] Seu livro se imporá por si mesmo. O mérito tem radiação. Fique na sua torre de sonho e olhe a vida com a luneta encantadora da ilusão, é o melhor meio de fugir à realidade decepcionante (DC, 10/04/1950).

A iniciativa de Emília Dantas Ribas, que consistiu em enviar um exemplar de seu livro para Serafim França, demonstra que ela possuía coragem e estava disposta a correr riscos, pois, ao oferecer sua obra para a leitura de um crítico, ainda mais, um homem, especialmente no contexto histórico em questão, ela poderia ter obtido uma resposta desagradável. Serafim França poderia ler o livro e, ao tirar suas conclusões, essas poderiam ir de encontro às expectativas de Emília. No entanto, ela acreditou em sua produção e correu o risco, recebendo a avaliação de sua obra de forma pública nas páginas do *Diário dos Campos*. A aposta foi alta, pois a crítica poderia ter sido negativa e ela sofreria as consequências de sua ousadia, porém, sua atitude demonstrou que ela estava disposta a enfrentar o desafio.

⁴³ Foi advogado e escritor.

Em uma abordagem ampliada, envolvendo uma temática que englobava a esfera nacional, o jornal *Diário dos Campos* publicou em 08 de junho de 1933 um artigo, cujo título era *Ler e aprender*, destacando que os editores da J. R. de Oliveira e Cia.⁴⁴, estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, haviam enviado um exemplar da obra de mesmo título da nota jornalística, de autoria da professora Alda Pereira da Fonseca⁴⁵ para o periódico pontagrossense. Trazia a notícia:

Muito bem impresso e com gravuras atraentes, o novo livro que se casa com as ideias patrióticas de Alberto Torres⁴⁶ e segue os princípios da Escola Nova, merece menção especial por vir preencher uma grande lacuna. Pelos assuntos que encerra e de que trata a sua autora com tanta proficiência, pela linguagem simples, natural e fluente em que está escrito, enfim, pelo seu valor intrínseco, “Ler e aprender” prestará relevantes serviços à instrução e, sobretudo, à pátria por buscar despertar na infância o gosto pela cultura inteligente do solo que constituirá a maior fonte de riqueza, prosperidade e felicidade do Brasil futuro. Estamos certos de que a adoção nas escolas do novo livro e leitura acima referido, combinado com o excelente compêndio intitulado “Primeiro, saúde”, do dr. Castro Barreto⁴⁷, é um ato de são e elevado patriotismo. Gratos pela remessa (DC, 08/06/1933).

A nota acima pode ser compreendida como um exemplo de enaltecimento de uma produção textual feminina e que, além disso, foi elaborada por uma professora, como pode ser verificado na apresentação da autora na própria notícia. Alguns aspectos podem ser somados para se chegar à essa análise, como a menção direta à autoria da educadora, o destaque para a qualidade da impressão e das gravuras já no início do texto, a comunhão dos escritos da autora com os ideais patrióticos valorizados à época (Oliveira, 2018) e a ênfase de que essa obra viria a “preencher uma grande lacuna”.

As publicações do *Diário dos Campos* sobre as mulheres também envolveram algumas menções à escritora e poetisa Anita Philipovsky⁴⁸, ao longo do período abordado. Em uma ocasião, na edição de 01 de junho de 1921, o *Diário dos Campos* publicou uma nota em que enfatizava o capital cultural da escritora, referenciando a notícia veiculada pelo periódico

⁴⁴ Sem referência expressa aos nomes dos referidos editores.

⁴⁵ Nascida no Rio de Janeiro em 1882, Alda Pereira da Fonseca foi professora, cientista e escritora. Dedicou-se à área da Botânica e integrou o Ministério da Agricultura em diferentes cargos.

⁴⁶ Alberto de Seixas Martins Torres foi bacharel em Direito e político brasileiro, famoso por suas ideias nacionalistas. Para maiores informações, consultar as pesquisas de Ricardo Luiz de Souza (2005).

⁴⁷ Foi um médico brasileiro que defendia princípios nacionalistas e patrióticos. Para maiores detalhes, acessar o capítulo intitulado *A superpopulação da Terra e suas perspectivas* (2020), elaborado pelo próprio autor e publicado originalmente em 1959, recuperado de <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4334> e, também, a tese de Maria Aparecida Augusto Satto Vilela (2011).

⁴⁸ A grafia do nome de Anita Philipovsky foi apresentada de diversas formas pelo jornal *Diário dos Campos* ao longo do recorte temporal que esta tese abrange. Como forma de padronizar essa escrita, optamos pela indicação sugerida por Oliveira (2018), autora que, em sua dissertação de Mestrado, apresenta a certidão de óbito de Anita Philipovsky como fonte documental.

curitibano *A República* e vangloriando-se por ter sido o primeiro veículo impresso a publicar os textos de Anita Philipovsky. Trazia a referida nota:

“A República” noticiando a estada da distinta escritora ponta-grossense na capital, tecem-lhe os mais justos e merecidos elogios. Anita Philipovsky não é apenas uma impressionista de superficialidades, como em regra são as escritoras. Anita Philipovsky pensa, filosofa, e aborda questões sociais com superioridade vistas. [...]. Nós que lhe acompanhamos os primeiros passos [...] temos muito prazer registrando esta notícia [...] (DC, 01/06/1921).

A matéria anterior enfatiza que Anita Philipovsky, enquanto escritora, ia além do que se esperava para uma mulher que atuava no mundo das letras nesse período, uma vez que o periódico a considerava uma pensadora, que ousava aprofundar suas temáticas, refletindo sobre questões sociais, assuntos até então, pouco debatidos por mulheres. Além disso, o reconhecimento de Anita Philipovsky pela equipe editorial do *Diário dos Campos* pode ser comprovado por uma nota, publicada em 02 de agosto de 1934, por ocasião do aniversário da escritora, em que o periódico a caracterizava como “talentosa literata [...] grandemente conhecida nos meios intelectuais [...]”, considerando-a como uma autora dotada de “primorosos dotes intelectuais”.

Anita Philipovsky também foi homenageada pelo *Diário dos Campos* em 07 de agosto de 1924 por um autor, apresentado como Antonio L. Albuquerque, do qual não obtivemos maiores informações, que escreveu o texto intitulado *O carinho*, demonstrando o alto grau de capital simbólico que Anita havia acumulado junto ao periódico. Uma das interpretações possíveis, a partir desse texto, pode ser a de que Anita Philipovsky, enquanto autora, sempre estivesse presente ao longo das edições do *Diário dos Campos*, periódico em que ela iniciou sua atuação como escritora, colaborando com inúmeras participações, construindo, assim, uma relação de amizade e parceria com a equipe editorial. Além disso, não podemos esquecer o que Bourdieu (1989, 2004a) indica sobre o conceito de capital, no sentido de que ele só tem valor se for reconhecido pelos agentes do respectivo campo e esse reconhecimento pode ser confirmado na transcrição a seguir:

O carinho - Para Anita Philipovsky

No enorme turbilhão da vida, em que o homem numa eterna incompreensão, aspira ainda construir a infinda Babel, quando temos o aceno bondoso de um carinho, um sopro de ânimo nos invade o ser e nos alenta uma grande esperança, como que a dizer: - Não desanimeis, ide sempre avante na prática do Bem, no culto à Verdade, porque se o mundo um dia sumir-se no vácuo do nada, as vossas boas ações cristalizadas numa oração, dar-vos-ão do Supremo Juiz o perdão e com o perdão a eternidade... – Na garridice da infância, na ingenuidade da juventude, na frase ríspida da maturidade

e nas canseira da velhice, o carinho é sempre uma luz fagueira, a prometer nos em ritmos sagrados, a vitória na vida e a paz na morte...

- Bendito seja eternamente o carinho! –

Antonio L. Albuquerque. Agosto de 1924 (DC, 07/08/1924).

Essas demonstrações de amizade e respeito pelas professoras e escritoras, como a exemplo de Anita Philipovsky, por parte dos editores do jornal *Diário dos Campos*, indicam a valorização do capital social e simbólico conquistados por elas, com reconhecimento de seus escritos, suas posturas, suas atividades e suas ocupações. No caso específico das professoras, ainda podemos refletir sobre a habilidade que essas mulheres tiveram, pois iniciaram suas vidas públicas por meio de uma profissão considerada adequada para as mulheres do período (Prá; Cegatti, 2016). Ou seja, em um primeiro momento, a docência representou uma oportunidade de atividade fora do lar e, a partir disso, as professoras foram expandindo suas redes de atuação, firmando e mantendo novos contatos, além de aproveitar os espaços que surgiam para socializar seus feitos nas páginas do periódico. Com isso, percebemos a sinalização de uma mudança na abordagem sobre/para as mulheres, compreendendo-as para além do espaço privado do lar, mas como potenciais participantes dos demais setores da sociedade.

Assim, no próximo tópico trataremos de mulheres que, por meio das Artes, também puderam circular por diferentes espaços, adquirindo autonomia, se posicionando e explorando novos horizontes para suas vidas.

2.2.2 “Metamorfose”: Mulheres artistas – uma categoria à parte

A abordagem em tom de admiração sobre algumas mulheres mostrou-se uma constante no jornal *Diário dos Campos* durante todo o período analisado nesta tese. Muitos dos escritos que acompanhavam esse viés tratavam de notícias ou comentários sobre artistas dos mais variados campos de atuação, como a música, o teatro, a arte circense, entre outros, que estivessem de passagem por Ponta Grossa ou que estivessem se apresentando em outros locais. Sobre isso, justificamos o título deste subtópico – *Metamorfose* – veiculado na edição de 16 de dezembro de 1943 no *Diário dos Campos*, como ponto-chave para a reflexão sobre o caso particular das artistas. Seriam elas uma categoria feminina à parte, com uma espécie de licença especial para atuar livremente? Ou estariam elas galgando novos e definitivos espaços sociais para todas as mulheres? Telles (2015, p. 403) nos brinda com uma interessante reflexão sobre isso:

Tal qual um Deus Pai que criou o mundo e nomeou as coisas, o artista torna-se o progenitor e o procriador de seu texto. À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. O que lhe cabe é a encarnação mítica dos extremos da alteridade, do misterioso e intransigente outro, confrontado com veneração e temor. O que lhe cabe é uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria. Demônio ou bruxa, anjo ou fada, ela é mediadora entre o artista e o desconhecido, instruindo-o em degradação ou exalando pureza. É musa ou criatura, nunca criadora.

Para alicerçar essas problematizações, mobilizamos as colaborações de Beauvoir (1980a, 1980b), ao defender que as artistas teriam um ambiente privilegiado para exercer uma espécie de liberdade que não era permitida em outros espaços. Para ilustrar isso, apresentamos a publicação de 04 de abril de 1938, em que o periódico informava que a cantora e violinista Olga Prager Coelho se apresentaria em Londres. A partir dessa nota, é possível perceber que havia um sentimento de orgulho por parte da equipe editorial do referido jornal, ao explicar que a cantora em questão estaria representando o Brasil no exterior, um feito realmente notável para uma mulher nesse período. Trazia a notícia:

No momento em que as plateias da Europa aclamam Olga Prager Coelho, é motivo de especial satisfação para a *Britisch Broadeast Corporation* anunciar aos rádio-ouvintes do Brasil a presença da ilustre artista ao seu microfone [...]. Olga Prager Coelho é demasiado conhecida para que caibam aqui quaisquer palavras de apresentação. E os elogios que se lhe possam render, jamais expressarão devidamente a admiração que sua invulgar arte tem conquistado entre os públicos de numerosas nacionalidades, falando-lhes tão sugestivamente da alma e da sensibilidade brasileiras. [...] (DC, 04/04/1938).

O violino também serviu como instrumento musical para legitimar a referência à outra artista nas páginas do *Diário dos Campos*. Em uma publicação veiculada em 16 de junho de 1932, em matéria de primeira página, intitulada *Ponta Grossa vai ouvir a arte divinal de Bianca Bianchi*, o *Diário dos Campos* seguiu a mesma linha de elogios à artista em questão. Inclusive, o periódico mencionou a presença da referida violinista em várias edições nos dias subsequentes. Na primeira menção, em que se apresenta a imagem da musicista, conforme pode ser averiguado na sequência, o *Diário dos Campos* se expressou nos seguintes termos:

Desde ontem acha-se nesta cidade a distintíssima artista paranaense, senhorita Bianca Bianchi, a musa do violino. Bianca Bianchi aqui viveu a sua primeira infância, quando a sua excelentíssima genitora, dona Gina Bianchi também artista de mérito, manteve, à rua Dr. Colares, o primeiro Curso de Pintura de Ponta Grossa, donde saíram discípulas como Noêmia Solano da Cunha, cuja exposição pictórica tanto admiramos, ainda não faz muito. Bianca Bianchi, filha de artista, expressou a sua hereditariedade estética na invulgar vocação musical. Foi à Itália, ao país onde a Arte é um culto, e onde as vocações se anulam ou se imortalizam pela consagração. Bianca Bianchi esteve nesse segundo caso, como todo Paraná confiava. Voltando à Curitiba, já coroada de louros, o seu violino revelou uma alma que se emparelhava com as dos mestres do divino e torturante instrumento. [...] (DC, 16/06/1932).

Na nota acima, é possível perceber o desenvolvimento de um *habitus* de artista, pois, conforme o próprio *Diário dos Campos* faz questão de enfatizar, a mãe de Bianca Bianchi – senhora Gina Bianchi – também esteve envolvida com o campo artístico, especificamente na área da pintura, enquanto sua filha dedicava-se a alcançar espaço em outro segmento, o musical, notadamente a música erudita, por meio do violino, instrumento considerado clássico. Aqui podemos compreender o conceito de distinção promulgado por Bourdieu (2007), além da apropriação de capital cultural, social e simbólico por parte de Bianca Bianchi, proporcionado, segundo o periódico, pela circulação da violinista na Europa, especificamente na Itália, país que, segundo a matéria do periódico, constituía-se no alcance da glória ou na derrota de qualquer artista que ousasse se lançar nesse campo tão badalado – o da Arte. Ao que parece, segundo o próprio jornal, Bianca Bianchi passou pelo crivo de seus pares internacionais, consagrando-se como artista reconhecida, voltando para a terra natal para receber os aplausos de seus conterrâneos. Essa análise dialoga com o exposto por Bourdieu (2007, p. 263), quando o autor explica que:

O que está em jogo é precisamente a “personalidade”, ou seja, a qualidade da pessoa, que se afirma na capacidade de apropriar-se de um objeto de qualidade. Os objetos dotados do mais elevado poder distintivo são aqueles que dão melhor testemunho da qualidade da apropriação, portanto, da qualidade do proprietário, porque sua apropriação exige tempo ou capacidades que, supondo um longo investimento de tempo, como a cultura pictórica ou musical, não podem ser adquiridas à pressa ou por procuração; portanto, aparecem como os testemunhos mais seguros da qualidade intrínseca da pessoa. Por isso, explica-se espaço reservado pela procura da distinção a todas as práticas que, à semelhança do consumo artístico, exigem uma despesa pura, sem qualquer retorno, assim como à coisa, sem dúvida, mais preciosa e mais rara – sobretudo, entre aqueles que, tendo o mais elevado valor mercantil, menos o desperdiçam -, ou seja, o tempo, tempo consagrado ao consumo ou à aquisição da cultura pressuposta no caso de consumo adequado.

No excerto anterior, Bourdieu (2007) explica que a dedicação empregada em determinada atividade é o que imprime o nível de distinção, sendo o tempo o elemento de destaque nesse cômputo. Assim, o domínio dos instrumentos musicais e a habilidade no campo da pintura, por exemplo, seriam, segundo o autor, algumas das áreas com maior prestígio, pois, além de tempo, exigem o empenho do agente, não podendo ser adquiridos ou herdados de outrem. A partir disso, podemos compreender que tanto Bianca Bianchi, quanto sua mãe, Gina Bianchi, seriam detentoras de distinção, ao circularem pelos campos da música e da pintura, respectivamente, de forma reconhecida pelos demais agentes desses campos. Além disso, aqui podemos refletir sobre o papel do *habitus* na trajetória dessas duas mulheres, principalmente na de Bianca Bianchi, a partir das experiências, conhecimentos e contatos que sua mãe já detinha

e que, possivelmente, a filha herdou, de forma a favorecer sua entrada e permanência no campo da Arte. Seguindo nessa trilha, as explicações de Bourdieu (2004a, p. 22) podem ajudar nas reflexões, se considerarmos que:

[...] as condutas podem ser orientadas em relação a determinados fins sem ser conscientemente dirigidas a esses fins, dirigidas por esses fins. A noção de *habitus* foi inventada, digamos, para dar conta desse paradoxo. Do mesmo modo, o fato de as práticas rituais serem produto de um “senso prático”, e não de uma espécie de cálculo inconsciente ou da obediência a uma regra, explica que os ritos sejam coerentes, mas com essa coerência parcial, nunca total, que é a coerência das construções práticas.

Infelizmente, não temos informações sobre o montante de capital econômico acumulado por Bianca Bianchi, no entanto, a julgar por seu estilo de vida, morando no exterior há muito tempo, estando afastada do Brasil há 18 anos, segundo o *Diário dos Campos*, podemos conjecturar que ela também acumulou este tipo de capital, situação que, provavelmente, pode ter favorecido sua emancipação, conferindo-lhe ainda mais autonomia (Gomes, 2014).

Figura 13: Violinista Bianca Bianchi⁴⁹

Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 16/06/1932.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Um dia depois dessa publicação de primeira página, o jornal *Diário dos Campos* veiculou outra matéria, só que desta vez em uma página intermediária da edição de 17 de junho

⁴⁹ Imagem original da primeira página do jornal *Diário dos Campos*, trazendo a notícia de que a famosa violinista Bianca Bianchi encontrava-se em Ponta Grossa para a realização de apresentações na cidade. Optamos por incluir essa imagem, apesar de sua baixa qualidade visual, com a justificativa de apresentarmos a disposição espacial da referida matéria na composição do periódico, uma vez que, nossa pesquisa demonstrou que a publicação de notícias, reportagens e matérias sobre mulheres na primeira página do periódico constituiu-se em eventos raros, ainda mais com a inclusão de imagens dessas personagens femininas. Além disso, se considerarmos que o periódico original data de 1932, então, devemos ponderar que esse exemplar apresenta quase cem anos de existência, demonstrando, portanto, os desgastes inerentes ao tempo.

de 1932. Ao contrário da publicação anterior, a qual não constava a indicação expressa de autoria, essa de agora estava assinada por Acrísio Marques⁵⁰ e tinha como título *Bianca Bianchi! Ponta Grossa vai ouvir a mais bela expressão da arte paranaense!* Trazia a referida matéria:

Como especial deferência para com a nossa terra, Bianca Bianchi, a artista consumada que todo o Paraná admira e festeja, propôs-se encantar a alma ponta-grossense com o seu mágico, admirável, violino encantado! Depois de extasiar Curitiba, de fazê-la vibrar, na mais extraordinária interpretação da verdadeira arte, vem enlevar a Princesa dos Campos e fazê-la compartilhar do encantamento que emana das cordas sentimentais de seu precioso *Stradivarius*⁵¹! Bianca Bianchi vem à Ponta Grossa, terra onde passou a sua primeira infância, depois de um longo curso de aperfeiçoamento na Europa que lhe deu margem, na convivência com mestres, de solidificar o acentuado pendor artístico que a destaca, já nos albores da vida de arte, a primeira musicista conterrânea! Ponta Grossa vai ter a suprema ventura de ouvir o violino alma, que chora e canta e ri, que enleva, extasia e deslumbra, vai ouvir o instrumento humano que se transmuda em sentimento, ao perpassar das arcadas firmes dessa artista que nos orgulha e nos diz que na constelação da arte paranaense fulge uma estrela de primeira grandeza! Bianca Bianchi far-se-á ouvir em maravilhoso programa, no principal dos nossos teatros, quarta-feira dessa semana entrante. Ponta Grossa, que se orgulha em possuir uma plateia culta, não deixará por certo de acorrer ao grande festival de arte! Temos mesmo a certeza que afluirá ao concerto de Bianca Bianchi levando-lhe o conforto de suas palmas e a demonstração de que sabe apreciar a verdadeira arte tão legitimamente representada pela artista admirável que nos visita (DC, 17/06/1932).

Novamente, esta última publicação vem ao encontro das reflexões de Bourdieu (2007), ao se referir ao que poderia ser considerado como algo distinto. Na matéria citada, podemos perceber uma valorização de Bianca Bianchi enquanto artista, sendo elevada ao grau de “primeira musicista conterrânea” que, com seu violino, teria o poder de “encantar a alma ponta-grossense”, conquistando a plateia e demarcando um lugar de destaque na “constelação da arte paranaense”.

Outra artista que circulou pelas páginas do *Diário dos Campos* em diversos momentos foi Nenê Ferreira. Em algumas oportunidades, ela foi citada como apoiadora de causas filantrópicas e, em outras, devido ao seu envolvimento com a arte, especificamente o canto, conforme podemos conferir na transcrição a seguir, referente a uma matéria veiculada em 02 de julho de 1932, com a manchete *Honrando a terra natal: Nenê Ferreira, “Miss Ponta Grossa” fará uma audição no Teatro Municipal*. Trazia a matéria o seguinte texto:

A notícia que hoje vamos transmitir aos leitores, é dessas que enchem de orgulho e de satisfação toda Ponta Grossa: Nenê Ferreira, filha diletta do sr. Manoel Cyrillo

⁵⁰ Não foram encontradas informações sobre este autor.

⁵¹ *Stradivarius* ou estradivário refere-se a instrumentos de corda, especialmente violinos.

Ferreira, secretário da Câmara local, fará, no próximo dia 10 do fluente, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, sob o honroso patrocínio do dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, a sua estreia de canto perante a mais alta e exigente plateia do país. Nenê Ferreira que já tem credenciais de artista de mérito, vai, assim, receber o seu batismo no máximo templo da arte no Brasil. Muito jovem, possuidora de uma legítima vocação artística e de uma voz invulgar, a encantadora representante da Princesa dos Campos está fadada a fazer uma ascensão seguríssima como astro de primeira grandeza entre as eleitas da Arte, em nossa pátria. Aqueles que tiveram a ventura de ouvir a voz privilegiada de Nenê Ferreira são unânimes em reconhecê-la como artista de escol. Estamos certos que o recital de Nenê Ferreira, na capital da República⁵², lhe trará louros, que orgulharão Ponta Grossa! (DC, 02/07/1932).

Nessa última matéria, entre muitos apontamentos, podemos constatar a tentativa do jornal *Diário dos Campos* em articular figuras e acontecimentos locais com o cenário nacional, como a notícia de que a cantora ponta-grossense Nenê Ferreira se apresentaria no famoso Teatro Municipal do Rio de Janeiro, capital federal à época. Além disso, também podemos constatar a valorização que o periódico dedicou à referida cantora e isso pode ser comprovado pelos diversos adjetivos enaltecedores que foram utilizados para se referir ao seu potencial musical e ao grau de confiança demonstrado no texto, especialmente ao se afirmar que sua apresentação seria um sucesso e que ela se constituía em uma digna representante da Princesa dos Campos. Aqui percebemos uma artista local expandindo sua carreira para o contexto nacional, como a exemplo de Bianca Bianchi que foi ainda mais longe, inclusive, residindo e atuando por meio de sua arte na Europa.

Sobre a matéria acerca de Nenê Ferreira, podemos perceber a referência a seu pai, senhor “Manoel Cyrillo Ferreira, secretário da Câmara local”, citado talvez como forma de respeito e reverência à sua família, associando-a à figura masculina, costume comum em uma época em que as mulheres ainda se encontravam na luta por autonomia. Além disso, a menção ao seu pai pode sinalizar que Nenê Ferreira talvez contasse com o apoio de seu progenitor, condição essa que pode ter facilitado o desenvolvimento de sua carreira artística.

Especificamente sobre a questão do apoio familiar às mulheres artistas, podemos problematizar o caso já citado da violinista Bianca Bianchi, em que somente o nome de sua mãe, também artista, foi citado. A justificativa para tal ação é que, talvez, o conjunto de capitais acumulado por ela e sua mãe fosse suficiente para que elas fossem consideradas por elas mesmas, sem a necessidade de justificativa ou menção a qualquer nome masculino.

Conforme sugere Beauvoir (1980b), essa espécie de permissão que as artistas teriam para atuar, parece ter favorecido a inserção e a manutenção das mulheres em espaços das mais diferentes conformações, como o circo, por exemplo. Nesse sentido, o *Diário dos Campos*,

⁵² O Rio de Janeiro foi capital do Brasil até 1960.

praticamente em todo o período analisado, compartilhou informações sobre a chegada de atrações circenses e horários dos espetáculos, ressaltando as participações femininas nesses eventos, como é o caso da ciclista apresentada como Miss. May, integrante do Circo Nelson. Temos, a seguir, sua imagem, que foi publicada na edição de 25 de outubro de 1921.

Figura 14: Ciclista Miss. May – Artista do Circo Nelson



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 25/10/1921.
Acervo: Museu Campos Gerais.

Assim, as matérias do jornal *Diário dos Campos* relacionadas ao campo das artes traziam, em muitas das vezes, nomes femininos em posição de destaque e protagonismo, como apresentamos anteriormente. Além disso, em muitas das imagens que acompanhavam as matérias sobre as artistas, elas se encontravam em poses não muito comuns para o contexto em questão, assim como com roupas curtas, pernas à mostra, maquiagem marcante, semblantes e olhares incisivos. Todas essas características iam de encontro a conhecidas e recorrentes

representações femininas em que elas eram retratadas de modo ingênuo, tímido, contido, reservado e/ou submisso. Novamente, por meio da análise dessas imagens podemos afirmar que essas mulheres gozavam de uma certa liberdade de expressão que, especificamente aqui, envolvia o corpo, o cabelo, as roupas, os trejeitos.

Além das matérias e imagens em que as mulheres eram apresentadas sozinhas, em outras ocasiões, havia menções a grupos artísticos a que elas estavam vinculadas, como os teatrais e os circenses, por exemplo. Em uma dessas oportunidades, na edição de 02 de julho de 1932, o periódico noticiou o sucesso que havia sido a apresentação da Companhia Dulcina Moraes-Manoel Durães, obtendo elogios de vários membros da sociedade ponta-grossense que prestigiaram a referida apresentação. Ao longo da notícia são citados os nomes dos atores e atrizes que faziam parte dessa companhia de teatro, como demonstra o trecho a seguir:

[...] O público ponta-grossense, como só [vem] a acontecer quando trata-se de apreciar o desempenho admirável que a seus papéis dão os celebrizados atores Manoel Durães, Dulcina de Moraes, Conchita Bernard, Grijó Sobrinho, Odilon Azevedo, Affonso Stuart e Edith de Moraes, como verdadeiros intérpretes da comédia, não se fartou de os aplaudir em todo o desenrolar da movimentadíssima comédia que, pela primeira vez, foi levada à cena nesta cidade. [...] (DC, 02/07/1932).

O campo da dramaturgia nos brindou com muitos dados sobre as mulheres artistas no jornal *Diário dos Campos*. Assim, ao ampliarmos a análise sobre as artistas para um espaço além da região de Ponta Grossa, encontramos um artigo publicado em 25 de março de 1947, intitulado *Moça de juízo, o Diário dos Campos enaltece a trajetória da atriz Celia Johnson*⁵³, estrela do filme *Breve Encontro*, obra de Noel Coward. O periódico ressalta que, com sua atuação, ela havia conquistado as plateias de Londres e de Paris, além do filme ter sido premiado no prestigiado Festival de Cannes, na França. O periódico também enfatiza a relevância do capital cultural apropriado pela atriz, salientando que ela era fluente na língua francesa desde tenra idade e que tinha familiaridade com obras de autores clássicos da literatura francesa como Balzac e Maupassant. Aqui ressaltamos uma característica marcante observada nas páginas do *Diário dos Campos*, que consistia em apresentar os nomes dos filmes, junto com seus elencos, nos quais, via de regra, estavam envolvidos nomes femininos que eram tratados de forma respeitosa e com muita admiração.

Como podemos constatar, as referências às mulheres surgiam de vários modos. Em uma dessas alusões havia a propaganda de um filme, cujo título – *Tentação* - já apontava para uma representação feminina polêmica que causava, ao mesmo tempo, certo fascínio, mas também,

⁵³ Atriz britânica, nascida em 18 de dezembro de 1908 e falecida em 26 de abril de 1982.

continha um ar de crítica. Ambas as impressões podem ser constatadas pela imagem e pelo texto que acompanhavam a referida propaganda, publicada na edição de 29 de julho de 1947, as quais podem ser conferidas a seguir:

Tentação – Drama da Universal Internacional com Merle Oberon, George Brent, Paul Lukas e Charles Korvin. Seu amor era uma exótica armadilha! De homens bons fazia gênios... De homens maus – demônios! Desnuda a alma de uma mulher diabólica... para que o mundo a veja e se espante! Drama violento de amor que terminou em desgraça! (DC, 29/07/1947).

Figura 15: Propaganda do Filme “Tentação”



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 29/07/1949.
Acervo: Museu Campos Gerais.

De acordo com informações do *website* IMDb, o título original do referido filme era *Temptation* (1946), cuja trama se passa no Egito, após a união de uma mulher divorciada e caracterizada como extravagante e de um passado considerado suspeito chamada Ruby com um abastado egiptólogo, de nome Nigel. Segundo a sinopse do filme, Ruby se casa por interesse e, ao mudar-se para o Egito, conhece um homem chamado Baroudi, com o qual acaba se envolvendo. A direção é de Irving Pichel; os roteiristas são James B. Fagan, Robert Hichens e Robert Thoeren; e os atores principais são Merle Oberon, George Brent e Charles Korvin (IMDb).

O enredo do filme sugere que Ruby é uma mulher astuta, que faz uso de sua beleza e charme para conquistar um rico pesquisador, mas que sucumbe à “tentação” e acaba traindo o marido com um homem de conduta desprezível. Além disso, a sinopse enfatiza que a protagonista é uma mulher divorciada, portanto, que já foi casada e que, talvez por isso, já despertasse dúvidas quanto à sua moral, considerando o contexto histórico em questão (Lima, 2021; Celestino; Cunha, 2018). Seus gostos pessoais também são colocados em pauta, ao se chamar a atenção para suas roupas tidas como exageradas e à sua postura provocativa, aludindo a alguns *habitus* considerados inadequados para as mulheres desse período (Barreiros, 2017).

Outro filme propagandeado nas páginas do *Diário dos Campos* também foi palco para a apresentação de novas perspectivas femininas. Trata-se do título *Mulher sem algemas*, veiculado na data de 04 de dezembro de 1932. Segundo o *website* Cine Players, esse filme foi lançado por uma produtora de cinema americana em 1931, sendo classificado na categoria “drama”. A direção esteve a cargo de Archie Mayo e a trama girava em torno de um casal formado pela protagonista Anne, “[...] uma jovem com ideias escandalosamente avançadas que vive ao lado de seu amante Dick, um rapaz de boa família, mas convicto de que o casamento acabaria com seu amor” (Cine Players).

O *website* ressalta que, pressionado pelos *habitus* da sociedade da época, o referido casal acabou por oficializar a união. Isso pode explicar o próprio título do filme, no sentido de que, em um contexto notadamente marcado por normativas e discursos prescritivos para as mulheres e, de certa forma, como a própria sinopse da produção sugere, também para os homens, o título *Mulher sem algemas* se relaciona com o que pretendemos discutir nesta tese, no sentido de aprofundar as reflexões sobre o percurso das mulheres na conquista pelos espaços de protagonismo e posicionamento, rompendo com as amarras históricas que não estimulavam o desenvolvimento de posturas em que elas tivessem autonomia.

Ao conjecturarmos sobre quais mensagens um filme com esse título e com essa sinopse poderiam causar na população ponta-grossense do contexto em questão, devemos analisar o que nos aponta Chaves (2016, p. 3), ao explicar que:

A virada do século XIX para o XX marcou, para Ponta Grossa/PR, como a rigor ocorreu no Brasil, o momento da chegada da modernidade capitalista à cidade. A partir da primeira década dos Novecentos, Ponta Grossa passou a ocupar a condição de principal núcleo urbano do interior paranaense e de maior entroncamento ferroviário do sul do Brasil. Por conta disso, a cidade viveu um surto de urbanização, com um considerável incremento populacional, instalação de indústrias de diferentes ramos, implantação de um sistema de eletrificação pública e abertura de clubes sociais, de cine-teatros etc. Nesse cenário também vicejaram ideias e projetos filosófico-culturais diversos, com a estruturação de centros anticlericais e livre pensadores, lojas maçônicas, sociedades operárias, centros espíritas, círculos

socialistas e grupos anarquistas. Foi também nesse momento que Ponta Grossa viu nascer uma imprensa escrita que estabeleceu um intenso diálogo com as questões locais.

A citação anterior é esclarecedora, no sentido de nos permitir compreender que as temáticas trazidas de outros centros, como a sugerida pelo filme citado anteriormente, com ideias talvez arrojadas para um contexto interiorano, poderiam, de repente, circular nos mais diferentes ambientes sociais, causando espanto em alguns ou fomentando reflexões em outros, demonstrando que a cidade de Ponta Grossa poderia, inclusive, mostrar-se receptiva para novas concepções, inspirada por mudanças que se desenvolviam em diferentes lugares.

Os dois filmes citados nos parágrafos pregressos podem ser compreendidos por um viés pedagógico, se considerarmos os aspectos abordados em relação às personagens principais, sugerindo que certos comportamentos delas seriam reprováveis e, portanto, não deveriam ser seguidos, demarcando a questão do divórcio e do casamento por interesse, por exemplo, como *habitus* femininos que não deveriam ser seguidos. Além disso, esses filmes sugerem que o cinema poderia representar uma forma de contestação do que se encontrava vigente, como um exemplo de subversão do que já estava posto. Sobre isso, ao retomarmos as reflexões sobre as complexidades que envolvem o rompimento de uma ordem simbólica tradicional, como aquela que já é realizada, compreendemos que:

Se as revoluções simbólicas são especialmente difíceis de entender, e mais ainda quando são bem-sucedidas, é porque o mais difícil é entender o que parece óbvio, na medida em que a revolução simbólica produz as estruturas pelas quais a percebemos. Em outras palavras, tal como as grandes revoluções religiosas, uma revolução simbólica desarranja estruturas cognitivas e às vezes, em certa medida, estruturas sociais. Impõe, quando obtém êxito, novas estruturas cognitivas que, por se generalizarem, se difundirem, habitarem o conjunto, num universo social, dos sujeitos que percebem, tornam-se imperceptíveis. Nossas categorias de percepção e apreciação, que em geral empregamos para entender as representações do mundo e o próprio mundo, nasceram dessa revolução simbólica bem-sucedida (Bourdieu, 2023, p. 30).

Os registros do jornal *Diário dos Campos* sobre o envolvimento das mulheres com o campo das Artes, como pudemos perceber, envolveram diferentes áreas de atuação, como, por exemplo: a música, o cinema, o circo e o canto, geralmente apresentando as artistas em posições de destaque e com elogios às suas carreiras, ou seja, valorizando os aspectos profissionais. No entanto, no caso do filme *Tentação* (1946), a referência às mulheres ressaltou os aspectos morais, vindo no sentido de crítica aos comportamentos da protagonista, apresentando-a como um modelo – ou um *habitus* - que não deveria ser seguido, chamando a atenção para o enredo

que trazia uma mulher que traía seu marido e se casava por interesse, ao invés de ressaltar a atuação profissional da atriz.

Nesse caso específico, a partir de Bourdieu (2008c), podemos conjecturar que um dos itens que se sobressai é o “para quem” se escreve a reportagem, ou seja, talvez para as próprias mulheres. O conteúdo – “o que” se escreve - também é relevante nessa matéria, pois fica claro que certas condutas femininas não eram apreciadas pela sociedade da época. Por outro lado, podemos refletir sobre a possibilidade de o enredo do filme intencionalmente chocar a sociedade com os comportamentos da protagonista, sinalizando que os tempos estavam mudando e, com isso, certos *habitus* femininos também pudessem se modificar. Talvez a circulação de ideias como as apresentadas no filme pudesse, com o tempo, incitar o debate sobre novos temas sociais, aproveitando a oportunidade que o filme teria em atingir diferentes públicos, para trazer à baila essas questões.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos complementar nossa análise, recorrendo às ideias propostas por Beauvoir (1980b), quando a autora questiona se as artistas poderiam ser consideradas uma categoria à parte, munidas de legitimidade para atuarem com mais liberdade e autonomia. Sobre isso, nossos dados sugerem que, na maioria dos casos, a resposta seria afirmativa, pois, a maior parte das artistas apresentadas nas diferentes matérias e reportagens do *Diário dos Campos*, ao longo de nosso recorte temporal, pareceram gozar de uma certa autonomia em comparação com outras mulheres do mesmo período. Sobre isso, a autora explica que:

Há uma categoria de mulheres a que estas observações não se aplicam pelo fato de que, longe de lhe prejudicar a feminilidade, sua carreira a fortalece; trata-se da categoria das mulheres que procuram superar pela expressão artística o próprio dado que constituem: atrizes, dançarinas, cantoras. Durante três séculos, foram elas, por assim dizer, as únicas que tiveram uma independência concreta no seio da sociedade e nesta ainda ocupam atualmente um lugar privilegiado. Outrora as comediantes eram amaldiçoadas pela Igreja; essa severidade exagerada sempre lhes conferiu uma grande liberdade de costumes; andam amiúde à beira da galanteria, e como as cortesãs, passam grande parte de seus dias na companhia dos homens; mas, ganhando a vida por seu próprio esforço, encontrando no trabalho um sentido para sua existência, escapam ao jugo deles. A grande vantagem de que gozam está em que seus êxitos profissionais contribuem – como no caso dos homens – para sua valorização sexual; realizando-se como seres humanos, realizam-se como mulheres; não são dolorosamente atormentadas por aspirações contraditórias; ao contrário, encontram em seu ofício uma justificação de seu narcisismo: toalete, cuidar da beleza, encantar, fazem parte de seus deveres profissionais (Beauvoir, 1980b, p. 471-472).

Essa constatação pode ser indicada, uma vez que, a maioria dessas artistas viajavam sozinhas, algumas viviam no exterior há muitos anos, seguiam suas carreiras de forma autônoma, sem mencionar a necessidade de tutela ou de consentimento de outros indivíduos

para suas escolhas. Além disso, essas mulheres geralmente eram referenciadas em articulação com seus perfis profissionais, superando certos *habitus* que as vinculavam apenas ao ambiente doméstico. Inclusive, nos casos de alguns filmes, que tinham como enredo ou título, situações consideradas polêmicas para a época, ainda assim, o fato de certas temáticas serem levantadas e as atrizes poderem atuar em papéis considerados escandalosos, pode ser considerado como um avanço, pois rompe com um *habitus* que consistia em mostrar apenas o que poderia ser considerado como ideal, ou esperado.

Rita Felski (2003) colabora com esse debate, ao considerar que o campo da Arte goza de uma boa parcela de autonomia, porque sua organização, sua dinâmica, os temas que aborda, as formas como se apresenta e se desenvolve, a criatividade que envolve, ou seja, todo esse conjunto de fatores permite extrapolar a realidade, conferindo um certo grau de liberdade ao campo.

Assim sendo, as matérias e notícias apresentadas neste subtópico demonstram que o jornal *Diário dos Campos*, praticamente durante todo o recorte temporal desta tese, procurava compartilhar com os leitores do periódico os acontecimentos artísticos que ocorriam na região dos Campos Gerais, trazendo informações sobre os espetáculos a serem realizados, valorizando as artistas que se apresentariam nos espaços de Ponta Grossa, especialmente no Éden Teatro⁵⁴ e, também, enaltecendo as mulheres que atuavam nos mais diversos campos artísticos, como musicistas, atrizes, entre outras ocupações relacionadas.

Nesse sentido, no próximo subtópico trataremos de um campo historicamente dominado por homens e que as mulheres também conseguiram se inserir – o meio militar.

2.2.3 “As mulheres, essas heroínas desconhecidas”: As mulheres, as guerras e o ambiente militar

Nos subtópicos precedentes, analisamos algumas reportagens e matérias do jornal *Diário dos Campos* que apresentaram alguns perfis femininos condizentes com uma ordem simbólica tradicional, portanto, com o que se esperava delas, como as atribuições de mãe, esposa, filha, cuidadora, professora de crianças, enfim, várias representações que foram se estabelecendo em relação às mulheres ao longo do tempo. Concomitantemente, discutimos

⁵⁴ Nelson Silva Júnior (2008, p. 71-72) explica que: “Alguns anos após a fundação do Cine Renascença, já na década de 20, é fundado o Cine Teatro Éden, um sucessor do Teatro Sant’Anna. Inicialmente o Cine Éden funcionou na praça Barão do Rio Branco e posteriormente no encontro das ruas Augusto Ribas e XV de Novembro, onde ficou até o final da década de 40, dando, então, espaço para o Cine Ópera. São esses dois cinemas que irão garantir para a cidade de Ponta Grossa, até o final dos anos 30, o acesso da população às produções cinematográficas, em sua grande maioria, criações hollywoodianas”.

algumas outras facetas femininas que foram surgindo nas páginas de nossa fonte, descortinando novas possibilidades para as mulheres. Muitas vezes, as matérias com menções a *habitus* já muito difundidos sobre as mulheres eram apresentadas praticamente lado a lado, ou muito próximas, de publicações com *habitus*, que podemos considerar pouco usuais para as mulheres no contexto em questão. Sobre isso, Teresa de Lauretis (2019, p. 121) explica que:

A crítica de todos os discursos a respeito do gênero, inclusive aqueles produzidos ou promovidos como feministas, continua a ser uma parte tão vital do feminismo quanto o atual esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva – uma visão de “outro lugar”.

Assim, essas contradições que apresentavam os movimentos que pendiam tanto para *habitus* já conhecidos e comumente associados às mulheres, como para *habitus* caracterizados por diferentes graus de autonomia, em que elas ainda estavam se inserindo, podem ser verificadas, por exemplo, em uma matéria publicada em 22 de setembro de 1945. Sob a manchete *As mulheres, essas heroínas desconhecidas* (que fornece o título para este subtópico), em que a autora chamada Vivianne Poitiers⁵⁵ questiona a invisibilidade feminina na Segunda Guerra Mundial, defendendo a ideia de que as mulheres atuaram ativamente em todas as frentes nos períodos tenebrosos vividos e não receberam reconhecimento. A autora problematiza o fato de não ter percebido nenhuma homenagem a qualquer mulher que participou da guerra, ao passo que, todas as honrarias eram concedidas aos homens.

Assim sendo, optamos por este título por três razões: a primeira, por ele tratar de um período que rendeu muitas reportagens e notícias no jornal *Diário dos Campos*, que foi a Segunda Guerra Mundial, referenciando-se às mulheres em algum aspecto; em segundo lugar, devido ao teor questionador da matéria em si, que critica o fato de não se dar crédito à participação das mulheres na referida guerra, representando assim, um perfil de escrita que compreende seu papel social; por fim, pelo protagonismo e posicionamento femininos que, infelizmente, apresentaram-se bem menos comuns do que os dos homens, de forma que aqui, optamos por valorizá-los. Nesse sentido, essa reportagem articula a construção de novos *habitus* femininos que primavam por comportamentos menos subjugados e que exprimiam maior liberdade em vários sentidos, confrontando um silenciamento histórico a que as mulheres estiveram expostas ao longo do tempo e que, com a guerra, puderam ultrapassar.

Essa discussão relaciona-se com a reflexão sobre as mulheres e os homens públicos, ao compreendermos os movimentos que elas precisaram realizar durante a Segunda Guerra

⁵⁵ Não encontramos maiores informações sobre esta autora.

Mundial, enquanto os homens estiveram fora de suas funções habituais. Sobre isso, Perrot (1998, p. 7) explica que:

No espaço público, aquele da Cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe deem um enterro com honras nacionais. É candidato em potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhecida homenageia. Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se diz “a rapariga” – pública é uma “criatura”, mulher comum que pertence a todos. O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria.

A partir do exposto por Perrot (1998), podemos refletir sobre as diferenciações entre as compreensões acerca dos homens públicos e das mulheres públicas, enfatizando que eles seriam ovacionados, enquanto elas seriam recriminadas, precisando, em algumas situações, deixar claro ou justificar que, muitas daquelas mulheres que trabalhavam fora do espaço doméstico, tinham por objetivo ajudar as famílias necessitadas.

Beauvoir (1980a, p. 174) também reflete sobre as condições das mulheres que trabalham para sobreviver, discorrendo sobre as que atuam no próprio ambiente doméstico e aquelas que se aventuram em espaços públicos em que majoritariamente são os homens as figuras a circular:

A comerciante, a dona de alguma pequena empresa, sempre foram privilegiadas; são as únicas a quem o código, desde a Idade Média, outorga capacidades civis. A merceira, a leiteira, a dona de hotel, a vendedora de cigarros, têm uma posição equivalente à do homem: celibatárias ou viúvas, são por si mesmas uma razão social; casadas, gozam da mesma autonomia que o marido. Têm a sorte de seu trabalho se exercer no mesmo local do lar e de não ser em geral absorvente. Com a operária, a empregada, a secretária, a vendedora, que trabalham fora de casa, a situação é muito diferente. É-lhes muito mais difícil conciliar o ofício com a vida doméstica [...]. Quanto às profissões liberais, embora advogadas, médicas, professoras consigam quem as auxilie em casa, o lar e os filhos representam para elas encargos e preocupações que constituem um pesado *handicap*⁵⁶.

Beauvoir (1980a) diferencia as mulheres que, de alguma forma, atuam no comércio com as outras trabalhadoras, elencando algumas facilidades de que se beneficiam as mulheres do primeiro grupo. Seguindo esse raciocínio, podemos refletir sobre o papel das mulheres que exerceram atividades fora do lar durante os períodos de guerra, a partir de publicações do *Diário dos Campos* que tratavam dessa condição.

⁵⁶ Aqui *handicap* poderia ser compreendido como desvantagem.

Para aprofundar essas análises, especialmente em relação às enfermeiras que atuaram durante a Segunda Guerra Mundial, as contextualizações de Alexandre Barbosa de Oliveira e Tânia Cristina Francos Santos (2007) mostram-se pertinentes. Segundo os autores:

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um grupo de enfermeiras treinadas pelo Exército Brasileiro foi enviado ao *front* a fim de prestar apoio de saúde aos soldados que iriam atuar nos campos de batalha da Europa. Essa participação, num conflito de ordem mundial, acabou por conferir a estas enfermeiras uma inserção profissional diferenciada em relação às das outras mulheres da sociedade brasileira da época. A atuação delas foi tema de inúmeras publicações por parte da imprensa, que não se furtava em enaltecer a figura feminina como símbolo da Pátria-Mãe, valorizando simbolicamente aquelas enfermeiras que iriam cuidar dos soldados na guerra. Isso ocorreu num contexto político-social que privilegiava sobremaneira a propaganda, muita das vezes calcada em ritualizar elementos que deveriam ser veiculados como sustentação da ideologia totalitária anunciada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Contudo, logo após o término da guerra e antes mesmo de retornarem ao país, essas enfermeiras foram rapidamente desmobilizadas do efetivo do Exército. No bojo das circunstâncias que tornaram oportunas a mobilização e a desmobilização das Enfermeiras Febianas⁵⁷, configuraram-se, como consequências, ganhos e perdas simbólicas que acabaram por influenciar a (des) capitalização social delas no campo do Exército Brasileiro (Oliveira; Santos, 2007, p. 424).

A citação anterior é esclarecedora, no sentido de que, além de situar o contexto político brasileiro e trazer informações sobre a questão das enfermeiras brasileiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial, ainda apresenta a situação internacional que envolveu esse importante episódio militar que marcou a década de 1940. Esse excerto ainda permite a constatação da complexidade que envolveu essas enfermeiras que, em um primeiro momento, foram chamadas para se tornarem as “voluntárias da pátria” (Lima, 2021) e conclamadas a servirem seu país, sendo, com isso, valorizadas pela sociedade, adquirindo um certo grau de capital social e simbólico. No entanto, finalizada a guerra, essas mulheres foram simplesmente dispensadas do Exército brasileiro, em uma clara demonstração de que não eram mais necessárias (Montero, 2020). Interessante notar que, geralmente, os homens que integram os exércitos são mantidos na instituição com certa estabilidade, especialmente ao fim das guerras, contudo, no exemplo aqui apresentado, as enfermeiras, tão incentivadas a integrarem o serviço militar, simplesmente foram desligadas ao fim do conflito, sem indenização ou recebimento de qualquer benefício, demonstrando que a questão da dispensa estava ligada a questões de gênero.

Sobre isso, ainda podemos refletir sobre o que significou para essas mulheres saírem de suas casas, deixarem suas famílias e seguirem para outro país em meio a uma guerra mundial.

⁵⁷ Referente à denominação FEB, sigla que significa Força Expedicionária Brasileira, força militar que representou o Brasil na Segunda Guerra Mundial, em apoio ao grupo dos Aliados, formado por França, Inglaterra, Estados Unidos e a antiga União Soviética.

Aqui devemos problematizar a questão de que, no contexto histórico dos anos de 1940, a sociedade não via com bons olhos as moças que estivessem desacompanhadas de um familiar masculino, salvo algumas exceções. Então, podemos cogitar que o esforço dos pais, por exemplo, em permitir que suas filhas participassem da referida guerra deve ter sido significativo. Além disso, temos a questão do perigo ocasionado pelos combates, pois, ninguém sabia se voltaria para casa com vida.

Oliveira e Santos (2007) também enfatizam o papel da imprensa e da propaganda, características do governo Vargas, segundo Audrey Barbosa (2020), como estratégias de mobilização e persuasão dessas mulheres para atuarem como enfermeiras. O jornal *Diário dos Campos* fez coro à essa postura adotada pela imprensa nacional, colaborando nesse convencimento, por meio de inúmeras matérias que procuravam mobilizar as mulheres para a incorporação desse dever cívico, conforme procuramos demonstrar nesta tese, como, por exemplo, as reportagens sobre a Cruz Vermelha e o papel das mulheres nessa instituição.

Ainda assim, ao considerar o nosso recorte temporal, podemos conjecturar que o contexto da Segunda Guerra Mundial parece ter favorecido o ingresso das mulheres nos mais diferentes campos, como o militar. Em uma notícia de 06 de agosto de 1939, sob o título *A mulher inglesa deseja também contribuir*, isso se confirma, pois, diante da crise que se instalava em inúmeros países da Europa por conta dos conflitos, as mulheres foram incentivadas a participar das atividades de apoio à guerra, porém, de forma voluntária, ou seja, sem remuneração, caracterizando outro *habitus* considerado tipicamente feminino, que é o de trabalhar sem receber qualquer benefício financeiro, com o argumento, nesse caso, de doação ao seu país e de amor à pátria (Colling, 2019; Abreu, 2015).

O contexto da Segunda Guerra Mundial pode se relacionar com os conteúdos que, vez ou outra, surgiam quase de modo desprezioso, como o que encontramos em uma pequena nota, publicada em 26 de setembro de 1939, com o seguinte título: *As mulheres em cargos masculinos*, veiculada originalmente em Paris e reproduzida pelo *Diário dos Campos*, em que se informava que as mulheres estavam assumindo “[...] inúmeros cargos masculinos [...], por exemplo, guiando ônibus e táxis”. Essa pequena nota, à primeira vista, pode parecer não ter muito significado, mas, na verdade, ela pode ser compreendida como um grande salto para as mulheres, demonstrando que os campos, apesar de guardarem suas especificidades e terem regras próprias, geralmente avançam em conjunto e, nesse sentido, podemos compreender que, aos poucos, as mulheres vão se inserindo, com mais ou menos sucesso, em diferentes ambientes até então, considerados improváveis de serem penetrados.

Outro ponto de análise diz respeito ao fato de as mulheres conseguirem manter a racionalidade, perceber as oportunidades, muitas vezes hostis, e aproveitar que os homens se encontravam na guerra, ou seja, fora de suas atribuições do dia a dia e usarem esse período de dificuldades para se inserirem em alguns dos cargos ocupados, até então, por eles, como motoristas de ônibus e táxis, conforme citado no parágrafo anterior.

Outro exemplo de atuação feminina em uma atribuição tipicamente ocupada por homens foi veiculado na edição de 27 de abril de 1939. Em uma extensa matéria intitulada *A bravura de uma mulher brasileira nas Índias*, o autor que se identificava apenas com as iniciais A. A. S., inicia seu texto afirmando que muitos nomes de desbravadores de locais longínquos ficaram registrados nos livros e outros tornaram-se anônimos. Entre estes últimos, de acordo com o autor, encontram-se muitas mulheres, conforme ele explica:

Os “varões” ainda têm sido “assinalados”. De seus feitos contam-se os escritos espalhados em livros vários. Mas em relação à homeriada feminina, relativamente pouco se têm publicado. E, no entanto, a história brasileira está repleta de feitos heroicos das mulheres que se escondiam “por entre as gelosias e vidraças ou as cortinas dos gradios das janelas” no dizer pitoresco de Eugène Dellessert, quando de sua viagem em 1839. Toda a história das nossas lutas políticas e sociais está intimamente marcada pela colaboração feminina. Vem desde a descoberta com Paraguaçu. A catequese com Damiana da Cunha que, respondendo à pergunta de Saint Hilaire, sobre os perigos que lhe poderiam advir da penetração entre as tribos do Tocantins, lhe afirmara: “É preciso que eles não me respeitem tanto para que deixem de fazer o que eu lhes ordenar”. [...] Nas guerras nativistas, com Clara Camarão. As Pernambucanas de Tejucupapo, que D. Pedro II, quando de sua visita àquelas regiões em 1859, prestou uma significativa homenagem. Com a paulista Rosa Maria de Siqueira, o nosso Marcílio Dias de saias. A beata Joana de Gusmão, irmã de Alexandre e Bartolomeu, Bárbara Heliodora, Bárbara de Alencar, Anita Garibaldi, Benta Pereira e Maria de Medeiros, a baiana da independência que D. Pedro I condecorou com as insígnias de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, e que batalhou sob o comando de J. de Lima e Silva, fardada “*highlander*”, como nos conta Mary Graham, em seu “*Journal of a Voyage to Brasil*” de 1824. [...] Os feitos femininos não ficaram somente em casa. Foram para mais longe. Para regiões que espantavam os próprios sonhos. Para mares e terras “nunca dantes navegados”. Foram para as Índias fabulosas. Foi com Maria Úrsula de Abreu e Lencastre. O eminente sábio português Antonio Maria da Cunha, publicou em 1935 um notável trabalho sobre a Índia Antiga e Moderna, editado por ocasião das comemorações da descoberta de Gôa. [...] Foi nele que encontrei mais detalhadamente referências sobre os atos praticados na Índia por D. Úrsula, pós J. Norberto, que também cuidou do assunto, muito ligeiramente tratou na atuação dessa mulher formidável. D. Úrsula de Abreu e Lencastre nasceu no Rio de Janeiro em 1682. Aos 18 anos de idade partiu para Lisboa, assentando praça de soldado, sob o nome de Baltasar do Couto. Seguiu com as forças portuguesas para a Índia, em uma expedição [...]. Os portugueses atacaram vigorosamente e ocupam em 1705 a fortaleza de Amoná, fronteira à ilha de S. Estevam. A seguir, apossam-se das ilhas de Coruem e Ponolem, onde Maria Úrsula distingue-se por bravura. Tomam depois a fortaleza de Chaul e Maria Úrsula bateu-se com tal bravura, que foi promovida a cabo do baluarte Madre de Deus dessa fortaleza. Durante 13 anos, Maria Úrsula combateu nas armas portuguesas em terras da Ásia. Aos 31 anos de idade, Maria Úrsula casou-se com o governador do forte de S. João Batista de Gôa, Afonso Teixeira Arraes de Melo. O rei de Portugal, D. João IV, tendo conhecimento do valor militar dessa mulher extraordinária, “fez-lhe mercê do Paço de Pagim pelo tempo de seis anos e de um xeráfim diário pago na alfândega de Gôa”. (pág. III, do livro de Antonio Maria

Cunha). D. Maria Úrsula morreu em Gôa. E foi enterrada com o seu uniforme militar. Mas sua memória não foi enterrada na terra em que as memórias são sempre vivas. Ela penetrou nos espaços luminosos que não descolorem jamais (DC, 27/04/1939).

Nesse excerto, podemos perceber que, em um texto longo, o autor discorre sobre a trajetória de uma mulher, a senhora Maria Úrsula de Abreu e Lencastre, carioca, nascida em 1682 que, aos 18 anos, migra para Portugal e se alista no exército português, utilizando um pseudônimo masculino. O campo militar sempre foi reduto dos homens, recebendo mulheres somente em condições especiais, como a abordada no texto do *Diário de Campos*, abrindo suas portas, de modo sistematizado, para as mulheres somente no século XX e, ainda assim, sob condições peculiarmente veladas, reservando para elas, de preferência, cargos administrativos (Celestino; Cunha, 2018). Assim, Maria Úrsula, em um século ainda mais distante, destaca-se por sua atuação na missão portuguesa na Índia e é condecorada por bravura, conforme palavras do *Diário dos Campos*. Essa valentia, inclusive, também é valorizada pelo rei de Portugal à época, conferindo-lhe alguns benefícios, conforme indicado pela transcrição.

Todo esse reconhecimento à atuação militar de Maria Úrsula de Abreu e Lencastre demonstra o alto volume de capital social e simbólico que essa mulher conseguiu acumular ao longo de sua vida, favorecendo, possivelmente, a união matrimonial com o governador do Forte de São João Batista de Gôa. Essa distinção também é observada no momento de seu funeral, pois seu aporte de capital autorizou que ela fosse sepultada com o uniforme militar, honraria pouco comum ou até inimaginável para uma mulher desse contexto, somente permitida para militares de carreira ou reconhecidos por seus feitos de bravura. Com isso, podemos compreender que Maria Úrsula rompe com um *habitus* construído ao longo do tempo e associado tipicamente ao universo feminino, o de manter-se em casa, administrando os cuidados com a família e ocupando-se da criação dos filhos. Ao ousar sair de seu país, em um período histórico ainda hostil para mulheres desacompanhadas, ela institui uma nova visão de mundo para as mulheres, possibilitando o delineamento de um novo *habitus*, como o militar, ou talvez cooperando apenas com um passo para que isso se consolide um dia. A atuação de Maria Úrsula de Abreu e Lencastre articula-se com as reflexões propostas por Bourdieu (2017, p. 78), ao afirmar que:

Certas formas de “coragem”, as que são exigidas ou reconhecidas pelas forças armadas, ou pelas polícias (e, especialmente, pelas “corporações de elite”), e pelos bandos de delinquentes, ou também, mais banalmente, certos coletivos de trabalho – como os que, nos ofícios da construção, em particular, encorajam e pressionam a recusar as medidas de prudência e a negar ou a desafiar o perigo com condutas de exibição de bravura, responsáveis por numerosos acidentes –, encontram seu princípio, paradoxalmente, no medo de perder a estima ou a consideração do grupo, de “quebrar

a cara” diante dos “companheiros” e de se ver remetido à categoria, tipicamente feminina, dos “fracos”, dos “delicados”, dos “mulherzinhas”, dos “veados”. [...].

A associação de fraqueza com a imagem das mulheres, conforme problematizada por Bourdieu (2017) na citação anterior, é bastante conhecida. Sobre isso, em uma reportagem de 12 de março de 1938, publicada na coluna “Notas Mundanas”⁵⁸, especificamente no tópico intitulado “Matinaes”, isso fica claro. A referida matéria, cujo título é *Quando...*, inicia com um tom mais questionador, incitando as mulheres a reconhecerem seu valor - mesmo que de forma tímida – quando forem interpeladas por defensores dos costumes tradicionais relacionados aos comportamentos, posturas e ações femininos. No entanto, mais ao fim do texto, constata-se uma tentativa de se convencer as mulheres de que, somente pelo fato de serem mulheres, ou seja, por uma questão de gênero, elas deveriam aceitar essa “missão”, esforçando-se para realizar a importante tarefa de ser mãe, esposa, dona de casa e boa filha. Segue a transcrição:

Quando... Mulher, quando ouvires alguém que afirma ser inferior teu sexo, mais fraca tua inteligência, sem importância tua vida, menor tua contribuição à sociedade, limita-se a sorrir: é a ignorância que fala. Mas, se, embora consciente disso, te sentires ferida, humilhada, diminuída, lembra de que, para a formação de cada ser humano foi muito maior a contribuição da mulher do que do homem. [...]. Repara que não há, na história da civilização, página alguma, lida, em que não esteja gravado o nome de uma ou de várias heroínas conhecidas, populares, ou ocultas, ignoradas. Lembra-te ainda de que todo homem de gênio recebeu de alguma mulher a inspiração para suas melhores obras. Uma mulher pode aniquilar ou dar uma significação superior à vida de qualquer homem. Pode tirá-lo da lama para elevá-lo aos mais altos píncaros da celebridade, pode derrubá-lo de um trono para expô-lo aos risos e à chacota da humanidade. [...]. Orientarás teu companheiro, indicarás o rumo mais acertado aos teus filhos, formarás, enfim, as gerações vindouras. Não te deixes, mulher, em momentos de desânimo, influenciar por teorias ortodoxas, que pretendem igualar-te ao homem: cada parte de teu corpo, cada célula de teu organismo trazem as características da feminilidade, cada gesto, cada pensamento teu fazem parte de um todo que não pode ser sofisticado. Ergue, pois, a testa e sorri, sem dignar mesmo de uma resposta, quando ouvires a afirmativa de que a mulher é inferior ao homem (DC, 12/03/1938).

Aqui novamente recorreremos às reflexões apresentadas por Bourdieu (2008c), presentes na obra *A economia das trocas linguísticas*, pois parece haver um tom apaziguador nessa escrita que, ao mesmo tempo, procura enaltecer o papel da mulher na sociedade, porém, lembrando a elas quais seus verdadeiros deveres nessa dinâmica social.

Além disso, sobre aceitar essa “missão”, ou essas “missões”, podemos refletir sobre a responsabilidade que é assumir todas essas posições, a começar, por exemplo, por ser mãe e passar pela gestação, pelo parto, pelas dores, pelo puerpério, pela amamentação, enfim, sem

⁵⁸ Conforme as indicações de Chaves (2001, p. 42), as colunas “Notas Mundanas” e “Matinaes”, do jornal *Diário dos Campos*, abordavam as notícias sociais e cotidianas da cidade de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais.

contar todas as dificuldades que compõem o conjunto formado por todos os outros papéis comumente veiculados às mulheres. Talvez fosse o caso de pensarmos em quanta coragem seja necessária para atuar em todas essas posições, muitas vezes, naturalizadas como *habitus* femininos de menor relevância e, algumas vezes, até desconsiderados pela sociedade (Gomes, 2014; Barreiros, 2017).

Como contraponto ao exposto anteriormente, o *Diário dos Campos* apresentou o exemplo de uma figura feminina que não demonstrava qualquer fragilidade, quando, na edição de 30 de abril de 1947, a personagem conhecida como Celma – *La Terrible* – foi descrita como uma espiã paraguaia que teria se infiltrado entre os rebeldes que se concentravam na região de fronteira entre Ponta Porã⁵⁹ (no então Estado do Mato Grosso) e San Juan Caballero, no Paraguai. Segundo o periódico, Celma era “[...] linda, ardente e diabólica [...]”, tendo seduzido uma das figuras militares mais importantes do contexto, o senhor André Coronel “[...] figura traquejada, viajado e dono de regular cultura [...]”. De acordo com o *Diário dos Campos*, Celma teria conquistado a confiança de muitos combatentes, influenciado decisões e descoberto informações que, posteriormente, ela teria repassado para os seus superiores.

Isso demonstra os embates entre homens e mulheres, os quais, muitas vezes, eram (e ainda são) velados, além das disputas pelos campos de poder em questão. No caso de Celma – *La Terrible* – a reportagem enaltece que ela se utilizava de seus predicados físicos e seu poder de sedução para obter informações, contrariando as representações que associam as mulheres à bondade, à ingenuidade e à santidade, por exemplo (Anchieta, 2020a), demonstrando que Celma se comportava de modo prático, fazendo uso de seus atributos para conseguir o que desejava.

As ações de espionagem realizadas por Celma – *La Terrible* – também podem ser compreendidas como de cunho político. Desse modo, as questões políticas relacionadas ao universo bélico também serviram como temática para a elaboração de uma matéria publicada em 05 de abril de 1939, sob o título *Lucy Tou, a esperança da China: a marcha heroica para uma grande missão – o templo do deus da guerra – a nova China*.

A guerra sino-japonesa pôs em destaque a personalidade cheia de encantos de madame Chiang Kai Shek. Revelou também a sua grande inteligência e a sua capacidade de trabalho. Ninguém poderia supor que aquela mulher modesta, que aparece nas fotografias sempre ao lado do seu marido, fosse capaz de colaborar de maneira tão decisiva para o êxito de suas armas. Ainda agora, escolheu a sta. Lucy Tou para uma grande missão. Essa moça de vinte e dois anos de idade, encarna em si as esperanças

⁵⁹ Somente em 1977 essa região viria a se tornar parte do Estado do Mato Grosso do Sul.

da nova China. Doutora em Sociologia pela Universidade de Hankovv e dona de um belo palmo de cara, a sta. Lucy Tou foi nomeada embaixadora. Partirá, dentro em breve, numa longa viagem pela Europa e Estados Unidos, fazendo propaganda do seu país. Procurando atrair as simpatias das grandes nações para a China. Debaixo da orientação direta de Mme. Chiang Kai Shek, a sta. Lucy Lou preparou todas as informações e colheu todos os dados que vai necessitar para a série de conferências que realizará nos países que pretende visitar. Os preparativos foram feitos com grande celeridade. [...] Iniciando a sua pregação, a sta. Lucy Tou realizou uma conferência em Changai. Apesar dos protestos feitos pelos japoneses, ela conseguiu alcançar um autêntico sucesso. Falando com clareza e elegância, prendeu a atenção de um vasto auditório, que premiou os seus esforços com largas salvas de palmas. A sta. Lucy Tou possui vários elementos para triunfar na sua missão, que é das mais importantes. [...] a inteligência é, sem dúvida alguma, a sua maior credencial (DC, 05/04/1939).

O excerto precedente nos fornece alguns elementos interessantes para análise, a começar pelo tom entusiasmado com que o *Diário dos Campos* contextualiza a nomeação de Lucy Tou como embaixadora por outra mulher chamada Chiang Kai Shek. Por aqui, já conseguimos compreender que a senhora Chiang Kai Shek, possivelmente, era detentora de um aporte bastante significativo de capital social e simbólico, a ponto de poder indicar outra mulher para um cargo tão importante como o de embaixadora, em meio ao contexto da guerra da China contra o Japão. Isso demonstra que essas mulheres estavam adentrando em um campo novo para elas, que é o da diplomacia⁶⁰, terreno, até então, ocupado majoritariamente por homens.

O texto do *Diário dos Campos* expõe que, no início da sua jornada, em Changai, Lucy Tou sofreu resistências, mas sua estratégia para superar esses embates, os quais, possivelmente, ela já esperava, foi focar no levantamento das informações e dados necessários para a tarefa da qual foi incumbida, como a própria matéria ressalta, além do investimento prévio em capital cultural, por meio do Doutorado em Sociologia. Então, para assumir o cargo de embaixadora, Lucy Tou contou com um volume de capital cultural de mais de uma modalidade, sendo um deles o capital cultural incorporado devido aos conhecimentos que ela já havia demonstrado possuir, por meio de sua competência e preparação acadêmica, representadas pela posse de capital cultural institucionalizado, conseguindo, assim, alcançar capital simbólico e social com o cargo que recebeu.

Além disso, o *Diário dos Campos* faz menção à inteligência de Lucy Tou, representação historicamente relacionada aos homens. Com isso, podemos considerar que a embaixadora chinesa adentra outro campo tipicamente considerado como masculino, uma vez que, até então, geralmente as mulheres estavam vinculadas ao campo dos sentimentos, dos

⁶⁰ De acordo com Leandro Garcez Targa (2017), o campo da diplomacia deve ser compreendido a partir de uma perspectiva relacional, indo além da ideia de profissão ou de cargo, mas considerando o fato de estar inserido em um campo específico, que prevê o senso de jogo e que é pautado em disputas de poder. Para maiores detalhes, consultar a tese do autor.

trabalhos manuais, dos cuidados com a casa e a família, potencializando assim, a conformação de um novo *habitus* em um novo campo de atuação: o cargo de embaixadora no campo da diplomacia e o *habitus* relacionado ao trabalho intelectual.

No entanto, ao recorrermos à Teoria Relacional de Bourdieu (1989, 2004a), devemos nos lembrar que Lucy Tou representa a cultura e os costumes da China, agindo, portanto, de forma condizente com os preceitos do lugar em que habita e em que mantém relações com outros agentes. A partir dessa ressalva, devemos esclarecer que analisamos sua trajetória pela lente que guia os costumes do Ocidente, pois, como era de se esperar e conforme nos ensina Bourdieu (2004a), nossos *habitus* tornam-se arraigados em nós mesmos, nos constituindo e nos formando como somos ao longo do tempo, tornando difícil, algumas vezes, compreender o olhar do outro e suas escolhas.

Nesse sentido, o ambiente militar, tido como reduto masculino, testemunhou a circulação e, em alguns casos, a atuação e a influência, direta ou indireta, de algumas mulheres, as quais receberam o registro de suas empreitadas pelo *Diário dos Campos*. Como exemplo, novamente mencionando o contexto chinês, em uma reportagem intitulada *O feminismo na China*, publicada em 26 de janeiro de 1938, o *Diário dos Campos* teceu elogios à postura da aviadora Soong May-Ling, chefe da aviação militar da China e esposa do marechal Chang-Kai-Chek. A referida aviadora, segundo o jornal, estudou nos Estados Unidos e, retornando para sua terra natal, tornou-se uma “figura lendária entre os soldados, que veem nela o símbolo vivo da nova China”, superando as hostilidades e adquirindo um capital social e simbólico importante nesse meio tradicionalmente masculino.

Novamente, deixamos aqui o aviso do cuidado necessário que devemos ter com interpretações de contextos históricos e culturais distantes do nosso, pois, apesar de Soong May-Ling ter estudado nos Estados Unidos, portanto, ter tido contato com a cultura ocidental, ainda assim, devemos nos lembrar que a sociedade chinesa possui uma história milenar e que a cultura oriental como um todo possui muitos pontos que divergem do que se valoriza no Ocidente.

Soong May-Ling ignorou os discursos que pregavam que as mulheres deveriam seguir determinado *habitus* e impôs novas formas de atuação e de comportamento em campos pouco receptivos para elas até então: o universo militar e a aviação. Com isso, comprovamos o que Bourdieu (2004a, 2008a) explica sobre os *habitus* serem dinâmicos e passíveis de mudanças, a partir da interação entre os agentes e os campos.

Importante esclarecer que o periódico faz questão de enfatizar que essa mulher era casada com um militar de alta patente, detalhe esse que pode ter facilitado suas ações, uma vez que, possivelmente, seu marido concordasse com suas atitudes, postura essa que pode ter

facilitado a aquisição do respeito dos soldados em relação à esposa. A partir disso, delineiam-se os seguintes questionamentos: E se Soong May-Ling não fosse esposa de um representante da alta hierarquia militar chinesa? Será que ela teria tido as mesmas condições de desenvolver os *habitus* já citados que iam de encontro ao que se esperava das mulheres no contexto em que ela viveu? Ou será que os feitos de Soong May-Ling foram facilitados pelo capital cultural que ela acumulou, dando-lhe credibilidade? Ou ainda: Será que as ações dessa personagem foram estimuladas pelo momento histórico que a China passava, no sentido de modificar a visão que se tinha acerca das mulheres, elegendo Soong May-Ling como uma representante dos novos tempos? Enfim, essas são apenas algumas possibilidades de análise que podem ser desenvolvidas a partir da reportagem em questão, que se encontra na sequência:

Decididamente o feminismo está progredindo. Até na China, onde tradições militares faziam da vida da mulher uma verdadeira reclusão, restringindo suas atividades exclusivamente nos encargos domésticos, vemos as representantes do belo sexo seguindo as mais variadas carreiras. São inúmeras as chinesas que estudam em universidades europeias e, regressando ao seu país, reagem contra os velhos hábitos que têm entravado o progresso da China. E o feminismo já se desenvolveu de tal modo no Celeste Império que até na carreira militar aparecem as mulheres, ocupando altos postos. [...]. A princípio, muitos militares achavam que a “senhora”, como é geralmente chamada a esposa do generalíssimo, devia se manter afastada das atividades guerreiras, dedicando-se a tarefas mais condizentes com o seu sexo. Mas a “senhora” soube logo conquistar a admiração daqueles que a censuravam. Durante os meses de luta tem sido de uma atividade extraordinária à frente das forças aéreas que lutam pela China [contra o Japão]. Seus conselhos revelaram tais conhecimentos de estratégia aérea que, atualmente, é ela quem diz a última palavra nos momentos mais críticos. [...]. Quando chega o momento de premiar os ases vitoriosos [...], é Soong May-Ling quem distribui as recompensas e pronuncia palavras animadoras para estimular nos chineses a confiança da vitória (DC, 26/01/1938).

O ingresso das mulheres no campo da aviação, território genuinamente masculino, foi retratado pelo *Diário dos Campos* em mais duas oportunidades, com uma lacuna de 13 anos entre uma notícia e outra. Uma delas foi publicada em 07 de setembro de 1922, ao noticiar que a chamada “aviadora Anésia Pinheiro” estaria percorrendo o espaço aéreo entre Rio de Janeiro e São Paulo, pilotando sozinha uma aeronave que havia partido no dia 06 de setembro de Higienópolis – São Paulo, fazendo escala em Guaratinguetá para pernoitar, retomando voo novamente na manhã do dia seguinte, para chegar ao seu destino, pousando em um lugar chamado “Campo dos Afonso”, no Rio de Janeiro.

A notícia sobre a outra aviadora, mencionada apenas como “Batlen”, foi publicada em 14 de novembro de 1935 e informava que ela havia aterrissado à noite na cidade de Natal – Rio Grande do Norte, oriunda de Dakar, capital do Senegal, de onde havia partido às 05:30 do mesmo dia, ou seja, essa aviadora havia cruzado o Oceano Atlântico a bordo de uma aeronave

que ela pilotava sozinha. Importante mencionar que essas duas últimas notícias sobre as aviadoras Anésia Pinheiro e Batlen foram reproduzidas de outros periódicos da cidade do Rio de Janeiro, conforme era costume do *Diário dos Campos* nesse contexto histórico.

Sobre isso, podemos conjecturar quais as razões de o periódico optar por reproduzir tais notícias. Primeiramente, devemos refletir sobre o espaço de tempo entre uma nota e outra, que foi, conforme já salientamos, de 13 anos, ou seja, possivelmente, a notícia de mulheres voando sozinhas em aeronaves se constituía em um evento raro e que, talvez na opinião dos editores do periódico, merecesse a publicação desses feitos pela singularidade que representavam. Além disso, o fato de conduzir uma aeronave sem auxílio e sem companhia, talvez possa ter contribuído para a publicações dessas notícias, pela questão da curiosidade que poderia cercar o fato de que os pilotos (ou as pilotas) fossem mulheres, as quais geralmente achavam-se tuteladas por homens, especialmente nessa época (Celestino; Cunha, 2018).

As autoras Marina Miranda Lery Santos e Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2010) pesquisaram as relações entre as mulheres e a aviação profissional (ou formal), esclarecendo que o ingresso delas nos quadros militares, especificamente a Aeronáutica, ao menos no Brasil, é algo muito recente, conforme pode ser verificado a seguir:

A Força Aérea Brasileira (FAB), neste início de século [XXI], abriu suas portas para o ingresso de mulheres na carreira da aviação. Essa abertura teve como estímulo a experiência positiva obtida quando da entrada de mulheres nos quadros femininos, inicialmente criados em 1982, para o exercício de funções burocráticas ou daquelas funções que se enquadrariam no que se poderia considerar “profissões de mulher”, e, posteriormente, no quadro de intendentes, criado no final da década de 1990. Ao mesmo tempo em que esta iniciativa pode ser considerada um avanço – já que, até o momento em que esta pesquisa foi realizada, o Exército e a Marinha não haviam aberto espaço para as mulheres em suas escolas correspondentes –, continua a ser vista com restrições por muitos militares, que questionam a compatibilidade das mulheres, e de suas funções sociais tradicionais, com essa carreira, que tem como uma de suas características a constante ausência do lar por longos períodos de tempo (Santos; Rocha-Coutinho, 2010, p. 260).

Este excerto é esclarecedor, uma vez que, se considerarmos que o ingresso das mulheres na Força Aérea Brasileira, apenas para a atuação em funções burocráticas, como os autores ressaltaram, ocorreu somente em 1982, ou seja, 60 anos depois da notícia sobre a aviadora Anésia Pinheiro e cerca de 45 anos depois da aviadora Batlen, citadas anteriormente, podemos compreender que, realmente, publicar uma nota sobre mulheres que pilotavam sozinhas uma aeronave pode ser considerado como algo realmente muito singular e que, talvez, possa ter mexido com o imaginário de muitos homens e mulheres, que poderiam se perguntar: Mas como elas conseguiram? Como se atreveram? Como foram capazes? Isso demonstra que

muitos dos impedimentos a que as mulheres estiveram expostas ao longo da história devem-se a questões de gênero e não de competência, habilidade ou cognição, como muitos quiseram fazer acreditar (Beauvoir, 1980a, 1980b; Del Priori, 2015).

Outra questão que podemos refletir a partir da citação de Santos e Rocha-Coutinho (2010, p. 260) diz respeito aos conflitos e questionamentos que ainda pairam sobre a integração de mulheres às escolas militares, no que diz respeito, como as autoras fazem questão de sublinhar, das “funções sociais tradicionais” das mulheres, como a presença junto ao lar e à família, por exemplo, compreendidas como possíveis impedimentos do exercício delas nessas carreiras.

Ao mesmo tempo em que justificativas eram formuladas para atravancar o ingresso das mulheres no universo militar, em outras ocasiões, elas eram eleitas ou convocadas para contribuir com a sociedade. Como exemplo, podemos citar um pedido de auxílio às mulheres, contando com a participação delas “[...] no sentido de uma melhor racionalização da economia doméstica, a fim de reforçar o potencial econômico da nação”. Aqui, provavelmente, a intenção consistia em otimizar a representação feminina relacionada aos cuidados com a casa ou com o preparo dos alimentos, por exemplo. Essa solicitação foi publicada em 20 de setembro de 1939, sob o título *Apelo às mulheres italianas*, sendo veiculada originalmente em Roma no *Giornale d'Italia*, com o intuito de mobilizar as mulheres a economizar recursos, pois a Segunda Guerra Mundial já dava sinais de que dificuldades viriam e que os recursos ficariam escassos, conforme pode ser verificado a seguir:

O futuro é incerto. É preciso que estejamos preparados e fortes. A mulher italiana igualmente pode trazer um concurso precioso à nossa preparação. O seu dever é estar sempre vigilante na proteção dos bens nacionais. Deve ser econômica. Uma economia minúscula, mas constante dos gêneros e produtos alimentícios produz a riqueza que representa milhões quando é aplicada por 45 milhões de habitantes (DC, 20/09/1939).

Esse “futuro incerto” pode ter sido, por um lado, favorável às mulheres, concedendo-lhes uma espécie de “licença”, legitimando-as para atuarem em ocupações pouco convencionais para elas no contexto histórico em questão. Um exemplo disso é uma matéria publicada pelo *Diário dos Campos*, em 25 de julho de 1932, em que uma advogada chamada Walkyria Moreira da Silva Naked, foi apresentada como comandante de um batalhão no interior do Estado de São Paulo, consistindo em algo completamente novo para a época, pois, se para uma mulher adentrar o universo militar já era algo impensável, ser comandante de um batalhão consistia em um feito ainda mais ousado (Abreu, 2015; Colling, 2019).

Ainda em 1932, ano em que se desenvolviam intensos debates sobre direitos políticos das mulheres, conforme veremos na sequência, uma notícia movimentou as páginas do *Diário dos Campos*. Trata-se da história de uma jovem de 17 anos que havia se alistado no chamado Batalhão João Pessoa, disfarçando-se de homem e assumindo a identidade de seu irmão, de nome Mário Gonçalves. Essa notícia, que foi publicada em 02 de setembro de 1932 e tinha como título *Sensacional*, apontava que a moça havia cortado seus cabelos, fugido de casa e pretendia ocupar o cargo de sargento, conseguindo manter o disfarce por alguns dias, até ser descoberta e levada para casa por seu pai, senhor Benedito Gonçalves de Oliveira, como podemos conferir no excerto a seguir:

Sensacional!

Uma moça de 17 anos, era sargento do Batalhão João Pessoa – Uma mistificação bem urdida e melhor realizada. O fato, realmente sensacional, que vamos narrar em seguida [...] é mais uma prova eloquente de que o feminismo cada vez mais se aproxima das possibilidades de vitória. O caso não é inédito em algumas partes do mundo, mas o é para a nossa capital. Sargento no Batalhão João Pessoa. Desde sábado pela manhã que fazia parte como sargento do Batalhão “João Pessoa”, uma senhorita de 17 anos de idade, que ali se apresentara em trajes masculinos, sendo alistada e graduada no posto de sargento depois de mostrar habilidades nos exercícios militares que se realizou em conjunto. Quem é a heroína? Trata-se da senhorita Mirgueta Gonçalves de Oliveira, filha do sr. Benedito Gonçalves de Oliveira, conhecido comerciante na cidade. [...] (DC, 02/09/1932).

A notícia acima oferece alguns pontos para reflexão, a começar pelo título - *Sensacional*, demonstrando que o *Diário dos Campos* parecia vibrar com a façanha realizada pela senhorita Mirgueta Gonçalves de Oliveira que, com sua atitude de cortar os cabelos, vestir-se como homem, apossar-se dos documentos de seu irmão, apresentar-se no quartel, demonstrar suas habilidades com armas e manter seu disfarce por alguns dias, indica que muitos das representações tipicamente associadas às mulheres, não foram seguidas por ela. Além disso, o artigo do periódico enfatiza que o comportamento da moça em questão seria “[...] mais uma prova eloquente de que o feminismo cada vez mais se aproxima das possibilidades de vitória”. O texto ainda a menciona como “heroína”, pois, podemos conjecturar que, realmente, ela teve que ser muito corajosa para ousar transpor tantas barreiras, como: cortar os cabelos, utilizar os documentos e as roupas do irmão, correndo risco de ser descoberta, humilhada pelos militares, exposta e julgada pela sociedade da época, sem contar nas possíveis represálias oriundas da própria família.

A proeza da senhorita Mirgueta Gonçalves de Oliveira nos leva a considerar novamente que muitos dos impedimentos a que as mulheres estiveram expostas devem-se a questões relacionadas somente ao fato de ser mulher, pois, se ela sendo uma representante do grupo

feminino, trajando-se e comportando-se como um homem, seguindo as representações comumente masculinas, conseguiu adentrar o ambiente restrito do quartel, permanecer lá por alguns dias e participar de atividades militares, isso comprova que os entraves impostos às mulheres constituem-se em questões de gênero, demonstrando todo o simbolismo presente nessas discussões, conforme atesta Felski (1995).

Outro exemplo emblemático das relações entre as mulheres e o campo militar foi publicado pelo *Diário dos Campos* em 10 de fevereiro de 1933, noticiando que a médica chamada Olga Gervasia Cavalcanti Vieira havia se inscrito no concurso da Diretoria de Saúde do Ministério da Guerra, vinculada à Escola de Saúde do Exército, sediada na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil. Se fosse aprovada, essa mulher seria a primeira tenente médica do Exército Brasileiro. Importante esclarecer que essas duas últimas notícias foram reproduzidas de jornais do Rio de Janeiro, demonstrando, conforme já expusemos, o esforço do *Diário dos Campos* em participar seus leitores do que ocorria no restante do Brasil e no mundo. Outro detalhe diz respeito ao cargo de oficial que, nessa data, ainda não previa o preenchimento por uma mulher. Caso fosse aceita, a senhora Olga Gervasia Cavalcanti Vieira ocuparia um cargo inédito para uma mulher, circulando, portanto, em dois campos, até então, exclusivos dos homens: o militar e o da medicina, novamente comprovando que os obstáculos que as mulheres enfrentariam durante toda a história da sociedade constituem-se em questões de gênero (Lauretis, 2019).

Outra notícia sobre a associação entre as mulheres e a temática militar foi mencionada em um poema veiculado em 06 de agosto de 1939. Nesse texto, cujo título era *As três mulheres*, em um espaço que esteve presente apenas em algumas edições do *Diário dos Campos* e que foi intitulado “Para o álbum de nossas leitoras”, o autor, identificado como Marco Polo, endereça seu poema diretamente para as mulheres que acompanhavam as publicações do jornal *Diário dos Campos* com os seguintes dizeres:

“E se eu ficar por lá?”, pergunta o soldadinho
Cingindo num abraço a noiva, que ele tem
Jurado tantas vezes o seu maior carinho!

“Chorar-te-ia meu bem!”
E se eu ficar por lá? Se o dia de amanhã
Te trazer a notícia atroz de que acabei,
Em face dessa dor, que fazes minha irmã?

“Eu não te esquecerei!”
“E se eu ficar por lá?” pergunta por fim,
A mais velha das três, a sua pobre mãe,
Nesse momento cruel, tu que farás sem mim?
“Eu morreria também!”

Marco Polo (06/08/1939).

Este poema, publicado em 1939, demonstra as angústias que permearam a sociedade durante o período da Segunda Guerra Mundial, tanto para homens quanto para mulheres. Provavelmente, por parte do soldado havia o medo de ser recrutado, de morrer em combate, entre tantas outras tragédias e sofrimentos que geralmente acompanham as guerras e seus desdobramentos. Além disso, por meio dessa publicação, podemos analisar a valorização do papel masculino na sociedade da época, pois o referido soldado – personagem principal do poema – questiona três diferentes mulheres que fazem parte da sua vida: a noiva, a irmã e a mãe. Todas as três são unânimes em afirmar que sofrerão por ele, que chorarão por sua ausência, que ele jamais será esquecido e, por fim, que se ele morresse, a pobre genitora morreria junto. Percebe-se que, apesar de o referido poema estar direcionado para as leitoras (mulheres), o foco da questão é o homem, pelo qual todas as mulheres, cada uma a seu modo, sofrerão.

Sobre isso, Spivak (2014) problematiza o papel da mulher desacompanhada da figura masculina, aqui podendo ser representada pelas três mulheres citadas no poema. A autora explica que, no contexto indiano, objeto de sua pesquisa, as viúvas sofrem enormemente quando do falecimento de seus maridos, sendo desconsideradas por suas famílias, como se elas só tivessem relevância enquanto fossem casadas, pregando a vinculação quase que obrigatória da mulher à figura masculina, no caso, a do esposo.

No entanto, as guerras trouxeram, além de perdas e tristezas, algumas oportunidades de atuação para as mulheres em espaços pouco prováveis, até então. Na data de 12 de março de 1947, o *Diário dos Campos* publicou uma imagem com o seguinte título: *A matéria plástica na indústria britânica de a pós-guerra*⁶¹, em que três mulheres podem ser vistas em plena atividade laboral, segundo o periódico, em uma fábrica automobilística. Essa imagem é interessante, pois apresenta um pequeno grupo de mulheres atuando em uma função pouco usual para elas até a data em questão. Além disso, como o próprio título sugere, a inserção das mulheres em campos, até então, considerados masculinos, como as indústrias de fabricação de diferentes produtos, mantém relação com o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, demonstrando que as mulheres aproveitaram esse acontecimento, e todos os seus desdobramentos, para adentrar em outros universos. Segue a imagem:

⁶¹ É importante alertar que a montagem das páginas do jornal *Diário dos Campos* ocorria de modo quase artesanal, por assim dizer, com o auxílio de máquinas que haviam sido adquiridas de outros periódicos, conforme afirma Bucholdz (2007). Assim, pequenos erros de composição eram comuns. Aqui, optamos por transcrever na íntegra o que consta nos originais do referido jornal, como forma de garantir a fidedignidade dos dados.

Figura 16: Mulheres trabalhando em fábricas inglesas



Fonte: *Jornal Diário dos Campos*, 12/03/1947.
Acervo: Museu Campos Gerais.

Notícias como essas, em que as mulheres surgem em postos considerados, até então, próprios dos homens, dialogam com as reflexões propostas por Perrot (1998), no sentido de que:

Em tempo de guerra, os homens estão na frente da batalha, as mulheres na retaguarda. Fazem tarefas masculinas e, com isso, invadem espaços que antes não ocupavam. Durante a Grande Guerra, elas dirigem bondes ou táxis, entram nas usinas metalúrgicas onde, principalmente na Inglaterra, elas pouco trabalhavam; moldam obuses, ajustam peças, manejam o maçarico, às vezes com alegria (Perrot, 1998, p. 93).

Desse modo, nos encaminhamos para o encerramento deste capítulo, reiterando que o periódico em questão, durante o recorte temporal desta pesquisa, veiculou publicações de autoria tanto masculina quanto feminina, sendo as masculinas em número expressivamente maior. Nessas matérias, recorria-se ao bom exemplo a ser prestado e seguido pelas mulheres, no sentido de ser firme, mas com resignação; de ajudar o marido, mas mantendo-o no controle; de ser boa mãe, mas sem deixar de lado as demais obrigações femininas; de ser boa professora, mas só se for de crianças, enfim, textos com conteúdos que, muitas vezes, se contradiziam.

Essas contraposições, frequentemente, encontravam-se nas mesmas edições, quase lado a lado, demonstrando que, ao mesmo tempo em que os chamados *habitus* femininos já conhecidos eram reforçados, havia a apresentação de novos *habitus* que poderiam ser desenvolvidos para as mulheres ou por elas, ou seja, os discursos passavam por temáticas e formas de escrever com mais ou menos autonomia. Com isso, podemos compreender que a construção de novos *habitus* não se dá de modo linear, rápido e sem resistências, pois, ao se veicular matérias em que as mulheres surgiam em novos postos ou atribuições, com comportamentos que causavam estranhamento, o *Diário dos Campos* demonstrava que os agentes procuravam desconstruir velhos modelos e propor novos. Isso ocorria, por exemplo, ao se publicar notícias de outras partes do mundo, em que as mulheres estavam fazendo coisas “diferentes”, comprovando que, muitas vezes, os impedimentos são sociais, ou seja, são causados por questões de gênero e não por falta de competência ou cognição, como se tentou justificar por muito tempo.

Esse debate nos permite a interlocução com os argumentos defendidos por Felski (1995), ao articular o ideário que une gênero e história, questionando o que deveria ser incluído e, portanto, problematizado, escrito e publicado, e o que deveria ser excluído ou ignorado. Essa discussão nos possibilita a reflexão sobre a multiplicidade das representações femininas, superando a ideia de que haveria uma única imagem de mulher, que serviria como um coringa para compreender todos os processos históricos. Pelo contrário: a análise dos contextos sócio-históricos associada ao conceito de gênero, o que constituiria a chamada “generificação da história” e a “historicidade do gênero”, nos mostra a diversidade das imagens femininas que foram se construindo ao longo do tempo. E toda essa pluralidade pode ser verificada em nossos dados de pesquisa.

Percebemos também que, ao longo de todo o período pesquisado, o jornal *Diário dos Campos* publicou matérias de diferentes gêneros textuais direcionadas para as mulheres e sobre elas. Muitos desses textos detinham um viés normativo, indicando o que seria conveniente para as mulheres e o que não estaria adequado para elas fazerem, pensarem ou se envolverem. Ao mesmo tempo, havia sugestões claras do que estaria atribuído aos homens, como os assuntos políticos, econômicos e tudo o que estivesse relacionado às tomadas de decisão do universo social, por exemplo, demarcando, com isso, os espaços masculino e feminino. A elas estariam reservados os domínios do lar, como a organização da casa, das refeições, o cuidado com os filhos, com o marido e com os idosos da família. Além dos limites domiciliares, as mulheres estavam vinculadas ao ofício de professora, especialmente de crianças pequenas e às profissões

associadas aos cuidados de outrem, como o trabalho em hospitais, por exemplo, desde que, como auxiliares e raramente como protagonistas.

Neste capítulo, ainda buscamos tratar dos escritos masculinos e femininos acerca das mulheres e sobre elas, que indicavam uma tentativa de manutenção do que já estava posto, mas também, apresentamos escritos que abordavam possibilidades de superação de barreiras, até então, consideradas como intransponíveis para elas. Muitas dessas matérias, reportagens, análises, artigos de opinião, entre outros gêneros textuais, reforçavam certas representações tidas como ideais ou convenientes para as mulheres, enquanto outros textos abordavam a atuação das mulheres em novos campos sociais, ou ainda, indicavam a possibilidade de maior amplitude em espaços em que elas já se encontravam, com a chance de conformação de novas representações para elas.

Entre as notícias e matérias que contemplavam essas perspectivas mais abrangentes de atuação feminina, destacamos: os domínios das Artes; os movimentos das professoras ao produzirem conteúdos, materiais e receberem prêmios por seus ofícios e atividades; os processos de introdução em esferas políticas; o trabalho em fábricas após a Segunda Guerra Mundial, entre outros episódios.

Em síntese, este segundo capítulo teve a intenção de problematizar o que circulava e como se divulgavam os textos sobre o universo feminino, elegendo as mulheres como público leitor ou como temática. Pelo fato de o *Diário dos Campos* não se caracterizar como um periódico criado por e direcionado exclusivamente para mulheres, ou seja, que não tinha como concepção a preocupação de, obrigatoriamente, trazer e divulgar escritos de mulheres para que outras mulheres os lessem, percebemos que, ainda assim, aos poucos, elas foram ganhando as páginas desse jornal. Inicialmente, isso se deu, compreendendo as mulheres como leitoras e com a publicação de textos sobre as mulheres e para elas. No entanto, esse processo abriu caminho para o potencial desenvolvimento delas, enquanto elaboradoras de textos que não tratavam apenas do universo feminino, ou que fossem destinados exclusivamente para suas congêneres, passando, com isso, para o desenvolvimento de um processo de escrita enquanto prática social, conforme trataremos no próximo capítulo. Telles (2015, p. 403) aprofunda esse debate, explicando que as mulheres:

Tiveram primeiro de aceder à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição, mas lhes era negada educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria socialização. Tudo isso tornava difícil a formulação do eu, necessária e anterior à expressão ficcional.

Sobre isso, recorreremos novamente aos quatro aspectos que compõem a ideia de discurso para Bourdieu (2008c), conforme já apresentado na Introdução: Quem, o que, como e para quem se escreve. Enfatizamos, inicialmente, a análise sobre “quem” escreve, problematizando o fato de que, além da questão de gênero, ou de uma escrita destinada exclusivamente para mulheres, outras possibilidades podem surgir com o tempo, como uma prática de escrita engajada, posicionada e intencional, conforme trataremos no próximo capítulo.

O segundo aspecto que Bourdieu faz menção diz respeito ao “o que” se escreve, como as ideias que defendiam o papel da mulher na sociedade como mãe, esposa, harmonizadora do lar, anjo doméstico; professora das primeiras letras; sentimental e frágil; interessada em itens de vestuário e beleza, além de um conteúdo, muitas vezes, prescritivo que se coadunava com a ordem simbólica tradicional. O aspecto “o que” se escreve também abrangeu perspectivas mais amplas que, paulatinamente, foram descortinando diferentes universos de possibilidades para as mulheres, como professoras que se arriscavam na divulgação de suas ações, indo além da sala de aula; artistas que compreenderam o campo da Arte como espaço de atuação e protagonismo, e o envolvimento das mulheres nos espaços bélicos, procurando se inserir nos quartéis, sendo disfarçada ou prestando concurso com o objetivo de galgar espaços nunca antes imaginados, ou então, assumindo os postos dos homens que se encontravam na guerra.

O terceiro aspecto tem relação com o “como” se escreve, no sentido do emprego de figuras de linguagem, metáforas, analogias, ironias, estilos de escrita, entre outros artifícios utilizados na tentativa de produzir uma realidade, construir ou reforçar representações, como na passagem em que se apela para o imaginário religioso que associava os dez mandamentos da Igreja Católica ao comportamento que uma mulher casada deveria ter. Ademais, o quarto aspecto aborda “para quem” os textos eram endereçados, para quais leitoras, se elas eram reais, ou eram idealizadas ou imaginadas, se eram politizadas, engajadas ou conscientes de sua condição de mulher. Aqui é preciso reforçar o lembrete de que o *Diário dos Campos* nunca foi um periódico destinado exclusivamente às mulheres.

Neste segundo capítulo, nossa ideia foi problematizar essa pluralidade de nuances e representações das mulheres que, de certa forma, reflete a diversidade de pensamento que havia entre a própria equipe editorial do jornal *Diário dos Campos*. Conforme explicamos no primeiro capítulo, o periódico passou pelas mãos de diferentes proprietários e editores, demonstrando as complexidades que compõem a sociedade e que colaboram para sua construção. A partir disso, inferimos que o desenvolvimento das práticas de escrita das mulheres não se deu de modo linear

e contínuo, mas que foi delineado por um conjunto complexo de variáveis que se combinaram sob o condicionamento de diversos outros aspectos, como acontecimentos sociais, históricos, culturais e econômicos que ocorreram ao longo do período pesquisado. Além disso, pudemos perceber como as representações das mulheres estavam ancoradas em uma ordem simbólica tradicional e em como os indicativos de uma nova ordem simbólica foram se constituindo, especialmente em algumas áreas, como as Artes.

Por fim, procuramos problematizar quais seriam, portanto, as reverberações dessas matérias destinadas a essas e/ou sobre essas “gentis leitoras”, uma vez que, talvez, esses escritos pudessem reafirmar ou reforçar o que era dito em outros lugares, como na escola, na família, na igreja, nos diversos meios públicos, na própria imprensa feminina e feminista, além dos demais espaços sociais que elas frequentavam. Desse modo, no capítulo 3 procuraremos indicar como esses processos foram se desenvolvendo e se aprofundando, a partir, agora, de uma perspectiva de mulheres que escrevem textos que não se destinavam exclusivamente para as mulheres.

CAPÍTULO 3 - “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

No capítulo 2, nossa intenção foi a de problematizar os textos escritos para as mulheres ou sobre elas que condicionaram a constituição do *habitus* de leitura. Já neste terceiro capítulo, nosso propósito é discutir as práticas de escrever das mulheres e os seus posicionamentos no jornal *Diário dos Campos* no período aqui abordado.

Para isso, trataremos essas mulheres a partir do uso social que elas fizeram da escrita, não diferenciando suas práticas, por exemplo, entre escritoras ocasionais e profissionais, mas tratando-as como mulheres que escrevem. Embasamos essa proposta de análise nas problematizações apresentadas por Michel de Certeau (2014), na obra *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, em que o autor trata dos usos da língua, dando atenção especial à escrita e às ações dos indivíduos ditos comuns, ou ordinários. A partir dessa fundamentação, compreendemos as mulheres que, por diferentes vias, fizeram suas tentativas de escrita, buscando se inserir nos universos letrados, por meio de suas ações cotidianas e do que elas consideraram possível – ou adequado – no contexto em que viviam. As reflexões de Certeau (2014, p. 204-205) auxiliam na compreensão desse complexo processo de escrita:

Mas então, o que é escrever? Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado. Neste nível elementar há três elementos decisivos. Primeiro, a página em branco: um espaço “próprio” circunscreve um lugar de produção para o sujeito. Trata-se de um lugar desenfiteçado das ambiguidades do mundo. Estabelece o afastamento e a distância de um sujeito em relação a uma área de atividades. [...] Coloca-se uma superfície autônoma sob o olhar do sujeito que assim dá a si mesmo o campo de um fazer próprio. [...] Em segundo lugar, aí se constrói um texto. Fragmentos ou materiais linguísticos são tratados (usados, poder-se-ia dizer) neste espaço, segundo métodos explicitáveis e de modo a produzir uma ordem. Uma série de operações articuladas (gestuais e mentais) – literalmente é isto, escrever – vai traçando na página trajetórias que desenham palavras, frases e, enfim, um sistema. [...] Um terceiro elemento: esta construção não é apenas um jogo. Sem dúvida, em toda sociedade, o jogo é um teatro onde se representa a formalidade das práticas, mas tem como condição de possibilidade o fato de ser distinto das práticas sociais efetivas. Pelo contrário, o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como “sentido” remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. [...]

Além disso, Certeau (2014) explica que os modos de interação sociais, ao serem analisados tanto pelo viés individual quanto pelo coletivo, desenvolvem um complexo imbricamento que articula um segmento ao outro, conferindo singularidade à pluralidade e vice-versa, por meio das práticas cotidianas que compõem a vida dos chamados indivíduos ordinários.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que algumas mulheres tinham realmente a pretensão de promover a circulação de seus escritos, fossem eles poemas, contos, romances ou outros gêneros textuais. Em contrapartida, outras mulheres escreviam esporadicamente ou em alguma ocasião específica, não devendo, portanto, serem designadas como escritoras profissionais ou talvez com intenção de desenvolver carreira nesse campo. De qualquer forma, aqui nesta tese, consideraremos as práticas de escrita feminina de modo mais amplo, compreendendo-as como atividades de elaboração, criação ou composição de textos próprios.

Justificamos essa decisão, explicando que nosso propósito é o de valorizar os textos produzidos pelas mulheres, tendo em vista que o volume de publicações de autoria - conhecida ou atribuída - a homens é significativamente maior em relação ao número de contribuições femininas e isso pode ser explicado por diversos fatores, sendo que um dos mais relevantes é o fato de que as mulheres tiveram que conquistar esse espaço de escrita e isso demanda tempo e a combinação de inúmeras outras condições. E é justamente sobre essas especificidades que trataremos neste capítulo. Além disso, é importante avisar que, apesar de o objetivo deste item se direcionar para discutir as práticas de escrita femininas, em alguns momentos, faremos uso de publicações assinadas por homens, apenas com o propósito de subsidiar nossa proposta de análise ou para sustentar nossos argumentos.

Um exemplo disso que acabamos de indicar relaciona-se com o título que inaugura este capítulo – *O esforço das mulheres na luta contra o invasor* – que é o mesmo de um artigo publicado em 21 de setembro de 1943 no jornal *Diário dos Campos*, em que o periódico ressaltava a relevância da participação feminina no território francês na luta contra os nazistas. Este artigo, assinado por Eugène D’Arc, do qual não encontramos maiores informações, e sublinhado como escrito especialmente para o *Diário dos Campos*, enfatizava a participação das mulheres no resgate aos pilotos abatidos durante operações militares, no fornecimento de informações sobre a movimentação de tropas alemãs, no auxílio a atos de sabotagem que favoreciam os aliados e em outras atividades similares, demonstrando que as ações femininas não se restringiam ao lar e aos típicos afazeres domésticos. Tratamos disso no item 2.2.3, em que discorremos sobre o envolvimento das mulheres com o ambiente militar, problematizando os diferentes modos com que as mulheres ocuparam os espaços deixados pelos homens que estavam na guerra, como romperam com posições coadjuvantes e assumiram postos comumente associados à figura masculina nesse campo.

Nesse sentido, a inserção feminina no espaço bélico contemplou ainda uma outra forma de participação e que se articula com a proposta deste capítulo, no que se refere à escrita

feminina de guerra. Sobre isso, Denise Borille de Abreu (2015, p. 43), ao discorrer sobre os diários de guerra a partir de uma perspectiva feminina afirma que:

A escrita feminina de guerra, bem como a representação dos efeitos das guerras sobre as mulheres, teve sua evolução quase concomitantemente com as teorias feministas. Precursora da primeira onda do feminismo, Virginia Woolf⁶² advoga, em *A room of one's own* (1929) em favor de uma escrita feminina que explore a experiência feminina em si, e não de forma comparativa com a experiência vivenciada pelos homens. Embora não estivesse se referindo, nesse artigo, especificamente à guerra, Woolf ressalta a legitimidade do ponto de vista da mulher ao escrever sobre aquilo que ela vivencia, da forma como ela vê os acontecimentos.

Com essa citação, defendemos, a partir dos nossos dados de pesquisa, que alguns dos impedimentos impostos às mulheres se deram, não por uma questão intelectual, cognitiva ou somente física ou biológica, como se propagava, mas mais por questões sociais realmente. Com o advento, em especial, das duas grandes guerras mundiais que assolaram o mundo no século XX, entre outros conflitos bélicos, podemos perceber que, em momentos extremos, nos quais os homens encontravam-se impedidos de atuarem em suas tarefas habituais, elas, enfim, conseguiram se inscrever em novos espaços sociais.

Com isso, justificamos a escolha do título deste capítulo, juntamente às explicações que se encontram nesses parágrafos iniciais, comparando o processo de desenvolvimento das práticas de escrita das mulheres a uma guerra, fazendo uso dessa metáfora como forma de demonstrar os embates e as resistências que elas tiveram que enfrentar, os desafios que tiveram que contornar, os avanços e retrocessos que estrategicamente tiveram que planejar. Já com o termo “invasor” é possível traçarmos um trocadilho, em que as mulheres é que se constituem em invasoras de um campo eminentemente masculino, pois elas tiveram que lutar muito para conseguirem se inserir e se manter nos ambientes letrados.

Para aprofundar essas discussões, este capítulo está dividido em três tópicos com subtópicos subsequentes, iniciando com a reflexão sobre as estratégias que as mulheres utilizaram para se inscrever nos ambientes letrados, passando pela conformação de um *habitus* de leitora e de mulheres que escrevem, finalizando com a discussão sobre a relevância dos capitais como legitimadores desse processo.

Para auxiliar na compreensão dos dados que compõem o Capítulo 3, organizamos o Quadro 5, que se encontra no Apêndice D, em que constam todas as manchetes e títulos das matérias jornalísticas do jornal *Diário dos Campos*, citados neste terceiro capítulo, intitulado

⁶² Escritora britânica, autora de obras como: *The voyage out* (1915), *Mrs Dalloway* (1925), *To the lighthouse* (1927), *Orlando: a biography* (1928), entre outras.

“Reportagens, notícias e matérias jornalísticas do Capítulo 3: ‘O esforço das mulheres na luta contra o invasor’: mulheres que escrevem”. O referido quadro é composto por 51 títulos, cujas reportagens são apresentadas e analisadas ao longo do desenvolvimento deste terceiro capítulo, divididas nas seguintes categorias: a) 9 artigos de opinião; b) 4 reportagens; c) 7 notícias; d) 8 poemas; e) 1 texto reflexivo; f) 7 crônicas; g) 2 “máximas” (frases/pensamentos); h) 4 cartas de protesto/reclamação; i) 1 relato de viagem; j) 1 denúncia; k) 3 comunicados; l) 1 conselho; m) 1 aviso; n) 1 nota de agradecimento; o) 1 anúncio.

3.1 “MULHERES DO NOSSO TEMPO”: CONSTITUIÇÃO DO MUNDO DA LEITURA E DA ESCRITA COMO ESPAÇOS FEMININOS

No capítulo anterior, discorremos sobre os textos escritos para as mulheres, com a intenção de atingi-las de forma direta ou tênue, além dos textos sobre elas. A partir da análise dessas produções, percebemos que havia um propósito – nítido ou velado - da sociedade da época, em manter certos *habitus* historicamente construídos, ou transformá-los. Lembrando que os *habitus* se configuram em pensamentos, comportamentos e ações conformados ao longo do tempo (Bourdieu, 2004a, 2008a, 2008b), nosso intuito neste tópico é discorrer sobre os fatores que colaboraram para a constituição do mundo da leitura e da escrita como espaços considerados também femininos.

Sobre essa discussão, Norma Telles (2015), ao ressaltar as mudanças ocorridas no século XIX, que culminaram em muitas transformações no século seguinte, enfatiza que:

É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em particular o romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações (Telles, 2015, p. 401-402).

Sabemos que as mulheres já circulavam pelo universo da escrita, desde os registros íntimos dos diários (Perrot, 1998), até chegar a uma escrita pública. E nesse processo, a imprensa teve papel fundamental, ao socializar os textos escritos por mulheres (Barp; Zinani, 2019; Alves, 2018b; Duarte, 2011).

Assim, chegamos ao título deste tópico – *Mulheres do nosso tempo* - publicado em 10 de junho de 1938, em que o autor, do qual não se menciona o nome, inicia seu texto, questionando a razão sobre a imagem negativa que muitos teriam sobre as mulheres do século XX, conforme pode ser conferido na transcrição de um trecho a seguir:

Há quem se queixe injustamente de que a mulher dos nossos dias, não passa de uma boneca faceira e elegante; de um ser frívolo e inútil, que leva uma vida ociosa, só se preocupando com a sua beleza ou com a última extravagância da moda. Não dou razão a quem assim pensa. Por que motivo tão grande pessimismo para com as mulheres do século XX? (DC, 10/06/1938).

No restante do texto, o autor alega que discorda da representação que se tem das mulheres como pessoas desocupadas, inúteis, que só se preocupavam com a aparência ou com trivialidades. Ao contrário, ele defende as mulheres, argumentando que, muitas delas, trabalham dentro e fora de casa, que elas são sensíveis, dignas, valorosas, que se esforçam por proporcionar melhores condições para suas famílias e que são companheiras dos maridos. O autor enfatiza que é injusto falar mal das mulheres, uma vez que elas estudam, lutam para superar as dificuldades da vida, enfim, ele promove uma ampla defesa das mulheres, elencando os desafios pelos quais elas passam diariamente, afirmando que os tempos eram outros e que as antigas imagens das mulheres não condizem mais com os tempos atuais (ano de 1938).

A partir dessa publicação, aproveitamos seu título, que também nomeia este tópico para problematizar a expressão “Mulheres do nosso tempo”, avaliando o que as mulheres do contexto que abordamos nesta tese teriam condições de realizar, em termos de escrita, considerando que cada período histórico possui suas próprias limitações e entraves. De forma que a sociedade se modifica a partir das ações dos agentes, das relações que mantêm entre si, das pressões no interior dos campos de atuação, em articulação com a combinação e com o volume dos capitais, tensionando o que já está posto, destruindo e reconstruindo novas perspectivas.

Ao se falar de mulheres leitoras e escritoras, presume-se que, para isso, deve-se dominar os atos de leitura e escrita. No entanto, pode ser que somente isso não baste, pois inúmeras outras questões estão imersas nos jogos de poder e disputas, conforme conceitos de Bourdieu (1989, 2007), que envolvem o campo da escrita. Essa reflexão é pertinente, especialmente ao se analisar a publicação de autoria de Jean d’Albion⁶³, publicada no jornal *Diário dos Campos* em 17 de abril de 1938, sob o título *Difícil por quê? (Para uma distinta professora)*. Neste artigo, o autor questiona o fato de uma amiga, cujo nome não é citado, se negar a colaborar com ele na atividade de escrita pública.

No entanto, antes de prosseguirmos com nossas análises a partir da referida publicação, devemos reforçar o aviso de que esta matéria, de autoria masculina, encontra-se disposta neste

⁶³ De acordo com o *website Catalogue general BnF*, Jean d’Albion é um pseudônimo masculino. A obra *Une France sans défense* é de sua autoria.

item com o propósito de embasar alguns pontos importantes de discussão que se relacionam diretamente ao desenvolvimento das práticas de escrita das mulheres. É interessante também lembrarmos que, apesar deste capítulo tratar sobre a escrita feminina, como a sociedade é composta por complexas interações e dinâmicas entre mulheres e homens, com o propósito de auxiliar na interpretação do percurso de desenvolvimento das mulheres nos campos da leitura e da escrita, optamos por abordar, em alguns momentos, situações em que textos assinados por homens também fossem considerados, de modo a favorecer essa compreensão. Com isso, nosso propósito também foi combater e evitar os binarismos entre homens e mulheres, tão propagados ao longo da história.

Realizada essa ressalva, retornamos à matéria mencionada anteriormente e, ao lê-la, não é possível saber se essa escrita se direciona para algum periódico ou se diz respeito a um livro elaborado em conjunto, por exemplo. O fato é que o autor convida uma professora que, segundo ele, mostra-se preparada para a empreitada, no entanto, ela se esquiva e se desculpa constantemente por não aceitar seu convite. Aqui devemos considerar que o autor francês referia-se ao contexto de seu país, bastante diverso do Brasil, mas, ainda assim, essa situação pode servir como apoio para reflexões sobre os entraves à escrita feminina, como o fato de, possivelmente, a professora que ele procurava incentivar ser, por exemplo, casada. No período em tela, essa condição, talvez, pudesse dificultar uma atuação de escrita pública, demonstrando que as mulheres dessa época ainda não contavam com muita autonomia, mas, frequentemente, estavam condicionadas à autorização de suas famílias, mais especificamente dos homens (pais, maridos, irmãos, filhos), para poder desenvolver certas ações. Demais aspectos podem ser verificados na transcrição a seguir:

Tenho esperado, em vão, pela sua promessa, de auxiliar-me na tarefa árdua, mas meritória, de escrever para o público leitor. Não sei porquê, senti que você receava trazer a público os seus trabalhos, pensando, talvez, que dos mesmos aflorassem, através das entrelinhas, os seus sentimentos amorosos, a paixão que lhe acalenta a vida, mas que você faz questão de guardar em segredos. Pensei assim e decidi falar-lhe mais uma vez, solicitando-lhe que viesse colaborar comigo. Fi-lo, fique certa, sem qualquer dúvida quanto aos seus dotes intelectuais, capazes de dar brilho ao descolorido desta pena que já vai morrendo, ao peso das desilusões. Inúmeros anos de luta, minha amiga, neste mesmo mister... [...]. Não vejo, assim, razão para o que você me disse, ainda ontem. Gosta você, segundo suas próprias palavras, de escrever apenas a realidade... E por que não o faz?... Por que acha difícil fazê-lo? [...]. Aí está, como é fácil a gente escrever a realidade, sem receio da crítica, a que não se foga nunca. Pensa você que eu não sinto, também, o que de mim se diz? Sinto-o, perfeitamente, mas prefiro dar de ombros aos comentários pouco judiciosos, e continuar escrevendo com a franqueza que sempre foi a minha melhor qualidade. Escreva, pois, também você, a realidade. Diga o que o seu coração palpitante deseja desabafar, e creia nos aplausos de quem lhe manda estas linhas. Faça-o, mesmo que seja sob um pseudônimo e conte com a discricção de quem é seu grande admirador (DC, 17/04/1938).

A citação anterior demonstra o apoio que Jean d'Albion dá à professora a quem o texto está endereçado, a quem ele chama de amiga. Ele acrescenta, ao final, que é seu grande admirador e a encoraja a superar as possíveis críticas que venha a sofrer e a publicar seus textos ainda desconhecidos do público, mesmo que seja sob um pseudônimo. Jean d'Albion ressalta que a professora deve escrever sobre a realidade de que ela tanto gosta, mas será que isso seria possível nos idos de 1930 na França? Será que uma mulher teria condição de realmente escrever sobre o que acreditava, revelando seus “segredos amorosos”, conforme termos do próprio autor, expondo sua opinião, de forma explícita, na época em questão? Poderia, a mulher, escrever sem limites? Talvez esses fossem os questionamentos que a referida “professora” conjecturasse e que, possivelmente, a impedissem de escrever publicamente. Além disso, discorrendo sobre o contexto brasileiro, Telles (2015, p. 411) assinala que “[...] as primeiras mulheres escritoras, no Brasil, enfrentaram, além dos preconceitos políticos, a discriminação sexual”, situação essa, que, certamente, poderia causar receio e desmotivar qualquer mulher que, porventura, cogitasse se arriscar no campo da escrita (Ferreira, 2020; Magalhães; Andrade, 2023).

Essa publicação incita a discussão sobre o uso de pseudônimos por mulheres, até como forma de proteção contra represálias e essa importante questão também foi debatida por Perrot (1998), como um primeiro ensaio das escritoras ou uma forma de iniciar a aventura de escrita pública. Telles (2015), inclusive, destaca que a escritora e professora Dionísia de Faria Rocha adotou o pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, após sofrer perseguições em virtude de suas publicações de cunho questionador, como a obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, publicada em 1832, além de outros títulos de cunho incisivo. Aqui podemos considerar as inseguranças que rondam o universo da escrita feminina, como o receio de ser rechaçada, conforme podemos compreender a partir do excerto citado anteriormente. Para ajudar a compreender toda essa complexidade, Simone de Beauvoir (1980b), já na introdução do segundo volume de sua famosa obra *O segundo sexo*, publicada inicialmente em 1949, explica que:

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois, necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se sente encerrada, que evasões lhe são permitidas [...] (Beauvoir, 1980b, p. 7).

Essas inseguranças e receios podem estar relacionadas aos possíveis julgamentos a que as mulheres estariam expostas ao se aventurarem em áreas comumente consideradas como não adequadas para elas atuarem, como o universo da escrita. Além disso, a recorrência de conteúdos de teor agressivo direcionados a elas, durante muito tempo, pode ter marcado fortemente a autoestima dessas mulheres, intimidando-as, e até, desencorajando-as a publicarem seus textos (Boligon, 2019; Corrêa, 2019).

Essas reflexões dialogam com as pesquisas de Anna Chrystina Venancio Mignot (2002) sobre a escritora Armanda Álvaro Alberto⁶⁴, demonstrando que essa mulher, talvez ciente dos riscos que corria ao se expor a uma escrita pública, planejou meticulosamente o que poderia ser compartilhado e o que deveria manter-se no espaço particular. Nesse sentido, Armanda Álvaro Alberto apresentou um grande cuidado com sua vida pessoal, reservando-se o direito de “separar” tudo o que dissesse respeito ao seu universo privado. A escritora dedicou grande atenção à preparação de seu acervo, guardando o que julgava conveniente ou importante em um baú, no qual foram encontrados, por exemplo, muitos documentos, fotos, recortes de jornais e demais fontes sobre sua vida pública. No entanto, sobre sua vida privada, havia poucas coisas. Talvez ela tenha destruído esses materiais como forma de se proteger. Ou talvez, ela simplesmente não quisesse deixar rastros dessa parcela íntima de sua vida (Mignot, 2002).

Assim, um dos espaços letrados considerado, de certa forma, apropriado para as mulheres escreverem, foram as chamadas revistas femininas, as quais, de acordo com Rocha (1985, p. 34-35), podem ser consideradas como:

[...] um lugar de afirmação dum grupo – que pode constituir-se como geração, tendência ou mesmo vanguarda, mas não forçosamente. Isto é: como lugar de encontro de espíritos criadores mais significativos de um momento [...]; ou então daqueles que ainda desconhecidos do grande público, pretendem lançar-se no meio literário através dum órgão coletivo.

Muitas dessas publicações traziam informações, propagandas e textos considerados próprios do universo das mulheres, apresentando produtos de beleza e para o lar, dicas de moda, modelos de roupas, conselhos para as esposas, além de escritos que, no contexto indicado, seriam considerados adequados para elas, como romances, contos e poesias, por exemplo. Nessas revistas, talvez as mulheres pudessem gozar de uma certa liberdade para se expressarem,

⁶⁴ Foi professora e militante, residente no Estado do Rio de Janeiro. Em 1921, criou a Escola Proletária de Meriti, que atendia crianças carentes. A ideia de servir merenda nas escolas é atribuída a ela.

não despertando, assim, o receio dos homens, no sentido de oferecerem um perigo, tanto enquanto leitoras quanto como mulheres que escreviam (Barp; Zinani, 2019; Gautério, 2015).

Desse modo, ao discorrermos sobre a constituição da imprensa feminina, mostra-se interessante apresentarmos algumas experiências que foram se desenvolvendo no Brasil, a partir do século XIX. Em sua pesquisa, Lima (2007) sistematiza algumas dessas iniciativas, destacando algumas revistas como: *O Espelho Diamantino*, publicada no Rio de Janeiro, a partir de 1827; *Correio das Modas*, editada em 1839, também no Rio de Janeiro, sendo que essas duas publicações, de acordo com a autora, competem pelo pioneirismo da imprensa direcionada ao público feminino. A autora ainda cita outras publicações que foram surgindo nesse contexto, como: *O Espelho das Brasileiras*, lançada em Recife em 1831; *Jornal das Senhoras*, do Rio de Janeiro, uma das primeiras publicações editadas exclusivamente por mulheres, em 1852; *O Belo Sexo*, de Minas Gerais, de 1862; *O Domingo*, do Rio de Janeiro, de 1874; *Eco das Damas*, também do Rio de Janeiro, de 1879; *A Família*, Rio de Janeiro, de 1889; *O Sexo Feminino*, de Minas Gerais, de 1873; *Revista da Semana*, do Rio de Janeiro, de 1901; *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, de 1907; *Cigarra*, de São Paulo, de 1914 (essas três últimas revistas não eram endereçadas exclusivamente às mulheres, mas mantinham em suas pautas muitos conteúdos direcionados a elas) e a *Revista Feminina*, do Rio de Janeiro, de 1914, editada totalmente por mulheres.

Esse levantamento organizado por Lima (2007) nos permite perceber que a maior parte dessas revistas ditas femininas possuía a cidade do Rio de Janeiro como sede e tinham como escopo temas relacionados à recreação, literatura, moda, conselhos sobre a vida de casada e a de mãe. A autora ainda explica que:

No séc. XX, as transformações que afetaram a sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo crescimento urbano, aumento da população e de suas camadas médias, melhoria no nível de instrução, entre outras modificações, refletiram-se na modernização da imprensa. Surgiu a grande imprensa, com maiores tiragens, sustentadas pela publicidade. Intensificou-se o hábito de leitura de jornais e revistas, conforme comprova o aumento das publicações (Lima, 2007, p. 224).

A partir dessa contextualização inicial sobre o processo de escrita feminina, percebemos que as revistas se constituíram em uma espécie de passaporte para a entrada das mulheres no universo letrado. Além disso, refletimos sobre alguns dos receios que elas, possivelmente, tiveram que enfrentar para circular nesse campo, como o medo dos julgamentos e das críticas masculinas, apresentando-se, talvez como estratégia de proteção, o uso de pseudônimos. Com

isso, passamos à discussão sobre aspectos mais específicos que favoreceram ou dificultaram a inserção das mulheres no campo da escrita.

3.1.1 “A mulher desperta”: A filantropia como espaço de protagonismo feminino

O intuito deste subtópico é discutir algumas condições que facilitaram ou promoveram o ingresso das mulheres nos espaços letrados, representados nesta tese, pelo jornal *Diário dos Campos*. Ao compreendermos esse processo como um encadeamento de situações que envolveram aspectos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos, aliadas a estratégias que foram planejadas e a outros episódios em que a astúcia se sobressaiu e as mulheres conseguiram aproveitar momentos oportunos, destacamos, assim, a área da filantropia como uma experiência de atuação e de ocupação do espaço público que poderia condicionar brechas para as mulheres desenvolverem suas atividades fora dos limites do lar.

O título deste subtópico - *A mulher desperta* - foi veiculado pelo *Diário dos Campos* em 25 de outubro de 1920, em uma publicação assinada por Vianna de Carvalho⁶⁵, em que ele discorre sobre uma iniciativa orquestrada por um grupo de mulheres com o intuito de organizar um “[...] grêmio feminino de proteção ao sexo e de desenvolvimento moral e intelectual de suas associadas”, no âmbito das discussões que ocorriam na assembleia da Legião da Mulher Brasileira⁶⁶. Conforme o próprio autor⁶⁷ registra em seu texto, esse episódio apresenta relevância, pois significa que essas mulheres reconhecem que precisam questionar os limites impostos a elas. Vianna de Carvalho refere-se a essas mulheres como “bem-intencionadas”, argumentando que agora elas teriam “acordado” do silenciamento a que estiveram expostas ao longo do tempo, iniciando o processo de compreensão acerca das arbitrariedades que sofreram, apenas pelo fato de serem mulheres, conforme pode ser averiguado a seguir:

⁶⁵ Manuel Vianna de Carvalho foi um militar, atuou também como professor e era adepto da doutrina espírita.

⁶⁶ Instituição filantrópica.

⁶⁷ Aqui, precisamos explicar novamente que, apesar deste capítulo preocupar-se com as mulheres que escrevem, ainda assim, em alguns momentos, recorreremos a textos e abordagens atribuídos a homens, como o exemplo aqui citado, justificando nossas indicações pelo fato de alguns deles também mostrarem-se favoráveis às causas femininas, demonstrando que as dinâmicas sociais vão além da simples polarização entre homens e mulheres. Sobre isso, também é oportuno mencionar que muitas mulheres preferiam não se envolver nas chamadas causas femininas, reforçando o coro do que, historicamente, foi considerado adequado para elas, como o lar e o cuidado com os filhos, por exemplo, reiterando, conforme problematizado por Spivak (2014), que as mulheres não se constituem em um grupo único, coeso, homogêneo, ou que pensa de forma exatamente igual, mas que, pelo contrário, as mulheres possuem uma variada gama de posicionamentos, opiniões e concepções e que toda essa pluralidade se reflete em suas ações.

O incidente ocorrido na primeira assembleia da “Legião da Mulher Brasileira”, tem maior significação do que se possa depreender dos comentários traçados pela imprensa. Como está no conhecimento público, algumas senhoras bem-intencionadas formaram o projeto de organizar-se um grêmio feminino de proteção ao sexo e de desenvolvimento moral e intelectual de suas associadas. [...]. Ela acorda agora do mutismo intelectual em que a conservou, durante séculos, a nefasta ministração dos dogmas, capciosamente inventados pela teologia. Começa a se convencer de que para servir a Deus e à humanidade não é preciso ajoelhar-se diante de ídolos, nem no tribunal iníquo do confessorário, nem sobre as lajes estioladoras de um claustro escuro. [...]. O lugar de sua atividade benfazeja fica junto aos berços carecidos de afeto, próximo à viuvez contristada e à indigência do corpo e da alma, tão generalizada no seio das nações modernas. [...] (DC, 25/10/1920).

O artigo acima trata das discussões e desentendimentos ocorridos na primeira assembleia da “Legião da Mulher Brasileira”, entidade criada por um grupo de mulheres, segundo o *Diário dos Campos*, “bem-intencionadas”, com o intuito de “[...] organizar um grupo feminino de proteção ao sexo e ao desenvolvimento moral e intelectual de suas associadas” (DC, 25/10/1920). O artigo ainda menciona que as mulheres acordaram de “seu mutismo intelectual” e, sobre isso, as palavras de Lauretis (2019, p. 125) mostram-se interessantes, ao problematizar que:

O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação ou, se me permitem adiantar a segunda proposição, o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencimento; assim, o gênero atribui a uma entidade, digamos a uma pessoa, certa posição dentro de uma classe e, portanto, uma posição vis-à-vis outras classes pré-constituídas.

A análise sobre essa última citação nos remete ao que as autoras Ana Christina Vanali, Andrea Maila Voss Kominek e Vanessa Borges Bober (2023, p. 54) apontaram em suas pesquisas, especificamente em relação às posturas femininas após a Proclamação da República no Brasil, em 1889, explicando que:

As mulheres foram designadas, ideologicamente, à função de cuidadoras e vigilantes, tendo que atentar aos detalhes cotidianos da vida familiar, promovendo o cuidado e prevenindo qualquer enfermidade ou desvios, inclusive morais. Desta maneira, a mulher assume a incumbência de ser a guardiã da família, da saúde e da moral, mesmo nas camadas mais pobres e trabalhadoras, independente da raça. Em uma missão romântica e idealizada das virtudes da alta burguesia de um modelo a seguir em nome da família [...].

Como já explicamos, esse *habitus* foi apresentado em inúmeras edições do jornal *Diário dos Campos*, como na publicação do dia 15 de outubro de 1942, sob o título *Legião*

Brasileira de Assistência: um apelo às damas ponta-grossenses, “[...] em cuja frente se encontra a figura respeitável da notável educadora patricia”, referindo-se à já citada professora Judith Silveira. A reportagem enfatizava que:

A tarefa da Legião é por demais árdua e exige elevada soma de trabalho, que requer o concurso de grande número de pessoas. Muito embora, a época não possa reconhecer ocupação de maior transcendência, senão a de servir a causa da Pátria, empenhada numa guerra de consequências que, a ninguém é dado prever, deseja a diretora da Legião conciliar tanto quanto possível o interesse particular com as necessidades da inestimável obra a ser executada. Por isso mesmo dirige um apelo a todas as damas de Ponta Grossa para que se inscrevam na Legião [...] (DC, 15/10/1942).

A matéria em questão convidava as mulheres ponta-grossenses, as “damas” da cidade, a colaborarem com as causas defendidas pela Legião Brasileira de Assistência, instituição tradicionalmente dirigida por mulheres. Essa convocação, ou esse incentivo à participação das mulheres, também pode ser compreendida como uma forma de educação ou um discurso pedagógico, uma vez que, o periódico enfatizava a nobreza das ações empreendidas por essas mulheres, valorizando seus feitos e, assim, passando a mensagem de que outras mulheres deveriam fazer o mesmo. Além disso, a citação anterior faz referência às demandas relacionadas à Segunda Guerra Mundial, como a valorização dos preceitos patrióticos, muito em voga no contexto em questão, conforme apontado por Sousa (2013). Além disso, em relação à participação da professora Judith Silveira na referida legião, Oliveira (2002, p. 147) faz questão de destacar que:

Em 1945, com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a Legião Brasileira de Assistência movimentou-se e, então, criou-se em Ponta Grossa o Curso de Defesa Passiva Antiaérea. Inscrevem-se várias mulheres ponta-grossenses, e a professora Judith Silveira tomou a frente, passando a ser a presidente, a orientadora, a dirigente e aquela que ensinou junto com instrutores do exército a defesa da cidade e a orientação ao pelotão o combate armado. [...] Só com a proximidade da morte cessou de trabalhar. [...].

A citação anterior demonstra o envolvimento da referida educadora com as questões relacionadas à caridade, mas também a de formação cívica, pois, conforme ressaltado por Oliveira (2002), havia, na época, uma grande vinculação entre a educação e o patriotismo, ainda mais, se considerarmos o contexto da Segunda Guerra Mundial, em que todas e todos foram convocados a apoiar essas causas. Além disso, ao mencionar o nome da professora Judith Silveira, possivelmente o periódico buscava legitimar a instituição que ela representava, por meio de seu capital simbólico, conferindo credibilidade às ações da Legião Brasileira de

Assistência e, especificamente, do Curso de Defesa Passiva Antiaérea, angariando, assim, novas adeptas.

Seguindo essa ótica, na edição de 04 de novembro de 1942, havia a notícia de que uma seção da Cruz Vermelha⁶⁸ tinha sido montada em Ponta Grossa e que, a partir de então, “Esperase [...] a adesão das excelentíssimas senhoras e gentis senhorinhas da nossa sociedade à benemérita instituição que, como todos sabem, tem as mais úteis e humanitárias finalidades”. Além disso, a referida nota ainda enaltecia que: “O patriótico movimento terá, com certeza, a melhor acolhida, numa demonstração evidente do espírito abnegado de uma gente pronta e disposta aos maiores sacrifícios em benefício da Pátria” (DC, 04/11/1942).

O apelo ao exemplo feminino, pautado nas características já elencadas, como abnegação, simplicidade, sacrifício, subjugação, amorosidade, delicadeza, gentileza, entre outras, geralmente está associado à invocação dos princípios patrióticos, como sinais de bravura, respeito, prestígio e honra (Lima, 2021). Além disso, especificamente sobre a instalação de uma filial da Cruz Vermelha em Ponta Grossa em novembro de 1942, inúmeras reportagens e anúncios foram publicados na sequência, conclamando as mulheres a se alistarem e colaborarem com o Brasil, assim como requisitavam o apoio de toda a sociedade.

A criação de uma filial da Cruz Vermelha em Ponta Grossa em 1942 (em pleno curso da Segunda Guerra Mundial) relaciona-se diretamente ao já citado *habitus* cuidador, frequentemente associado às mulheres desde tempos remotos, conforme indicam Mecone e Freitas (2009). As autoras explicam o desenvolvimento do campo da Enfermagem em articulação com a função das mulheres no cuidado de crianças, parturientes e idosos, além de assumir um papel coadjuvante nos conflitos e guerras, delimitando, assim, uma divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Ao discorrer sobre as experiências filantrópicas da Cruz Vermelha, uma entidade de abrangência internacional, aproveitamos para articular nossa discussão entre o contexto local (Ponta Grossa), nacional (Brasil), chegando até a Europa, elencando um trecho de uma reportagem que foi apresentada anteriormente em outro subtópico. Trata-se da nota sobre o noivado entre a princesa Juliana da Holanda e o príncipe Bertil da Suécia, publicada em 14 de julho de 1932. Ao enaltecer os predicados da noiva em questão, o *Diário dos Campos* acrescenta que “[...] quando se farta da cozinha do palácio, [ela] sempre está à testa das cruzadas

⁶⁸ Segundos dados obtidos no site da Cruz Vermelha Brasileira (2022), a instituição, sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi criada no Brasil em 1907 pelo médico Joaquim de Oliveira Botelho. Para maiores detalhes sobre a Cruz Vermelha Internacional e a participação das mulheres nas ações humanitárias tuteladas por essa instituição, consultar o site referido e as pesquisas de Cunha e Vieira (2016) e de Mecone e Freitas (2009).

de caridade, principalmente quando elas visam melhorar a sorte dos pequeninos holandeses.” (DC, 14/07/1932). Esse excerto demonstra que a filantropia se constitui em um *habitus* considerado feminino e que abarca diferentes estratos sociais.

A menção às atividades beneficentes que eram organizadas e conduzidas por mulheres foi bastante presente no jornal *Diário dos Campos* ao longo do período analisado. A participação delas nesses eventos e obras pode ser compreendida como uma forma de angariar, desenvolver e manter o capital simbólico e social, além de se constituir em uma oportunidade de atividade pública, que extrapola o espaço doméstico. Em uma dessas notícias, como a publicada em 08 de junho de 1932, eram informadas as ações desenvolvidas pela Associação das Damas de Caridade de Ponta Grossa⁶⁹, instituição que frequentemente era citada nas páginas do periódico, ressaltando os nomes das associadas mais engajadas e que algumas circulavam nas páginas do jornal também como esposas de personagens ilustres da cidade, como: Maria Sophia Vilela, Adalgisa Macedo⁷⁰, entre outras.

Algumas dessas mulheres, a exemplo de Jandira de Moraes e Nenê Ferreira, também pertenciam a outros espaços sociais, atuando como musicistas, cantoras, escritoras, entre outras ocupações. Isso indica que as mulheres buscavam, dentro do espaço do possível (Bourdieu, 2008a), formas de se inserir e de participar dos círculos sociais. Além disso, podemos verificar que essas mulheres dispunham de um razoável aporte de capital social, simbólico e, possivelmente, econômico, os quais favoreciam a socialização de suas ações. Especificamente em relação ao capital econômico, sua posse certamente flexibilizava o tempo dessas mulheres, liberando-as para as atividades filantrópicas, uma vez que, essas “damas de caridade”, na maioria das vezes, não necessitavam de um ofício remunerado para sobreviver, como as mulheres trabalhadoras (Perrot, 1998; Giulani, 2015; Gomes, 2014).

Ainda sobre o envolvimento das mulheres com as atividades de benevolência, em uma reportagem publicada em 01 de agosto de 1939, sob o título *Fundada em Ponta Grossa a Associação Protetora do Recém-Nascido*, essa relação fica explícita. De acordo com o texto veiculado no *Diário dos Campos*, essa associação, organizada em parceria com a Sociedade Espírita Francisco de Assis

⁶⁹ Instituição assistencial que reuniu diversas representantes femininas possuidoras de diferentes graus de capital econômico, social, simbólico e/ou cultural da cidade de Ponta Grossa no contexto histórico abarcado por esta tese. De acordo com Ana Paula Vosne Martins (2015), a chamada “feminização da filantropia” desenvolve-se a partir do século XIX e concretiza-se no século XX, como um dos aspectos que define a feminilidade.

⁷⁰ Maria Sophia Vilela era esposa do ex-prefeito de Ponta Grossa, senhor Ernesto Vilela e Adalgisa Macedo era esposa do senhor José de Azevedo Macedo, médico que atuava na região dos Campos Gerais.

[...] nasceu [como] mais uma iniciativa digna do apoio incondicional do generoso coração local. Essa nobre associação, confiada a um pugilo de senhoras distintas, pelas virtudes cristãs que possuem [...], vem assistindo os pobres de nossa terra, distribuindo-lhes medicamentos e confortos espirituais nas várias modalidades em que é pródiga a consoladora doutrina dos espíritos. A finalidade desta Associação é: presentear a todo bebê reconhecidamente pobre, ao nascer, um enxovalzinho que se comporá de 45 peças variadas (DC, 01/08/1939).

No trecho anterior, percebemos o apelo à bondade e às “virtudes cristãs”, caracterizando as participantes como “senhoras distintas”, quase santificadas pelas boas ações que desenvolviam junto aos recém-nascidos, que seriam o público assistido, ou seja: crianças. Sobre isso, constatamos que a representação feminina relacionada aos cuidados com o outro adquire uma potencialidade maior, ao referir-se a bebês carentes (Vanali; Kominek; Bober, 2023).

Dentre as participantes que constituíam a diretoria desta associação encontravam-se, segundo termos utilizados pelo *Diário dos Campos*: Senhora Oscar Braga (presidente); Senhorita Beatriz Lupion Quadros (secretária); Senhora Joaquim Machado (tesoureira); Senhora Alfredo Holzmann (almoxarife). Como membros da Comissão de Sindicância, constavam os seguintes nomes femininos: Senhoras Maria Rute Junqueira, Carmelita Araújo, Nenê Holzmann, Roselmira Afonso da Costa, Ana de Barros Holzmann, Amélia Guiraud e senhorita Silvia Holzmann (DC, 01/08/1939). Importante ressaltar que algumas das componentes da diretoria são apresentadas com referência aos seus respectivos esposos e não por seus nomes próprios.

Esse fato oportuniza a problematização sobre o valor simbólico atribuído a uma mulher casada nesse contexto, representando o nome e sobrenome de seu cônjuge, sendo, por esse conjunto social e simbólico, silenciada em relação à autonomia e representatividade de seu próprio nome, como se ele não fosse relevante, desde que estivesse associado a um nome masculino (Barreto; Hollanda, 2019; Montero, 2020). Além disso, o fato de não se apresentar o nome das mulheres casadas pode ser compreendido com o não-ser, como o “outro”, explicado por Beauvoir (1980b), como uma ação para se invisibilizar as mulheres, como se elas não existissem.

A vinculação dessas mulheres à Associação Protetora do Recém-Nascido une duas representações femininas, articulando a filantropia, como um símbolo da feminilidade (Martins, 2015) ao cuidado de bebês, possibilitando, portanto, uma atuação pública no campo da assistência social (Mott, 2003). Essa postura também se relaciona com o *habitus* tradicionalmente feminino, desenvolvido e personificado pelas chamadas primeiras-damas, representadas pelas esposas de políticos que acompanham e prestam apoio às mais diversas

atividades e instituições sociais, como a exemplo da senhora Darcy Vargas⁷¹, esposa do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, que visitou as obras da Casa do Jornaleiro, na capital federal da época – Rio de Janeiro - sendo este feito noticiado pelo *Diário dos Campos* em 18 de julho de 1939.

A valorização das relações entre as mulheres e a filantropia constitui-se em uma marca forte no contexto histórico abordado. Isso pode ser comprovado pela atuação de outra professora ponta-grossense, de nome Maria Luíza Ruth Junqueira, da qual trataremos mais especificamente na sequência que, além das atividades docentes, também se envolveu em diferentes atividades filantrópicas, como esclarece Oliveira (2002, p. 181):

Em 1945, já com 28 anos de magistério, [Maria Luíza Ruth Junqueira] passou a prestar serviços na Associação de Assistência à Criança do Paraná. A nova atividade requeria um preparo mais especializado e, para melhor desempenhá-la, foi ao Rio de Janeiro fazer cursos de aperfeiçoamento. Em 1947, passou a integrar a Secretaria de Saúde e da Assistência Social, no Departamento Estadual da Criança, onde organizou o Serviço de Colocação Familiar, que encaminhava crianças órfãs ou abandonadas para lares de casais sem filhos que se propunham à adoção. [...]. No amparo às crianças, foi considerada o anjo protetor e a mãe bondosa de tantos infelizes. O trabalho que Maria Luíza desenvolveu na Legião Brasileira de Assistência, no Hospital das Crianças de Curitiba e na Federação Espírita do Paraná edificou seu nome na memória da população. De personalidade marcante, foi orgulho da mulher paranaense, pois suas atividades se estenderam da prédica religiosa à batalha política, da gestão do lar ao jornalismo, e do trabalho estafante ao estudo aplicado. Com igual eficiência, participou das atividades do Centro Paranaense Feminino de Cultura, do qual foi secretária dedicada, concluiu o Curso de Obras Sociais no Departamento Nacional da Criança, no Rio de Janeiro, e participou da IV Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria em Belo Horizonte.

Ao apresentar os feitos da professora Maria Luíza Ruth Junqueira, Oliveira (2002) não poupa elogios, definindo-a com diversos adjetivos que reiteram algumas das representações femininas já discutidas ao longo desta tese. O exposto pelo autor vai ao encontro do que o *Diário dos Campos* publicou em diversas edições, enfatizando a relevância das mulheres na área da filantropia. A recorrência dessas publicações pode ser interpretada como um discurso pedagógico – ou uma forma de educação - dirigido para as mulheres, com o intuito de conformar ou potencializar um *habitus* dito feminino envolvido com essas questões.

Sobre a relevância das instituições assistenciais nos processos de tomadas de posição e de inserção na vida pública pelas mulheres, Michele Tupich Barbosa (2020) indica que essas ações foram protagonizadas, em grande parte, por mulheres favorecidas financeiramente e que

⁷¹ Para maiores detalhes sobre a atuação da senhora Darcy Vargas, consultar o capítulo elaborado por Michele Tupich Barbosa (2020), intitulado *Darcy Vargas: uma trajetória feminina na formulação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)*, que compõe a obra *Os estudos de gênero e seus percursos: interseções possíveis com a história pública*, organizada por Claudia Priori e Márcio José Pereira (2020).

se preocupavam com as questões que envolviam a pobreza da população e as dificuldades a ela relacionadas. A autora explica que:

O apelo sentimental fortemente permeado pela ideologia da domesticidade serviu como estímulo para a inserção das mulheres nas obras de assistência. Historicamente, esse processo foi construído a partir das profundas transformações sociais, econômicas e culturais provocadas pelo capitalismo industrial e pela urbanização, os quais fizeram emergir na sociedade burguesa modernas noções de privacidade, intimidade e sensibilidades. No discurso ideológico de promoção da domesticidade, a família passou a ser o refúgio contra as adversidades do mundo público e foi no espaço familiar que papéis de gênero foram reafirmados nesta contraposição moral do público e do privado. A ideologia da domesticidade promoveu o lar como esfera feminina e separada do mundo público hostil em que atuavam os homens (Barbosa, M. T. 2020, p. 131).

O fato de as mulheres buscarem formas de se organizar em grupos com interesses afins indica que, talvez, elas quisessem ser ouvidas e, para isso, utilizaram a estratégia de união para concretizar seus intentos. Compreendendo essa postura pelo viés de formação humana, de acordo com Perrot (1998, p. 68): “Para a maior parte das mulheres, acostumadas ao silêncio, tomar a palavra em público era difícil. Certas associações organizaram cursos para ensinar-lhes como controlar as emoções. Conferências e congressos constituíram-se, a este respeito, numa propedêutica”.

Desse modo, as experiências vivenciadas no seio dos grupos filantrópicos podem ser compreendidas como uma estratégia para desenvolver as aptidões necessárias para se expressar em público, tanto de forma oral quanto escrita, possibilitando o aprimoramento de um encorajamento que ocorria a partir do apoio coletivo das parceiras desses grupos. Assim, especificamente sobre a inserção feminina no espaço público por meio do exercício da escrita, Perrot (1998, p. 10) explica que “[...] a escritura, suscetível de uma prática domiciliar [...] é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência”.

A citação de Perrot (1998) vem ao encontro de nosso objetivo neste capítulo, ao apresentarmos algumas das diferentes tentativas das mulheres na busca pelo desenvolvimento de práticas de escrita, as quais não se desenvolveram de modo imediato ou de modo passivo, pois elas tiveram que percorrer um longo caminho até serem aceitas e encontrarem uma oportunidade, uma brecha ou uma pequena fresta para, então, aos poucos, alcançarem esse espaço de legitimidade no campo da escrita.

O exemplo da filantropia ilustra bem uma dessas tentativas, pois, por meio das atividades sociais e do auxílio a diferentes grupos de indivíduos, como: recém-nascidos, crianças carentes, idosos, entre outros, as mulheres, exercitando o *habitus* cuidador já tão associado a elas, puderam ocupar um espaço de destaque na vida pública, organizando

atividades e eventos, circulando pelos mais variados ambientes, conhecendo pessoas e angariando novos contatos e possibilidades (Vanali; Kominek; Bober, 2023).

Mott (2003) debruçou-se sobre a pesquisa desse *habitus* bastante vinculado às mulheres, que diz respeito à atuação delas em instituições de caridade e similares, explicando que, geralmente, as atividades filantrópicas femininas unem o trabalho sem remuneração, que seria realizado somente por amor, fazendo referência a uma representação feminina que vincula o labor feminino com uma espécie de obrigação ou vocação e, no caso da caridade, estaria fortemente associada ao cuidado com o outro.

Assim sendo, este subtópico apresentou algumas publicações que discorreram sobre o envolvimento das mulheres no campo das instituições de caridade, como a Legião Brasileira de Assistência, a Associação Protetora do Recém-Nascido e a Cruz Vermelha, confirmando uma representação feminina consolidada há muito tempo e que se relaciona com o cuidado com o outro. Percebe-se, assim, que as mulheres lançaram mão desse *habitus* cuidador, assumindo esse papel e alcançando protagonismo nesse campo, auxiliando e atendendo doentes, idosos, crianças, recém-nascidos, parturientes, feridos em guerras, além de indivíduos que vivem em contextos sociais sofríveis.

Com o tempo, elas se organizaram em diferentes instituições, ampliando seus horizontes de atuação e desenvolvendo um aporte considerável de capital social e simbólico. Aqui vale ressaltar o papel das primeiras-damas em ações sociais dessa modalidade, fazendo uso, principalmente, do capital simbólico, e a iniciativa de algumas professoras que, além da docência, circularam pelo campo da filantropia, como as professoras Judith Silveira e Maria Luiza Ruth Junqueira, que possivelmente detinham um conjunto formado por capital cultural e simbólico, representados pela formação na Escola Normal, bastante prestigiada na época (Trindade, 1996; Araújo, 2010). Assim sendo, no próximo subtópico trataremos de algumas dessas outras formas encontradas pelas mulheres para poderem se expressar no espaço público.

3.1.2 “Mal de amor”: Poemas, a vinculação com os sentimentos e as experiências abordando outras temáticas

Ao longo desta tese já comentamos sobre algumas das dificuldades impostas às mulheres na disputa pelos espaços de escrita. Telles (2015, p. 406) embasa essa discussão, explicando que “A situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela”. Fica a

questão: Como as mulheres romperam com esse círculo vicioso? Já constatamos que elas desenvolveram algumas estratégias e neste tópico trataremos dessas questões com mais detalhes.

Inicialmente, o território dos sentimentos e o gênero textual “poemas” mostraram-se mais amistosos do que outras modalidades de escrita, segundo Woellner (2007). Possivelmente, o *habitus* feminino que permitia às mulheres a exteriorização dos sentimentos pode ter facilitado que essa forma de expressão também se concretizasse por meio da escrita.

Nesse sentido, neste subtópico, nosso propósito é apresentar algumas práticas de escrever que as mulheres desenvolveram, especificamente sobre o gênero textual “poemas”, elegendo como temática norteadora os sentimentos e a consequente associação delas às emoções. Pensando nisso, emprestamos o título *Mal de amor*, oriundo de um poema escrito por Anna Amélia Carneiro de Mendonça⁷² e que foi publicado pelo *Diário dos Campos* em 26 de outubro de 1923. A seguir, apresentamos a referida produção que sintetiza as intenções já expressas nas linhas anteriores:

Toda pena de amor, por mais que doa,
No próprio amor encontra recompensa.
As lágrimas que causam a indiferença
Seca-as depressa uma palavra boa.

A mãe que fere, o ferro que agrilhoa.
Obstáculos não são que Amor não vença.
Amor transforma em luz a treva densa
Por um sorriso Amor tudo perdoa.

Ai daquele que amar não sendo amado,
E depois de sofrer tanta amargura
Pela mão que o feriu não for curado...

Noutra parte há de em vão buscar ventura:
Fica-lhe o coração despedaçado
Que o mal de amor só nesse Amor tem cura (DC, 26/10/1923).

Conforme já mencionamos, o campo da escrita nem sempre foi favorável à presença feminina, pois, em um contexto patriarcal, a ideia de que uma mulher pudesse pensar por si

⁷² Poetisa e tradutora carioca (1896-1971). De acordo com Isabela Bracalente Infanger (2021, p. 2), Anna Amélia Carneiro de Mendonça era “[...] intelectual e feminista. Publicou doze livros, inúmeras conferências e traduziu obras, como de William Shakespeare. Além de inúmeros vínculos com instituições assistencialistas e culturais, colaborou em periódicos do Rio de Janeiro, como os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, e integrou círculos intelectuais, como de Hermes Fontes, Alberto de Oliveira, Coelho Netto, Austregéliso de Athayde, e de mulheres que integraram o campo cultural e político, como Maria Eugenia Celso, Rosalina Coelho Lisboa e Bertha Lutz. É conhecida na contemporaneidade pelo seu pioneirismo em relação à Casa do Estudante do Brasil (CEB), primeira entidade estudantil em âmbito nacional criada em 1929, que visava a assistência social dos estudantes carentes e promovia a difusão e intercâmbio de obras e atividades culturais”.

própria, muitas vezes, causava estranhamento. Sobre isso, Perrot (1998, p. 59) explica que: “A ideia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço do privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública”.

Para se inserirem em alguns desses espaços letrados, as mulheres tiveram que se arriscar e procurar formas para que seus textos pudessem circular. É importante ressaltar que nenhum ambiente foi simplesmente concedido e que, por onde elas passavam, algumas vezes havia a preocupação de se manter alguma forma de tutela (Ferreira, 2020; Knapp, 2020; Rodrigues; Queiroz, 2020). No entanto, a busca pelo espaço da escrita, com mais ou menos autonomia, tanto de pensamento, como de expressão, continuou. Em algumas vezes, percebemos a reprodução dos estereótipos que já existiam e, em outras ocasiões, as propostas mostraram-se um pouco mais descoladas do que talvez se esperasse delas.

As possibilidades de análises apresentadas até aqui sobre a inserção das mulheres no campo da escrita dialogam com o exposto por Bourdieu (2013), quando o autor compartilha suas problematizações acerca das inúmeras relações e os desdobramentos que podem ocorrer dentro de um campo e as interdependências entre diversos campos e subcampos, demonstrando as interrelações e as porosidades entre eles:

A cada uma das posições típicas no campo corresponde uma forma típica de relação entre a fração dominante-dominada e as frações dominantes. Em termos mais precisos, é através da relação que as categorias de agentes vinculados a cada uma destas posições mantêm com o mercado e através dos diferentes tipos de gratificações econômicas e simbólicas correspondente às diferentes formas desta relação que se define o grau em que se enfatiza objetivamente a pertinência ou a exclusão [...] (Bourdieu, 2013, p. 193).

Numa dessas demonstrações da presença feminina no universo letrado, Else Mazza Nascimento Machado⁷³ publicou, na coluna *Lares e Salões*, edição veiculada em 03 de fevereiro de 1946, um poema intitulado *Como os passarinhos*. Segue a transcrição do referido poema:

Nos meus cabelos
 não preciso de adornos nem de pentes,
 nem de ricos toucados.
 Somente quero tê-los
 fio a fio prendidos,
 fio a fio gozados e sentidos
 por teus nervosos dedos afilados,

⁷³ Poetisa brasileira, autora da obra *Poemas: ofrenda humilde* (1932).

por teus dedos ardentes,
que na treva os procuram, como os passarinhos
buscam de noite a tepidez dos ninhos! (DC, 03/02/1946).

Nessa produção, uma possibilidade de interpretação é a de que a autora exaltasse o contato físico entre parceiros – homem e mulher - por meio do toque masculino nos cabelos femininos, os quais não necessitariam de enfeites ou grandes preocupações estéticas, bastando apenas o contato, ao que a poetisa comparou com a procura dos pássaros pelo aconchego do ninho, no sentido de segurança ou de conforto.

Essa possibilidade de interpretação poderia ser analisada como uma metáfora da relação entre homens e mulheres, enquanto casal, elegendo a mulher como o lugar seguro, como a esposa que confere tranquilidade e harmonia ao lar, compreendido como refúgio em que o homem sempre regressa em busca de conforto, remetendo novamente à representação feminina de rainha do lar (Rizzini; Schueler, 2018). Aqui ainda podemos refletir sobre o perfil dessa autora e do seu poema, pois, talvez em um primeiro momento, podemos tender a achar que todas as mulheres deveriam escrever textos com teor crítico explícito, talvez sobre política, economia ou outras temáticas. No entanto, devemos nos lembrar do contexto em questão – ano de 1946 – pós-Segunda Guerra Mundial, período de recuperação para a sociedade em diferentes esferas, como a econômica, mas também em termos psicológicos, sociais e humanos, de forma geral, entre outros aspectos. Assim, talvez a autora estivesse se referindo aos percalços dos tempos de guerra e o retorno a uma vida mais tranquila, após o fim dos conflitos.

Spivak (2014) colabora com esse debate, ao explicar que as mulheres podem divergir em suas concepções de mundo, expondo suas ideias de acordo com seus princípios e valores, sendo, tudo isso, influenciado pelos processos educacionais que recebem ao longo da vida, pelo contexto em que vivem e pelas relações que estabelecem com outros indivíduos, entre outras variáveis. Em outras palavras: as mulheres podem escrever sobre aquilo que acreditam, sobre o que gostariam que as pessoas lessem, sobre os temas que defendem e essas ideias podem ser diferentes entre cada grupo feminino.

Além disso, Felski (1995) indica considerar sempre o contexto sócio-histórico em qualquer análise que se pretenda e que envolva a historiografia das mulheres, pois devemos compreender que os episódios não se desenvolvem de modo descolado ao que acontece ao redor. E as mulheres agem conforme suas possibilidades, que envolvem além das questões práticas, também um processo de conscientização e de escolha, que se articula pela leitura e interpretação que elas fazem em relação ao que é possível atingir, ou até onde se pode chegar, ou se o empenho, a exposição e o risco de rechaço valem a pena. Enfim, muitas variáveis

envolvem o cálculo de uma tomada de posição, que pode ser, inclusive, a de manter-se no mesmo lugar.

Outra poetisa que também escrevia sobre as emoções foi Flavia Maria da Rocha⁷⁴, que publicou em 21 de março de 1947 um poema com o título *Espera-me amanhã*, que versa sobre os sentimentos femininos, enfatizando as promessas e esperanças que rondam as relações entre parceiros, ressaltando o romantismo, tipicamente associado às moças que ainda não haviam se casado (Souza, 2018; Wittig, 2019). Neste poema, é possível perceber a aflição da autora, ao aguardar, talvez, por um namorado que jurou retornar para um encontro, mas que, no entanto, a faz esperar, causando-lhe ansiedade. Aqui também podemos refletir sobre a postura feminina de passividade, considerada adequada nesse contexto histórico, uma vez que, esperar a corte de um pretendente se constituía em um *habitus* já estabelecido para as mulheres, não sendo esperado que elas tomassem iniciativa e contestassem, por exemplo, a demora ou a falsa promessa de retorno do objeto de seu interesse amoroso.

Também podemos compreender que a elaboração dessa escrita pode se configurar em uma forma de questionamento ou de posicionamento indireto, uma vez que não consta o nome do homem em questão. No entanto, um texto com este conteúdo, ao circular pelas páginas do *Diário dos Campos*, certamente atingiria diversos indivíduos que poderiam vir a refletir sobre atitudes desse tipo, como a de fazer promessas às moças e depois deixá-las esperando. De todo modo, aqui temos um exemplo de escrita feminina, expressando suas insatisfações e demonstrando, por meio de um gênero textual “liberado” para elas – poesia, que certos comportamentos masculinos não eram apreciados por elas, constituindo-se em uma certa forma de posicionamento. Ou seja: o gênero textual “poema” não se constituiria em uma modalidade de escrita inferior, pelo fato de ser realizada por mulheres, pois, como vimos em um subtópico anterior, os homens também escreviam poesias e também recebiam rechaços. A questão aqui é que os poemas também poderiam apresentar teor político ou traduzir angústias, sentimentos, expor reivindicações e críticas. Segue a transcrição do poema:

“Espera-me amanhã. Eu vou sem falta”...
E fico a te esperar tão doidamente,
Que o sangue se me foge de repente,
Numa aflição que mais e mais se exalta.

O silêncio no quarto se avoluma
O rádio já não toca. Na janela,
A tarde se despede em aquarela,
Vestida de ouro e cinza, de penumbra.

⁷⁴ Não encontramos maiores informações sobre essa autora.

“Eu vou sem falta, espera-me querida”...
 Torço as mãos e os olhos se umedecem.
 Estas horas d’espera não se esquecem,
 Porque nos roubas cem por cento a vida!

Da rua eu ouço as vozes, passos largos,
 Cantigas distraídas, dissolventes,
 Sorvendo nos minutos eloquentes,
 Da ingratidão os traços mais amargos!

“Espera-me amanhã”... Quanta quimera...
 Quanta promessa falsa repetida.
 Assim se passa agora a minha vida,
 Melancolicamente à tua espera! (DC, 21/03/1947).

Essa espécie de “idealização” do objeto de seu apreço, em uma forma de espera do seu amado, também ocorreu no texto assinado apenas como “Zuzu”, com o título *Sonho* e publicado em 06 de agosto de 1939, em que a provável autora lamenta a distância do objeto de seu afeto, ressaltando essa postura, muitas vezes, dependente das mulheres em relação aos seus parceiros:

Partiste meu amor, por quanto tempo?... E este panorama melancólico de tristezas, permanecerá comigo, repleto de saudade e disposto a receber os imprevistos, os desesperos de lutas íntimas... A tristeza e o silêncio assumem proporções de eternidade, sinto que uma imensa angústia, enche-me a vida, e me vem a vontade de fugir a tudo e a todos... Assim será até um dia! A hora bendita da convalescença, soará por certo dentro em pouco... Tem sido um crepúsculo de mágoas e sonhos. Há, porém, uma nesga de luz dentro da treva... e paralisa o sofrimento sonhando com felicidades. É com saudade que te escrevo, essa saudade da distância, essa saudade que é um bem, na minha vida. Espero que tu leias, amor, e perceberás, então, desculpando-se: que o meu egoísmo é miséria que povoa o meu sonho. Zuzu (DC, 06/08/1939).

Nesse sentido, ao lado de poemas mais melancólicos, que retratavam, por exemplo, a dor da separação do ente amado, havia publicações com tons mais incisivos, que abordavam temáticas que extrapolavam a esfera dos sentimentos. Esse perfil de escrita um pouco mais questionadora foi percebido na publicação assinada por Rosa de Lisboa⁷⁵, em 16 de agosto de 1939, em que ela critica algumas posturas autoritárias e imperialistas da Inglaterra, no contexto inicial da Segunda Guerra Mundial. Por meio de um poema que abordava a questão da ajuda humanitária oferecida pelo país, ela apresenta uma metáfora sobre a exploração de alguns povos, seu derramamento de sangue e a posterior ajuda oferecida pela Inglaterra àqueles que ela prejudicou.

O conteúdo desse poema demonstra que esse gênero textual também pode ser crítico, contestatório e problematizador, oportunizando espaços em que as mulheres podem exprimir

⁷⁵ Não encontramos maiores informações sobre essa autora.

opiniões sobre as questões políticas e sociais que ocorrem na sociedade. Sobre isso, podemos refletir sobre os diferentes níveis de articulação que podem se desenvolver entre a prática de escrita e os campos sociais, lembrando, inclusive, que esses ambientes devem ser considerados como arenas, com disputas entre os agentes, de forma que aqueles com maior senso de jogo podem levar vantagem (Bourdieu, 1989, 2004a). Assim, no poema assinalado, temos um exemplo de crítica profunda redigida em poucos versos, conforme pode ser averiguado a seguir:

No mundo o povo inglês é sugador
Do precioso sangue de muita gente,
Por isso é que ele agora é doador
Do sangue que ele suga facilmente.

Farto está de tanto sangue beber
E quer tornar-se um grande humanitário.
Mas como a gente poderá saber
Se o doador não é um sanguinário? (DC, 16/08/1939).

Seguindo essa ótica, para Fontes (2014), o discernimento da mulher que escreve é mais importante que o gênero textual que ela adota para se expressar. Esse argumento é interessante, pois, se no início, as mulheres conquistaram uma oportunidade de escrita por meio dos poemas, elaborados a partir de temáticas ligadas aos sentimentos, com a justificativa de que isso seria adequado para elas, talvez até com a ressalva de que, assim, essa escrita não ofereceria “perigos”, o poema anterior nos mostra que a escrita feminina pode romper as pretensas barreiras de um gênero textual, trazendo uma mensagem de crítica, como no exemplo apresentado. Sobre isso, Fontes (2014, p. 33) acrescenta que:

A literatura é um campo propício para se observar, entre outras coisas, a construção de subjetividades a partir da tensão que se estabelece entre lugares sociais e familiares, histórias individuais e modos narrativos. A identidade da mulher que escreve, em todos estes textos (como objeto que se representa e como sujeito que se escreve), constitui-se pela interseção e tensão entre estes elementos. Em cada um dos textos, os pontos de conexão se dão através de distintos esquemas narrativos e propõem diversos modos para a construção de uma identidade de mulher escritora, que se relacionam com o conjunto de significados sociais, históricos e discursivos com que podem ser pensados em cada caso. Não se pode destacar essas autoras como parte representativa da literatura de autoria feminina, uma vez que algumas não tomam consciência de sua posição em face do todo social. O que torna um texto “feminista” é o seu ponto de vista.

Ao refletirmos sobre o contexto territorial de escrita, dialogamos com a obra de Fani Miranda Tabak (2015), que discorre sobre a produção intelectual feminina na América Latina no século XIX, ou seja, em um período imediatamente anterior ao desta tese, mas que auxilia na compreensão dos rumos que são tomados ao longo do século XX, em relação à escrita das

mulheres, se considerarmos, principalmente, os entrelaçamentos históricos. A autora analisa o contexto de invisibilidade feminina que marcou o período, explicando que:

O silêncio autoral que acompanha a trajetória das mulheres, focado aqui no século XIX, é fruto de uma construção ideológica, de um campo literário hegemonicamente masculino. Nas últimas décadas, o desenvolvimento de campos de estudos relacionados com a história das ideias e da cultura e a própria história da América Latina tem contribuído para a dilatação da análise sobre as mulheres. Tendo sido alçadas à condição de objetos e sujeitos da história, as mulheres passam a ser redefinidas de acordo com suas subjetividades, identidades e papéis sociais. Estudar o passado nos permite ainda identificar a historicidade da construção discursiva das mulheres, repensando a variedade de posições que ocupam opondo-se, muitas vezes, ao universalismo que padroniza culturas, legitimando sistemas de dominação. As dimensões desta abordagem, no entanto, não são menos problemáticas, uma vez que temos de considerar as especificidades históricas, bem como nosso posicionamento político crítico, fruto do mundo contemporâneo. Paradoxos são inevitáveis às vezes e sugerem a formação de um campo literário de acordo com a noção de exclusão, uma vez que esta é a forma como temos claramente definida a posição intelectual ocupada pelas mulheres letradas no século XIX (Tabak, 2015, p. 52).

A partir da citação anterior, em que a autora discorre sobre o contexto da América Latina, denunciando “o silêncio autoral que acompanha a trajetória das mulheres [...]”, podemos expandir esse raciocínio para outras partes do mundo, a partir do diálogo com, por exemplo, as já citadas obras de Perrot (1998), que problematiza o contexto francês, e de Spivak (2014), em relação à realidade indiana. Além disso, Bourdieu (2008c) nos indica que as linguagens e os discursos não são neutros, assim como, os silenciamentos que as mulheres passaram por tanto tempo, portanto, podemos considerar que elas foram vítimas de violência simbólica, no que diz respeito à participação no campo da escrita.

A poetisa Esther Ferreira Vianna⁷⁶ também colaborou com um poema, de nome *Pó*, veiculado em 19 de março de 1946, em que ela incita reflexões que podem estar relacionadas às microscópicas formas de vida, as quais ela chama de micróbios, ora menosprezando sua presença, ora procurando demonstrar que essas formas fazem parte da nossa realidade. Ela também poderia ter pensado em caracterizar esses “micróbios” como autônomos, ora como incômodos e até prepotentes. Ao escrever, talvez Esther Ferreira Viana estivesse pensando também na brevidade da vida ou no quanto as pessoas valorizam coisas efêmeras, por exemplo. Apesar de a poesia estar associada a um modelo de escrita considerado feminino, algumas vezes até compreendido como um gênero textual de pouco valor simbólico, ideia que é contraposta por Fontes (2014), conforme já indicamos, a autora do poema aqui referenciado demonstra, por

⁷⁶ Esther Ferreira Vianna era poetisa e compositora.

meio de seus escritos, que isso não se sustenta, pois as interpretações podem ser múltiplas. Segue a transcrição:

Corruptor a rolar pelas ondas aéreas,
O teu porto onde está, aonde irás nesse instante.
Trazes contágios maus, de pútridas matérias,
na ínfima pequenez do micróbio volante.

Menosprezas, vaidoso, o galho palpitante,
que inveja te causa nas regiões etéreas,
volta de novo ao chão; tua sina humilhante,
é ser réptil nojento a rastejar misérias.

Se na força brutal de uma grande irmandade,
lá no Saara deserto hordas paralisaste
dominando um monumento em doida revoada.

Como o vulgo em geral não te tome a vaidade,
esse além não é réu, só um instante o ganhaste,
toda vida serás – Pó – Micróbio – e mais nada (DC, 19/03/1946).

Essas impressões são compartilhadas por Tabak (2015), ao aprofundar a reflexão sobre as características da escrita feminina. A autora explica que, como as mulheres, durante muito tempo, estiveram fora dos círculos sociais em que se discutiam os diversos assuntos da vida pública – espaços que estavam reservados aos homens – elas desenvolveram um olhar diferenciado da realidade que, muitas vezes, mostrava-se em seus escritos. Além disso, Tabak (2015) explica que, possivelmente, esse olhar distanciado do que ocorria no entorno, possa ter afastado as mulheres da censura aos seus escritos, uma vez que, na maioria das vezes, eles não eram considerados perigosos, conforme pode ser verificado no excerto a seguir:

A poética da escrita feminina, notada pela crítica às vezes como um modo perspicaz da escrita, parece esconder claramente um ponto social e um ponto de vista político profundo sobre a realidade e seu significado. [...]. Como foram excluídas da vida social e política, foram capazes de olhar com um ponto de vista diferente para os acontecimentos ao seu redor. Trabalhos críticos geralmente notam as vozes excluídas das mulheres autoras como uma forma de resistência, sem explorar muito a possibilidade de formação de um pequeno grupo de leitores. Talvez essas mulheres não tenham sido apenas excluídas, como era esperado a partir do período histórico vivido na América Latina, mas tenham sido capazes de esconder seus escritos da censura posto que suas obras não fossem consideradas um grande risco político, salvo algumas exceções (Tabak, 2015, p. 67-68).

Ainda elegendo o gênero textual “poesia” como forma de expressão e discorrendo sobre sentimentos, a poetisa Mary Camargo⁷⁷ teve um poema de sua autoria publicado em 21 de

⁷⁷ Marieta Camargo Turech, nome completo de Mary Camargo, foi poetisa e professora. Autora das obras *Turmalinas*, *Beiral de Estrelas*, dentre outras.

fevereiro de 1934, com o tema “Ponta Grossa”. Segundo consta junto ao título da referida produção, esse poema teria sido elaborado especialmente para o jornal *Diário dos Campos*:

Ponta Grossa – Especial para “O Diário dos Campos”
 É a risonha cidade campesina
 Que possui um encanto sem igual,
 Ao longe, n’ampidão d’essas colinas
 Vê se-lhes o porte altivo triunfal!

Qual sedutora faixa esmeraldina,
 Sob um céu azul, puro de cristal...
 Exalta-a, o poeta, em música divina,
 N’um transporte sublime, espiritual!

Na verde ondulação d’essas campinas
 Há do Progresso, a linda marcha, ideal,
 Nas esmolas, na imprensa e oficinas.

N’essa lide formosa, que culmina,
 Do trabalho, o remanso perenal,
 É a Princesa adorável, que fascina (DC, 21/02/1934).

Ademais, nessa produção de Mary Camargo também podemos perceber a relevância do capital social e simbólico que a poetisa detinha, uma vez que, a matéria do *Diário dos Campos* indica que o poema lhe foi encomendado, ou seja, não foi ela que o elaborou e precisou encontrar meios para promover sua circulação. Ela foi escolhida, possivelmente pela equipe editorial do periódico, para criar o poema sobre Ponta Grossa, fato que podemos considerar como um ponto positivo e um avanço, pois demonstram o reconhecimento intelectual de Mary Camargo, ou seja, sua legitimidade no campo da escrita.

Esses são alguns exemplos de escrita feminina em forma de poemas, que, conforme indicado por Woellner (2007), podem ser considerados como uma das portas de entrada para a escrita elaborada por mulheres. Com o tempo, elas foram se desenvolvendo em outras modalidades de escrita, algumas vezes, apresentando textos com teor mais crítico e questionador, oportunizando que reportagens em tons desafiadores fossem surgindo, com abordagens de temáticas com viés político, econômico e social, por exemplo. No entanto, algumas vezes, esse perfil crítico ainda se confundia com uma nuance mais suave à primeira vista, mas que também pode ser compreendida como um posicionamento político, como o poema transcrito a seguir, escrito por Lucy Taques Camargo⁷⁸, publicado em 01 de outubro de

⁷⁸ Não encontramos maiores informações sobre essa autora.

1950, sob o título *O Governador do Paraná que as urnas consagrarão*, em um explícito apoio ao candidato ao Governo do Estado à época, Bento Munhoz da Rocha⁷⁹:

Bento, nome sagrado,
Em toda parte, se diz,
Neste momento de agrado.
Tu serás a salvação,
Ó Bento, do nosso torrão!

Muito pouco adiantou
Um Goulart e um Boulanger,
Nem assim o Angelo arranjou
Homens para o eleger;
Outubro e agora,
Zás-trás e o Angelo está fora!

Dádiva do céu a tua glória,
A tua querida e desejada vitória!

Rumo ao palácio São Francisco,
O Bento já está.
Coitado do Angelo!
Há de se conformar,
A sua sorte é mesmo má!

Nem adianta discutir
E o Bento já ganhou
Todo o Paraná já diz
Todo o povo a repetir
O Bentinho é o governador (DC, 01/10/1950).

Esta e as demais publicações citadas anteriormente neste subtópico demonstram que a escrita feminina, por meio dos poemas, considerados até então, como adequados para as mulheres fazerem uso para se expressarem, podem se constituir, em alguns casos, em veículo de manifestação, ou seja, podem estar associados a sentimentos ou a assuntos considerados inofensivos, ou então, podem discorrer sobre episódios da realidade do momento. Essa pode ter sido uma estratégia utilizada pelas mulheres para se desenvolverem no campo da escrita, iniciando esse movimento com um gênero textual “autorizado” para elas, porém, com um conteúdo que poderia surpreender, incitar reflexões e posicionamentos mais profundos e que tivessem relação com os acontecimentos da sociedade. Além disso, ao recorrermos às ideias de Certeau (2014), constatamos que as mulheres, enquanto indivíduos ditos comuns, também

⁷⁹ Bento Munhoz da Rocha Neto foi um político paranaense, nascido na cidade de Paranaguá em 1905. Exerceu o cargo de deputado federal no período de 1946 a 1950 e de governador do Estado do Paraná de 1951 a 1955.

auxiliam na construção da ponte entre a singularidade e a pluralidade, expondo, por meio de seus escritos, as complexidades que fazem parte das relações sociais.

De todo modo, não podemos nos esquecer do aviso fornecido por Fontes (2014), que fez questão de enfatizar que o conteúdo do texto é mais importante que o gênero textual escolhido para desenvolver a ideia que se deseja compartilhar. Essa problematização nos remete, em especial, a dois aspectos levantados por Bourdieu (2008c) e que tratamos neste subtópico, quais sejam: o “como” se escreve, que diz respeito à forma do texto ou o gênero textual escolhido, no caso aqui, os poemas e; “o que” se escreve, que seria representado pelo tema ou conteúdo abordado, ou seja, os sentimentos.

Sobre isso, devemos considerar que, talvez, nem sempre as mulheres pudessem dar voo livre às suas ideias escritas, sob pena de serem censuradas, ou até, de perderem os espaços duramente conquistados. Assim, possivelmente, elas deviam prestar uma atenção especial ao que compartilhavam com seus editores, pois, se quisessem se manter no campo da escrita, certamente deveriam estar atentas ao senso de jogo, conceito tão difundido por Bourdieu (1989, 2004a), desenvolvendo as habilidades de interpretar o que se encontrava nas entrelinhas, percebendo o que não é dito diretamente ou o que se desenvolve de modo velado nas relações humanas.

No entanto, não podemos esquecer que, mesmo diante desses “cuidados” necessários para se inserir no campo da escrita, as mulheres promoveram movimentos, avançando em alguns momentos e recuando em outros, experimentando e testando os limites até então impostos. O gênero textual “poemas” mostra-se como um bom exemplo para ilustrar essa situação. Imaginemos que, à primeira vista, essa modalidade de escrita constituía-se como uma brecha para elas adentrarem o campo da escrita, sendo considerado até, conforme indicado por Woellner (2007), uma escrita autorizada, por se julgar amena e inofensiva. Entretanto, nossos dados demonstram que as mulheres seguiram essa espécie de orientação, que consistia em discorrer sobre temas considerados apropriados, mas foram além, comprovando que os poemas também poderiam se configurar como arena política, servindo, por exemplo, como espaço de denúncia, reivindicação, reclamação e contestação.

Dessa forma, não podemos esquecer que a interação dos agentes nos espaços sociais pode modificar esses campos (Bourdieu, 2008a, 2008b). Uma vez compreendido o sentido do jogo, suas regras, as melhores estratégias de atuação, os comportamentos que são bem-vindos, o que se deve evitar, o que se encontra nas entrelinhas, enfim, quando se aprende a jogar, os agentes podem se tornar elementos estruturantes dos campos estruturados (Bourdieu, 1989,

1996, 2008a). A partir dessas reflexões, seguimos para o próximo subtópico, que trata dos escritos femininos em outros gêneros textuais.

3.1.3 “As Evas e os Adões”: As mulheres se aventurando em diferentes gêneros textuais

O título deste subtópico foi publicado em 03 de dezembro de 1932 no jornal *Diário dos Campos*, em um artigo que versava sobre as chamadas singularidades históricas entre homens e mulheres, sugerindo uma delimitação clara e rígida entre o que seria apropriado para as mulheres realizarem e aquilo que seria considerado adequado para os homens.

A partir disso, discutiremos aqui sobre as contribuições das mulheres no jornal *Diário dos Campos* com a escrita de outros gêneros textuais, além do poema, abarcando modalidades textuais como pensamentos; contos; romances; as famosas “Máximas”, que seriam frases de efeito; crônicas; cartas; artigos de opinião; memórias, entre outros que abordaremos na sequência.

Já anunciamos que o protagonismo feminino nas mais diversas áreas foi, aos poucos, se concretizando, como no exemplo citado em subtópico anterior, em que discorremos sobre as mulheres que organizavam e lideravam instituições assistenciais, permitindo, com isso, que novas empreitadas fossem potencializadas, como o desenvolvimento da escrita, por exemplo, favorecidas por um *habitus* inicial de leitura.

Esse *habitus* de leitura pode ter favorecido o desenvolvimento de um *habitus* de mulheres que escreviam, no sentido de que, ao ter contato com textos diversos, elas adquirem a possibilidade de criar um repertório de conhecimentos. Com isso, a partir de temas variados, com a defesa de pontos de vista de autores diferentes, essas mulheres puderam construir um arcabouço intelectual que pode ter inspirado a criatividade no momento de se aventurar no exercício de escrever, de forma a auxiliar na constituição dessas práticas (Bourdieu, 1983).

Já discutimos o papel fundamental que o gênero textual “poema” teve no processo de desenvolvimento das práticas de escrita das mulheres, discorrendo, principalmente, sobre os sentimentos. Essas “concessões” foram justificadas pela aproximação com o *habitus* feminino que permitia que as mulheres exteriorizassem suas emoções, uma vez que, a elas já eram atribuídos adjetivos, como: sexo frágil, choronas, fracas, delicadas, temperamentais, entre outras atribuições apontadas por Beauvoir (1980a).

Assim, ao lado dos poemas, temos outra modalidade de escrita, considerada como tipicamente feminina que, inicialmente, ocorre na esfera privada do quarto e se desenvolve na forma de diários, como algo íntimo. A prática feminina de escrita dos diários permite a

interlocução com a obra *O diário de Anne Frank* (2022), em sua 96ª edição. Já nas primeiras páginas do seu querido caderno, carinhosamente batizado pela autora com o nome de Kitty, Anne Frank reflete sobre quem, algum dia, teria interesse em ler suas memórias, registradas entre os anos de 1942 a 1944 – período contemporâneo à parte de nosso recorte temporal. Certamente, naquela época, ela não imaginava que o seu diário venderia milhões de cópias pelo mundo. Possivelmente, muitos fatores colaboraram para que a história de Anne Frank tenha se tornado famosa ao longo do tempo, como o contexto de opressão, perseguição e morte causado pelo nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, do qual Anne e sua família foram vítimas, juntamente com outros milhões de judeus.

No entanto, ao analisarmos *O diário de Anne Frank* enquanto uma obra escrita por uma mulher, podemos compreender o papel que a leitura desenvolveu na formação da autora, possibilitando-lhe vislumbrar a atuação enquanto escritora, pois Anne cita inúmeras vezes os livros que lia e os que recebeu como presente de aniversário, juntamente com o referido diário, no qual passou a escrever suas impressões sobre inúmeros assuntos. Talvez Anne não tivesse a pretensão de tornar pública sua escrita íntima, porém, o fato é que, quando ela, sua família e os demais judeus que se escondiam no chamado “Anexo Secreto” do escritório de seu pai foram presos pelos nazistas, seu diário ficou para trás junto com os pertences de todos os habitantes do esconderijo. Alguns dias depois, as folhas de seu diário foram encontradas por funcionárias do escritório e, após o fim da Segunda Guerra Mundial, entregues para seu progenitor, Otto Frank, o único membro da família que sobreviveu ao Holocausto. Após refletir por muito tempo, o pai de Anne decidiu socializar os escritos da filha, pois, para ele, as páginas de Anne haviam se tornado um documento, um registro escrito, que continha muitas informações sobre os sofrimentos dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Apesar de a obra *O diário de Anne Frank* (2022) não ser considerada uma produção acadêmica, ainda assim é possível traçarmos alguns paralelos entre essa escrita íntima feminina, protagonizada por Anne Frank, em um contexto totalmente instável durante a Segunda Guerra Mundial, com os escritos atribuídos às mulheres que encontrados em nossa pesquisa. Em inúmeras ocasiões, a questão sobre o ato de escrever mostrou-se relevante na vida de Anne Frank, inclusive, na constituição da sua identidade feminina. Isso também é corroborado pelas pesquisas de Perrot (1998). Seguindo essa ótica, Anne Frank destaca o quanto a leitura e a escrita lhe auxiliaram a suportar os sofrimentos vividos no Anexo Secreto, inclusive como forma de subsidiar um de seus sonhos, que ela gostaria de realizar após o fim da guerra, que era o de se tornar jornalista. Anne Frank reconhece que essa profissão está atrelada a um acúmulo

de capital cultural, ao domínio da leitura e da escrita. Sobre isso, na data de 5 de abril de 1944, uma quarta-feira, ela registrou em seu diário:

Eu sei que posso escrever. Algumas de minhas histórias são boas, minhas descrições do Anexo Secreto são bem-humoradas, boa parte de meu diário é vivo e interessante, mas... resta saber se realmente tenho talento. “*Eva’s Droom*” é meu melhor conto de fadas, e o estranho é que não tenho a menor ideia de onde ele surgiu. Algumas partes de “*Cady’s Liven*” [“A vida de Cady”] também são boas, mas no todo não é nada especial. Sou minha crítica melhor e mais feroz. Sei o que é bom e o que não é. A não ser que você escreva, não saberá como é maravilhoso; eu sempre reclamava de não conseguir desenhar, mas agora me sinto felicíssima por saber escrever. E, se não tiver talento para escrever livros ou artigos de jornal, sempre posso escrever para mim mesma. Mas quero conseguir mais do que isso. Não consigo me imaginar vivendo como mamãe, a Sra. van Daan e todas as mulheres que fazem o seu trabalho e depois são esquecidas. Preciso ter alguma coisa além de um marido e de filhos aos quais me dedicar! Não quero que a minha vida tenha passado em vão, como a da maioria das pessoas. Quero ser útil ou trazer alegria a todas as pessoas, mesmo àquelas que jamais conheci. Quero continuar vivendo depois da morte! E é por isso que agradeço tanto a Deus por ter me dado esse dom, que posso usar para me desenvolver e para expressar tudo o que existe dentro de mim! Quando escrevo, consigo afastar todas as preocupações. Minha tristeza desaparece, meu ânimo renasce! Mas – e esta é uma grande questão – será que conseguirei escrever alguma coisa importante, será que me tornarei jornalista ou escritora? (Frank, 2022, p. 260).

No excerto anterior, podemos perceber que Anne Frank compreendia a escrita como uma possibilidade, tanto profissional quanto pessoal. Ela preocupava-se em realizar uma autorreflexão acerca de suas produções, alegando que ela seria sua crítica mais exigente. Além disso, ela vê nessa modalidade de escrita pessoal, uma forma de se expressar e até de compreender a si mesma, mas não somente isso, Anne Frank alega que “quer ser mais”, que quer ir além da maternidade e do casamento, que almeja gravar seu nome na história e que “quer continuar vivendo após a morte”, imprimindo um *habitus* um tanto diferente para o contexto em que vivia – anos 1940 -, período esse, muito próximo ao de nossa pesquisa. Infelizmente, de um modo extremamente lamentável, seu diário acabou concretizando esse intento de Anne Frank, pois, conforme já indicamos, ele se tornou um registro importante da Segunda Guerra Mundial e dos sofrimentos vividos pelos judeus no Holocausto. Essa análise pode ser aprofundada pelas contribuições de Bourdieu (2004a, p. 26), no sentido de que:

Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos.

Apesar de todos os acontecimentos tristes que envolvem a escrita de *O diário de Anne Frank*, essa obra ainda nos permite analisar a relevância que o acúmulo de capital cultural

possibilitou a essa personagem histórica, uma vez que, por meio de seus escritos, podemos perceber que Anne Frank e sua família preocupavam-se em dominar diferentes idiomas e que, durante o tempo em que estiveram no Anexo Secreto, estudaram Francês, Inglês e Holandês, além de Taquigrafia. Anne Frank também contava para Kitty – nome carinhoso que ela atribuiu ao seu diário – que ela estudava Álgebra, História, Artes, entre outras áreas do conhecimento, e que lia muitos livros, adquiridos pelas pessoas que ajudavam a família a se manter no esconderijo. Provavelmente, esses *habitus* tenham auxiliado Anne Frank a se imaginar como escritora ou jornalista, abrindo-lhe um leque de possibilidades que, talvez, ela não tivesse cogitado, caso não tivesse sido apresentada às diferentes modalidades de capital cultural. Sobre essa análise, as contribuições de Bourdieu (2004b, p. 49) são pertinentes, uma vez que:

[...] a estrutura das oportunidades objetivas de ascensão social e, mais precisamente, das oportunidades de ascensão pela escola condicionam as atitudes frente à escola e à ascensão pela escola – atitudes que contribuem, por uma parte determinante, para definir as oportunidades de se chegar à escola, de aderir a seus valores ou a suas normas e de nela ter êxito; de realizar, portanto, uma ascensão social – e isso por intermédio de esperanças subjetivas (partilhadas por todos os indivíduos definidos pelo mesmo futuro objetivo e reforçadas pelos apelos à ordem do grupo), que não são senão as oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas.

Essa escrita de diários por mulheres, a chamada escrita íntima, a qual dificilmente tem a pretensão de tornar-se pública, é tratada por Michelle Perrot (1998) como uma escrita tipicamente feminina, que permite um modo de expressão das mulheres, mesmo que sejam textos escritos para elas mesmas, como forma de desabafo, mas tornando-se também um registro e, como no caso do diário de Anne Frank, como um documento. Essa modalidade de escrita foi, por muito tempo, considerada a única indicada e autorizada para as mulheres, pois não tinha o ímpeto de ser socializada ou publicada. Assim, *O diário de Anne Frank* se constitui em um exemplo singular desse tipo de escrita feminina, uma vez que, devido aos trágicos acontecimentos que envolveram o contexto em que Anne produziu seu material intelectual, seu diário tornou-se um ícone de denúncia contra as atrocidades cometidas pelo nazismo aos judeus, ou seja, sua escrita íntima adquiriu o *status* de prática social.

A escrita de diários também permeou a trajetória da brasileira Carolina Maria de Jesus⁸⁰, autora que, ao contrário de Anne Frank, não teve acesso aos bens culturais nem à educação institucionalizada de modo contínuo e regular. Sobre isso, Fabiana Rodrigues Carrijo (2015, p.

⁸⁰ Carolina Maria de Jesus foi uma escritora e poetisa brasileira e negra. Sua obra mais conhecida é *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado em 1960.

96), ao analisar *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), explica que a autora apresentava sua realidade, procurando:

[...] contabilizar os dias miseráveis em uma linguagem que se vale de palavras difíceis, incomuns. Assim, luxo ao escriturar o lixo, requinte ao inventariar o cotidiano humilde. Quarto de despejo, refúgio de um sujeito em função-autoria que ambicionava driblar os dias com o lirismo pungente de alguém que parecia querer mais. Queria ser poeta, reconhecidamente poeta, a despeito de ter sido conhecida como a autora de diário.

As trajetórias de Anne Frank, de Carolina Maria de Jesus e de tantas outras mulheres que escreviam se articulam no chamado espaço do possível, explicado por Bourdieu (2008a) como ambiente das tentativas de inserção, atuação e de manutenção em um determinado campo.

Isso nos leva a pensar que o desenvolvimento de um *habitus* de leitura e da prática de escrever dependem de uma questão essencial que é a de saber ler e escrever, ou seja, possuir capital cultural suficiente para realizar essas ações de forma autônoma, pois,

[...] os *habitus* são diferenciados; mas também são diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns (Bourdieu, 2008a, p. 22).

Essa citação de Bourdieu permite o diálogo com outro excerto da obra de Anne Frank, registrado em seu diário na data de 13 de junho de 1944, em que ela refletia sobre as diferenças de abordagem entre homens e mulheres, demonstrando que, mesmo sendo uma jovem menina de 14 anos, já conseguia perceber as nuances que envolvem essas relações, registrando que:

Falando em termos gerais, os homens são mais valorizados em todas as partes do mundo; então, por que as mulheres não devem ter a sua cota de respeito? Soldados e heróis de guerra são homenageados e condecorados, exploradores recebem fama imortal, mártires são reverenciados, mas quantas pessoas veem as mulheres também como soldados? No livro *Stridjers voor het leven*⁸¹ [...], fiquei chocada com o fato de que somente com o parto a mulher costuma sofrer mais dor, doenças e infortúnios do que qualquer herói de guerra. E o que ela recebe por suportar toda essa dor? É jogada para o lado quando é desfigurada pelos partos, os filhos logo vão embora, a beleza desaparece. As mulheres, seres que sofrem e suportam a dor para garantir a continuação de toda a raça humana, seriam soldados muito mais corajosos do que todos aqueles heróis falastrões lutadores pela liberdade postos juntos (Frank, 2022, p. 328).

⁸¹ Na obra *O diário de Anne Frank* (2022), o título do livro citado pela autora está escrito em alemão e, em seguida, há a tradução para o inglês, incluída pelos revisores (*Men Against Death*). Anne Frank, mais à frente, cita o autor da referida obra: Paul de Kruif.

As reflexões sobre as escritas íntimas femininas promovidas por Perrot (1998) e os conteúdos presentes nos diários de Anne Frank e de Carolina Maria de Jesus constituem-se em exemplos de textos produzidos por mulheres que, em um primeiro momento, não tinham a intenção de serem lidos por terceiros. No entanto, devido ao teor desses escritos, além dos contextos históricos em que viviam as respectivas autoras, podemos indicar a relevância que esses materiais tiveram ao serem publicados e, com isso, permitido que muitas outras pessoas tivessem contato com as denúncias e os registros históricos e sociais que foram realizados por elas, ressaltando a relevância sobre “o que” se escreve (Bourdieu, 2008c).

Nesse sentido, os diários que, à princípio, poderiam conter somente recordações pessoais, ou até amenidades, expandiram seu potencial, adquirindo uma função social. A partir disso, podemos refletir sobre “quem” escreve esses diários. No caso aqui, temos duas mulheres absolutamente diferentes em praticamente tudo, a começar pelo local em que viviam, com um oceano separando-as. Uma delas – Anne Frank - possuía capital cultural, mas se encontrava privada da liberdade e estava escondida para tentar sobreviver em meio à perseguição aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. A outra – Carolina Maria de Jesus - vivia livre, mas, em meio à pobreza extrema, não teve acesso ao capital cultural institucionalizado, recolhendo livros e demais materiais de estudo que eram descartados no lixo. No entanto, como convergência entre essas duas mulheres, temos a escrita como forma de registro das atrocidades que viam e viviam. Escrita essa que se tornou pública e serve de alicerce para a problematização sobre “para quem” se escreve, no caso dessas duas mulheres, suas escritas podem ser direcionadas para toda a sociedade.

Ademais, a escrita de diários pode ir além de um desabafo, pois, ao apresentar na sua essência a característica de uma escrita íntima, esse gênero textual pode conferir identidade à quem escreve, permitindo o aprofundamento das reflexões, pode clarear o raciocínio, ampliar o entendimento sobre temas complexos das vidas dessas mulheres, interpretar o meio em que se vive, expandindo o potencial de promover relações entre os acontecimentos, auxiliando, portanto, as mulheres a se autocompreenderem. Por esse conjunto de elementos, podemos afirmar que a elaboração dos diários constitui-se em uma prática de escrita que pode colaborar com o processo de compreensão das mulheres em relação ao conceito de gênero, ao pensarmos nesse conceito enquanto uma categoria social, histórica, cultural e política (Felski, 1995).

No entanto, sabemos que nem todas as mulheres que escreveram de forma despreziosa, como Anne Frank e de Carolina Maria de Jesus, tiveram a mesma expressividade, uma vez que, boa parte das mulheres que escreviam nesse período passavam despercebidas.

Nessa ótica, podemos analisar alguns textos veiculados no *Diário dos Campos* em que essa prática social de escrita também pode ser notada. Com o título *Amor e amizade*, na data de 04 de maio de 1947, uma autora que assinou apenas como “A Senhora”, esforça-se em estabelecer as diferenças entre os dois sentimentos que intitulam o seu texto. Segundo a autora, para que um casamento fosse durável, conforme se esperava na época, seria preciso que existisse o amor e não somente a amizade. Mais ao fim do texto, ela se dirige diretamente às mulheres, chamando-as de “minhas jovens amigas” e, em um tom de conselho, enfatiza a relevância da distinção entre os dois sentimentos, conforme demonstra a transcrição:

Muitos há que não sabem discernir entre os próprios sentimentos, confundindo a amizade com o amor e vice-versa. Daí tantos casamentos desfeitos... O matrimônio deve resultar da união de dois seres que se amem. Mas a convivência constante e a compreensão mútua também levam as criaturas ao casamento. Julgam ser amor o desejo que sentem de ter perto de si o companheiro de folguedos ou estudos e a alegria que isso lhes proporciona os faz pensar assim. Porém, uma vez realizada a união, percebem a falta de amor, desinteressam-se mutuamente um do outro, e já nada mais existirá entre ambos que justifique a vida em comum. A amizade que os ligava, essa continuará [...], haja o que houver. Afastam-se, então, no desmoronamento de mais um lar infeliz. E, era uma vez duas criaturas que aparentavam querer-se tanto... Amor e amizade são sentimentos bem definidos que se abrigam no coração dos seres. O primeiro exige a união dos pensamentos e dos corpos num perfeito entendimento repleto de confiança mútua e abnegação. Quanto ao segundo, é algo imponderável e quase incompreensível ao nosso, tão falho, raciocínio humano. Amizade é nobreza, é solidariedade! Ser amigo é ser irmão – irmão pela alma e pelo pensamento. Portanto, minhas jovens amigas, é preciso saber discernir bem entre o amor e a amizade. Nada poderá haver de mais lamentável do que o sacrifício de uma boa amizade por um casamento sem amor, de que se originará, por certo, o fracasso do lar destruído pela falta de elo sagrado que deve congrega os cônjuges para a venturosa estabilidade da família: o Amor! (DC, 04/05/1947).

A busca pelo desenvolvimento próprio e autônomo também foi compartilhada nas páginas do *Diário dos Campos*, em forma de frases, como as veiculadas em 14 de março de 1946, sob o letrero *Pensamentos de mulher*, em que três diferentes personagens assinavam as referidas máximas:

A felicidade é uma maravilhosa: quanto mais se a semeia, mais se obtém. Madame Necker.
A liberdade é mais vezes destruída por seus excessos do que por seus inimigos. Condessa De Segur.
Os preconceitos são cadeias inventadas por ignorância para separar os homens. Lady Blessington (DC, 14/03/1946).

A partir dessa publicação podemos conjecturar que a segunda frase pode se configurar em uma representação comumente associada às mulheres, pois sugere que a liberdade deveria ser controlada. Essa assertiva pode ter relação com sua autora – uma condessa – personagem

que faz parte de uma hierarquia em que o controle faz parte da dinâmica social. Esse jogo de palavras nos remete à relevância da linguagem e dos termos utilizados em determinado discurso. Sobre isso, Bourdieu (2008c, p. 81) assinala que:

[...] ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada). Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e de constituir o mundo nomeando-o [...].

Essa discussão se relaciona com a questão da autonomia feminina para se expressar por meio da escrita. Em um artigo publicado em 27 de julho de 1933 no *Diário dos Campos*, intitulado *Mrs. Roosevelt gosta de publicidade*, essa autonomia foi questionada. Nessa matéria, a esposa do presidente dos Estados Unidos à época, senhor Franklin Delano Roosevelt⁸², foi, de certa forma, censurada por se expor demais, segundo o autor da matéria. Segue a transcrição:

Apesar de o presidente Roosevelt haver recomendado à sua esposa que se abstinhasse de escrever artigos, de emprestar seu nome à reclame de produtos e de participar de firmas comerciais, a senhora Roosevelt continua a provocar grande publicidade em torno do seu nome. Numa carta publicada no “New York Herald”, diz o missivista: “Nada há que impeça Mrs. Franklin Roosevelt de deixar publicar seu retrato em anúncios. Dificilmente, porém, se poderia sustentar que seja o reclame o lugar conveniente para o retrato da “primeira-dama do país” (DC, 27/07/1933).

A crítica à esposa do presidente Roosevelt⁸³ – seu nome completo não é citado e ela é mencionada apenas em associação ao seu marido – versa sobre o fato de ela ir além do que se esperava de uma primeira-dama desse contexto, conforme discutido por Michele Tupich Barbosa (2020), assumindo um *habitus* comumente vinculado às mulheres, como o trabalho junto às questões referentes à assistência social, apoio aos necessitados, filantropia ou similares, como também problematizado por Mott (2003) e discutido anteriormente. No entanto, a senhora Anna Eleanor Roosevelt, segundo a matéria citada, envolvia-se em assuntos que, na visão do autor da nota, não condiziam com as atitudes de uma primeira-dama, como se utilizar da escrita para fazer questionamentos e “emprestar” seu nome para as causas que acreditava. Outra questão refere-se ao fato de a primeira-dama dos Estados Unidos não seguir a orientação do seu marido, qual seria: a de manter-se afastada do universo escrito. No entanto, ela ignorava esses “conselhos” e continuava elaborando reclamações por essa via de expressão. Desse modo, percebemos que o texto da matéria recorre, novamente, a uma representação feminina que

⁸² Presidente dos Estados Unidos da América de 1933 a 1945.

⁸³ Seu nome completo depois de casada era Anna Eleanor Roosevelt.

consiste em valorizar a obediência da esposa ao marido, ação que, segundo o periódico, a senhora Anna Eleanor Roosevelt não realizava.

A crítica pública à postura de Anna Eleanor Roosevelt ainda nos fornece outros subsídios para analisarmos algumas questões relacionadas às mulheres. Uma delas é a indicação do caminho sofrível que muitas delas tiveram que trilhar para conseguir expor seus posicionamentos e opiniões em um mundo dominado por homens, uma vez que, se um editor ou um periódico se dispunha a questionar ou tentar censurar as atitudes da primeira-dama dos Estados Unidos, país reconhecidamente poderoso em diferentes aspectos, o que poderíamos imaginar que aconteceria com mulheres ditas comuns, que ousassem expor seus horizontes de análise ou defender as causas que lhe eram caras? Quais seriam as represálias contra essas mulheres? Talvez a questão de censurar Anna Eleanor Roosevelt, alegando que ela “gostava de publicidade”, possa ter sido justamente essa: a de que uma mulher pública não deveria realmente se expor, mas aí, podemos conjecturar que, possivelmente, essa tenha sido a ideia da primeira-dama em questão: a de fazer uso de sua visibilidade para, justamente, mobilizar os leitores sobre os temas que ela julgava dignos de discussão. De qualquer forma, o que vemos é a tentativa de cerceamento da expressão, no caso, escrita, de uma mulher.

Além disso, podemos refletir sobre a função social que a escrita adquire em um caso desses, em que uma mulher pública, bastante conhecida, usa seu capital social e simbólico para atingir um público maior de leitores em prol do que ela defende. Possivelmente, se Anna Eleanor Roosevelt não fosse a primeira-dama dos Estados Unidos, seu discurso não teria tanto alcance. Outro ponto importante é sobre quem a critica, pois, talvez, os posicionamentos dessa mulher venham de encontro com o que outros grupos sociais defendiam. Nesse caso, podemos pensar em quais usos políticos ela faz de sua escrita, quais temáticas ela levanta para discussão, qual seu público-alvo. Essa análise rompe com a chamada escrita inofensiva que não oferece riscos e aponta o potencial de reverberação que um texto pode apresentar, corroborando a resistência que a escrita feminina historicamente enfrentou, conforme nos indica Perrot (1998).

O posicionamento público expresso por um texto feminino também foi percebido em um artigo de opinião, veiculado pelo *Diário dos Campos* em 18 de janeiro de 1950, por uma mulher chamada Carmen Navarro⁸⁴, com o título *De mau a pior*. Nesta publicação, a autora critica as péssimas condições de moradia nos morros, sem especificar o lugar ao qual se refere, alegando que as famílias que ali vivem, necessitam de auxílio para adquirirem suas casas a preços razoáveis, denunciando que a questão da falta de moradias dignas é histórica. Carmen

⁸⁴ Não encontramos maiores informações sobre essa mulher.

Navarro ainda assinala que subiu o morro, sobre o qual descreve, com grande dificuldade, demonstrando a intenção de verificar pessoalmente essa situação. A análise por ela elaborada sinaliza uma preocupação com uma grave questão social, que são as moradias adequadas para as populações pobres, rompendo com o ideário de que as mulheres apenas se preocupam com amenidades, conforme pode ser verificado na transcrição a seguir:

Fui de perto ver a velha história, subi o morro, a custo, como um cabrito montes manco de três pernas. Parecia que ia despencar, a cada instante, sobre aquelas pedras, superpostas, encravadas na terra batida. Lá em cima, aqui e ali, rústicas desajeitadas, carunchosas, as casinhas se espalhando numa ânsia enorme e incontida de dominar o espaço. Nos lugares melhor situados, reunidas em grupos, apertando-se umas de encontros às outras, aconchegando-se na sua desoladora miséria. Disseram que esses barracos iam ser demolidos. Aí entra a velha história. A notícia foi encarada sob diversos aspectos. Alguns foram de opinião favorável. Outros inteiramente contra. Seria razoável a ideia de que nossas colinas fossem limpas de tão estranhos enfeites. Mas o que é absolutamente imperdoável é a de deixar ao relento aqueles que não podem ter ambiente melhor. De forma que essa ideia tem limites e limites traçados pela falta de probabilidades de colocar em outra parte os que ali vivem. Isso poderia ser feito se as casas populares, por preços acessíveis, não passassem de promessa. Mas, de coração, quem está de cima só conhece o nome. A própria classe operária que hoje tem um salário quase sem condições, não pode conseguir habitação porque os proprietários exigem, de modo escandaloso, luvas exorbitantes ou se pede, por meia dúzia de cacarecos, um preço absurdo para se passar um contrato. Casa hoje é só para rico ou remediado que guarda “algum” na meia. Quer dizer que, jogando abaixo o casario do morro, vamos ter maior número de gente nas soleiras das portas. Então o espetáculo será mais degradante que a pobreza lá em cima, porque aquilo tudo, afinal, tem uma certa poesia, já tão cantada na nossa música popular (DC, 18/01/1950).

Outro exemplo de texto escrito por uma mulher, pautado em uma espécie de denúncia, foi publicado em 07 de janeiro de 1950, tendo como título *Protestam as esposas dos ferroviários*. Apesar de essa matéria não ter sido elaborada por uma mulher, o editor do *Diário dos Campos* fez questão de incluir o trecho original que foi realmente escrito por um grupo de mulheres e enviado para o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, reivindicando o abono de Natal que não havia sido pago aos seus maridos, por conta da falta de autorização de um superintendente da rede, que alegava necessitar da permissão expressa do presidente para tal ação. O artigo em questão explica que as esposas dos funcionários da rede ferroviária R. V. P. S. C.⁸⁵ aguardavam esse abono, o qual havia sido pago para outros servidores federais, para adquirirem itens para suas famílias, como sapatos para as crianças. Inspirando-se em atitude semelhante, realizada pelas esposas dos funcionários da Rede Sul-Mineira, outras mulheres resolveram também se pronunciar nos termos transcritos a seguir:

Exmo. Sr. Presidente da República [...]:

⁸⁵ Sigla que significa Rede Viação Paraná-Santa Catarina.

As abaixo firmadas esposas dos ferroviários da Viação Férrea Paraná-Santa Catarina vêm apelar à Vossa Excelência para autorizar o pagamento do abono de Natal, correspondente a um mês de salário. Vê exemplo das demais estradas em virtude do superintendente aqui não querer pagar, alegando depender de vossa ordem. Maria Peixoto Machado, Regina Elias, Ignês Verônica Mathias, Maria Aparecida Pinheiro, Odete L. Silva, Maria Leocádia Martins, Zilda Rosa Adão, Maria da Conceição Vaz, Senira Palmes, Maria Roza Lins, Ocalina Carneiro da Costa, Augusta Carneiro, Maria de Lourdes Menezes. Seguem-se outras assinaturas (DC, 07/01/1950).

A iniciativa realizada pelas esposas dos ferroviários demonstra um certo senso de liderança, no sentido de que essas mulheres se incomodaram com a falta que o referido abono salarial faria para suas famílias, inclusive, explicando que, com esses valores, pretendiam adquirir itens e produtos que seus filhos precisavam. Para atingir o objetivo a que se propuseram, elas se organizaram para lutar pelos direitos dos maridos e, conseqüentemente, delas também. Além disso, é interessante notar o fato de que elas tomaram a dianteira da situação, ressaltando seus papéis de esposas, pois, ao não mencionarem nominalmente seus maridos, o foco da atenção se voltou somente para elas. Outro argumento utilizado por essas mulheres era de que o superintendente responsável pelo trecho da rede ferroviária em questão, alegou que precisava de autorização para liberar o abono e elas fizeram questão de explicitar essa condição, dirigindo-se diretamente ao presidente, sem preocupação em macular a imagem do profissional que negou o abono. Isso indica que elas não pareciam se importar com as represálias que seus atos poderiam causar, demonstrando, talvez, uma mistura de ousadia e coragem.

Aqui percebemos novamente a escrita como prática social, pois as mulheres que reclamaram ao presidente sobre o abono salarial de seus maridos tinham um objetivo claro em mente: receber a complementação dos salários deles. Elas não eram escritoras, mas fizeram uso de um gênero textual específico – o reclame – para concretizarem seu intento. Além disso, elas foram, de certa forma, auxiliadas pela imprensa em, pelo menos, dois aspectos: um deles é sobre a veiculação da notícia que trazia a informação de que as esposas dos ferroviários da Rede Sul-Mineira haviam elaborado uma carta destinada ao presidente do país, solicitando o abono dos salários dos maridos. A circulação dessa notícia incitou a organização das esposas dos ferroviários da R.V.P.S.C., ou seja, apresentou a ideia, inspirando-as a fazer o mesmo, recorrendo diretamente ao presidente do país para resolver a questão. O outro aspecto versa sobre a publicação do próprio questionamento dessas mulheres, favorecendo a divulgação da reclamação delas para um público maior, angariando, talvez, mais apoio para a causa.

Ao longo do período pesquisado, o *Diário dos Campos* publicou notícias e reportagens em que as mulheres promoviam diferentes questionamentos e explicitavam posicionamentos

bastante divergentes entre si. Essa heterogeneidade de ideias e atitudes é problematizada por Spivak (2014), em uma obra em que ela explica que não devemos esperar homologias das mulheres, pois elas se constituem em um grupo humano complexo e repleto de especificidades. A autora acrescenta que inúmeros fatores podem influenciar nas tomadas de decisão e posicionamentos das mulheres, como os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos do espaço em que residem e se relacionam com os demais indivíduos.

A explicação de Spivak (2014) dialoga com o conceito de *habitus* e, sobre isso, percebemos que o *Diário dos Campos*, ao mesmo tempo que apresenta publicações que reforçam certos *habitus* femininos já consolidados ao longo da história, também apresenta matérias que sugerem a conformação de novos *habitus* para as mulheres, demonstrando, com isso, a dinamicidade das relações sociais, como aponta Bourdieu (1989, 2008a).

Assim, ao mesmo tempo em que algumas mulheres faziam uso da imprensa para reaverem o abono dos salários dos maridos, outras publicavam textos com pontos de vista diferentes. Essa postura divergente pode ser observada em um conjunto de três pensamentos, que estão na sequência, assinados por Clara Bauer⁸⁶, autora que parecia não se preocupar muito com a questão do engajamento das mulheres em causas que lhe eram caras ou na aquisição de novos direitos. O interessante nesses pensamentos é que eles foram elaborados por uma mulher, por isso, afirmar que todas elas defendiam a mesma agenda de interesses vai de encontro com o apontado por Spivak (2014) e, também, não condiz com os dados de nossa pesquisa.

- A mulher moça enche silenciosamente sua alma, como um vaso precioso, com o perfume de todas as virtudes que adquire. É a essência que ela vai preparando, inconscientemente, para perfumar aqueles que a vida lhe há de fazer amar.
- Qualquer que seja distinção de seu espírito, uma mulher pode, sem aborrecimento, entregar-se aos mais vulgares trabalhos, se o faz por Deus ou pelos seus.
- A mulher, pouco filósofa por natureza, encontra na religião uma filosofia prática que, debaixo de simples aparência, lhe prepara o espírito para todas as grandes contrariedades e lhe dá todos os nobres alentos e todas as energias (DC, 29/03/1946).

O excerto anterior ressalta o papel da mulher como auxiliar das pessoas com quem ela convive, enfatiza a relevância da abnegação, ao aceitar diferentes afazeres sem contestação, além de reforçar algo já, tantas vezes, anunciado sobre o feminino, no que diz respeito à Filosofia, como sendo uma área de atuação não recomendada para elas. Assim, para ocupar o espaço que a Filosofia teria na vida feminina, indica-se a religião como antídoto contra todos os aborrecimentos, demarcando, assim, um espaço próprio para eles e para elas. Essa análise

⁸⁶ Também apresentada em algumas publicações como Klara Bauer, foi uma escritora polonesa, também conhecida pelo pseudônimo Karl Detlef.

pode ser melhor compreendida por meio das explicações de Bonnewitz (2003, p. 62), ao ressaltar que:

[...] *a posição dos agentes sociais num campo é dependente da posição destes no espaço social*: existe uma homologia entre a estrutura social e os campos sociais. Consequentemente, cada campo, embora possuindo a sua própria lógica e uma relativa autonomia, é atravessado por clivagens idênticas àquelas que opõem as diferentes classes (itálico do autor).

Ainda sobre a questão da religião e as mulheres e em consonância com os dados de nossa pesquisa, Suely Leite (2015) discorre sobre essa articulação, analisando uma produção em que a escritora Adélia Prado⁸⁷ elenca essa temática como pano de fundo. Segundo a autora:

[...] o caráter religioso sobrevive, atribuindo à mulher o papel de guardiã e transmissora dos valores sagrados e é a sua formação religiosa que vai distanciá-la do que é mundano, do que é ameaçador. O conto “Sem enfeite nenhum” de Adélia Prado, escrito em 1979, traz à narrativa uma mulher que assume os papéis que lhe são delegados pelo discurso masculino, situada que está no mundo privado, confinada à vida doméstica, ligada à igreja, endossando, enfim, o modelo daquele que padece pelo amor à família, advoga pela religião e pelos bons costumes. [...]. Fornecendo um discurso povoado de imagens justificadoras – mas apresentadas como naturais e de origem divina -, o Cristianismo disponibiliza às mulheres os seus modelos de representação, que elas tendem a aceitar como naturais e não como histórica e socialmente construídos. Assim, a Igreja intervém na elaboração de um papel feminino, fixando imagens a serem interiorizadas e sedimentadas, impondo padrões de como a mulher deveria ser. Os paradigmas de comportamento feminino são, na essência, constituídos de duas imagens: Eva e Maria (Leite, 2015, p. 69-70).

Essa citação vai ao encontro do que Anchieta (2020a, 2020b) indica em suas pesquisas, especialmente em relação às imagens de mulheres, cujos *habitus* deveriam ser seguidos, a exemplo de Maria, e àqueles *habitus* que seriam condenados, perpetrados na figura de Eva como a responsável pela perdição de todos os homens. A autora pesquisou como as mulheres foram representadas ao longo da história, analisando as gravuras, pinturas e imagens em que as mulheres eram apresentadas. Ela aponta que os modelos que deveriam ser seguidos ou reforçados traziam as mulheres com semblantes tranquilos e ternos, com posturas de acolhimento e humildade, demonstrando receptividade e mansidão. Já o que não deveria ser estimulado, ou que deveria ser combatido, era representado com cores escuras, traços fortes, olhar intimidatório, posturas agressivas e pouco convidativas.

⁸⁷ Adélia Luzia Prado de Freitas é uma escritora e poetisa brasileira, nascida em 13 de dezembro de 1935, no Estado de Minas Gerais. Formou-se como professora e recebeu o Prêmio Jabuti de Personalidade Literária em 1978, pela obra *O coração disparado*.

Nesse sentido, alguns textos escritos por mulheres podem ajudar a reforçar alguns dos *habitus* que se esperavam delas. Por exemplo, em uma publicação de 24 de fevereiro de 1946, em que uma autora que assinou apenas como Vivian, escreveu uma crônica intitulada *Depois do casamento*, em que discorria sobre os comentários que diversos indivíduos fariam para o noivo e a noiva após a cerimônia de casamento. Em termos gerais, para a noiva seriam direcionadas alusões no sentido de que, agora, ela deixaria a residência dos pais para cuidar de sua própria casa. Já para o noivo seriam dirigidos conselhos para que não ele abandonasse sua vida social ou se esquecesse dos amigos. O noivo seria visto como um solteiro que não estaria mais disponível para desposar uma dama e a noiva seria considerada um fardo a menos para a família, porque agora ela estaria sob a responsabilidade de outro homem, que não o seu pai.

Como esse texto foi assinado apenas pelo primeiro nome – Vivian – não temos condições de averiguar se ele foi realmente escrito por uma mulher, pois ele pode ter sido elaborado por um homem, sob o uso de um pseudônimo. Se a primeira opção for a correta, podemos analisar o papel de uma mulher que escreve para a manutenção de *habitus* já bastante difundidos para elas e para eles, em que o casamento para as mulheres seria o início de um novo lar, sob sua responsabilidade, além da saída da casa dos pais. Já para o homem, o casamento seria o abandono (ou a diminuição) dos encontros com os amigos, com a ideia de um solteiro a menos com disponibilidade para compromisso. Isso demonstra que essa mulher acredita e defende esses *habitus*, utilizando a escrita para o convencimento de outras mulheres. Já se a segunda opção for a correta, temos um homem escrevendo com os mesmos propósitos, mas utilizando um pseudônimo feminino, ou seja, passando-se por uma mulher. Aqui temos uma situação que indica a relevância que uma assinatura feminina pode conferir a um texto que tem o propósito de manter as coisas como estão (ou como sempre foram), ou seja, qual a intencionalidade dessa escrita, versando sobre o “para quem” se escreve, de acordo com Bourdieu (2008c). Além disso, o enfoque sobre “quem” escreve também mostra-se plausível nessa discussão.

Apesar de, à primeira vista, alguns textos parecerem inofensivos, não indicando grande “perigo”, ainda assim, podemos analisá-los à luz de Bourdieu (2008a), referente ao espaço do possível, considerando que essas produções podem, aos poucos, abrir caminhos para a legitimação da escrita por mulheres em outras temáticas. De forma gradual, elas vão encontrando algumas aberturas que permitem ir além dos espaços “concedidos” para discorrer sobre sentimentos, acessórios ou itens de beleza, por exemplo, adentrando sítios de discussão mais densos e, até então, impenetráveis para as mulheres, como a política e a economia, acumulando capital social, simbólico e cultural suficientes para publicar opiniões e análises,

como na reportagem intitulada *Minhas viagens*, de 09 de abril de 1938, de autoria da ex-deputada pelo Partido Comunista, Maria Resse⁸⁸.

Nessa matéria, a autora explica que já tinha visitado a Rússia em duas oportunidades e seu texto é uma crítica a alguns aspectos que ela pôde observar, como as dificuldades enfrentadas por pessoas que vivem nas ruas, assim como a precariedade de alguns grupos sociais, entre outras mazelas, demonstrando um perfil atento e questionador de escrita. Aqui podemos conjecturar que os capitais social e simbólico da autora podem ter auxiliado na abertura de uma oportunidade para discorrer sobre as temáticas em questão, conforme aponta Bourdieu (2008a), ao problematizar o espaço do que seria plausível ou realizável.

Além disso, o autor ressalta a relevância de circular pelos espaços, conhecendo-os e explorando-os, com o propósito de compreender suas dinâmicas para, então, poder emitir uma análise ou opinião. A ex-deputada Maria Resse procurou fazer isso, a partir das experiências de suas viagens. Sobre isso, ao analisar suas próprias ações e escolhas, Bourdieu (2008a, p. 15) explica que:

[...] todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.

Nesse sentido, Perrot (1998) explica que a leitura foi para as mulheres, durante muito tempo, uma forma de se aproximar de uma realidade pouco permitida (ou não permitida) para elas, que seriam as viagens, as quais eram liberadas para os homens. Para as mulheres, as viagens deveriam sempre contar com, pelo menos, um acompanhante. Assim, pensar em uma mulher que viaja e registra suas impressões por escrito sinaliza um passo adiante, pois rompe com uma postura passiva, de apenas manter-se ao lado de alguém, sem tirar suas próprias conclusões.

Nesse sentido, em uma notícia que, à primeira vista, parecia tratar-se de algo que, mais uma vez, fazia referência às mulheres em papéis coadjuvantes ou considerados secundários, e, até mesmo, fúteis, encontramos algumas informações interessantes. A referida matéria, intitulada *Foi a madrinha de guerra nº 1*, publicada em 22 de fevereiro de 1947, menciona que

⁸⁸ Não encontramos maiores informações sobre essa personagem.

a “conhecida jornalista Odete Barreto Caminha⁸⁹, cujo pseudônimo⁹⁰ é Sandra, [...] foi condecorada com a medalha dada à madrinha de guerra nº 1 [...]”. O artigo explica que a jornalista em questão recebeu a medalha por apoiar os soldados que lutavam na Europa, enviando-lhes cartas com palavras encorajadoras e objetos com a finalidade de levantar os ânimos. Além disso, a matéria afirma que Odete Barreto Caminha atuava como jornalista, profissão, até então, de pouca expressividade feminina. Outro dado interessante é em relação à explicitação de que ela fazia uso de pseudônimo, talvez como estratégia para adentrar o campo jornalístico e poder publicar suas produções.

Aqui é importante mencionar que, apesar desta notícia discorrer sobre uma mulher e suas ações, ou seja, a matéria em si não foi escrita por ela, optamos por mantê-la aqui neste tópico, pelo fato de que ela aborda a atuação de uma jornalista que, no contexto histórico em questão, possivelmente desenvolvia suas atividades laborais, em grande parte, por meio da escrita. Além disso, o *Diário dos Campos* faz questão de citar seu nome e seu pseudônimo, comprovando sua atividade profissional enquanto mulher que escrevia.

A mesma explicação manteremos em relação a uma reportagem que foi elaborada, provavelmente, por um dos editores do *Diário dos Campos*, uma vez que a publicação não faz referência explícita quanto à autoria. No entanto, após sua introdução, há a reprodução de um telegrama escrito por uma mulher chamada Natércia Silveira⁹¹, cujo título é *As feministas já estão brigando antes de entrar definitivamente no cenário político: telegrama enviado ao senhor Getúlio Vargas pela senhora Natércia Silveira*. Essa publicação foi veiculada em 09 de julho de 1932 e dizia o seguinte:

Continua o movimento feminista em torno da obtenção de uma representação das mulheres na comissão que será encarregada de elaborar o anteprojeto da nova constituição brasileira. E há dois partidos, já bem distintos e já bem inimigos um do outro, a dividirem as filhas de Eva, interessadas na política e a determinarem a troca de “amabilidades” tão comum entre dois partidos que se batem para obter o mesmo lugar. A propósito, a senhora Natércia Silveira, chefe de um dos partidos, dirigiu ao senhor Getúlio Vargas o seguinte telegrama:

⁸⁹ Não encontramos outros registros relacionados a muitas das mulheres citadas nas reportagens e matérias do jornal *Diário dos Campos*, como a exemplo de Odete Barreto Caminha.

⁹⁰ Sobre o uso de pseudônimos por mulheres, Tyron Fernandes Magalhães e Vinícius Novais G. de Andrade (2023, p. 238) explicam que: “[...] o uso dos registros históricos apresentam o ponto de vista patriarcal e machista, deixando de lado fatos que foram marcados por mulheres que, mesmo após sofrerem opressão e até mesmo morrerem na busca por direitos iguais, conseguiram deixar seu legado após adotarem medidas consideradas a frente do seu tempo. Ocultar o nome nos registros escritos foi essencial para mostrarem que elas tinham vez e, assim como os homens, tinham capacidade de realizar atividades consideradas exclusivamente masculinas”.

⁹¹ Natércia da Cunha Silveira foi uma advogada feminista, criadora da Aliança Nacional das Mulheres em 1931.

“Presidente Getúlio Vargas – Palácio do Catete: Tive ciência da intempestiva agressão pelas partidárias da senhora Bertha Lutz⁹² enviadas à Vossa Excelência. Rejubilome com os seus termos: Ali se me acusa de haver “apoiado homem” (que é Vossa Excelência), “por ideais políticos”, o que para mim constitui motivo de exaltação. Em face da atitude tomada pelas referidas senhoras, prosseguir neste embate seria deselegante, senão desairoso para a mulher brasileira, que só se deve mover por superiores interesses e cuja dignidade nesta fase política que se lhe abre, quero e hei de manter acima de tudo. Asseguro à Vossa Excelência que saberei conter a maior corrente de opinião feminina, ficando Vossa Excelência livre de sua indicação, para resolver como quiser este caso, cuja iniciativa dela partiu. Não é do meu feitio, bem o sabe Vossa Excelência, disputar honras ou lugares. A minha ação prática, diária, mais fará pela mulher brasileira do que a insignificante colaboração que, por ventura, pudesse dar na elaboração das leis. Natércia da Cunha Silveira (DC, 09/07/1932).

Nessa matéria, podemos novamente perceber o que Spivak (2014) aponta sobre a heterogeneidade de pensamentos e ações entre as mulheres, pois, se os homens, enquanto atuantes em diferentes campos como a política, a economia, as Forças Armadas, o comércio, entre outros inúmeros espaços também não coincidem em todas as opiniões e atitudes, por que esperar que as mulheres assim agissem, comungando de todos os seus posicionamentos? Essa questão sobre a falta de convergência na opinião das mulheres foi apresentada pelo editor na abertura da matéria aqui referenciada e tratada com um ar de deboche, postura que foi muito utilizada pelos homens ao longo do tempo para menosprezar as mulheres (Montero, 2020).

No caso exposto, a senhora em questão, Natércia Silveira, dirige-se diretamente ao então presidente da República – Getúlio Vargas – em uma espécie de crítica às apoiadoras de Bertha Lutz que, segundo a matéria, seria a líder do partido oposto ao da autora do telegrama⁹³. Aqui podemos indicar que a senhora Natércia Silveira faz uso dessa situação para se posicionar de modo benevolente ao presidente, aproveitando para tentar criar animosidades entre o partido de sua rival com o representante do Poder Executivo Federal. O autor da matéria também não desperdiça a oportunidade de depreciar as tentativas de participação feminina no campo político e, em tom de escárnio, alega que, antes mesmo de elas realmente adentrarem esse meio, elas já estariam criando hostilidades entre si.

⁹² De acordo com Mônica Karawejczyk (2018, p. 1): “Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) foi uma das principais líderes à frente do movimento feminino organizado no Brasil. Em 1915, ela ingressou na Faculdade de Ciências, da Universidade de Paris, diplomando-se em março de 1918, sendo que, alguns meses depois, em setembro, já estava empregada como tradutora de inglês, francês e alemão no Instituto Oswaldo Cruz, lugar que ocupou até assumir o cargo de secretário do Museu Nacional, em 4 de setembro de 1919. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), associação fundada por ela, em 1922, é a mais reconhecida na atuação em prol da emancipação feminina do início do século XX”.

⁹³ Natércia da Silveira e Bertha Lutz, inicialmente, lutavam juntas pelo voto feminino. No entanto, discordâncias e desentendimentos políticos culminaram no rompimento das relações entre elas. Para maiores detalhes sobre as posições de Bertha Lutz, consultar o artigo de Alexandra Padilha Bueno (2019), intitulado *Viribus Unitis: a questão da conquista do voto feminino nos Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934-1935)*. Sobre a trajetória de Natércia da Silveira, consultar o artigo de Jessica Stella Rodrigues Varanda (2023), intitulado *O sufrágio feminino no Brasil: o movimento organizado feminino e o jornal A Noite (1930-1932)*.

Spivak (2014) novamente nos ajuda a analisar essa passagem, pois, da forma como a matéria apresenta-se, temos a impressão de que as mulheres não podem discordar entre si e que divergências como essa constituem-se em um equívoco. Uma das questões mais importantes que envolvem a participação das mulheres nos mais diferentes campos que compõem a sociedade é, justamente, posicionar-se, emitir opiniões, lançar possibilidades, defender suas causas. Nesse sentido, de forma alguma, devemos esperar que as mulheres simplesmente concordem com tudo entre si, apenas por serem mulheres, desconsiderando suas especificidades, pois, uma das pautas de luta das mulheres constitui-se exatamente nisso: poder se colocar no debate, a partir de suas próprias concepções e isso inclui o direito de divergir.

A coragem e a ousadia femininas também foram percebidas em uma reportagem com um grave tom de denúncia, publicada em 09 de maio de 1950, intitulada *Um crime impune*, em que uma mulher chamada Carmen Navarro⁹⁴ discorre sobre o caso de um menino de 10 anos que sofria de tuberculose, mas que, de acordo com a autora, já estava sob tratamento. Ele morava com outros cinco irmãos e todos estavam sob os cuidados da avó que também sofria com a doença. A crítica da autora segue em direção ao comportamento da avó que se negava a realizar o tratamento, contaminando, assim, todas as crianças e, portanto, impedindo que o menino em questão se curasse. Segundo a autora:

A velha, casmurra e teimosa, sempre se recusando a um exame de raio X, em contato permanente com as crianças e sobre elas dispersando, continuamente, os seus perdigotos suspeitos, soltos da sua tosse convulsa e retumbante. Cozinhando, lavando e cozendo para os netos, dormindo com dois deles na mesma cama e os outros, espalhados pelo chão do quarto exíguo e deficientemente asseado. Na mão um trapo onde tinha mergulhado, sempre, o nariz para assoá-lo e, esse trapo, quando não se envolvia o úmido apêndice nasal, era deixado sobre a cama ou cadeiras, à livre disposição das moscas ou caindo no chão, onde era recolhido pelas crianças. [...] (DC, 09/05/1950).

A matéria repreendia a falta de cuidados da avó e questionava as autoridades, no sentido de orientar a população quanto às formas de se evitar a doença e sobre meios de fiscalizar os focos de contaminação, conforme podemos averiguar no excerto a seguir. Aqui constatamos novamente a escrita como prática social, no sentido de denunciar uma situação delicada envolvendo uma questão de saúde e a reivindicação para que as autoridades competentes solucionem o caso:

⁹⁴ Autora já citada anteriormente, mas que, infelizmente, não encontramos maiores informações.

[...] E ninguém paga por esse crime, porque não há uma inspeção obrigatória por parte do Departamento de Educação e Saúde⁹⁵. Recolhem tifoides, morféticos. Mas, os tuberculosos se não forem espontaneamente para os sanatórios, continuam no convívio dos sãos em casa, nas pensões, nos hotéis, nos veículos e nas ruas, espalhando, livremente, de suas mucosas pavorosamente contaminantes, através de seus escarros e corizas, o mal que já denominamos flagelo nacional. A quem cabe a culpa? Aos enfermos ou aos responsáveis? Quando teremos verdadeiramente uma organização de Educação Sanitária e quando se permitirá mesmo que haja saúde pública? (DC, 09/05/1950).

Essas análises mais globais sobre os espaços de escrita femininas vêm ao encontro do que Tabak (2015, p. 54) aponta sobre as relações entre a escrita feminina e a circulação desses escritos em periódicos, ressaltando que:

Partindo da análise do campo literário dominante brasileiro, teremos de substituir algumas concepções em relação ao conceito de identidade, nação e organização de uma literatura brasileira genuína, incluindo a relação feminina com outros países da América Latina. É importante ressaltar também que o melhor instrumento para a transmissão da escrita feminina, incluindo a ficção, foi o jornal. A relação entre a escrita das mulheres na imprensa e o amadurecimento de uma consciência de protesto está intimamente ligada. Na ficção escrita por mulheres publicadas em jornais, não conhecemos ainda uma abordagem crítica geral que compare as edições feitas para o jornal e para os livros para explorar as diferenças estéticas entre os gêneros de publicação.

Desse modo, o excerto anterior confirma nossa escolha pelo jornal *Diário dos Campos* como fonte, compreendendo-o como instrumento de circulação de textos escritos por mulheres, em articulação com a tentativa de demonstrar o que ocorria na sociedade de Ponta Grossa, mesmo tendo ciência de que tínhamos um limite, pois sabemos que, no contexto referendado, as edições do periódico não chegavam às mãos de todas e todos.

Assim, neste tópico, por meio das matérias e reportagens apresentadas, pudemos verificar como as mulheres foram estabelecendo sua participação das edições do *Diário dos Campos*. Inicialmente, discutimos os espaços em que elas tinham uma certa abertura, devido aos *habitus* já relacionados a elas, como o campo da filantropia, enquanto espaço de atuação e de protagonismo e, posteriormente, a escrita de poemas sobre temas que se relacionavam aos sentimentos e emoções. Tratamos também da escrita dos diários, indicados por Perrot (1998) como uma das primeiras experiências de escritas das mulheres.

A partir disso, problematizamos a escrita íntima de duas mulheres que se tornaram conhecidas por essa modalidade de escrita que, a princípio, não apresentavam a intenção de

⁹⁵ No Brasil, de 1930 até 1953, os campos da educação e da saúde constituíam uma única pasta sob o comando do Ministério da Educação e da Saúde Pública, durante o Governo Vargas. Apenas em 1953 é que foi criado o Ministério da Saúde, atuando de forma independente.

verem seus escritos socializados, mas que, diante do conteúdo de denúncia e crítica que apresentavam, foram publicados e tornaram-se conhecidos do público. Articulado a tudo isso, constatamos um movimento de mulheres que escreviam sobre outros assuntos, abordando relatos de viagens, reclamando dos salários incompletos dos maridos, comentando sobre a Segunda Guerra Mundial, questionando a construção de moradias dignas e seguras para a população de baixa renda, criticando as autoridades que não protegiam as crianças de uma avó com tuberculose, entre outras situações.

Isso tudo demonstra que as páginas do jornal *Diário dos Campos* comportavam diferentes textos escritos por mulheres, alguns com representações de educação para as próprias mulheres, enquanto outros textos tratavam de temas que poderiam se direcionar também para outros públicos. Assim, nossa fonte, ao mesmo tempo em que reforçava alguns *habitus* ditos femininos e já consolidados, possibilitava a construção de novos *habitus* para as mulheres, demonstrando o que Bourdieu (1989, 2008a) ressalta, ao indicar que os agentes, ao mesmo tempo em que são influenciados pelos *habitus* já estabelecidos, também são influenciadores e podem promover mudanças.

Desse modo, no próximo tópico, abordaremos com mais detalhes alguns desses *habitus* que conferiram um novo perfil de escrita para as mulheres.

3.2 “ENTRE NÓS, CONSAGRADA INTELLECTUAL PATRÍCIA”: CONFORMAÇÃO DA MULHER COMO INTELLECTUAL

Após analisarmos algumas das experiências das mulheres que se aventuraram no campo da escrita, discutindo os principais temas e gêneros textuais em que elas apresentaram seus textos, chegamos a este tópico, cujo objetivo é fornecer subsídios para o aprofundamento da compreensão desse processo. Essa intenção se articula com o título deste tópico, publicado na data de 26 de maio de 1943 – *Entre nós, consagrada intelectual patrícia*. Essa matéria trazia a notícia de que Jandira de Moraes⁹⁶, apresentada pelo periódico como portadora de “invulgar prestígio no mundo das letras nacionais”, esteve em Curitiba, participando de conferências sobre diferentes temas e que também se apresentaria em Ponta Grossa e “[...] aqui realizará uma conferência sobre o sugestivo tema: ‘Militarismo e a civilização moderna’, que será, certamente, um acontecimento de invulgar destaque para a vida social de nossa cidade” (DC, 26/05/1943). A notícia ainda trazia a informação de que a renda obtida seria revertida para a

⁹⁶ Não localizamos maiores informações sobre essa autora.

filial da Cruz Vermelha brasileira, sinalizando outro *habitus* considerado feminino e pautado na participação em eventos beneficentes (Rodrigues, 2019), conforme já discutimos anteriormente.

Aqui novamente a temática militar surge, no entanto, diferente do que discutimos anteriormente, em que as mulheres eram chamadas a cooperar com a pátria, atuando no corpo de Enfermagem nas guerras, por exemplo, pois, nessa matéria, a escritora Jandira de Moraes, assim apresentada pelo periódico, ministraria uma palestra sobre o tema.

Esse convite demonstra que o volume de capital simbólico e social acumulados por Jandira de Moraes era considerável, a ponto de legitimá-la a discorrer sobre a temática escolhida para uma plateia. Inclusive, o título da matéria adjetiva a escritora como “intelectual”. Sobre esse conceito e suas relações com a perspectiva de escrita, é importante lembrarmos que o termo “intelectual” surge a partir do caso Dreyfus⁹⁷, sendo estabelecido por Bourdieu (1989, 2007, 2013) como um posicionamento, uma definição ou um envolvimento, em que o intelectual desenvolve um papel social, com diferentes graduações nos níveis de autonomia, de permeabilidade política e de prestígio. Além disso, pelo fato de o campo intelectual constituir-se em um espaço de disputas por distinção e poder, Bourdieu (1989, 2007, 2013) explica que o intelectual, a partir de uma autoridade específica, adquirida nas lutas internas do próprio campo e reconhecida nesse meio, seguindo os valores inerentes a esses universos relativamente autônomos, pode intervir no campo político.

No entanto, pode ser que no caso da reportagem apresentada, o sentido de “intelectual” estivesse relacionado à força do termo, como o reconhecimento da autoridade de quem se expressa, como demonstração da busca pela classificação. Importa destacar que Jandira de Moraes é nomeada ou reconhecida como intelectual pelo jornal. Não é possível depreender os sentidos ou os significados associados ao termo intelectual nesse caso. Mas a ligação dessa nomeação à trajetória desta mulher cria um efeito de realidade importante, pois se trata de uma classificação. É um jornal operando uma classificação. Pouco importa se foi uma invenção do *Diário dos Campos*. Conta mais o uso desse termo, seja sua invenção ou sua reprodução. Observa-se, por parte do periódico, uma notificação, uma produção de realidade, pois, conforme Bourdieu (2020, p. 27), “na existência cotidiana, os agentes classificam; nós lidamos com pessoas sociais, ou seja, pessoas nomeadas, designadas por um nome, constituídas por um nome que não apenas as designa, mas as faz serem quem são”. Uma mulher nomeada de

⁹⁷ Trata-se de um episódio que se iniciou na França, no fim do século XIX, mais especificamente em 1894, envolvendo um oficial do exército, acusado de traição. Para maiores informações, consultar a obra de Louis Begley (2010), intitulada *O caso Dreyfus*.

intelectual, para além de dizer quem ela é, produz quem ela é ou quem ela passa a ser. Nos termos de Bourdieu, essa classificação é expressão da luta simbólica, chamada por ele de “[...] de efeito de teoria, efeito de nomeação. Eu poderia ter chamado esse efeito de teoria, indiferentemente, de ‘efeito de nomeação’, ‘efeito de instituição’, ‘efeito de constituição’, ‘efeito de consagração’ ou ainda ‘efeito de legitimação’” (Bourdieu, 2020, p. 103).

Subsidiada pelos conceitos de Bourdieu, Gisèle Sapiro (2012) discute a articulação desses aspectos, definindo oito modelos possíveis de atuação política dos intelectuais, delimitados pela articulação de três elementos: aporte de capital simbólico, nível de independência e autoridade que o agente possui no campo e seu grau de especialização considerando características sociais e históricas de cada contexto. Segundo a autora, é a complexa combinação desses três itens, com suas possibilidades de subtipos, que promove a construção e a organização do campo intelectual, passando por configurações que podem ser mais autônomas ou mais subordinadas, mais generalistas ou mais especializadas, mais dominantes ou mais subjugadas⁹⁸.

Com isso, podemos perceber que Jandira de Moraes gozava de uma combinação, no mínimo, considerável, dos três itens que estruturam o campo intelectual, de acordo com Sapiro (2012), permitindo que ela fosse convidada para ministrar a palestra e indicada pelo *Diário dos Campos* como uma pessoa legitimada para tal ação, pois, possivelmente, ela deveria possuir certa autoridade na área, conhecimento especializado e algum grau de autonomia.

Sobre isso, precisamos refletir sobre outro ponto importante para o desenvolvimento da escrita feminina, que diz respeito ao espaço de circulação dessas produções. Sobre isso, Perrot (1998, p. 77) explica que:

A partir do século XVIII, e principalmente do século XIX, a imprensa se torna a forma principal de expressão e de formação da opinião pública. As tiragens não param de crescer, para alcançar picos entre 1900 e 1914. [...]. Nessa idade de ouro, a imprensa não tem concorrente na mídia. Inicialmente, ela é um mundo masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando. Não sem dificuldade. Os cafés, círculos e clubes, as salas de leitura, onde se leem principalmente os jornais, são reservados aos

⁹⁸ De acordo com Sapiro (2012), em uma perspectiva generalista, na articulação do perfil dominante com a postura autônoma, teríamos o chamado “intelectual crítico universalista” e se a postura fosse heterônoma, teríamos o “guardião da ordem moralizador”. Ainda na abordagem generalista, agora com o perfil dominado, na área da autonomia teríamos os “grupos contestadores” e com heteronomia seriam os “intelectuais de instituição ou de organização”. Já em relação à abordagem especializada, ao articular o perfil dominante com a autonomia, teríamos o “intelectual crítico especializado”. Já se a associação fosse entre o perfil dominante com heteronomia, teríamos o “especialista consultado pelos dirigentes”. Em outra abordagem, unindo o perfil dominado com autonomia, teríamos os “grupos contestadores” e se uníssemos o dominado com a heteronomia, teríamos os “intelectuais de instituição ou de organização”. Para maiores detalhes, consultar o artigo da autora.

homens. Todavia, as mulheres insinuam-se nos jornais pelos rodapés – a parte de baixo das páginas dos jornais – que lhes eram progressivamente reservados, sob forma de crônicas de viagens ou mundanas e sobretudo de romances-folhetins, cada vez mais femininos por suas intrigas, suas heroínas e até por sua moral. Mesmo assim, esse prazer da leitura continuava sendo um prazer escondido [...].

Desse modo, ao explorar o campo de escrita feminino é preciso considerar que, por muito tempo, as mulheres não foram consideradas capazes de se dedicar à escrita e que “[...] durante muitos séculos, as mulheres que não se adaptavam ao rígido papel do feminino eram condenadas à alienação: pois o que é, afinal, a loucura, senão que seu senso íntimo do mundo não é aceito pela sociedade?” (Montero, 2020, p. 195). Sobre isso, a autora acrescenta:

[...] quando, em janeiro de 1852, Charlotte Brontë⁹⁹ sofreu uma de suas grandes depressões, o médico a proibiu de escrever: o trabalho intelectual era considerado anormal nas mulheres e, portanto, provocava essas crises nervosas. Muitos anos depois, já entrado o século XX, os médicos disseram a mesma coisa a Virginia Woolf (sem perceber, em ambos os casos, que a escrita, a criação, era a única coisa que podia aliviá-las). Durante séculos a sociedade encerrou as mulheres, privou-as de sua liberdade e de sentido, conseguiu enlouquecê-las. [...] (Montero, 2020, p. 195).

Nesse sentido, percebemos que a constituição do percurso autoral também prevê o estabelecimento de estratégias que promovam a circulação dos escritos femininos. Sobre isso, podemos citar a menção ao livro de Mariana Coelho em 22 de setembro de 1933. Para atingir esse feito, a autora portuguesa, radicada em Curitiba, enviou um exemplar para a redação do jornal *Diário dos Campos*, compartilhando o lançamento de sua obra. Essa atitude possibilitou a veiculação de uma nota sobre o seu livro, intitulado *A evolução do feminismo*, no qual ela expõe suas “[...] eloquentes opiniões e comentários, para difundir entre nós o feminismo que, segundo a maioria dos homens que já estudaram a questão com carinho, é a reconstrução moral da sociedade e é mais uma questão de justiça que de sexo” (DC, 22/09/1933).

A nota do *Diário dos Campos* pode ser compreendida como um apoio à obra de Mariana Coelho, tanto pela própria publicação em si, que acaba propagando seu livro, como pelo conteúdo do texto veiculado, que cita nominalmente o termo “feminismo”, chamando a atenção do público leitor para essa discussão. Ao indicar que o livro de Mariana Coelho proporciona elementos para a “reconstrução moral da sociedade”, a nota sugere uma interpretação que pode sinalizar que é chegada a hora de se refletir sobre o papel da mulher na sociedade, considerando essa discussão “mais uma questão de justiça que de sexo”. Aqui talvez o termo correto seria “gênero”, no entanto, devemos considerar que a matéria foi publicada em 1933. Outro ponto

⁹⁹ Escritora e poetisa inglesa.

importante dessa curta, porém, importante nota, é que o periódico trata a temática levantada pela autora portuguesa como uma questão de justiça, valorizando sua obra como um contributo às discussões sobre as mulheres.

Ainda sobre os termos utilizados nessa nota, ao mobilizarmos os ensinamentos de Bourdieu (2008c), percebemos a relevância da linguagem, lembrando que ela não é neutra. Assim, ao indicar textualmente o termo “feminismo” e publicar que a obra de Mariana Coelho seria “uma questão de justiça”, percebemos a intencionalidade em trazer esses temas para o debate público, ou pelo menos, iniciar o processo de reflexão. Isso mostra-se importante, pois sabemos que as estruturas estruturadas podem, ao longo do tempo, tornarem-se estruturas estruturantes, a partir das ações dos agentes e que os *habitus* são conformados, mas são também, conformadores (Bourdieu, 1989, 2004a).

Sobre o percurso de Mariana Coelho enquanto escritora, Dyeinne Cristina Tomé (2020, p. 294) esclarece que:

Com sua atuação marcante, foi conquistando posições dentro do campo e reconhecimento entre seus pares, para, em seguida, pôr em prática sua intervenção social e política por meio de sua escrita em defesa da emancipação e educação das mulheres. Desta articulação, com uma posição já mais ou menos consolidada e munida de certo capital simbólico, iniciou sua intervenção na esfera pública em defesa de uma maior participação das mulheres na sociedade. Seu posicionamento como defensora dos direitos femininos passou a ficar cada vez mais demarcado na esfera pública, o que lhe garantiu a formação de um *habitus* tipicamente intelectual e feminista, que incorporava e partilhava os interesses que vigoravam e envolviam a arena de debates mediada por relações de poder, que acabavam por aproximar aqueles com afinidades elaboradas por meio do compartilhamento de visões de mundo.

Outro exemplo de estratégia para tentar alavancar a circulação de seus escritos foi realizado por Virgilina Salles de Souza, editora da *Revista Feminina*, fundada no Rio de Janeiro em 1914. Sobre isso, Lima (2007, p. 225) esclarece que:

A *Revista Feminina*, publicação “escrita” e dirigida por mulheres, inteiramente voltada ao público feminino, criada no início do séc. XX (1914-1936), não foi uma iniciativa pioneira na imprensa brasileira. Corajosas precursoras, mais ousadas em suas denúncias ou conformadas com a condição que a sociedade lhes impunha, já haviam aberto caminho. No entanto, a *Revista Feminina* veio ocupar um espaço importante no variado e numeroso universo de publicações de revistas da época. [...]. Antes de lançar o primeiro número da *Luta Moderna*, Virgilina pacientemente organizou um arquivo com mais de 60.000 endereços de pessoas residentes em todo o Brasil a quem pudesse interessar sua publicação, e, com uma tiragem de 30.000 exemplares, distribuídos gratuitamente até o nº. 7, procurou angariar assinaturas para continuar a circular. Isso só foi possível graças a sua ligação com uma indústria de produtos de beleza que produzia a tintura para cabelo Petalina e o creme Dermina, de propriedade do irmão, que além de literato, era médico, e que criara a fórmula desses produtos, anunciados através da revista.

Desse modo, constatamos que, para promover a circulação de sua obra, uma das estratégias de Mariana Coelho foi enviar um exemplar de seu livro para a redação do *Diário dos Campos*, recebendo, assim, uma nota no jornal com alguns comentários. Já Virgilina Salles de Souza, antes de lançar a *Revista Feminina*, reuniu endereços de milhares de possíveis interessados em sua publicação, distribuindo exemplares gratuitos nas primeiras sete edições. Isso provavelmente foi realizado com o intuito de apresentar sua publicação aos leitores e, com isso, despertar o interesse para as publicações que viessem na sequência. Para custear toda essa empreitada, a parceria com a empresa que produzia cosméticos, criados por seu irmão, foi fundamental. Além disso, é preciso ressaltarmos que a publicação de propagandas de produtos de beleza para mulheres constituía-se em uma prática comum nas revistas e publicações do contexto abordado (Rocha Neto; Carvalho; Barreto, 2017; Rodrigues, 2017).

Aqui percebemos um planejamento intenso de Virgilina Salles de Souza, buscando os endereços dos possíveis leitores, selecionando aqueles que apresentavam potencial de fidelização, fazendo uso de seu capital social para conseguir patrocínio para as tiragens da revista que seriam distribuídas gratuitamente, lançando mão do fato de ser irmã do criador das fórmulas dos produtos de beleza que seriam propagandeados na revista. Isso mostra que Virgilina Salles de Souza, além de pensar na proposta editorial de sua publicação, percebeu que deveria investir seus esforços na preparação pormenorizada de cada etapa dessa empreitada, se quisesse ter sucesso e ela obteve, pois sua revista circulou por 22 anos, conforme indicado por Lima (2007). A rede de contatos de Virgilina foi fundamental nesse processo, assim como, a garantia de capital econômico para custear as publicações iniciais.

Ao considerar o contexto para a análise dos dados de nossa pesquisa, devemos lembrar que ele também foi essencial no processo de escrita das mulheres, pois, possivelmente, elas tiveram que se enquadrar no que já se encontrava posto para promover a circulação de suas produções e para poder conviver com os demais agentes que já atuavam no campo. Para ilustrar isso, apresentamos uma extensa reportagem, intitulada *Um mestre*, publicada na data de 02 de fevereiro de 1938, assinado por Chiquinha Rodrigues¹⁰⁰, em que ela rende elogios para um homem chamado Tomé Teixeira¹⁰¹. O interessante nesta notícia é que Chiquinha Rodrigues escreve sobre um homem - somente lembrando que ocorria habitualmente o contrário, ou seja, um homem escrevendo sobre uma mulher - discorrendo sobre as ações dele e chamando-o de

¹⁰⁰ Segundo dados obtidos no *website Mulher 500 anos atrás dos panos*, Chiquinha Rodrigues (1896-1966) foi “professora, jornalista e política [...]. Fundou a Bandeira Paulista de Alfabetização. [...] Escreveu várias obras na área da educação e foi sócia do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”.

¹⁰¹ Foi um professor que atuou no interior do Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

“mestre”. No entanto, Chiquinha Rodrigues faz questão de esclarecer que, nesse caso, ela não estava se referindo aos professores das escolas, mas sim, a um homem que, na sua opinião, era sábio e dominava os conhecimentos do mundo agrícola e de culturas importantes como o trigo.

Aqui temos duas questões inusitadas: uma delas já apresentamos, que é o fato de uma mulher escrever sobre os feitos de um homem. A outra questão diz respeito ao fato de uma mulher, por meio da defesa dos conhecimentos do campo da agricultura, conjecturar sobre o campo econômico, questionando e refletindo sobre as possibilidades de o Brasil plantar trigo e tornar-se autossuficiente nessa cultura agrícola. Outra reflexão: talvez, para poder adentrar na escrita de campos em que elas ainda não eram autorizadas, por não terem autonomia na área, ou capital simbólico suficiente, ou um grau de especialização considerável, conforme explicado por Sapiro (2012), pode ser que Chiquinha Rodrigues tenha recorrido à estratégia de elogiar um homem relacionado ao campo em que ela pretendia discorrer. Talvez isso tenha ocorrido como forma de demonstrar aproximação com a área, ou para buscar um apoio, para escapar do risco de se expressar sozinha e, assim, até evitar críticas ou censuras. Pode ser, ainda, que a autora simplesmente tenha resolvido elogiar o homem em questão – Tomé Teixeira – de forma desinteressada, sem a intenção de promover uma aproximação.

Essas análises demonstram que a construção intelectual feminina comporta muitas estratégias de atuação. Por exemplo, na edição de 21 de novembro de 1921, o *Diário dos Campos* publicou um texto que diferia do perfil de escrita comumente associado e, até considerado aceitável, para as mulheres, conforme já discutimos. Uma autora que assinou apenas como “Ivonete”, posicionava-se de modo contundente, tecendo incisivas críticas sobre diversos temas, como o preço alto da carne e as condições da cidade de Ponta Grossa, questionando o prefeito à época, Brasília Ribas¹⁰², por ele não acompanhar de perto os problemas que assolavam o município e não cumprir as promessas de construção de diversas obras e melhoramentos para os munícipes. Esta crítica, publicada sob o título *Carta aberta ao senhor Prefeito*, também contava com alto grau de ironia, alegando que o prefeito detinha uma “ vaidade mórbida” e que o povo queixoso seria desaforado e petulante, conforme pode ser verificado a seguir:

Permita-me sr. prefeito, que humilde e obscura e talvez a mais obscura das vossas munícipes ouse dirigir-vos a presente missiva, fazendo-vos certas ponderações sem intuito todavia de molestar-vos. Dizem à socapa, comentam e rosnam por aí afora, que o sr. prefeito é de uma vaidade mórbida, e tão mórbida que não beneficia, nem beneficiará a nossa cidade de alguns melhoramentos indispensáveis ao nosso bem-

¹⁰² Foi prefeito de Ponta Grossa em dois momentos: De 1916 a 1917 e de 1920 a 1924.

estar e quiçá à higiene local, para que não se atribua a insinuação do “Diário” os melhoramentos feitos por vós. Que maldizente é este povo, não acha sr. coronel?

Mas não vos creio tão vaidoso, e se alguém sr. prefeito, tivesse a petulância de dizer-me semelhante blasfêmia, saberia repelir tão injusto conceito dirigido a vossa austera autoridade. Dizem, que fazia parte do vosso programa administrativo as construções de mercado, cadeia, fórum, edifício para municipalidade, teatro municipal, criação de higiene e polícia municipal, melhoramentos das estradas de rodagens, manutenção de escolas noturnas e muitos outros benefícios que seriam enfadonhos enumerar. Acho respeitável sr., que tendes carradas de razão assim pensando, porque afinal de contas é o nosso prefeito quem sabe se deve ou não fazer tais melhoramentos. Demais, merecerá o Zé povinho esses melhoramentos?

Terão a ideia, os vossos munícipes, como um ato de justiça ao maior dos pontagrossenses, no dizer da “Vanguarda” – de saudosa memória – de levantar em uma de nossas praças uma estátua à vossa glória pelo muito que nos tendes feito e que nos haveis de fazer? Avalie sr. coronel, um homem ter como um posto de sacrifício o cargo de prefeito, percebendo o vosso insignificante subsídio de 500\$000 mensais, trabalhar, esforçar-se, gastar sua energia, sair das comodidades de sua fazenda, onde vivia de alparcatas e lenço no pescoço, para morar na cidade e ter de usar botinas a pé de anjo, colarinho duro, bigode retorcido e chapéu ao lado, ouvir cobras e lagartos dos jornais, ser menosprezado por uma população inteira e ainda beneficiar este povo!

É demais tendes razão. Contudo, sr. prefeito – e bem baixinho para que ninguém nos escute – deveis, procurar um meio de fazer com que a vida deste município fosse barateando, principalmente pela carne.

Pois aqui – já não falo em relação aos municípios dos demais Estados, mas em relação aos municípios do nosso Estado – pois aqui repito, a carne é vendida por um preço, como em nenhum outro lugar. Vós que sois fazendeiro, devia cuidar desse palpitante assunto, para que depois as línguas ferinas, não dissessem ter o nosso governador municipal interesse em que a carne seja vendida por tão exorbitante preço, como abusivamente está sendo vendida. Não levais a mal este meu pedido sr. Brasília, e se não for exigência, e não vos causar prejuízo, peço-vos mandar um votinho para a vossa admiradora. Ivonete (DC, 21/11/1921).

Essa matéria mostra-se bastante rica para nossas análises, a começar pela assinatura do texto, que indica um nome feminino – Ivonete –, porém, podemos refletir se realmente esse texto foi escrito por uma mulher, pois, pode ser que se tratasse de um pseudônimo, cuja verdadeira identidade fosse de um homem, que apenas quisesse atingir o prefeito, por não concordar com suas propostas ou por pertencer a um grupo político oposto. Se a publicação fosse realmente de um homem, utilizando um pseudônimo feminino, talvez a intenção fosse de ridicularizar a escrita feminina, a julgar pelas ironias e pelo teor ácido que compõem a referida carta aberta. Pode ser também que o uso de um pseudônimo fosse utilizado com o fim de se proteger de represálias e perseguições. Outra possibilidade é que essa matéria fosse realmente atribuída a uma mulher e, nesse caso, a ausência do sobrenome já ajudaria a despistar a identidade de quem escreveu o texto, considerando o teor crítico que ele contém.

Ao recorrermos aos conceitos de Bourdieu (2008c), em relação à linguagem adotada, percebemos a forma como o texto foi escrito - o “como” se escreve -, elaborado por meio do já indicado uso da ironia como recurso linguístico, que pode ter sido empregado com a intenção de chamar a atenção dos leitores para o conteúdo abordado, sensibilizando-os. Sobre isso, o

tema sobre o qual “Ivonete” discorre – “o que” se escreve, o conteúdo – demonstra um olhar atento sobre o que ocorria em Ponta Grossa, elencando as principais questões sociais que assolavam os munícipes, as dificuldades enfrentadas pela população, os pontos que poderiam ser melhorados e o suposto menosprezo do prefeito frente a essas questões, demonstrando, com isso, um senso de consciência e de engajamento, que foram traduzidos nessa “carta aberta”, como um exemplo de prática social de escrita reivindicatória.

O gênero textual “carta” também foi veiculado em outro episódio no *Diário dos Campos*, com o mesmo tom de cobrança e reivindicação de direitos. Outra proximidade com a carta aberta de Ivonete talvez tenha sido o receio de retaliações. E esse pode ter sido o motivo de uma outra mulher não ter assumido a identidade em outra publicação, veiculada na data de 11 de janeiro de 1950, com o título *Desde outubro não recebem os professores estaduais os seus vencimentos: expressiva carta de uma professora que representa um libelo contra o governo do sr. Moisés Lupion*, assinando apenas como “uma professora do interior”. Apesar de o nome da referida professora não ser mencionado, ainda assim, o aporte de capital simbólico associado à própria profissão docente, compreendida enquanto grupo social, que apesar das inúmeras desvalorizações que, historicamente, esteve (e ainda se encontra) exposta, pode ter favorecido a decisão do editor e proprietário do periódico à época aqui invocada, senhor José Hoffmann, em optar pela publicação. O conteúdo da carta foi assim introduzido:

O governo do sr. Moisés Lupion gasta à Carga, em excursões políticas, em festas, nas quais não faltam os artistas de rádio contratados a alto preço. O governador, de outra parte, não se cansa de apregoar que os cofres públicos estão peçados de milhões de cruzeiros. Mas, coisa estranha, os vencimentos dos humildes professores estão atrasados desde outubro. Eis, a seguir, reproduzida na íntegra, uma carta que recebemos ontem de uma professora do interior, carta essa que dispensa maiores comentários porque só ela representa candente libelo contra o desregramento lupionesco! (DC, 11/01/1950).

Após essa apresentação inicial, na qual já se percebe que o *Diário dos Campos* endossa a reclamação da referida professora, seu texto é apresentado de modo integral:

[...] Como bom defensor dos funcionários, sendo sempre apoiados nas colunas do conhecido jornal – *Diário dos Campos* – respeitosamente dirijo-me ao sr., tornando-o conhecedor de nossa falta de vencimentos. Sou professora estadual, fico horas parafusando: qual o motivo por que este ano ficamos privadas dos vencimentos de Natal? – Que lindo dia e festivo em todos os lares, em todo mundo, por marcar o nascimento de nosso Pai. E nesse dia lindo e festivo, as algibeiras várias, sem uma moedinha para agradar o filho do vizinho que, pela manhã, batia à porta, fazendo os cumprimentos de Boas Festas. Uma grande tristeza invadiu minha alma, ao lembrar que desde outubro não sei o que é envelope de pagamento. Tenho recorrido semanalmente a meu procurador, e sempre a mesma notícia, nada!!! É como uma punhalada em meu coração, que com tanto esmero e sacrifício batalho neste interior,

com uma turma de sessenta alunos de ambos os sexos, dirigindo três classes em uma só sala, ainda passar um fim de ano tão despercebido. Assim, se não fosse meu paizinho, que é funcionário ferroviário, talvez eu não soubesse o que era o “pão de Natal” deste ano. Assim, passou o fim de ano e quase no dia quinze do 1º mês de 1950, e nem aviso de pagamento. Não tivemos pagamento em mês de novembro. Esperávamos receber com o envelope de dezembro o abono de Natal e nada! Creio que as professoras do interior trabalham igual às da cidade e talvez mais, muito mais, porque... ser professora é bom, mas não no interior onde as condições de vida e outras circunstâncias são diferentes. Será porque somos professoras do interior, porque sujeitamos a embrenhar-se por estes sertões, alfabetizando estas pobres crianças, que não conhecem senão seus pais em casa, será por isso que somos desprotegidas? Podíamos ser um pouquinho mais consideradas pelo nosso governador. Somente nós do interior é que ficamos à espera da boa vontade ou má vontade dos superiores. Quando atrasa a folha de pagamento ou o resumo mensal, já vem as cartas reclamando, muitas vezes até grosseiras, quando por falta de conclusão atrasa dois ou três dias: tudo precisa ser em dia... Concordo, sim? Mas que os pagamentos corram em dia também. “O padre nosso é venha a nós – e vosso reino também”. Será que somos esquecidas até pelo próprio governo em vencimentos? Reclamo com razão, mas com paciência espero que pelo mês de março, maio ou junho o governo lembre que no interior também há professores e precisam de dinheiro. Vejamos que não aconteça como o ano passado que ficaram por alguns meses sepultados os pagamentos. Fico tão indignada sr. José Hoffmann, que digo – seja, pois, bem-vindo o novo governador, que nos faça justiça, que assim ele terá também a nossa simpatia. Meus votos de boa retirada ao sr. governador. Respeitosas saudações, e meu muito obrigada, juntando aqui minhas orações a Deus pela sua felicidade, pedindo a Ele que o conserve sempre o nosso defensor. Uma professora do interior (DC, 11/01/1950).

Essa carta nos fornece subsídios para analisarmos muitos aspectos, entre eles, a postura de quem a escreveu e o contexto em que ela vivia. Inicialmente, devemos lembrar que o proprietário e editor do *Diário dos Campos* nesse período, conforme já assinalamos, era o senhor José Hoffmann, conhecido como Juca, que, além de jornalista, também era político, tendo assumido vários cargos eletivos em sua vida pública. Assim, é possível considerarmos que ele fazia uso político de seu periódico, conforme já apontamos anteriormente, talvez com o intuito de promover a circulação de suas ideias e de atingir seus adversários políticos.

Nesse sentido, a carta da professora em questão pode ter vindo em um momento bastante oportuno para ele e o senhor Juca pode ter aproveitado essa oportunidade para se beneficiar e deslegitimar seu oponente, no caso, o governador do Paraná nessa data, Moisés Lupion¹⁰³. Essa possibilidade pode estar articulada ao fato de a professora em questão receber um espaço tão grande nas páginas do periódico. Sobre isso, podemos nos perguntar: Será que o senhor Juca era um defensor da educação e, por isso, resolveu publicar a carta da professora? Ou será que ele trazia para si a missão de ser um porta-voz das injustiças da sociedade? Ou ainda, será que ele valorizava a profissão docente, reconhecendo seu conjunto de capitais e, por isso, tenha se sentido no dever de promover a circulação da queixa da professora? Pode ser que,

¹⁰³ Político que governou o Paraná em dois períodos distintos: de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961.

simplesmente, ele tenha percebido nesse episódio uma chance de atacar seu adversário, como apontamos anteriormente. De qualquer forma, muitas são as possibilidades de interpretação, no entanto, a única certeza que temos é que uma mulher teve a ideia de utilizar um meio de comunicação escrita – periódico – para reivindicar seus salários atrasados, denunciando uma situação de descaso. Além disso, seu relato ilustra a histórica desvalorização da docência, especialmente em relação ao magistério feminino, conforme aponta Del Priori (2015).

As cartas da “professora do interior” e de “Ivonete” ainda nos incitam à outra reflexão, que diz respeito ao uso social da escrita, pois, nos dois casos apresentados, essas mulheres utilizaram seus escritos para questionar situações que elas consideravam como um descaso por parte dos políticos em questão, sendo que a professora reivindicava a postura do governador do Estado e “Ivonete” reclamava do prefeito. As duas cartas também podiam conter intenções meramente políticas, com o intuito de prejudicar os respectivos representantes do Poder Executivo, estadual e municipal. Além disso, esses textos podem ter sido escritos somente com o real propósito de alcançar o que se reivindicava, ou seja: os salários atrasados, no caso da professora e maior atenção do prefeito às necessidades da população, no caso de “Ivonete”. De qualquer forma, nos dois exemplos, a prática social da escrita apresentava objetivos bem delineados, que previam mudanças concretas.

Apesar de não ser possível acessar a trajetória completa dos escritos dessas duas mulheres, pois nos faltam dados básicos para aprofundar essa investigação, a começar por seus nomes completos, além de não sabermos se elas produziram outros textos, ou se elas se configuram como mulheres que escreviam ocasionalmente, ainda assim, a partir das cartas publicadas no *Diário dos Campos*, podemos considerá-las como intelectuais em potencial. Essa problematização pode ser concebida, se considerarmos, em especial, o conteúdo de seus textos, o tom questionador e reivindicatório que adotaram, além do posicionamento que demonstraram em prol das causas que defendiam.

Conforme explicado por Sapiro (2012), os graus de autonomia e capital simbólico no campo intelectual são variáveis, além dos níveis de especialização na área. Em todo caso, considerando que as mulheres não encontraram as portas abertas para adentrarem no campo da escrita, então, aqui consideramos como válidas essas tentativas de inserção em um ambiente que apresentava baixa receptividade para elas.

Ao voltarmos nosso foco de discussão para as autoras de Ponta Grossa no contexto histórico de nossa tese, um dos nomes mais marcantes, certamente, é a já citada escritora e poetisa Anita Philipovsky. Já nas primeiras edições do jornal *Diário dos Campos*, quando ele ainda se chamava *O Progresso*, principalmente ao longo das décadas de 1910 e 1920, Anita

Philipovsky se fez presente de modo intenso, mobilizando a sociedade da época, com sua escrita questionadora e incisiva, ousando transpor campos, até então, pouco acolhedores para as mulheres. Um desses textos impactantes foi veiculado na edição de 08 de agosto de 1912, em que Anita problematizava a precariedade de opções educacionais para a juventude feminina de Ponta Grossa, conforme pode ser averiguado no excerto a seguir:

Nós moças de Ponta Grossa, que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebíamos o ensino das matérias elementares, e este mesmo interrompido pelos impedimentos da professora, e nada mais [...]. Quando se abriu o instituto “Dr. João Candido” em nossa cidade, podia estabelecer-se também um curso secundário para meninas, ensinando com especialidade geografia geral, eletricidade, escrituração mercantil, contabilidade, taquigrafia e uma das línguas mais geralmente faladas como a francesa, inglesa ou alemã. Ficariam, com o preparo nessas matérias, habilitadas para ocuparem cargos no correio, telégrafo, telefone, ou como guarda livros e correspondentes comerciais [...]. Ponta Grossa; porém, a segunda cidade em população e progresso comercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundário para meninas, que as preparasse para a luta, pela vida, porque aquela de entre nós que quiser, abandonando a rotina comum, sair desse circulozinho estreito e opressor, adquirir os meios para se lançar numa esfera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim, há de recuar vencida entre a importância de ver realizada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe faculte para esse fim o saber necessário.

Podemos conjecturar que o acúmulo do conjunto das quatro modalidades de capital pode ter favorecido a publicação deste texto de Anita Philipovsky, contrariando o estilo de escrita comumente associado às mulheres do início do século XX, especialmente em uma cidade interiorana como Ponta Grossa. Nesta publicação, a autora explicita a ideia de que as moças gostariam de estudar, porém, as oportunidades para elas eram escassas. Sobre isso, já no início do excerto, ela se coloca como a representante dessas jovens mulheres, escrevendo em primeira pessoa, posicionando-se como porta-voz desse grupo, ensaiando, talvez, uma postura de intelectual que defende suas concepções por meio da escrita, uma vez que:

[...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (Bourdieu, 2008a, p. 27).

Assim, a conformação de um *habitus* de mulheres que escrevem parece ter ocorrido também com uma mulher chamada Gracita de Miranda¹⁰⁴, que colaborou com diversos textos

¹⁰⁴ Em uma nota de rodapé que compõe um artigo de sua autoria, Heloísa Helena Pimenta Rocha (2015, p. 267), explica que Gracita de Miranda “[...] foi educadora e jornalista, sendo responsável pelas pautas de saúde e por questões referentes a associações de mulheres, nos *Diários Associados*”. (grifos da autora). O grupo *Diários*

para o *Diário dos Campos*. Ela discorria sobre diferentes temáticas, publicando textos que continham, na maior parte das vezes, conteúdos que estivessem atrelados ao que comumente se associava às representações das mulheres. Como exemplo, destacamos uma publicação de 01 de agosto de 1946, intitulada *Crianças*, em que a autora reflete sobre as especificidades do universo infantil, defendendo que as crianças são privilegiadas por serem mais espontâneas, alegres e não terem as mesmas preocupações dos adultos. A autora inicia seu texto registrando que os adultos têm muito a aprender com elas, especialmente em relação à simplicidade e a alegria, atitudes que, segundo a autora, seriam típicas dessa fase da vida.

Ao analisarmos a temática que norteia a elaboração dessa matéria, percebemos que a autora se utiliza de uma representação historicamente vinculada às mulheres, que é o universo infantil, porém, ao discorrer sobre os comportamentos típicos das crianças e às suas características, a autora vai além e se dedica a uma escrita que incorpora características dos adultos. Em outras palavras: ela parte de uma temática que, à primeira vista, está atrelada às questões femininas – crianças, especificamente sobre seus cuidados e sobre ser mãe – e expande sua escrita para uma análise sobre os comportamentos dos adultos, constituindo-se em um texto de caráter reflexivo.

Esse mesmo argumento pode ser utilizado para analisarmos outro texto, publicado em 07 de março de 1947, em que Gracita de Miranda refletia sobre os aspectos negativos do sentimento “medo”, desde as crianças até os adultos, explicando que “O medo é uma reação psíquica bastante definida. São inúmeros os fatores de que se origina [...]”. Aqui, a autora demonstra um estilo de escrita similar ao da publicação citada anteriormente, que pode ser compreendido, talvez, como uma estratégia para a aceitação de seus escritos, novamente como uma ação no campo do possível, conforme assinalado por Bourdieu (2008a). É plausível cogitarmos isso, pois, apesar de a temática do texto estar vinculada ao campo dos sentimentos, até então, considerado apropriado para as mulheres desenvolverem suas ideias, Gracita de Miranda vai além e utiliza argumentos de diferentes campos do conhecimento, como a Psicologia e a Educação. No entanto, ela também reitera que, para se atingir o sucesso nessa empreitada, seriam importantes o empenho pessoal, a chamada “boa vontade”, apelando também para outra característica bastante associada às mulheres, que é a paciência, conforme pode ser averiguado pelo excerto a seguir:

Associados foi fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand nos anos de 1920 e se constituía em uma união de diferentes veículos de comunicação escrita. Para maiores detalhes, além deste artigo, consultar também a pesquisa de Maria Cristina da Costa Marques, Danilo Fernandes Brasileiro e Suzana César Gouveia Fernandes (2017).

[...] O dever dos educadores será, sempre, guiar com amor e discernimento para o caminho certo da vida – aquele que leva ao sucesso e à felicidade. E, para tanto, muito colaborará um eficiente trabalho, no sentido de evitar ou corrigir a existência do “Medo” na criança e, mesmo, no adulto. Eis o caminho... É mister seguir por ele certos de que tudo conseguiremos com paciência e força de vontade (DC, 07/03/1947).

Em outra matéria, publicada em 06 de agosto de 1946, na coluna *Lares e Salões*, sob o título *Cuidado com as joias*, Gracita de Miranda ensina como evitar que esses objetos de valor se deteriorem, dando dicas de longevidade para essas peças. Aqui podemos conjecturar que, nem sempre, as mulheres que conquistaram um espaço para publicar suas ideias em um periódico, utilizaram esse espaço para desenvolver reflexões mais aprofundadas, por exemplo. Talvez essa postura também se caracterize como uma estratégia para se adentrar no campo da escrita, uma vez que, se o teor do texto for, já de início, altamente contestador, talvez esse pequeno espaço conquistado a duras penas, se feche indefinidamente para as mulheres.

Assim, é possível que a autora tenha optado por modular seu discurso em alguns momentos, até desenvolver legitimidade suficiente para discorrer com mais liberdade sobre outras temáticas, por exemplo. Essa postura é compatível com a ideia de atuação dentro do espaço do possível, conforme indica Bourdieu (2008a), pois, talvez no período em que Gracita de Miranda pretendesse socializar seus textos na forma impressa, o ambiente comportasse apenas as produções com o teor apresentado, ou seja, é provável que ela tenha pensado em não desperdiçar a oportunidade que surgiu, adequando sua escrita para o que seria considerado coerente no momento.

No entanto, em outra publicação, veiculada na data de 01 de dezembro de 1946, na coluna *Lares e Salões*, Gracita de Miranda, sob o título *A mulher só*, comenta sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que não são casadas ou não estão sob alguma forma de proteção masculina. A autora denomina isso como “feminismo errôneo”, no sentido de crítica a quem defende que as mulheres devem bastar a si mesmas, desconsiderando os obstáculos que elas ainda enfrentavam no período em questão. Ela ainda defende que, quem se posiciona a favor dessa autonomia feminina, está, na realidade, indicando esses possíveis benefícios para as mulheres que não fazem parte do círculo familiar, conforme pode ser observado a seguir:

A covardia humana ataca, feroz e encarniçadamente, a mulher só. Os que pregam as vantagens de um feminismo errôneo, e creem que a mulher deve bastar-se a si mesma e saber encarar, com valentia, a luta pela vida, não sustentam essas teorias diante de suas filhas e irmãs. Essas coisas que aconselham, servem apenas, de outras; as mulheres que com eles não tenham laços de parentesco. Mas, há algo de admirável, e a justiça manda que se enalteça. É a força de moral das mulheres que, suportando sobre os ombros a cruz de uma existência árida sem recompensas nem alegrias, feridas em sua delicadeza, em seus mais puros sentimentos, obrigadas a uma luta constante,

ostentam a fronte erguida e dizem sorrindo com serenidade de mártires “Não importa!” E seguem sempre para a frente... (DC, 01/12/1946).

Dessa forma, nessa última publicação, devemos refletir sobre a escrita de Gracita de Miranda em consonância com o contexto histórico em que ela vivia, uma vez que o ano era o de 1946 e, nesse período, a sociedade defendia *habitus* ditos femininos que se relacionavam com a dependência às figuras masculinas, presentes, principalmente, na família, que eram lideradas pelos pais e depois pelos maridos. Além disso, devemos ressaltar que, nesse contexto, as mulheres ainda lutavam para ter maior acesso às oportunidades educacionais, ao trabalho fora do lar, algumas vezes, aventurando-se, pela primeira vez, em campos nunca antes imaginados.

A partir dessa leitura, talvez seja possível compreender as razões que levaram Gracita de Miranda a criticar aqueles que enaltecem as mulheres que vivem sozinhas. Nessa interpretação, a autora parece defender as mulheres, pois, enquanto uma delas, é possível que ela se coloque no lugar dessas mulheres e esteja consciente dos empecilhos que aquelas que vivem sozinhas devem enfrentar diariamente em uma sociedade patriarcal (Montero, 2020; Lima, 2021). A autora ressalta que as mulheres que vivem só e que precisam enfrentar a vida, com todos os seus obstáculos, possuem “força moral”, agem de forma honrosa, “[sorriem] com a dignidade dos mártires” e seguem seus caminhos. Aos ataques a essas mulheres, Gracita de Miranda qualifica-os como “covardia humana”.

Assim sendo, este texto de Gracita de Miranda, à primeira vista, parece ter a intenção de manter o que já está posto, de sugerir que as mulheres não deveriam ficar sozinhas, que elas deveriam ficar sob a tutela masculina, como dependentes da sua presença. No entanto, ao analisarmos com mais cuidado, articulando o conteúdo – “o que” se escreve – com o contexto da época, podemos compreender que, talvez, seu propósito fosse o de reconhecer a luta diária das mulheres que vivem sozinhas, pois tinha ciência das durezas a que elas estavam expostas. Outro propósito deste texto talvez fosse o de denunciar a hipocrisia daqueles que incentivavam as mulheres a manterem-se sozinhas, mesmo sabendo das hostilidades que elas enfrentariam (Gomes, 2014; Boligon, 2019).

As contribuições de Gracita de Miranda ao jornal *Diário dos Campos* demonstram uma variedade de temáticas abordadas. Conforme apontado por Rocha (2015), ela atuava, principalmente, à frente de questões relacionadas à saúde e às mulheres, lembrando que ela era conhecida como educadora e jornalista. Aqui, talvez fosse o caso de refletirmos sobre uma possível necessidade de adequação de sua escrita, pois, ao analisarmos sua posição enquanto escritora (mulher), tentando adentrar um campo tradicionalmente masculino, podemos

conjecturar essa possibilidade. Talvez esse espaço de aparente tom conciliador e aconselhador adotado por ela, possa ter sido sua única chance de ver seus textos publicados. Em todo caso, a presença frequente de uma mulher assinando matérias e publicações nas páginas do *Diário dos Campos* não pode ser desconsiderada. Seguindo nesse sentido, as reflexões apresentadas por Bourdieu (2008c, p. 85) tornam-se pertinentes, ao considerarmos que:

Apenas excepcionalmente em situações abstratas e artificiais de experimentação, as trocas simbólicas se reduzem a relações de pura comunicação e o conteúdo informativo da mensagem esgota o conteúdo da comunicação. O poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da *garantia de delegação* de que ele está investido (grifos do autor).

Desse modo, a intenção deste tópico foi a de discutir os caminhos para a conformação de um *habitus* de mulheres que escrevem, culminando ou potencializando o desenvolvimento de um *habitus* intelectual, de mulheres que se engajam e se envolvem nas causas que acreditam. Essas reflexões remetem a uma questão levantada por Sapiro (2012), no sentido da responsabilidade de quem fala e do que se fala, de saber o que se pretende abordar, de se reconhecer competente e ser reconhecida ou autorizada e, sobre isso, podemos elencar algumas diferenciações, como a denominação de intelectual, o comportamento como intelectual ou pensar em realizar algo como uma ação intelectual. Essas possibilidades puderam ser verificadas na atuação de algumas mulheres que abordamos neste subtópico, a exemplo de Jandira de Moraes, adjetivada pelo termo “intelectual”, como reconhecimento de sua autoridade; Mariana Coelho e Anita Philipovsky ao promoverem uma intervenção intelectual por meio das ideias de seus escritos, além de “Ivonete” e a “professora do interior” que, mesmo sem autotransclassificação ou classificação atribuída pelo jornal, apresentam sinais de uma atividade ou de uma ação intelectual.

Dizemos isso porque o debate para definir quem é intelectual é inerente à nossa atividade de pesquisadora. Quem classifica de intelectuais as personagens que estudamos? Daniel Pécaut, por exemplo, diz ser “[...] desnecessário atender à *regra* que consiste, nos estudos desse gênero, em propor uma ‘definição’ de intelectual. O que redundaria em considerar, como faz o senso comum, que intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal” (Pécaut, 1990, p. 11, grifo do autor). Antonio Gramsci (2001, p. 18), por sua vez, afirma que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos são cozinheiros e alfaiates)”.

Diante disso, é possível dizer que tanto as personagens arroladas anteriormente, seus contemporâneos e pesquisadores participam desse movimento de classificação. Nestes termos, as mulheres que escrevem, inscritas neste item, mesmo sem se classificarem ou serem classificadas pelo *Diário dos Campos* de intelectuais, expressam a função de intelectuais.

A partir de algumas experiências autorais em temas e gêneros textuais considerados adequados, e até, permitidos para as mulheres se expressarem, aos poucos elas vão vivenciando o que Bourdieu (2008a) chamou de “campo do possível”. Isso nos leva a refletir que, possivelmente, elas tiveram que se submeter aos pequenos espaços que estariam disponíveis, conquistados a duras penas e, com o tempo, foram se firmando em novas posições e galgando novos espaços e campos de atuação, a partir da construção de capital social e simbólico, supostamente alicerçados pelo acúmulo de diversos tipos de capital cultural, conforme discutiremos no tópico a seguir.

3.3 “O MUNDO FEMININO”: CAPITAIS COMO LEGITIMADORES DA ESCRITA FEMININA

O objetivo deste tópico é refletir sobre como os diferentes capitais – social, simbólico, econômico e cultural – compreendidos de forma individual e em conjunto, influenciaram no desenvolvimento de um *habitus* feminino, pautado no ato de ler, para um *habitus* de mulheres que escrevem, com potencial para a conformação de um *habitus* de mulher intelectual, legitimando, portanto, o desenvolvimento dessa escrita feminina apresentada no *Diário dos Campos*.

Assim, para intitular este item, escolhemos uma manchete que foi publicada no dia 10 de agosto de 1923 pelo *Diário dos Campos*, em que o jornal noticiava que havia recebido em sua redação a equipe de outro periódico chamado *O mundo feminino*. Nessa notícia, o *Diário dos Campos* salientava que *O mundo feminino* constituía-se em uma referência em moda para toda a família, especialmente para as mulheres, associando os interesses femininos com a forma de se vestir e de se comportar, fazendo jus a esse *habitus* historicamente vinculado às mulheres (Hollanda, 2020; Beauvoir, 1980a).

Nesse sentido, nossa intenção, ao trazer como título para este tópico uma manchete oriunda de nossa própria fonte, que fazia menção ao que se esperava das mulheres, referindo-se a um *habitus* feminino já constituído – relacionado à moda, acessórios, casamento, maternidade, culinária, preocupação com a aparência e beleza – é justamente mobilizar as discussões sobre o que, porventura, tenha facilitado ou se mostrado como um empecilho ao

desenvolvimento de um *habitus* de mulher que escreve. Para ilustrar um exemplo dessa situação, mobilizamos a análise promovida por Lima (2007, p. 226), ao explicar como o aporte de capital de que dispunha a já citada criadora da *Revista Feminina* – Virgilina Salles de Souza – atuou para auxiliá-la em seus projetos editoriais:

A posição social de Virgilina, pertencente a tradicional família paulista, facilitou a penetração da revista entre a elite, e a influência de seu irmão nos meios literários garantiu-lhe a colaboração de intelectuais como Menotti del Picchia, Olavo Bilac, Coelho Neto, Afonso Arinos, Amadeu Amaral. Havia também colaboradoras como Júlia Lopes de Almeida, Francisca Júlia da Silva, Dra. Alzira Reis, Priscila Duarte de Almeida, Laurita de Lacerda e várias outras.

Por meio da citação anterior, Lima (2007) nos mostra as condições que facilitaram a inserção de Virgilina Salles de Souza no campo da escrita, especialmente entre os nichos mais abastados da sociedade, ressaltando o volume de capital social envolvido, representado pela posição ocupada pela família na sociedade paulista e pela pregressa circulação de seu irmão nos meios letrados. Esse arranjo possibilitou angariar nomes de personagens conhecidos no campo da escrita, conferindo capital simbólico de grande volume para a empreitada de criação da *Revista Feminina*.

A partir desse exemplo, seguimos para o desenvolvimento da proposição aqui anunciada, abordando na sequência algumas das autoras que marcaram presença nas páginas do jornal *Diário dos Campos* ao longo do recorte temporal desta tese. Antes, porém, precisamos registrar que faremos uso de algumas matérias e reportagens já mencionadas em tópicos anteriores. A justificativa para tal opção sustenta-se na riqueza de problematizações que determinadas publicações oferecem, de forma que, algumas delas podem ser analisadas sob diferentes aspectos. Como a divisão de capítulos, tópicos e subtópicos da tese tem o propósito didático de organizar o texto e auxiliar na sua compreensão, registramos aqui o aviso de que mobilizaremos algumas dessas reportagens, que se enquadram em mais de um critério de divisão das partes que compõem esta tese, procurando explorar o máximo de possibilidades que nossos dados de pesquisa podem oferecer.

3.3.1 “Evolução do feminismo”: Escritoras deixando suas marcas no jornal *Diário dos Campos*

O título deste subtópico foi emprestado da obra homônima da escritora Mariana Coelho – *Evolução do feminismo*. Conforme já problematizamos anteriormente, a autora enviou um exemplar de seu livro para a equipe editorial do jornal *Diário dos Campos*, recebendo um

agradecimento público que foi veiculado no periódico na data de 22 de setembro de 1933. Se, ao distribuir uma cópia de sua obra para um jornal do interior do Estado do Paraná, a intenção da autora portuguesa foi a de promover a circulação dos seus escritos, pode-se, então, dizer que ela obteve êxito nessa empreitada, uma vez que o periódico acabou por fazer propaganda de seu livro, ampliando o perímetro de difusão de suas ideias.

Talvez a estratégia de Mariana Coelho tenha obtido sucesso devido ao volume de capital cultural, social e simbólico de que ela já desfrutasse no momento de lançamento de seu livro, constituindo-se, talvez, em uma honra para o jornal *Diário dos Campos* receber um exemplar e poder noticiar que havia sido agraciado com esse recebimento. Além disso, no período em que ocorreu esse episódio, podemos inferir que Mariana Coelho já pudesse ser considerada uma intelectual, tendo em vista seus posicionamentos públicos e a defesa das causas que lhe eram caras, a começar pelo título do livro em questão – *Evolução do feminismo* – em que ela discorre sobre diversas questões que envolvem as mulheres.

Assim sendo, o caminho percorrido por Mariana Coelho, desde a elaboração de seu livro, passando pelo crivo editorial, publicação e obtenção do livro impresso, além das estratégias de circulação de sua obra até chegar aos leitores, dialoga com a produção *A mão do autor e a mente do editor*, de Roger Chartier (2014). Nessa obra, ele levanta a discussão sobre a complexidade relacionada à imbricação entre o processo de escrita propriamente dito – mão do autor - e a ideia oriunda da cognição do editor (sua mente), passando pela recepção das obras pelos leitores que, ao ter contato com as publicações, ou seja, a partir de suas interpretações, também passam a ser considerados autores. Chartier (2014) problematiza a produção e a circulação dos livros impressos, compreendendo-os enquanto elementos concretos que refletem a materialidade da obra autoral.

Essa explicação nos auxilia na compreensão de muitas matérias, notícias e reportagens que apresentamos em tópicos anteriores desta tese, por exemplo, ao tratarmos das mulheres artistas e daqueles envolvidas com filantropia. Talvez esses subcapítulos tenham causado, à primeira vista, um certo estranhamento. Contudo, para compreendermos a relevância do processo de leitura de uma obra, devemos lembrar que, ao ter contato com o universo cognitivo de quem a escreveu, os agentes podem construir seu repertório de impressões a partir dessa leitura em articulação com suas próprias vivências, promovendo suas próprias interpretações e reflexões, tendo como suporte essa combinação de elementos. E, assim, os agentes podem elaborar uma nova obra e exercitar seu potencial criativo, desenvolvendo a sagacidade na tentativa de encontrar uma brecha para poder se expressar além do ambiente privado do lar. Com isso, há a possibilidade de se promover a circulação de suas ideias, de poder posicionar-

se publicamente defendendo as causas em que acredita, enfim, desenvolvendo toda essa complexa dinâmica que envolve o exercício das práticas de escrita que, conforme indicado por Bourdieu (2004a, 2008a, 2008b), constitui-se em um *habitus* que é construído ao longo do tempo, por meio das diversas relações que os agentes mantêm entre os campos e com outros agentes.

Assim, em outra produção, intitulada *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*, Chartier (2002) problematiza a materialidade das obras escritas, valorizando a concretude dos livros impressos, defendendo que eles conferem objetividade às obras, unindo autores, editores e leitores em um ponto comum, representado pelo livro físico. Além disso, Chartier (2002) explica que os conteúdos, capas, cores, imagens, organização das seções e todo o conjunto de fatores concretos que compõem os livros impressos conferem identidade e personalidade às obras. Sobre isso, o autor acrescenta que:

Um texto está sempre inscrito em uma materialidade: a do objeto escrito que o porta, a da voz que o lê ou o recita, a da representação que o dá a ouvir. Cada uma dessas formas é organizada de acordo com estruturas próprias que desempenham um papel essencial no processo de produção do sentido. Para ficar no escrito impresso, o formato do livro, as disposições da paginação, os modos de recorte do texto, as convenções tipográficas são investidas de uma “função expressiva” e sustentam a construção da significação. Organizados por uma intenção, a do autor ou do editor, esses dispositivos formais visam a forçar a recepção, a controlar a interpretação, a qualificar o texto. Estruturando o inconsciente da leitura (ou da escuta), eles são os suportes do trabalho da interpretação (Chartier, 2002, p. 244).

Assim sendo, o caminho percorrido por Mariana Coelho, desde a elaboração de seu livro, passando pelo crivo editorial, publicação e obtenção do livro impresso, além das estratégias de circulação de sua obra até chegar aos leitores, dialoga com as reflexões propostas por Chartier (2002), ao discorrer sobre a relevância dos livros para a socialização das ideias.

Postura similar também foi adotada por Helena Kolody. Segundo pesquisas de Araújo (2018), a poetisa, escritora e professora paranaense possuía o costume de enviar exemplares de seus livros, na maior parte das vezes, impressos às suas próprias custas, a editores e demais profissionais do campo intelectual. Essa prática também se realizava com suas alunas, que frequentemente eram presenteadas com seus livros. Araújo (2018) analisa esse comportamento, que consiste em distribuir as obras produzidas, como uma estratégia para promover a circulação dos seus escritos.

Nesse sentido, neste subtópico serão apresentadas algumas contribuições de mulheres que tiveram seus textos publicados no jornal *Diário dos Campos*, compreendendo essa escrita tanto pelo viés formal – como as escritoras e poetisas que já tinham desenvolvido esse *habitus*

de escrita -, mas, também, ampliando a visão de escrita feminina para contribuições pontuais, de mulheres que não se intitulavam escritoras e que podemos nomear como mulheres que escreviam. O foco aqui é pensarmos nas condições que possibilitaram a abertura desse espaço de expressão escrita, especificamente os capitais e os *habitus* que permitiram – ou favoreceram - que textos femininos chegassem ao público leitor por meio do periódico em questão.

Sobre isso, são relevantes as considerações de Fontes (2014, p. 30) sobre os escritos de mulheres que se preocupam em promover ou fomentar um processo de reflexão nos leitores, uma vez que:

A acepção de literatura “feminista” vem carregada de conotações políticas e sociológicas, sendo em geral associada à luta pelo trabalho, pelo direito de agremiação, às conquistas de uma legislação igualitária ao homem no que diz respeito a direitos, deveres, trabalho, casamento, filhos, etc. Entretanto, o texto literário feminista é o que apresenta um ponto de vista da narrativa, experiência de vida, e, portanto um sujeito de enunciação consciente de seu papel social. É a consciência que o eu da autora coloca, seja na voz de personagens, narrador, ou no eu-poético mostrando uma posição de confronto social, com respeito aos pontos em que a sociedade a cerceia ou a impede de desenvolver seu direito de expressão.

Ao recorrermos às problematizações de Certeau (2014) sobre as artimanhas que os indivíduos comuns fazem uso em suas práticas cotidianas, apresentamos o exemplo de um texto escrito por uma mulher - compreendido como uma prática de escrita, no sentido de assinar ou ser responsável pelo teor ou conteúdo de um artigo de qualquer gênero textual no jornal *Diário dos Campos* - que pode ser conferido pelo anúncio de Célia de Milasch, assim apresentado na edição de 08 de junho de 1933, no qual lemos: “Professora diplomada pelo Conservatório de Música de Buenos Aires – Avisa às suas alunas que reabrirá as aulas de piano, solfejo e teoria, desde o dia 1º de junho [...]”.

Por meio desse pequeno comunicado, podemos perceber que a professora Célia de Milasch¹⁰⁵ possuía um certo grau de capital cultural institucionalizado, no caso, seus conhecimentos no campo da Música, adquiridos em uma instituição educacional formal que lhe concedeu um diploma, legitimando sua atuação profissional. Essa formação específica, realizada no local indicado por ela no anúncio, também lhe conferiu um aporte de capital simbólico e social, os quais poderiam favorecer a conquista de alunos e, como consequência, a aquisição de capital econômico por meio de seu trabalho, fechando um ciclo importante que, talvez, lhe possibilitasse o alcance ou a garantia de sua autonomia.

¹⁰⁵ Não conseguimos localizar maiores informações sobre essa professora.

Por meio desse exemplo, temos a oportunidade de explicar outra opção que adotamos para a organização deste subtópico, que é compreender a função social da escrita para as mulheres aqui elencadas. No caso da professora Célia de Milasch, a escrita de seu anúncio tinha a intenção de divulgar seu trabalho e ela fazia questão de enfatizar sua formação, ou seu capital cultural institucionalizado, criando, com isso, um elemento de distinção, de acordo com Bourdieu (2007), em relação aos demais profissionais que poderiam lhe fazer concorrência. Sobre isso, podemos refletir que:

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação [...] o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. [...] (Bourdieu, 2008a, p. 19).

Outro exemplo sobre o uso de uma estratégia similar foi publicado em 23 de julho de 1933 pela professora Lucia Fernandes Lopes¹⁰⁶, que oferecia aulas de piano. O anúncio trazia o seguinte texto: “Lucia Fernandes Lopes, do curso da professora Arminda Diniz do Amaral Malhão, do Rio de Janeiro, com mais de 30 anos de prática, aceita alunos de ambos os sexos. Lições à domicílio. [...]” (DC, 23/07/1933). Nesse caso em especial, a professora em questão fazia uso do nome da sua formadora como recurso para aumentar o seu capital simbólico, ressaltando, inclusive, que ela era do Rio de Janeiro¹⁰⁷, capital federal à época, ou seja, seu capital cultural provinha de um centro maior, talvez mais desenvolvido, com mais possibilidades e prestígio, conferindo-lhe legitimidade. Além disso, seu anúncio explicitava que a professora aceitava meninos e meninas.

Infelizmente não encontramos maiores informações sobre a trajetória dessas mulheres. Mas, apesar disso, podemos analisar suas ações relacionadas à escrita, pois nas duas situações anteriores, as duas mulheres, autoras das notas em que ofereciam seus serviços profissionais – gênero textual “anúncio” – eram professoras com formações sistematizadas em escolas formais, ou seja, possuíam capital cultural institucionalizado, que alavancou a posse de capital social e simbólico que, por sua vez, possibilitaram que elas adquirissem capital econômico, podendo garantir-lhes a manutenção de suas condições de vida (Giulani, 2015; Gomes, 2014).

¹⁰⁶ Não encontramos maiores informações sobre esta professora.

¹⁰⁷ De acordo com Fábio Henrique Viana e Robert Moura (2022, p. 81), já: “Na década final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro já contava com uma grande movimentação cultural. Na qualidade de capital do Brasil e de cidade mais populosa, ela também era o principal centro econômico do país”.

Em um primeiro momento, a menção a essas duas mulheres pode parecer não indicar uma associação com o campo da escrita e aqui cabe uma ressalva, pois neste tópico, nossa intenção é tratar a escrita também em seu uso nas relações cotidianas, como prática social, com intencionalidade e objetivo, abarcando desde os textos literários até os demais gêneros textuais de que as mulheres fizeram uso para publicar seus escritos no *Diário dos Campos*.

Desse modo, comunicados em que as mulheres anunciavam seus serviços como professoras de Música povoaram as páginas do jornal *Diário dos Campos* por todo o período analisado. Essa relação das mulheres com o campo da Música é discutida por vários autores, podendo ser considerada como um *habitus* feminino. Sobre isso, as pesquisadoras Inês de Almeida Rocha, Clara Fernandes Albuquerque e Roberta Mourim (2019, p. 3) explicam que “A condição de inferioridade feminina era reforçada pela educação, sendo a música um de seus componentes, uma ‘prenda doméstica’, parte dos hábitos ‘elegantes’”.

No entanto, nossa pesquisa demonstra que, pelo menos, para as mulheres que publicavam anúncios de suas aulas relacionadas ao campo da Música, a intenção era a de oferecer um serviço profissional que lhes rendesse capital econômico. Possivelmente, as mulheres, para as quais a música servia apenas como “prenda doméstica”, não precisassem fazer uso desses anúncios.

Ainda em relação aos anúncios de aulas de música veiculados nos periódicos em geral, os autores Fábio Henrique Viana e Roberto Moura (2022) verificaram em suas pesquisas que essa prática já se encontrava bem consolidada no Rio de Janeiro desde os fins do século XIX, ou seja, algumas décadas antes do recorte temporal desta tese. Os dados de pesquisa desses autores também demonstram que o piano se destacava como o instrumento musical mais oferecido para ser ensinado e que as mulheres eram majoritariamente as responsáveis por esses anúncios e por essas aulas. Dados semelhantes também foram encontrados em nossa pesquisa.

Avisos e anúncios similares a esses citados anteriormente, escritos por mulheres que ofereciam seus serviços de professoras de diferentes modalidades, datilógrafas, amas de leite, faxineiras, cozinheiras, secretárias, parteiras, massagistas, entre outras inúmeras ocupações, foram muito frequentes no *Diário dos Campos* em todo o recorte temporal que abrange esta tese.

Essa participação feminina no periódico pode, à primeira vista, parecer pouco significativa, no entanto, se analisarmos de modo mais cuidadoso, podemos compreender que, da forma como podiam (ou diante das necessidades que passavam), essas mulheres estavam buscando um modo de se fazerem presentes, de serem conhecidas, de promoverem a circulação de seus nomes nas páginas do jornal, com o intuito de adquirirem meios de sobrevivência e se

inserir nas dinâmicas das relações sociais. Elas utilizavam o conhecimento que detinham – formal ou informal -, ou seja, faziam uso de alguma modalidade de capital cultural, com o objetivo de transformá-lo em capital econômico.

Em contrapartida, temos o caso de uma mulher que não precisava se preocupar em fazer uso de capital cultural para adquirir capital econômico, uma vez que seu conjunto de capitais já era bastante considerável. O episódio que a envolve demonstra o quanto as mulheres podem ser expostas ao tentarem se expressar por meio da escrita. Trata-se de uma notícia que abrange um contexto mais amplo, mas que está articulado à relevância dos capitais como legitimadores da escrita feminina. Para problematizarmos isso, recorreremos a uma matéria já analisada em um subtópico anterior, que versava sobre a crítica sofrida pela primeira-dama dos Estados Unidos à época, especificamente no ano de 1933. A matéria foi publicada no jornal *Diário dos Campos* na data de 27 de julho de 1933. No caso em tela, a senhora Anna Eleanor Roosevelt era acusada de “gostar muito de publicidade”, sendo questionada por se expor demais por meio de cartas de reclamações. Essa situação nos permite refletir sobre a relevância do volume, da variedade e da profundidade dos capitais de que a senhora Roosevelt dispunha, os quais, possivelmente, podem ter lhe auxiliado no enfrentamento às críticas e tentativas de persuadi-la de suas intenções de se manifestar. Se ela não fosse uma figura pública tão conhecida, talvez ela tivesse sido excluída definitivamente desse debate.

No contexto local, uma escritora que foi professora e diretora de importantes instituições educacionais da cidade de Ponta Grossa, como o Grupo Escolar Júlio Teodorico¹⁰⁸, e que contribuiu algumas vezes com publicações no jornal *Diário dos Campos*, foi a já citada Emília Dantas, que adotou o sobrenome Ribas após o casamento. Ela também publicou diversos artigos em outros periódicos do Brasil, como o *Jornal das Moças*¹⁰⁹, do Rio de Janeiro. Inclusive, como exemplo desse hábito de transcrever matérias, notícias e reportagens de outros periódicos, na edição de 14 de abril de 1938, o *Diário dos Campos* reproduziu o poema intitulado *Saudade*, o qual, conforme o próprio título já sugere, a autora discorre sobre sua terra natal – Ponta Grossa – em um tom saudosista e melancólico.

De acordo com a obra memorialista intitulada *Educadores ponta-grossenses: 1850-1950*, de Joselfredo Cercal de Oliveira, publicada em 2002, Emília Dantas, após ter se casado,

¹⁰⁸ Fundado em 1934, na gestão do governador Manoel Ribas e do prefeito Albary Guimarães. Para maiores detalhes sobre a criação das primeiras instituições educacionais de Ponta Grossa, consultar Nascimento (2009).

¹⁰⁹ O *Jornal das Moças* foi uma revista feminina que circulou de 1914 a 1965, publicada na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Nathalia Paulino Oliveira e Fabrício José Nascimento da Silveira (2016), esse tipo de publicação foi pioneiro em sua área, ao direcionar-se especificamente às mulheres, representando, portanto, um marco na imprensa feminina brasileira.

adotou o sobrenome de seu esposo, passando a chamar-se Emília Dantas Ribas. Na obra referenciada, o autor informa que a professora em questão dedicou grande parte de sua trajetória profissional ao ensino, ocupando também os cargos de diretora em diferentes instituições educacionais, sendo também conhecida por ser escritora, conforme pode ser verificado no excerto a seguir, que assinala que Emília Dantas

Nasceu em Ponta Grossa em 1º de novembro de 1907, filha de Joaquim Dantas e Marcelina Dantas. Foi casada com Odilon Lustosa Ribas, pertencente a uma das famílias tradicionais ponta-grossenses. Ao ensino ponta-grossense, a família Dantas deu três educadoras: as irmãs Judith, Emília e Marcelina. A professora Emília iniciou seus estudos no Grupo Escolar Senador Correia, onde foi aluna de três das primeiras professoras normalistas vindas para Ponta Grossa: Octacília Hasselmann de Oliveira, Judith Macedo Silveira e Lúcia Dechandt. [...] Tornou-se professora normalista pela Escola Normal Primária de Ponta Grossa em 1929. [...] Exerceu com sobriedade o cargo de primeira diretora do Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico, atualmente colégio estadual, e, por várias vezes, a direção da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, atual Instituto Estadual de Educação Professor César Prieto Martinez. Autora de vários estudos e empreendimentos na área do ensino público, destacou-se também no campo literário, com trabalhos que mereceram críticas de nível intelectual elevado, destacando-se o romance *A primavera voltará*. Esteve presente nos principais jornais e revistas editados no Paraná e era um nome muito respeitado nos círculos culturais do Estado. Como reconhecimento de seus méritos literários, em 1971 foi escolhida para a Academia Feminina de Letras do Paraná [...]. Emília Dantas Ribas faleceu em Curitiba em 19 de janeiro de 1978. [...] (Oliveira, 2002, p. 172-173).

Citado no excerto anterior por Oliveira (2022), o romance *A primavera voltará* foi originalmente publicado em 1949 e reeditado em 2022. Nele, Emília Dantas Ribas reflete sobre as mudanças que fazem parte da vida, em uma linguagem profunda e que incita a reflexão sobre a brevidade do ser humano e de tudo que está ao seu redor, reforçando a ideia de efemeridade, mas que, ao mesmo tempo, traz renovação, imprimindo uma mensagem final de esperança. Além disso, é importante mencionar que Emília Dantas Ribas dedica essa obra “[...] a todas as mulheres que esqueceram de si próprias; que, ensinando, gastaram o corpo e o espírito buscando abrir na treva caminhadas de luz”, referindo-se às professoras, remetendo também ao *habitus* dito feminino de ensinar crianças. Seu estilo de escrita profundo e sensível pode ser verificado no trecho a seguir:

A vida talvez ainda traga, na vertigem das horas que me restam, todo o ardor impetuoso das últimas labaredas; viverei como devo. Quando a terra receber meu corpo alquebrado, estremecerei por certo na vertigem do último encontro; os vermes destruirão minhas carnes murchas e os ossos brancos, duros, resistirão aos anos; o tórax estará vazio como uma gaiola abandonada; o músculo que marcou todo o meu destino terá deixado de pulsar. Virá o pó encher tudo. A terra, que é a minha, receberá a lama do meu corpo e tudo estará terminado. Mas há na minha frente um clarão. O último (Ribas, 2022, p. 173).

O excerto do romance *A primavera voltará* retrata uma característica apontada por Felski (1995) sobre o campo literário feminino e sua articulação com o meio social. A autora indica que há diferentes níveis de mediação entre o campo da literatura e o social. Assim, ao refletirmos sobre as práticas de escrita femininas, podemos pensar que a elaboração de um romance, certamente, partilha de uma grande energia para a criação, mas também de prováveis inspirações provindas da realidade, sendo que essa articulação pode ser desenvolvida com maior ou menor imbricamento entre as partes. Além disso, a literatura oferece a possibilidade de se refletir sobre essa realidade, de compreender as dinâmicas sociais, de perceber o que se apresenta tacitamente, interpretando os simbolismos e dando vida às experiências cotidianas (Felski, 1995).

Caroline Guebert (2018) indica que o livro *A primavera voltará* (1949) transformou Emília Dantas Ribas na primeira romancista dos Campos Gerais, rendendo-lhe inúmeros elogios por sua escrita. Ao discorrer sobre a recepção dessa obra no universo letrado, a pesquisadora ressalta que Emília Dantas Ribas fazia parte de uma abastada e conhecida família ponta-grossense, sendo, portanto, detentora de um razoável volume de capital social, simbólico, econômico e cultural, confirmando o que indicamos anteriormente. O aporte dessas quatro modalidades de capital pode ter favorecido sua inserção no campo da escrita. Além disso, a pesquisadora também enfatiza que Emília Dantas Ribas fez uso de uma das estratégias mais empregadas pelas autoras dessa época, que consistia em distribuir seus livros entre os editores e autores já renomados, como forma de promover a circulação de sua obra.

Emília Dantas também contribuiu na chamada *Coluna Pedagógica*, que foi publicada no *Diário dos Campos* uma única vez, na edição de 02 de fevereiro de 1946, em uma extensa matéria sob o título *A caligrafia na Escola Primária*. Neste artigo, a autora reflete sobre como o uso de máquinas de escrever estaria impactando o processo de desenvolvimento da escrita cursiva nos estudantes dos primeiros anos de escolarização. Emília Dantas defende que os alunos deveriam se apropriar de modo significativo da escrita manual e, para isso, a mediação dos professores seria de fundamental importância nesse processo (Oliveira; Silveira, 2016; Nunes; Machado, 2013).

Essa matéria apresenta um teor analítico, pois a autora argumenta em favor das ideias que defende, citando autores renomados da época, fundamentando, assim, seus pontos de vista. Essa postura sugere tanto o domínio de um capital simbólico, oriundo da apropriação dos capitais cultural, econômico e social de que já dispunha, quanto a conquista de um espaço simbólico relevante nas páginas do *Diário dos Campos*. Isso pode ser constatado pela extensão do artigo e de seu teor, uma vez que envolve diretamente reflexões sobre questões didático-

pedagógicas específicas, desenvolvidas por uma professora. Além disso, é possível perceber menções que remetem à valorização do empenho pessoal nessa empreitada, conforme observado no excerto a seguir:

[...] Realmente a aprendizagem, principalmente inicial, pelo ritmo, que pode obedecer a contagem ou o canto, serve-se no início do desenho e fazendo da escrita uma atividade interessante, coordena e controla os movimentos necessários dos 500 músculos do corpo que exige o complexo ato de escrever. Estou certa de que o professorado, que tão bem procura acompanhar o movimento renovador que se processa nos métodos de ensino, poderá, lembrado agora da questão em evidência, pensar na melhoria do ensino da escrita e obter, com esforço e boa vontade, resultados magníficos que servirão para elevar o bom nome do Paraná escolar (DC, 02/02/1946).

Em uma notícia veiculada em 08 de agosto de 1923, outra professora, a já mencionada senhora Esther Ferreira Ribas, foi citada pelo *Diário dos Campos*. Então proprietária e diretora da instituição educacional chamada Colégio Ponta-Grossense, ela foi elogiada pela iniciativa de ter elaborado um livro com diferentes músicas para auxiliar os alunos de sua escola. O referido elogio partiu do jornalista José Cadilhe, personagem este que, em inúmeras ocasiões, se utilizou de seu capital social enquanto editor do *Diário dos Campos*, para enaltecer as ações de professoras e demais mulheres que demonstravam algum envolvimento com o universo cultural, especialmente o mundo letrado, como as professoras. Neste exemplo, temos uma docente atuando como autora de uma coletânea de canções e melodias consideradas relevantes para o contexto escolar da época. Segue a reportagem:

D. Esther Ferreira Ribas é uma dedicada educadora. O seu colégio particular acusa uma matrícula considerável e os seus exames de fim de ano são sempre proveitosos, atestando a competência da professora. D. Esther acaba de mandar confeccionar um livrinho onde se encontram canções para serem entoadas pelos seus alunos, e teve a gentileza de pessoalmente brindar-nos com um exemplar da escolhida coletânea. Entre as poesias figuram Hino à Escola, Hino Nacional e Canção da Escola, esta última do nosso companheiro J. Cadilhe. Gratos à competente educadora (DC, 08/08/1923).

Dez anos mais tarde, na edição de 16 de agosto de 1933, o jornal *Diário dos Campos* comunicava a seus leitores que as professoras Maria Eulina Schena, Ida Bentim de Lacerda e Armida Frare presentearam os editores do periódico com um exemplar do “primeiro número da ‘A Escola’, órgão lítero-pedagógico da Escola Normal desta cidade”. Aqui temos um exemplo de produção de escrita feminina coletiva, sendo divulgada pela equipe editorial do periódico que, nessa época, era composta somente por homens. Essa ação pode ser compreendida como uma estratégia das professoras para promover a socialização de sua obra, conforme demonstra a transcrição a seguir:

A Escola - Com amável dedicatória das provetas professoras Maria Eulina Schena, Ida Bentim de Lacerda e Armida Frare, recebemos ontem o primeiro número da “A Escola”, órgão lítero-pedagógico da Escola Normal desta cidade. “A Escola” revela a cultura ainda incipiente, mas segura de alguns alunos, a admirável concepção de outros, a manifestação do talento que floresce da maioria; e revela, sobretudo, o zelo, a dedicação, o fino pedagógico da brilhante plêiade de professores de nossa Escola Normal. Somos gratos pela gentileza a nós feita (DC, 16/08/1933).

Podemos articular as ações das professoras que atuavam em Ponta Grossa, lecionando e escrevendo textos, com a trajetória de Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira mulher brasileira a escrever um romance, de título *Úrsula*. Sua história foi analisada por Telles (2015) e, segundo essa autora, Maria Firmina, nascida no Maranhão em 1825, foi criada em uma casa somente de mulheres, sendo “[...] a única aprovada [em um concurso estadual] para a instrução primária [...]” (Telles, 2015, p. 410). A autora acrescenta que Maria Firmina atuou no chamado “magistério público oficial” durante 34 anos e que, mesmo depois da aposentadoria, continuou lecionando. Ela também dominava o idioma francês, inclusive, realizando traduções de algumas obras publicadas nessa língua. Além disso, Maria Firmina dos Reis “[...] participou da vida intelectual maranhense colaborando na imprensa local, publicando livros, participando de antologias. Foi também música e compositora” (Telles, 2015, p. 411).

Sobre isso, podemos refletir sobre a articulação entre a profissão docente e a iniciativa de se inserir no campo da escrita. Essa combinação, tanto por parte de Maria Firmina dos Reis, quanto das demais professoras citadas até aqui, pode ter sido promovida a partir do contato com os recursos materiais que se relacionam com o trabalho docente, conforme indicado por Chartier (2002), como os livros. Essa proximidade com os livros, com os autores e com um ambiente letrado, representado pelas instituições educacionais, pode ter colaborado para o desenvolvimento de um *habitus* relacionado ao desenvolvimento das práticas de escrita dessas mulheres.

Assim, retornando à elaboração do exemplar número 1 de *A Escola*, reiteramos que algumas das professoras responsáveis por essa iniciativa são também referenciadas na já citada obra memorialista de Oliveira (2002). Uma delas é a professora Maria Eulina Schena, a qual, segundo o autor:

[...] nasceu em Ponta Grossa em 23 de fevereiro de 1908. [...] Fez o Curso Primário no Grupo Escolar Senador Correia, o ginasial no Ginásio Estadual Regente Feijó e o Magistério na Escola Normal Primária de Ponta Grossa, tendo ainda estudado o [chamado Curso] Comercial. Lecionou na Escola Isolada de Olarias, na Escola Isolada da Ronda e no Liceu dos Campos, do qual foi diretora e proprietária. Em 1937, [...] a normalista Maria Eulina Santos Schena [foi nomeada] para o cargo de auxiliar da cadeira de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, onde

lecionou até aposentar-se. No mesmo ano, foi nomeada regente de uma das cadeiras da Escola de Aplicação, e o interventor interino do Estado nomeou-a professora auxiliar da Escola de Professores de Ponta Grossa. [...] Participou de inúmeros congressos e seminários de Ensino Normal em Londrina, Curitiba e Maringá, sobre aspectos de Geografia, História, Desenho, Arte Aplicada, Psicometria, Alfabetização, Desenho Pedagógico e outros. [...] Vivia em função de formar professoras livres e conscientes, e muito lutou para realizar uma semana de arte em Ponta Grossa, com a colaboração das alunas do Magistério. [...] Foi correspondente na Academia Feminina de Letras do Paraná e possuía uma extensa biblioteca com autores renomados. [...] (Oliveira, 2002, p. 179-180).

Os escritos de Oliveira (2002) enaltecem a vasta experiência profissional da professora Maria Eulina Schena e sua relação com diferentes campos do conhecimento, além do envolvimento com a Academia Feminina de Letras do Paraná, sinalizando uma apreciação ou até uma tentativa de produção escrita por parte da educadora. O aporte de capital cultural do tipo objetivado na forma de livros também se mostra aparente. Já a professora Armida Frare, parceira de Maria Eulina Schena e Ida Bentim Lacerda na elaboração de *A Escola*, foi assim retratada por Oliveira (2002, p. 169):

Aos seis anos, Armida entrou para o Grupo Escolar Senador Correia, onde estudou até a 4ª série. Coursou em seguida, na Escola Intermediária, duas séries regidas pelas professoras Judith Macedo Silveira e Lúcia Dechandt. [...] Formou-se professora em 1929. Fez ainda os cursos de Escrituração Mercantil e Datilografia com a professora Miriam Souza e o curso de Enfermagem pela Cruz Vermelha Brasileira. Coursou durante dois anos e meio a Faculdade de Farmácia de Ponta Grossa, que foi extinta por falta de reconhecimento oficial.

Sobre a trajetória da professora Armida Frare em Ponta Grossa, Oliveira (2002) acrescenta que ela atuou na Escola de Aplicação, na Escola Intermediária, na Escola Normal, no Liceu dos Campos, fundando, por fim, sua própria escola, o Instituto Pestalozzi “[...] onde manteve os cursos de jardim de infância e primário, bem como preparatórios para vários concursos: Banco do Brasil, Magistério, Exército e Aeronáutica” (Oliveira, 2002, p. 169). Além disso, Armida Frare, de acordo com Oliveira (2002, p. 169-170):

Criou o primeiro curso preparatório aos vestibulares – o Curso Armida Frare (CAF) -, em parceria com o major Campello. Fundou e foi a primeira presidente do Club Soroptimista de Ponta Grossa, e foi também membro da União Cívica Feminina. [...] Também promoveu inúmeros festivais beneficentes em teatros e clubes locais. Foi candidata a vereadora por três vezes. [...].

Por meio do excerto anterior, podemos perceber que Armida Frare, assim como sua colega Maria Eulina Schena, teve ampla participação na sociedade, circulando por diferentes instituições educacionais e diversos setores sociais, envolvendo-se na criação de clubes e

agregações voltadas para as mulheres e, também, para a cultura. A professora Armida Frare, inclusive, tentou inserir-se no campo político, ao disputar uma cadeira no Poder Legislativo como vereadora do município de Ponta Grossa. Sobre a parceria entre as professoras citadas neste e nos parágrafos antecedentes, os escritos de Bourdieu (2008a, p. 25) nos permitem refletir que:

[...] A proximidade no espaço social, [...], predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, *seus gostos*) e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar, de mobilizar [...]. (Itálico do autor).

A relevância da apropriação do capital cultural pelas mulheres também pode ser verificada em uma edição publicada em 24 de fevereiro de 1946, em uma coluna que circulou no *Diário dos Campos* nos anos de 1940, de forma intermitente, chamada *Livros Novos*. Essa coluna sugeria a leitura das obras e apresentava resumos delas. No artigo aqui referendado, mencionava-se a obra *As cabeças trocadas*, atribuída ao autor alemão Thomas Mann¹¹⁰, traduzido por Liane de Oliveira e E. Carrera Guerra, edição da Livraria O Globo, de Porto Alegre. Não há menção ao primeiro nome do segundo tradutor. No entanto, percebe-se que a primeira tradutora – Liane de Oliveira, possivelmente por dominar o idioma original do manuscrito, estava legitimada para atuar no processo de tradução e foi citada na referência da obra, demarcando um espaço simbólico relevante no campo da escrita: o da tradução.

Segundo Claudio Luiz Oliveira (2017), o papel do tradutor é o de mediador e exige muita responsabilidade, na intenção de não deturpar o sentido original de um texto com termos ou significados inadequados, necessitando, portanto, de conhecimentos sólidos da língua que se pretende traduzir. As autoras Bianca de Lima Reys e Valéria Brisolará (2019) contribuem com esse debate, explicando o papel autoral que o tradutor precisa desenvolver, na direção de que suas escolhas podem alterar o sentido original de uma obra, demonstrando que o campo da tradução apresenta uma dimensão ética que, se não for observada com cautela, pode comprometer a legitimidade do trabalho de tradução¹¹¹. Desse modo, em nossa tese, podemos compreender esse conhecimento específico do campo da tradução como uma forma específica de capital cultural.

¹¹⁰ Trata-se do escritor Paul Thomas Mann, que recebeu o Prêmio Nobel de Literatura de 1929.

¹¹¹ Para mais informações, ver: RICOUER, P. **Sobre a tradução**. Tradução de Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

Assim sendo, neste subtópico discutimos algumas situações em que os capitais, compreendidos conjuntamente e, também, de forma isolada, contribuíram para legitimar a escrita feminina nas páginas do *Diário dos Campos*, por meio de diferentes publicações. Essas contribuições ao periódico englobaram desde anúncios de mulheres oferecendo seus serviços profissionais, passando por escritoras que circulavam em outros espaços letrados, como Emília Dantas Ribas, até chegar às produções de professoras que, além de exercer a docência em suas escolas, também escreviam e elaboravam diferentes produções textuais, entre outros exemplos de mulheres que escreviam. Em todas essas situações, alguma modalidade de capital, ou a combinação de todos ou de alguns deles, estava presente, destacando-se o capital cultural, em seus diferentes subtipos, o qual proporcionou, em maior ou menor grau, que as mulheres pudessem adentrar no ambiente letrado representado pelo jornal *Diário dos Campos*.

Além disso, neste subtópico, a compreensão sobre a escrita feminina abarcou as experiências esporádicas de mulheres que escreviam e de escritoras que estavam construindo ou que já haviam consolidado suas carreiras. De toda forma, constatamos a relevância dos capitais como legitimadores da escrita feminina no *Diário dos Campos*, tanto na inserção como na manutenção desse espaço pelas mulheres. Desse modo, no próximo subtópico, trataremos de uma situação específica envolvendo as mulheres e seu processo de construção no universo da escrita.

3.3.2 “A democracia é a causa suprema das mulheres”: Enquete acerca do direito ao voto feminino

O título deste tópico - *A democracia é a causa suprema das mulheres* - foi publicado na edição 30 de setembro de 1943 e tinha o objetivo de trazer à baila a discussão sobre os direitos políticos femininos. Escolhemos este título para este subtópico porque ele se relaciona com a luta por um desses direitos, especificamente o direito ao voto, considerando que ele perpassa (ou deveria perpassar) pelo poder de escolha, de autonomia, de posicionamento e tomada de decisão.

Apesar dessa matéria ter sido veiculada onze anos depois dos acontecimentos que discutiremos na sequência, ainda assim, optamos por trazê-la aqui, especificamente neste item, para demonstrar que a luta das mulheres por isonomia e acesso aos mais diferentes campos de atuação é histórica.

Assim sendo, constatamos que a relevância sobre o aporte de diferentes modalidades de capital se fez presente em uma enquete publicada em algumas edições do *Diário dos Campos*

no ano de 1932, período de efervescentes discussões sobre o direito ao voto feminino. Nessa enquete, diversas mulheres da sociedade ponta-grossense foram entrevistadas pelo periódico, oportunizando que diferentes opiniões sobre o assunto fossem publicadas nas páginas do jornal. Essas características dialogam com o que as autoras Vanali, Kominek e Bober (2023, p. 62) assinalam sobre o processo que culminou com a aquisição do direito ao voto feminino no Brasil:

As conquistas mais consistentes das mulheres, no campo legal, começaram em 1932, com o direito ao voto, a partir da luta das mulheres dentro dos movimentos feministas. Um movimento vitorioso, porém, ao ser um movimento composto, majoritariamente, por mulheres brancas, da elite, não propunha mudanças estruturais mais profundas, inviabilizando discussões, por exemplo, as lutas das mulheres negras.

As problematizações apresentadas nessa última citação vão ao encontro do que encontramos em nossa pesquisa, pois os critérios para a seleção das mulheres que fizeram parte da referida enquete não foram apresentados de modo explícito, no entanto, os elogios e predicados dedicados às apresentações dessas mulheres deixam claro que as participantes detinham um grau considerável de capital econômico, social, e/ou simbólico, fazendo parte de famílias influentes de Ponta Grossa. Além disso, a vinculação dessas mulheres com o nome e a profissão de seus maridos é enfatizada em muitas dessas entrevistas, conforme apresentaremos na sequência.

Assim, além da presença maciça de esposas de figuras ilustres da sociedade ponta-grossense, como ex-prefeito, juiz, médico, advogado, entre outras ocupações, algumas professoras e a escritora Anita Philipovsky também participaram dessa pesquisa, podendo destacar-se como possuidoras de outro tipo de capital, o cultural. As questões direcionadas a essas mulheres foram, de forma geral, as mesmas, com exceção de Anita Philipovsky, conforme explicaremos mais adiante.

Na edição veiculada em 05 de fevereiro de 1932, sob o título *A concessão do direito do voto à mulher: Artigo 2 do Código Eleitoral – É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo*, o jornal *Diário dos Campos* apresentou seu ponto de vista sobre o assunto, trazendo as posições de duas mulheres públicas para auxiliar na problematização:

A concessão do direito do voto à mulher brasileira, expressa no anteprojeto do Código Eleitoral que já está dependendo da assinatura do sr. Getúlio Vargas, não resta dúvida alguma que é uma vitória do feminismo. A sta. Bertha Lutz deve estar radiante! Aliás, a sta. Lutz é uma cientista, que pode falar em nome do bom feminismo. Mais radiante deve estar a sra. Leolinda Daltro, que quer o feminismo extremado de fardão e chanfalho... Vitória legítima do feminismo, resta saber se, no momento atual, será uma concessão benigna, tanto pelo progresso da pátria como pela reivindicação dos direitos da mulher em seu próprio bem, ou se será uma inoportunidade desastrosa. [...] A sta. Albertina Bertha, distinta escritora, uma das mais lídimas inteligências

femininas do Brasil, autora do “Exaltação” e de outros romances de nomeada, assim expressa o seu modo de pensar, e brilhantemente sobre o caso em lide:

- “Nesta fase de transição em que o Brasil se agita, assoberbado por mil problemas a reclamarem uma atuação imediata, penso não ser oportuno bordarmos essa questão que, de resto, não representa uma necessidade premente. Perpassa pelo país uma ânsia forte para estabilizar-se, reter sua unidade. As aspirações da mulher brasileira atualmente devem ser outras; trabalharemos para a grande paz a fim de que os que nos governam possam construir e orientar-se; restaurarmos de Norte a Sul a ideia maravilhosa de fraternização, de igualdade, de um só; auxiliarmos com carinho e solicitude essas Casas de Caridade que ameaçam desaparecer. Como vemos, resta ainda tanta coisa por fazer, corrigir, completar, valores que pedem outros desdobramentos que bem podemos relegar para mais tarde essa adorável obsessão que, afinal, examinada a rigor, virá anreizar a linda indisciplina das nossas horas e empanar a beleza, a poesia da nossa vida. Vida feminina e sentimos a sublimidade do incomprimível, o encanto, o romantismo de uma existência que nos pertence exclusivamente, jardim fechado do nosso eu e da nossa magia. Mistério que suscita todas as curiosidades, mistério que torna a mulher o interesse lírico do homem. Por que essa pressa em nos despersonalizarmos? Não nos iludamos. Tudo o que possuímos de subtil e de admirável será absorvido pelas lides políticas ou será então recalçado para ulteriormente se transformar em alguma triste nevrose. Esperemos”.

Já a sra. Dra. Hermínia de Assis, ilustre membro do Conselho Deliberativo do Sindicato Médico Brasileiro, é vice-presidente da Aliança Nacional das Mulheres, expõe o seu ponto de vista favorável à concessão aludida: - “A mulher brasileira tem revelado, através do exercício de sua atividade nos vários ramos do trabalho humano, muita capacidade e dedicação. É justo, pois, que no ambiente brasileiro tudo esperemos da colaboração feminina nos destinos do país. Sensata, criteriosa, profundamente amiga do lar, a brasileira, por certo, não se descuidará de seus deveres domésticos. Saberá conciliar o exercício de seus deveres cívicos com a nobre missão que lhe cabe na sociedade de esposa e mãe. [...] Nosso país atravessa neste momento uma fase de profunda transformação político-social. E, não seria justo afastar dos direitos políticos a mulher, que nas profissões liberais, nas repartições públicas, no comércio, nas fábricas e no recesso do lar, dá à sua Pátria todo o seu contingente do seu esforço e da sua inteligência”. [...] (DC, 05/02/1932).

Nesse trecho, observamos que a equipe editorial do *Diário dos Campos* cita Bertha Lutz¹¹², destacando sua luta pelos direitos femininos, expressada aqui pelo voto por parte das mulheres e vinculando-a com o campo da ciência, caracterizando-a como cientista, ou seja, como possuidora de capital cultural, possivelmente com a tentativa de legitimar sua posição “[...] em nome do bom feminismo” (DC, 05/02/1932). Outra mulher citada é Leolinda Daltro¹¹³, professora e sufragista baiana que migrou para o Rio de Janeiro e também atuou em busca de maiores direitos para as mulheres. Apesar de o referido periódico considerar uma conquista justa e merecida para as mulheres, ele coloca em dúvida se o momento seria adequado para instituir esse novo direito, questionando se essa empreitada não culminaria em um desastre para as próprias mulheres. Aqui percebemos uma certa relutância em conceder às mulheres a prerrogativa de participar do pleito político e, ao longo das entrevistas que serão apresentadas

¹¹² Para maiores informações, consultar: Karawejczyk (2018).

¹¹³ Para maiores informações, consultar: Karawejczyk (2014).

na sequência, podemos constatar que algumas das mulheres consultadas corroboram essa visão. Bourdieu (2004a, p. 163) colabora nessa análise, explicando que:

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomenclatura legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido. Assim, os títulos de nobreza, bem como os títulos escolares, representam autênticos títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens de reconhecimento.

Sobre a atuação das mulheres no campo da chamada “ciência”, tendo Bertha Lutz como um cânone dessa luta e o ambiente das Ciências Exatas como ponto nevrálgico, Juliana Cardoso Pereira (2019), ao pesquisar a inserção das mulheres nesse espaço e problematizar suas estratégias de manutenção no jogo, pondera que:

Podemos pensar nessa afirmação intelectual e na incessante necessidade de demonstrar a capacidade intelectual dessas mulheres na ciência como um exemplo do efeito do poder referente ao saber, ou seja, há no campo das ciências exatas uma afirmação constante de uma racionalidade e/ou objetividade que, nesse sentido, independia de gênero, como a própria ciência em alguns momentos evidenciou “cientificamente”. Na busca desse ideal científico, as mulheres da ciência lutam pela validação de seu intelecto em oposição ao seu corpo generificado mantendo, de certa forma, as relações de poder estabelecidas. A crítica e a visibilização dessa situação no cotidiano do fazer ciência pode ser vista como uma estratégia de resistência ao poder que mantém as mulheres no jogo de forças estabelecido. Há que se considerar que sempre houve uma proliferação de saberes sobre a capacidade de racionalizar das mulheres no campo das ciências. Em determinados momentos históricos, as mulheres constituíram um saber estratificado que as colocava fora do campo em função de uma suposta não objetividade, não abstracidade, enfim, uma emotividade padrão limitadora de uma análise científica tal como o imaginário das ciências proliferava. Nesse sentido, com a simples entrada no campo das ciências já se tornou perceptível uma estratégia de deslocamento das forças em ação no campo científico, dado que essas mulheres da ciência precisam invisibilizar seus corpos. Ademais, ocorreu uma supervalorização de seu intelecto que, ainda que em microescala, age como uma forma de resistência. No entanto, isso não é condição suficiente para entrar no mundo científico e ali ocupar lugares de poder, dado que seria uma ingenuidade pensar que a ciência se faz por mentes privilegiadas (Pereira, 2019, p. 41-42).

O *Diário dos Campos* cita também o posicionamento da escritora Albertina Bertha,¹¹⁴ que defende que a ideia de que, naquele contexto, o Brasil se encontrava em um período turbulento, não sendo, portanto, o melhor momento para se implementar o voto feminino, alegando que havia outras demandas mais urgentes para serem administradas. Ela ainda argumentava que, ao votarem, as mulheres perderiam sua sensibilidade, além das características típicas que as caracterizavam como mulher, referenciando-se ao tradicional *habitus* que

¹¹⁴ Albertina Bertha de Lafayette Stocker foi uma escritora brasileira que nasceu em 07/10/1880 e faleceu em 20/06/1953.

associava as mulheres à fragilidade e à proteção por outrem. Interessante notar que essas concepções se originavam de uma mulher que era escritora, demonstrando que as mulheres não compartilhavam da mesma agenda de reivindicações e que nem todas compreendiam o significado de ser uma cidadã com direito a escolher os representantes políticos do país. O posicionamento da escritora Albertina Bertha serviu como referência para uma das questões da referida enquete promovida pelo *Diário dos Campos*, conforme mostraremos na continuidade das discussões.

Ainda na edição de 05 de fevereiro de 1932, na parte introdutória, em que o *Diário dos Campos* contextualiza as discussões sobre o voto feminino, a doutora Hermínia de Assis¹¹⁵ (título apresentado pelo próprio periódico), “[...] ilustre membro do Conselho Deliberativo do Sindicato Médico Brasileiro [... e] vice-presidente da Aliança Nacional das Mulheres [...]”, defende que elas possam votar sem a imposição de condições. Os cargos que a doutora Hermínia ocupava são uma demonstração de que ela era detentora de considerável volume de capital social e simbólico, além de capital cultural, indicado pela designação de doutora. Ela argumenta que as mulheres já se encontram inseridas em inúmeros campos sociais, atuando em diferentes ramos do trabalho e, segundo ela, teriam plenas condições para cumprir com responsabilidade o ato de votar. Em outras palavras: a doutora Hermínia explica que o fato de a mulher ainda não poder votar relacionava-se com uma questão de gênero, uma vez que elas já circulavam por outros campos sociais.

Além disso, a doutora Hermínia de Assis reforça que a inserção da mulher no campo político não prejudicaria suas ações no campo domiciliar e que as mulheres conseguiriam articular essas duas atividades de forma harmoniosa. Aqui percebemos a preocupação da doutora Hermínia com o conhecido *habitus* feminino vinculado às funções domésticas, no entanto, isso deve ser compreendido a partir do contexto em questão, pois, se a ideia das mulheres votantes estivesse associada ao rompimento ou abandono de suas atribuições enquanto donas de casa, possivelmente, haveria maiores resistências à participação delas no campo político. Assim, possivelmente, a doutora Hermínia de Assis procurou suavizar a forma de abordar a questão, talvez como estratégia para angariar mais apoiadores e causar menos enfrentamentos que poderiam enfraquecer o movimento pelo voto feminino.

¹¹⁵ Segundo Andrea C. T. Wanderley (2020), Hermínia de Assis era uma médica associada à Aliança Nacional de Mulheres, instituição criada pela advogada Natércia da Cunha Silveira que, juntamente a outras mulheres de diferentes profissões, auxiliavam gratuitamente outras mulheres que necessitassem de seus serviços. Para maiores informações, consultar a obra da autora.

Assim, na edição de 05 de fevereiro de 1932, após as considerações do jornal *Diário dos Campos* sobre o voto feminino, são apresentadas as respostas de Maria Sophia G. Vilela, esposa do ex-prefeito Ernesto Vilela¹¹⁶. Desse modo, ao ser questionada sobre a concessão desse direito às mulheres, a ex-primeira-dama do município de Ponta Grossa respondeu:

Acho essa concessão atualmente desnecessária e até prejudicial, porquanto a necessidade presente para a moralização das eleições exige qualidade de eleitor e não quantidade; os eleitores masculinos mais aptos à luta pela vida independente não satisfazem as boas qualidades de bom eleitor: por que tornar o problema mais complexo com o eleitor feminino que obedecerá por certos pontos mais delicados? [...] A mulher é o encanto e a rainha do lar, não necessita dessas regalias [direito ao voto]. Deve se precaver contra tudo que tender a abalar esse trono de rainha, isso para a salvação da família e do Brasil. [...] O feminismo deve salvaguardar os direitos próprios da mulher, direitos que se coadunam com a sua natureza e não pretender erradamente atribuir-lhe direitos que, por sua natureza, são próprios do homem. [...] (DC, 05/02/1932).

As respostas da ex-primeira-dama demonstram que ela posicionava-se contrariamente à concessão do voto às mulheres, inclusive enfatizava que ele seria “[...] até prejudicial [...]”. Aqui percebemos a retórica de que, para votar, os indivíduos deveriam estar preparados e as mulheres não se encaixariam nesse quesito, reforçando a ideia de que elas deveriam ser tuteladas pelos homens, os quais, já teriam todas as condições para participar das eleições como votantes. Esse ideário vem ao encontro do que Telles (2015) indica, ao explicar que, às mulheres não é dado o direito de formação, alegando que elas não teriam razões para desejarem atuar em determinados campos e sem essa formação, elas não são autorizadas a exercer determinadas atividades, formando um círculo vicioso difícil de encerrar.

Além disso, Maria Sophia Vilela deixa claro que, para ela, não há relevância em lutar pelo direito de poder escolher quem ocupará os cargos políticos e que ela não vê problemas no fato de os homens continuarem definindo, por meio do voto, os representantes de toda uma sociedade. Outro *habitus* construído historicamente e associado ao feminino e que também foi enfocado pela entrevistada diz respeito ao papel da mulher como “rainha do lar”. Na opinião da senhora em questão, a mulher não deveria abrir mão dessa “posição de destaque” no universo domiciliar, corroborando uma representação feminina que defende a pauta de que tudo deve ficar como está.

As ideias contidas nas respostas de Maria Sophia Vilela indicam que, possivelmente, ela não compreendesse o significado por trás do direito de votar, como exercício da cidadania, conforme definição de Botelho e Schwarcz (2013), no sentido de reflexão, escolha e tomada de

¹¹⁶ Foi prefeito de Ponta Grossa de 1896 a 1908.

decisão. Isso pode se dever ao contexto em questão, pois, segundo Scott (1995), sendo as mulheres sujeitos históricos, suas ações não podem ser analisadas sem considerar os aspectos sociais e culturais do período em que vivem. Além disso, pode ser que suas ideias, enquanto produto do meio em que vive, ao considerarmos o montante acumulado dos diferentes tipos de capital de que essa mulher dispunha, tenham impedido - ou talvez dificultado - que ela tivesse condições de analisar sua condição de mulher. Por outro lado, pode ser também que Maria Sophia tivesse convicção sobre suas opiniões e realmente não tivesse interesse em defender o voto feminino, enquanto componente de um estrato social de viés mais conservador.

Em 06 de fevereiro de 1932, Aída Mascarenhas, “[...] esposa do sr. Claudio Mascarenhas e uma das mais fulgentes personagens de nossos meios intelectuais e sociais [...]” expressou seus pensamentos no jornal *Diário dos Campos*, nos seguintes termos:

Pelos processos em uso nos pleitos eleitorais, travados anteriormente, entre o sexo masculino, nos quais a opinião pública foi sempre relegada para o plano secundário, fiquei descrente que a mulher brasileira pudesse interferir, com eficiência, nas questões políticas do país. Entretanto, uma alteração radical no processo eleitoral far-me-á, talvez, mudar de opinião. [...] Vejo nisso que os legisladores do país começam a reconhecer o valor moral e intelectual da mulher brasileira. [...] O grau de cultura da mulher brasileira justifica plenamente essa concessão que, contudo, deverá ser posta em prática com as restrições que as leis devem impor àquelas que não estejam em condições de exercer livremente os direitos políticos. [...] Não se diga que esse fato [de as mulheres poderem votar] virá quebrantar a poesia feminil da mulher, sabido como é que nos grandes centros ela exerce, hoje, com sucesso, sua atividade em todos os ramos do trabalho, concorrendo para o bem-estar da família. Poderá, portanto, concorrer para o bem-estar da Pátria, com igual sucesso (DC, 06/02/1932).

Em suas respostas, Aída Mascarenhas deixa claro o seu posicionamento acerca do voto feminino, defendendo esse direito, no entanto, reservando-o somente àquelas mulheres que tivessem determinado grau de instrução para tal ação, ou seja, para ela, o aporte de capital cultural por parte das mulheres seria determinante para incluí-las ou excluí-las do pleito. Essa concepção de que, para votar, seria necessário a posse de capital cultural, por exemplo, além de dominar as habilidades de leitura e escrita, somente foi derrubada com a Constituição Federal de 1988, em que o voto realmente passou a ser universal para todas e todos os maiores de 16 anos de idade. Ou seja: para Aída Mascarenhas, o pleno exercício da cidadania não estaria reservado para qualquer indivíduo, mas somente para alguns.

Na edição de 11 de fevereiro de 1932, duas mulheres foram apresentadas pelo *Diário dos Campos* como “[...] damas de grande realce na vida social ponta-grossense”, denominadas como Noêmia Sousa Santos e Adelino Debenedicto, esta última apresentada pelo pronome de tratamento “madame”, sem menção direta ao seu nome, sendo referenciada apenas em

associação ao nome do esposo, gerente do Banco do Brasil à época. A senhora Adelino Debenedicto, ao ser questionada sobre a concessão do direito ao voto à mulher, assim respondeu:

Em que pese a opinião contrária de muitos, tenho para mim como uma grande vitória essa agora obtida pelo feminismo, que contou, para alcançá-la, com o concurso de juristas de real valor, como são, incontestavelmente, os autores do projeto do Código Eleitoral em vias de ser transformado em lei. [...] Teoricamente não se pode negar que essa concessão representa uma justa reivindicação do direito político da mulher. [...] não há dúvida de que foi uma bela vitória, mas não me parece que tenha sido conquistada apenas pelo feminismo brasileiro. Teve a apoiá-la, [...] a opinião dos grandes homens que dirigem os destinos políticos do país, sendo, por isso, de crer que ela venha a tornar-se realidade (DC, 11/02/1932).

Em sua resposta, a senhora Adelino Debenedicto não atribui a conquista do voto feminino apenas às mulheres, reconhecendo a relevância do apoio masculino, representado por juristas, os quais, segundo a entrevistada, teriam possibilitado oportunidades e espaços para discussão do tema. Ao ser questionada sobre ser oportuna a concessão do direito ao voto, a senhora Adelino Debenedicto respondeu negativamente, defendendo que esse direito deveria ser postergado, argumentando que:

Entendo que o voto “consciente” só pode ser dado por quem possua uma educação cívica bastante aprimorada. E, se entre nós, o “eleitor”, em regra, se ressentisse dessa qualidade, mormente fora dos maiores centros de cultura, imagine-se o que seria o voto da “eleitora” por esse sertão imenso, Brasil afora! (DC, 11/02/1932).

Pelo excerto anterior, percebemos que, seguindo a mesma visão de Aída Mascarenhas, a senhora em questão aqui, também defendia que somente poderia votar quem dispusesse de “uma educação cívica bastante aprimorada”, ou seja, um certo arcabouço de capital cultural. Ela ainda argumentava que muitas mulheres, especialmente as de regiões longínquas, ou segundo sua própria denominação – “sertão” – não teriam condições de apresentar um voto fundamentado, sendo, por essa razão, não incluídas no pleito.

Ao mencionar a opinião da escritora Albertina Bertha (questão direcionada para quase todas as participantes da enquete), que defendia que “essa adorável concessão” viria a “quebrantar a poesia feminina da mulher brasileira”, a senhora Adelino Debenedicto explicou:

Acho que “essa adorável concessão” [...] deve ser relegada para mais tarde, não propriamente porque “viesse quebrantar a poesia feminina da mulher brasileira”, mas, principalmente, porque esta ainda não possui, em sua grande maioria, o requisito a que nos referimos no item anterior [educação cívica bastante aprimorada para tal], e sem o qual o voto não pode ter a sua linda e legítima significação (DC, 11/02/1932).

A concepção da senhora Adelino Debenedicto defende que a formação educacional deve ser precedida como preparação para o voto. Para sustentar essa opinião, ela argumenta que é necessário consciência, explicando que se os homens já a tinham de forma duvidosa, mais sofrível ainda seria a situação das mulheres quanto a esse quesito. Esse entendimento remete a um *habitus* construído ao longo dos tempos e que prega a ideia de que o homem teria maior senso crítico que a mulher, mais discernimento, talvez por estar associado a um chamado *habitus* masculino racional e a mulher a um *habitus* tido como mais sentimental, que a impediria de agir de forma lógica e coerente (Souto, 2019; Soihet; Soares; Costa, 2001).

Na mesma enquete estava presente a visão de Noêmia Sousa Santos, “[...] professora normalista e digníssima esposa do dr. Manoel Soares dos Santos, conceituado causídico [...]”. Essa mulher também defendia que, inicialmente, suas congêneres deveriam desenvolver senso crítico e consciência sobre a relevância do voto. Só depois disso é que esse direito deveria ser concedido a elas. Noêmia Sousa Santos não compreendia que, à medida que algumas mulheres questionaram as razões em não serem incluídas no processo eleitoral e começaram a reivindicar o direito de votar, o desenvolvimento sobre a relevância dessa consciência já se encontrava em curso aprofundado. Sobre seu ponto de vista, ela explica:

Penso que em todos os Estados da União Brasileira, poucas são as mulheres que podem sentir e compreender o valor do voto: essa concessão não deve ser dada à mulher, enquanto grande parte delas não possa compreender o que, de fato, encerra esse direito concedido. [...] é o resultado de uma campanha intensa, pela qual muito se tem batido as nossas ilustres patricias Bertha Lutz, Rosalina Coelho Lisboa e outras (DC, 11/02/1932).

A partir do exposto por Noêmia Sousa Santos, podemos refletir sobre uma hipótese relacionada a uma argumentação recorrente nas respostas de algumas das mulheres que participaram da enquete promovida pelo *Diário dos Campos*, pautada na defesa de que, primeiramente, as mulheres deveriam ser preparadas, para, em um outro momento, poderem votar. Esse argumento pode ser interpretado como uma forma de ganhar tempo, evitando a concessão imediata do voto à mulher. Se essa hipótese fosse verdadeira, restaria saber quem estaria por trás de sua elaboração? Talvez fossem os maridos dessas mulheres ou a sociedade patriarcal como um todo, característica do contexto histórico em questão. Outro questionamento relacionado a isso: Por que a possibilidade do voto feminino causava tanto incômodo?

Ao ser perguntada se o direito ao voto poderia ser considerado como uma vitória do feminismo no Brasil, Noêmia Sousa Santos respondeu que esse fato só poderia ser considerado positivo “[...] quando todas tiverem a compreensão exata das responsabilidades assumidas [...]”

(DC, 11/02/1932). Sobre ser oportuna a concessão do direito ao voto às mulheres, ela foi enfática ao afirmar: “Acho prematuro, o que poderá redundar em prejuízo desse mesmo direito”. Já sobre a opinião da escritora Albertina Bertha, sobre postergar esse direito, a professora Noêmia corrobora a ideia, indicando que “[...] na época atual, a mulher brasileira encerra em sua alma todo o encanto e poesia da verdadeira mulher, isto é, educada para o lar; para os cargos políticos, necessita ela, desde a infância, de instrução especial adequada a esse fim” (DC, 11/02/1932).

Aqui fica claro que Noêmia Sousa Santos comungava das representações que associavam as mulheres aos cuidados com a casa, com os filhos e com o marido, como o ideal para elas, além da representação que pregava a noção de que a mulher seria incapaz de tomar decisões de forma autônoma (Montero, 2020; Barreiros, 2017; Gomes, 2014). Ao interpretarmos a publicação em que constam suas respostas pelo viés educacional, podemos presumir que um discurso como esse pode disseminar a ideia de que, realmente, as mulheres não possuem condições mínimas para participar do pleito eleitoral, que são incapazes e desqualificadas para tal ação.

Apesar de mencionar mulheres que lutavam pela pauta feminista, ainda assim, ao explicar sua ótica de compreensão dos fatos, ela recorria aos padrões comumente pregados como adequados às mulheres. Sobre isso, podemos conjecturar que mudanças nos *habitus*, ou seja, nos padrões e nos costumes sociais já consolidados, constituem-se em movimentos processuais, desenvolvidos ao longo do tempo e de forma sistemática. Além disso, é interessante notar que a professora Noêmia, apesar de fazer parte do campo educacional, sendo portadora, teoricamente, de algum capital cultural, ainda assim, não compartilhava da implementação do voto feminino já para o próximo pleito.

Em 12 de fevereiro de 1932, Helena Seixas Bevilaqua e Emma de Macedo contribuíram com a enquete acerca do voto feminino, promovida pelo *Diário dos Campos*. A senhora Helena, “[...] digníssima esposa do Exmo. Sr. Dr. Isaías Bevilaqua, integérrimo juiz de Direito da comarca, assim respondeu aos quesitos [...]”:

[...] Penso que essa concessão em nada virá melhorar os costumes políticos do país. [...] Uma vez que o voto feminino não virá contribuir para melhorar os costumes políticos do país, a concessão desse direito poderia muito bem ser dispensada ou, pelo menos, dilatada por muito tempo ainda. [...] O dispositivo [...] sobre o voto feminino] representa, inegavelmente, uma conquista do feminismo no Brasil: esses esforços, porém, seriam mais proveitosos se fossem aplicados na obtenção de outros direitos, tendentes a igualar a condição jurídica dos sexos. [...] (DC, 12/02/1932).

Já Emma de Macedo, apresentada como “[...] virtuosa consorte do dr. Carlos de Macedo, facultativo competente e grandemente conceituado, expressou dessa maneira o seu abalizado parecer:”

[...] Sou de parecer que a mulher não deve interferir na política, porquanto o seu dever é muito mais nobre do que esse, quando tem sua família e sua casa para dirigir. Assim, julgo aos homens somente deveria ser outorgado esse direito. [...] Sobre o lado moral e intelectual da mulher, é justa reivindicação conceder-lhe o direito de voto, mas não creio que uma grande parte saiba aproveitar-se dessa prerrogativa, que me parece mais inerente ao espírito do homem. [...] de fato, é uma vitória do feminismo no Brasil, principalmente porque [...] vemos que os nossos legisladores agora reconhecem o valor moral e intelectual da mulher que, de parte à modéstia, acho que se pode igualar ao do homem, em vista dos cargos que ela já está ocupando com proficiência. Essa igualdade, porém, [...] não se deve estender ao terreno político. [...] Não acho oportuna essa concessão, porquanto sou de opinião que a mulher não deve militar na política; aliás, para ser justa, essa lei deve sofrer muitas restrições, porque só pode ter o título de eleitora e gozar dos mesmos direitos a mulher que estiver em condições de usá-lo [...] (DC, 12/02/1932).

De forma geral, as respostas dessas duas entrevistadas - Helena Seixas Bevilaqua e Emma de Macedo – vêm ao encontro das demais participantes da enquete expostas até aqui, pois ambas concordam que as mulheres somente deveriam receber o direito ao voto se tivessem preparo para isso, enfatizando que a “missão” das mulheres referia-se à maternidade e às questões do ambiente privado do lar. Assim, as duas senhoras argumentavam que as mulheres não deveriam se envolver na política, deixando esse campo a cargo dos homens, uma vez que, eles já estariam aptos para isso. Inclusive, Helena Seixas Bevilaqua defendia que “[...] esses esforços [em lutar pelo direito ao voto feminino], porém, seriam mais proveitosos se fossem aplicados na obtenção de outros direitos, tendentes a igualar a condição jurídica dos sexos”, demonstrando que, para ela, o ato de votar não consistia em uma prioridade ou em um grande benefício para as mulheres, em termos de igualdade de direitos em relação aos homens.

Ao ser consultada sobre o posicionamento da escritora Albertina Bertha, que, de acordo com o *Diário dos Campos*, defendia que o voto feminino seria uma “obsessão” que poderia “quebrantar a poesia feminil da mulher brasileira”, Helena Seixas Bevilaqua afirmou que concordava totalmente com a referida escritora, acompanhada da opinião de Emma de Macedo que corroborou sua resposta, afirmando: “[...] Penso justamente como a escritora patrícia, podendo essa concessão ficar para mais tarde, continuando a mulher a dirigir o seu lar, que é a mais bela, nobre e sacrossanta missão que ela poderá cumprir” (DC, 12/02/1932).

Por meio desses últimos excertos podemos perceber que tanto Helena Seixas Bevilaqua quanto Emma de Macedo acreditam que as mulheres não devem se envolver no campo político, devendo restringir-se ao lar e à família, fazendo jus ao já constituído historicamente *habitus* de

mãe e esposa. As duas entrevistadas até reconhecem que o direito ao voto se constitui em uma vitória das mulheres, mas, ainda assim, concordam em apontá-lo como um direito supérfluo, do qual muitas mulheres não saberão fazer uso, ou então, alegando que existem agendas mais relevantes para serem discutidas, como a “igualdade jurídica entre os sexos”, conforme apontou Helena Seixas Bevilaqua. A afirmação desta participante talvez pudesse ser explicada pelo fato de que, enquanto esposa de um juiz de Direito, ela tivesse a oportunidade de acompanhar algumas conversas ou comentários que envolvessem os trâmites sobre o voto feminino, reproduzindo alguns termos do campo do Direito. De qualquer forma, as duas entrevistadas da edição veiculada em 12 de fevereiro de 1932 foram unânimes em indicar que o campo político não se constituía ainda em um reduto feminino.

No dia 14 de fevereiro de 1932, Adalgisa de Macedo e Amália Ribas de Almeida tiveram suas opiniões acerca do voto feminino expostas nas páginas do *Diário dos Campos*. Adalgisa de Macedo foi apresentada como a “[...] digníssima consorte do sr. José de Azevedo Macedo, abalizado e conceituado clínico [...]”. Já Amália Ribas de Almeida figurou como a “[...] virtuosa consorte do sr. Martiniano de Almeida, abastado fazendeiro e pertencente a uma de nossas mais ilustres famílias [...]”. Inicialmente temos a opinião de Adalgisa de Macedo e, em seguida, a de Amália Ribas de Almeida:

A mulher não deve tomar parte ativa nas lides políticas, nem aspirar às suas posições de destaque. Um óbice, bastante considerável, sublime, se lhe antepõe a essa regalia: a maternidade. Renunciar à maternidade, para se deixar levar pelos afluxos das atividades da vida, públicas ou particulares, inerentes ao homem, seria, para a mulher, o desviar-se da senda da mais sacrossanta missão terrena. Relativamente ao lado prático dessa concessão, não resta dúvida que a mesma desvanece o espírito da mulher: entretanto, a meu ver, nenhum benefício traz ao país. Intelectualmente é mui justa essa cedência, pois que vem patentear a igualdade espiritual da mulher ao homem; contudo, como já disse, é inexequível, considerando a delegação divina e natural da mulher [Adalgisa de Macedo].

Sou inteiramente contrária à concessão do direito de voto à mulher. Temos, nós, as mulheres, missões mais alevantadas a cumprir, e a essas devemos dedicar, nos aconchegos dos lares, os nossos sentimentos de esposa e mãe. Por conseguinte, apeada do seu verdadeiro pedestal, a mulher perderá todo o encanto e toda a poesia feminil (DC, 14/02/1932) [Amália Ribas de Almeida].

Nos excertos anteriores é possível perceber que as entrevistadas defendem que o papel fundamental da mulher vincula-se diretamente com as funções desenvolvidas por elas nos lares, enquanto mães e esposas, caracterizados por dois *habitus* já bastante consolidados ao longo da história sobre as mulheres. Adalgisa de Macedo deixa claro que a mulher não deve se envolver com questões políticas, reforçando o *habitus* de que somente os homens estariam preparados para atuar nesses campos, pois, as mulheres deveriam se dedicar à missão sagrada da

maternidade. Apesar de ela indicar que o direito ao voto feminino consolidaria “[...] a igualdade espiritual da mulher ao homem [...]”, ainda assim, ela afirma que esse direito não traria nenhum benefício ao país, podendo, portanto, ser descartado. Já Amália Ribas de Almeida é enfática desde o início de sua resposta, indicando objetivamente que a mulher não deveria abandonar o pedestal da maternidade para se envolver em campos políticos, pois, caso contrário, abriria mão de “[...] todo o encanto e toda a poesia feminil”, uma vez que, caberia a ela manter o lar harmonioso e acolhedor.

Essas concepções que prescrevem que as mulheres devam adotar determinados *habitus* dirigidos para as obrigações de mãe, esposa e responsável pelo bem-estar da família são corroboradas pelos trabalhos de Anchieta (2020b), em que a autora analisa imagens religiosas de mulheres ao longo da história e, especificamente na obra indicada, ela reitera as representações femininas associadas às posturas de submissão, docilidade e passividade. É ainda interessante perceber nas respostas das duas últimas participantes, assim como, de algumas outras que as antecederam, o argumento de que o direito ao voto feminino seria justo e inegável, porém, ainda assim, as mulheres deveriam abrir mão desse “privilégio” para não comprometerem suas funções, principalmente, de mãe e de esposa, explicando que elas não estariam preparadas para votar, alegando que essa preparação deveria preceder o ato de votar em si, reforçando uma representação que imprime uma ideia de que as mulheres não estariam intelectualmente aptas para arcar com as responsabilidades de seu voto.

Assim, as entrevistadas reiteravam que esse direito não deveria ser negado às mulheres, mas poderia ser postergado, mostrando como a dominação simbólica (Bourdieu, 1989, 2017) estava presente nas subjetividades dessas mulheres que não questionavam o fato de elas serem impedidas de votar, apenas pelo fato de serem mulheres, indicando que essa era uma questão de gênero. A partir disso, podemos perceber que essas mulheres não compreendiam o voto como uma forma de participação na sociedade, uma vez que, até o momento, somente os homens escolhiam os governantes e, assim, elas eram completamente excluídas do processo. No entanto, a considerar o contexto histórico em questão, devemos lembrar que, possivelmente, essas posturas se devam a séculos de silenciamentos e invisibilidades a que as mulheres foram expostas, tornando realmente difícil mudar radicalmente de posição em um período curto de tempo, pois, conforme nos ensina Bourdieu (2004a, 2008a, 2008b), os *habitus* são conformados ao longo do tempo e não mudam de forma repentina, mas, a partir de um novo processo de conformação em que muitos fatores cooperam.

Sobre isso, em uma publicação de 1932, atribuída ao padre Leonel Franca, Cecília L. Rangel Pedrosa e Alceu Amoroso Lima (1932), cujo título é *Os católicos e o voto*, nº 1,

vinculada à Liga Eleitoral Católica, os autores, dentre eles, uma representante feminina, são incisivos quanto ao papel da mulher enquanto votante e destacam:

Deixemos de lado a preguiça. Que todos vejam que as católicas sabem cumprir o seu dever para com a sociedade, tão bem como o cumprem para com o seu marido, os seus filhos. Que cada uma procure a junta eleitoral de sua paróquia. Que se transforme cada uma em uma propagandista do cumprimento do dever eleitoral, dizendo sempre e sempre e persuadindo pela grande força que é a repetição: “a ninguém é permitido ficar inativo quando a religião ou a pátria estão em perigo” (Franca; Pedrosa; Lima, 1932, p. 17).

O excerto anterior, elaborado por Cecília Rangel Pedrosa, com o apoio de um representante da alta cúpula da Igreja Católica – Leonel Franca -, em parceria com um membro relevante do laicato católico brasileiro – Alceu Amoroso Lima¹¹⁷ – demonstram a preocupação desse segmento religioso com a questão do voto feminino durante as efervescências dessas discussões em 1932. O sufrágio feminino é defendido pela Liga Eleitoral Católica¹¹⁸, sublinhando o argumento de que as mulheres católicas, ao votarem, não deixariam de cumprir com seus outros compromissos que seriam o de cuidar dos filhos, da casa e do marido, podendo, portanto, participar dos pleitos enquanto votantes. Aqui constatamos novamente a preocupação em explicar que o voto feminino não comprometeria as funções atribuídas às mulheres em relação aos cuidados com a casa, marido e filhos.

Talvez o esforço em justificar que o voto feminino não atrapalharia o bom andamento das chamadas “obrigações” das mulheres fosse realmente necessário para se contrapor aos argumentos de quem alegava que elas não deveriam votar, para não deixar de cumprir com suas responsabilidades. Além disso, podemos refletir sobre qual seria o verdadeiro interesse da Igreja Católica em incentivar o voto feminino. Talvez essa instituição acreditasse realmente que as mulheres deveriam participar efetivamente do conjunto de atribuições que compõe o exercício da cidadania, constituindo-se o voto em uma dessas principais ações. Por outro lado, pode ser que o interesse do catolicismo fosse em promover a tutela dessas mulheres votantes, as quais se constituíam em número significativo de participantes. Ou seja: se as mulheres estivessem sob o amparo – ou sob o controle – da Igreja Católica, esse percentual votante poderia mostrar-se bastante interessante, podendo, inclusive, definir o resultado de uma eleição. Esse ideário se

¹¹⁷ Para maiores informações, consultar a obra de Oriomar Skalinski Junior (2015), intitulada *Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular*.

¹¹⁸ A Liga Eleitoral Católica constituiu-se em um movimento suprapartidário que preocupou-se em articular os interesses católicos nas discussões desenvolvidas na constituinte de 1933. Para maiores detalhes sobre esse movimento e a participação do padre Leonel Franca, consultar Oliveira e Campos (2020).

relaciona com as reflexões presentes na publicação de Franca, Pedrosa e Lima (1932, p. 15), acerca da participação das mulheres católicas no processo de voto, ressaltando que:

Não fomos nós, senhoras católicas, que pedimos o voto feminino. Muitas dentre nós preferiríamos deixar o voto aos homens e continuar como dantes, na bela imagem de Ozanam¹¹⁹, a conduzir o mundo à guisa dos Anjos da Guarda, conservando-se sempre invisíveis. Uma vez que nos deram o direito de votar, criando-nos assim o dever de votar, cumpriremos serenamente este dever. Não nos intimidarão as opiniões mais ou menos justas, as alterações provocadas já pela nossa humilde condição de uma unidade na grande força que é o sufrágio universal.

Assim, ao pensarmos no senso de jogo, definido por Bourdieu (1989, 2004a) como a compreensão do que pode ser realizado, a partir das regras explícitas e tácitas presentes nos campos e nas relações sociais, pode ser que a Igreja Católica tenha calculado que, incentivar as mulheres a votarem, poderia constituir-se em uma boa estratégia para angariar – ou se manter – no poder. Nessa dinâmica, o auxílio por parte de outras mulheres, escolhidas pelo movimento católico para a conquista de novas adeptas, também mostrou-se oportuno, como demonstra Evelyn de Almeida Orlando (2017, p. 103), ao problematizar a trajetória de Maria Junqueira Schmidt, uma intelectual e educadora católica, que trilhou um caminho para além das salas de aula do antigo ensino primário e “[...] representou os interesses da Igreja em postos que ocupou junto ao Estado”, conforme salienta a autora, ao explicar que:

A conquista desse lugar na cena pública revela um poder social que as mulheres foram conquistando nesse entrecruzamento da Igreja e da República, revestido de um caráter de “missão” traduzido em diversas formas de intervenção na sociedade como um prolongamento da fé e da moral católica, balizadoras de suas ações. Desse ponto de vista, as mulheres se tornariam excelentes auxiliares no projeto de recristianização da nação brasileira, pela (re)produção de uma cultura católica [...] (Orlando, 2017, p. 109).

Ao retornarmos para a enquete promovida pelo *Diário dos Campos* e mencionarmos o campo educacional, nos deparamos com as respostas da professora Eleonora Amaral de Angelis, “[...] digna consorte do professor Nicolau Meira de Angelis e elemento de escolha de nosso magistério público”, que teve sua participação publicada na data de 23 de fevereiro de 1932. Antes de passarmos para a análise das palavras da referida professora, devemos salientar que ela foi apresentada em referência ao seu marido, o também professor, Nicolau Meira de Angelis, demarcando uma posição muito comum à época para as mulheres, que consistia em

¹¹⁹ Trata-se do beato Frédéric Ozanam, médico e intelectual católico. Fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo.

associá-las aos seus maridos, indicando a tutela masculina junto às ações femininas. Assim se manifestou, seguindo os termos do próprio *Diário dos Campos*, a “talentosa educadora:”

A mulher deveria ter o direito do voto se ela educa um povo, formando-lhe o caráter, aperfeiçoando-lhe a inteligência, por que motivo não concorrer ela com o seu voto para a escolha de um governo? Acho muito razoável que a mulher possa votar. A reivindicação do direito político da mulher será concessão mais do que justa: é direito inalienável e sagrado. E se a mulher brasileira desfrutá-lo um dia, não será isso o triunfo da sua causa, senão da própria nação. Essa concessão é oportuníssima, e examinada a rigor, não viria quebrantar a poesia feminil da mulher brasileira, porque se o direito do voto não tornou o homem mais prosaico, mais burguês perante os olhos da mulher, por que razão não haverá o homem de admirar na mulher as ressonâncias patrióticas das campanhas eleitorais? Desde que a nova lei eleitoral não respeite a qualidade do eleitor, não o selecione, não dê a mais absoluta das garantias para que a verdade triunfe da mentira, mil vezes melhor não interessar a mulher na inverdade das urnas; mil vezes melhor deixá-la no lar para que n’alma feminina não entre também o germe da descrença nos destinos da pátria (DC, 23/02/1932).

Em sua participação, percebemos que a professora Eleonora Amaral de Angelis defende o voto feminino, afirmando que ele seria um “[...] direito inalienável e sagrado”. No entanto, ela utiliza uma alegação diferente das demais mulheres que apresentamos até aqui, pois, após explicar que não haveria razão para o homem rejeitar uma mulher pelo fato de ela se constituir em uma eleitora, a referida professora argumenta que, se for para a mulher participar de um pleito corrompido pela mentira e pela falsidade, seria melhor que ela se restringisse ao seu ambiente habitual, ou seja, o lar, deixando esse espaço depreciativo e adulterado para os homens. Essa concepção fulgura a uma conhecida imagem feminina associada como algo puro e imaculado, que não pode ser desvirtuado, conforme aponta Anchieta (2020b), no segundo volume de sua trilogia sobre as representações das mulheres no Ocidente. Talvez houvesse também, por parte da professora Eleonora, uma preocupação em relação ao desprezo que as mulheres poderiam sofrer ao desejarem votar, demonstrando, mais uma vez, as reverberações de uma sociedade patriarcal.

Sobre o posicionamento da professora Eleonora Amaral de Angelis, também podemos cogitar que sua explicação para impedir a liberação do voto às mulheres estivesse pautada na representação de que as mulheres precisam ser protegidas e que ambientes hostis, como a política, não seriam indicados para elas, devido à sua suposta fragilidade e sensibilidade. Talvez essa também fosse uma forma de protelar a inserção das mulheres nesse meio, apelando para representações que reforçam a imagem de delicadeza e de incapacidade femininas, vigoradas ao longo de séculos.

Em relação à trajetória de Eleonora Amaral de Angelis, os pesquisadores Denis Rafael Albach e Luísa Cristina dos Santos Fontes (2004, p. 261) explicam que ela:

[...] vem de uma geração de antecedentes caracterizados por laços poéticos. Nascida na cidade de Guarapuava no dia oito de julho de 1905, Eleonora era licenciada em Letras Neolatinas em Ponta Grossa e foi professora pela Escola Normal. Lecionou Latim, Português e História. Foi também diretora do Grupo Escolar Prof. Júlio Teodorico. Descendente da decana das poetisas paranaenses Maria Cândida de Jesus Camargo, é irmã do poeta Otávio Camargo e prima da acadêmica Mary Camargo.

Sem desconsiderar que, apesar de possuidora de grande contingente de capital cultural, social e simbólico, conforme demonstrado pela citação anterior, ainda assim, Eleonora Amaral de Angelis era uma mulher de seu tempo e, como tal, defendia concepções que compreendiam a imagem de mulher ideal como uma figura íntegra ou virtuosa, conforme comentamos anteriormente.

Na edição de 24 de fevereiro de 1932, Anita Philipovsky, referenciada pelo *Diário dos Campos* como “[...] a talentosa prosadora conterrânea [...]”, apresentou sua opinião à referida enquete. Como nesta data Anita encontrava-se enferma, o próprio periódico explicou que procurou não a importunar demasiadamente, dirigindo-lhe apenas algumas perguntas. No entanto, suas respostas mostraram-se relevantes, conforme a própria autora salienta ao final de sua participação à enquete. Além disso, a forma como o *Diário dos Campos* anuncia a participação da escritora demonstra o capital social e simbólico que Anita construiu junto à equipe editorial do jornal, sendo considerada como uma representante das mulheres na cidade de Ponta Grossa e reconhecida como uma colaboradora do periódico. Anita Philipovsky também pode ser caracterizada pela constituição de um *habitus* de intelectual, pois, mais uma vez, o *Diário dos Campos* assim a apresenta aos seus leitores.

Em sua participação na referida enquete, Anita Philipovsky enfatiza a necessidade de trazer à tona a discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres, frisando que tudo que os homens sentem, as mulheres também sentem. Ela ainda salienta que sua postura não advém somente da perspectiva sentimental ligada à questão de ser feminista, reforçando o viés material que, segundo a escritora, se constituiria no que realmente importa para a sociedade:

Ouvindo a opinião da mulher ponta-grossense sobre a concessão do direito ao voto à mulher, não podíamos prescindir do parecer da distinta senhorita Anita Philipovsky, uma das mais rutilantes fulgências de nossa intelectualidade feminil e nossa apreciada colaboradora. [...] “Sou, sempre fui e sempre serei feminista. Tal é o meu partidarismo nesse ponto que, mesmo pelo prisma não romanesco, julgo que as beletrizes refulgem simpatias a quem quer que seja. E, em alimentando assim esse ideal de justiça, não posso deixar de ser favorável à concessão do direito do voto à mulher”. “Se ser feminista apenas pelo lado sentimental? Não. Tanto é assim que, como cernentemente ao assunto em apreço, vou encarar a questão pelo lado material, que é o que mais interessa. Faço-o em poucas e expressivas palavras: não são os homens, apenas, que têm estômago; nós, as mulheres, também o temos” (DC, 24/02/1932).

Anita Philipovsky, a partir de sua participação na referida enquete, rompe com um padrão de respostas que defendia a inclusão das mulheres no sufrágio, porém, ao mesmo tempo, apresentava diferentes justificativas para adiar a concessão desse direito, ora alegando que as mulheres precisavam ser preparadas antes de assumir tal direito, ora enfatizando que elas deveriam continuar se ocupando da missão da maternidade, ora que a função de votar iria apagar as qualidades feminis, ora afirmando que votar consistia em ato de muita responsabilidade, enfim, vários argumentos foram apresentados ao longo das respostas para evitar que as mulheres pudessem votar. Assim, Anita Philipovsky, como o próprio periódico endossa, é taxativa e salienta que sua defesa pelas mulheres, ao expressar de forma clara - “Sou, sempre fui e sempre serei feminista” (DC, 24/02/1932) – vincula-se a uma posição que visa a resolutividade das questões, ou o lado prático das coisas, superando, assim, o viés sentimentalista, tão associado às mulheres.

As respostas de Anita Philipovsky vão ao encontro do que aponta Fontes (2014, p. 34), ao defender o potencial crítico e questionador que pode ser expresso por meio da escrita feminina, uma vez que:

A literatura de autoria feminina (assim como de outras minorias) precisa criar, politicamente, um espaço próprio dentro do universo da literatura mundial mais ampla, em que a mulher expresse a sua sensibilidade a partir de um ponto de vista e de um sujeito de representação próprios, que sempre constituem um olhar da diferença. A temática que daí surge será tanto mais afetiva, delicada, sutil, reservada, frágil ou doméstica quanto retratará as vivências da mulher no seu dia a dia, se for esta sua vivência. Mas o cânone da literatura (principalmente o de autoria feminina) se modificará muito se a mulher retratar vivências resultantes não de reclusão ou repressão, mas sim a partir de uma vida de sua livre escolha, com uma temática, por exemplo, que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas “domésticas” e “femininas” e ainda de outros estereótipos do “feminino” herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje.

Em 25 de fevereiro de 1932, a professora Maria Luíza Ruth Junqueira participou da enquete, expondo suas opiniões e defendendo que julgava o voto feminino como “[...] uma justíssima reivindicação”. A professora Maria Luíza justifica suas respostas, demonstrando conhecimento sobre as lutas femininas e os nomes que se destacam nesse cenário de disputas, como Bertha Lutz, Selva Americana, Alzira Reis e Elvira Komel¹²⁰, além de se referir a outros países em que o voto feminino já havia sido consolidado. Ela também se contrapõe à opinião

¹²⁰ Para maiores informações sobre o movimento das mulheres pelo direito ao voto no Brasil, consultar Souza (2018).

da escritora Albertina Bertha, que defendia que o direito das mulheres ao voto ainda poderia ser protelado por mais algum tempo.

Com isso, a professora Maria Luíza Ruth Junqueira demonstra que conhecia o cenário do momento, justificando seu posicionamento a partir de dados do contexto em questão, referenciando nomes e situações como forma de sustentar sua argumentação. Essa postura subsidia o desenvolvimento de um novo *habitus* feminino, baseado na citação das conjunturas e discussões que agitavam os anos de 1930, contrapondo-se ao *habitus* já consolidado de que as mulheres só entendiam de sentimentos e de assuntos relacionados ao lar.

Aqui, no entanto, vemos claramente que a professora Maria Luíza discorria sobre um tema político. Além disso, a educadora problematiza o papel da mulher em consonância com os avanços em termos de participação em diferentes cenários como o econômico, o político e o social, por exemplo. Em sua visão, o voto feminino constitui-se em uma vitória, sendo compreendido como relevante pelas brasileiras, conforme pode ser verificado a seguir:

D^a. Maria Ruth Junqueira, competente e digna componente de nosso magistério público, e brilhante intelectual conterrânea, comprou-se em nos enviar “*per-scriptum*” as respostas aos quesitos que lhe enviamos, concernentemente à “enquete” que vimos efetuando, a fim de conhecer e revelar a impressão que a mulher pontagrossense causou o estabelecimento do voto feminino em nossas leis:

- Que nos pode dizer V. Exa. sobre a concessão do direito de voto à mulher?

- Acho que a atual campara feminista tem despertado grande interesse em todo Brasil e considero-a uma das maiores vitórias obtidas, visto ser grande o número de brasileiras que já interpretam o valor do voto. Tudo se negava à mulher em tempos passados: ela não podia pensar nem agir e muito menos emitir opiniões: hoje, porém todos os países estão reconhecendo o seu direito e pedem a sua colaboração nos diversos ramos da atividade humana, quer sejam, moral ou social, econômico ou político. É, portanto, justa a sua pretensão ao direito do voto. [...]. É uma justíssima reivindicação. Penso ser chegada a hora de se lhe reconhecer o direito do voto e estou certa de que o seu concurso não será dispensado, [...]. É nada mais que o resultado de um intenso trabalho, onde serão realçados os nomes de Berta Lutz, Selva Americana, Dras. Alzira Reis Ferreira e Elvira Komel, a distinta comandante do Batalhão Feminino “João Pessoa” [...].

- Acha V. Exa. oportuna a concessão desse direito?

- Acho-a oportuna, nunca é cedo demais para se trilhar a senda do progresso! Tenha-se em mira a França, onde a Câmara dos Deputados acaba de aprovar o direito de voto à mulher. Não se pode dispensar o concurso feminino nas lutas pelo engrandecimento da Pátria, máximo neste momento, em que a Revolução lançou em nossa terra a semente de ideias novas e alevantadas, onde vemos um futuro mais promissor e de mais justiça e progresso.

- Não acha V. Exa., como a Sra. Albertina Bertha, ilustre escritora patrícia, que poderá ser relegada para mais tarde “essa adorável obsessão que, afinal, examinada a rigor, virá quebrantar a poesia feminil da mulher brasileira”?

- Não penso como a distinta escritora patrícia. A concessão do voto à mulher deve ser dada o mais breve possível. Em nada virá esse direito quebrantar a poesia feminil, pois encontro na mulher culta e cônica de seus deveres, maior encanto e beleza. Lembre-se do que nos diz Miss Doris Stevens, presidente da Comissão Internacional de Mulheres: “Afinal, o que é a comunidade mundial? Homens e mulheres, nada mais. É como dizemos em inglês: ‘*mankind and womankind*’”. Isso só e nada mais. Nós, homens e mulheres, nascemos juntos. Deveremos morrer igualmente juntos. Tanto

mais formosa será a vida quando houvermos aprendido a viver juntos, “*in loving kindness*” – gozando juntos as horas do triunfo, sofrendo juntos os reveses e as decepções que obscurem os nossos sonhos (DC, 25/02/1932).

As palavras da professora Maria Luiza Ruth Junqueira, assim como as de Anita Philipovsky, divergem das respostas das demais entrevistadas nessa enquete, pois ela defende que, “Tudo se negava à mulher em tempos passados: ela não podia pensar nem agir e muito menos emitir opiniões [...]” (DC, 25/02/1932) e que agora as coisas estariam mudando e que isso seria resultado de muita luta das mulheres. Interessante perceber que o *Diário dos Campos* citava a escritora Albertina Bertha e sua defesa de que o voto à mulher viria a “quebrantar a poesia feminil”, ao que a professora Maria Luiza rebate, apresentando outra referência para ajudar a sustentar seu argumento, citando Miss Doris Stevens¹²¹, então presidente da Comissão Internacional de Mulheres, que enfatiza que a sociedade é composta por homens e mulheres, ou seja, que todos devem participar de forma igual, não concedendo benefícios a apenas um lado. A partir disso, a professora Maria Luiza Ruth Junqueira complementa, explicando que homens e mulheres devem conviver de forma harmônica, de modo a um auxiliar o outro nas dificuldades, brindando também juntos os momentos felizes.

Aqui percebemos uma mudança de perfil interessante, pois, conforme as próprias palavras da professora Maria Luiza Ruth Junqueira, se antes as mulheres não podiam expor suas opiniões, sua resposta contrapõe esse padrão ao rebater uma colocação do *Diário dos Campos* e mostrar seus argumentos, citando, inclusive, outras referências. Essa postura demonstra uma representação feminina que supera a imagem de submissão, em que apenas se concorda com o que é dito, mas que, ao contrário, não concorda e apresenta subsídios para embasar essa contraposição. Com isso, podemos indicar que a professora Maria Luiza Ruth Junqueira detinha capital cultural suficiente para permitir essa expressão de opinião fundamentada, o que pode ser comprovado pela citação a seguir, em que Oliveira (2002, p. 180-181) destaca os espaços em que a professora Maria Luiza Ruth Junqueira atuou, após concluído o Curso Normal em Ponta Grossa:

Ainda muito jovem, iniciou sua carreira de magistério no educandário Liceu dos Campos e depois lecionou no Grupo Escolar Senador Correia, na Escola de Aplicação e na Escola Normal Primária. Também ministrou aulas na Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, em Ponta Grossa, e na Escola Olegário Maciel, em Castro. Posteriormente, lecionou no Grupo Escolar do Bacacheri e na Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores em Curitiba.

¹²¹ Estadunidense, escritora e defensora dos direitos femininos, entre eles, o voto. Foi a primeira mulher membro do Instituto Americano de Direito Internacional e primeira presidenta da Comissão Interamericana de Mulheres.

Na data de 26 de fevereiro de 1932, a entrevistada foi Berlindes Antunes, esposa do senhor Lysandro Antunes, comerciante e liderança política de Ponta Grossa. Em suas respostas, Berlindes Antunes defende o voto feminino, alegando: “Nada mais justo que esse direito”. Porém, quando questionada se esse direito seria uma concessão justa, ela responde: “Não a considero como uma reivindicação oportuna”, corroborando a defesa propagada por Franca, Pedrosa e Lima (1932, p. 14), ao salientar que “O argumento mais usado é de que votar não compete às mulheres”. Berlindes Antunes, a exemplo de outras entrevistadas que já apresentamos, justifica sua posição dizendo que a mulher ainda não estava preparada para exercer esse direito do mesmo modo que os homens, mas, que quando a mulher receber a mesma educação política oferecida aos homens, ela será capaz de opinar de forma equivalente a eles:

A Exma. Sra. D. Senhorinha Berlindes Antunes, digníssima consorte do sr. Lysandro Antunes, acreditado comerciante desta praça e prestigioso chefe político local, honra hoje nossas colunas, respondendo à inquirição que vimos realizando sobre o dispositivo da Lei Eleitoral, que concede à Mulher brasileira o direito do voto:

- Que nos pode dizer V. Exma. sobre a concessão do direito do voto à mulher?
- Nada mais justo que esse direito.
- Considera V. Excia. essa concessão como justa reivindicação do direito político da mulher?
- Não a considero como uma reivindicação oportuna.
- Considera V. Excia. o art.º 2º do Código Eleitoral como uma vitória autêntica do Feminismo ter conseguido do Governo a decretação do ensino obrigatório, facultando ao brasileiro, desde a infância, uma cultura cívica que, a par da intelectual, pudesse colocar o homem, como a mulher, na senda esplendorosa da civilização, do progresso.
- Quer V. Excia. dizer, então, que não acha oportuna a concessão desse direito?
- Não o acho: não se pode exigir, atualmente, a consciência desse direito da mulher brasileira.
- Não acha V. Excia. que essa concessão poderá quebrantar a poesia feminil da mulher brasileira?
- Quando a mulher estiver educada para exercer os direitos políticos que a sua inteligência, a sua capacidade torna equipolente aos do homem, isto em nada quebrantará a sua poesia feminil, que poderá manter intacta em qualquer das modalidades da vida (DC, 26/02/1932).

Como modo de ilustrar a forma como as chamadas para a referida enquete foram apresentadas no jornal *Diário dos Campos*, ao longo de todas as entrevistas aqui mencionadas, na sequência, encontra-se a imagem com a manchete na primeira página, anunciando a participação de Berlindes Antunes:

Figura 17: Manchete com enquete sobre o voto feminino – Senhora Berlintes Antunes



Fonte: Jornal *Diário dos Campos*, 26/02/1932.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Em 12 de março de 1932, a entrevistada foi Diva Gotuzzo de Souza, “[...] digníssima consorte do sr. Arthur de Santos Souza, gerente do Banco Pelotense, e dama de destaque na chamada sociedade ponta-grossense [...]”. Afirmou a referida senhora:

Sou, por índole e por educação, contrária à intromissão da mulher no domínio da política. Entendo que a missão da mulher, [...], é no lar e para o lar. Qualquer falseamento nesse terreno, é faltar à sua nobre missão. [...] Não deve a mulher, pois, aumentar as atribulações dos seus consortes. [...] Se existe alguma reivindicação a fazer, é, certamente, a de readquirir, a mulher, as atenciosidades respeitadas que vai dia a dia perdendo no afã de igualar-se ao homem, e conquistar-lhe as posições. [...] (DC, 12/03/1932).

Conforme podemos constatar por meio desse posicionamento, a senhora em questão seguia o que a maioria das entrevistadas apontou: que o campo da política não se constituía em um espaço feminino e que as mulheres deveriam se dedicar ao lar e à família, indicando essas atribuições como as verdadeiras missões femininas. Ao ser questionada sobre ser oportuna a concessão do direito de voto às mulheres, Diva Gotuzzo de Souza é taxativa: “Oportuna? Acho-a, além de inoportuna, contraproducente neste momento, em que o nosso país atravessa situação tão delicada. [...]”. Aqui vemos um argumento que já foi apresentado anteriormente, de que o contexto em questão não se encontrava propício para mudanças, sendo prudente, portanto, manter as coisas como estavam. Realmente, conforme indica Bourdieu (1989), a incorporação de um novo *habitus* é algo que ocorre ao longo do tempo e de forma sistemática. A partir disso, podemos compreender que transformações sociais envolvendo questões de gênero, como as que se encontravam em pauta no início dos anos de 1930, realmente deveriam causar polêmica.

As opiniões, concepções e visões de mundo das mulheres entrevistadas na enquete promovida pelo jornal *Diário dos Campos* demonstram que elas defendiam pautas, muitas vezes, diferentes entre si. Essa constatação indica algo pesquisado por Spivak (2014) e já citado anteriormente, no sentido de que as mulheres se constituem em um grupo heterogêneo (ou grupos, no plural), que compartilha de alguns preceitos, mas que, no entanto, em inúmeras oportunidades não coaduna das mesmas agendas de militância.

A partir das respostas das entrevistadas, constatamos que, de forma geral, das treze que participaram da enquete, seis delas indicavam que as mulheres deveriam votar, porém, desse grupo, apenas duas defendiam o voto imediato e as demais alegavam que as mulheres, primeiramente, deveriam ser preparadas para tal ação. As outras sete mulheres, ou seja, a maioria, indicaram em suas respostas que as mulheres não deveriam votar.

No grupo das seis mulheres que defenderam o direito ao voto feminino, ao serem questionadas se essa concessão seria oportuna naquele momento, a maior parte delas indicou que ainda seria prematura a liberação do voto pelas mulheres. Para justificar essa escolha, as mulheres que indicaram essa opção, expuseram argumentos que, apresentados por meio de palavras diferentes, expressavam praticamente a mesma ideia: a de que as mulheres não estariam preparadas para adentrar no campo político, não possuindo o mesmo nível de consciência que os homens para tal atividade. Além disso, muitas delas apontaram que a função primordial da mulher não se encontrava no campo político, mas no universo do lar, reiterando um conhecido *habitus* feminino construído ao longo da história, que é o de ser mãe e esposa.

Exceções se fizeram em alguns casos, como nos das professoras Maria Luíza Ruth Junqueira e Eleonora Amaral de Angelis (com ressalvas), além da escritora Anita Philipovsky, conforme já mencionamos, as quais, talvez apresentassem posicionamentos a favor do voto feminino devido ao capital cultural de que dispunham, sendo professoras e escritora, no caso de Anita Philipovsky. Pode ser que essa condição tenha possibilitado um contato maior com discussões que já ocorriam em outros lugares, promovendo o desenvolvimento sobre a compreensão acerca da relevância do voto feminino enquanto direito e exercício da cidadania. Ou seja: pode ser que a convivência em ambientes letrados tenha possibilita um maior contato com ideias e debates que já se encontravam em desenvolvimento em outros campos, oportunizando uma visão diferenciada sobre o tema em questão. O quadro com os nomes das participantes da enquete, as datas de publicação das suas respostas, a ocupação com que o *Diário dos Campos* as mencionou e o posicionamento em relação ao voto encontram-se no quadro 6, a seguir:

QUADRO 6 - Participantes da enquete sobre o voto feminino

NOME DA PARTICIPANTE	DATA DE PUBLICAÇÃO	OCUPAÇÃO – COMO A ENTREVISTADA FOI APRESENTADA PELO JORNAL	POSICIONAMENTO FAVORÁVEL AO VOTO FEMININO
Maria Sophia G. Vilela	05/02/1932	Esposa de Ernesto Vilela – ex-prefeito de Ponta Grossa	NÃO
Aída Mascarenhas	06/02/1932	Esposa de Claudio Mascarenhas – personagem intelectual e social de Ponta Grossa	SIM
Noêmia Sousa Santos	11/02/1932	Professora normalista e esposa do advogado Manoel Soares dos Santos	NÃO
Senhora Adelino Debenedicto	11/02/1932	Esposa do gerente do Banco do Brasil	SIM
Helena Seixas Bevilaqua	12/02/1932	Esposa do juiz de Direito Isaías Bevilaqua	NÃO
Emma de Macedo	12/02/1932	Esposa do facultativo Carlos de Macedo	NÃO
Adalgisa de Macedo	14/02/1932	Esposa do clínico José de Azevedo Macedo	NÃO
Amália Ribas de Almeida	14/02/1932	Esposa do fazendeiro Martiniano de Almeida	NÃO
Eleonora Amaral de Angelis	23/02/1932	Professora e esposa do também docente Nicolau Meira de Angelis	SIM
Anita Philipovsky	24/02/1932	Escritora e prosadora	SIM
Maria Luíza Ruth Junqueira	25/02/1932	Professora	SIM
Berlindes Antunes	26/02/1932	Esposa de Lysandro Antunes, comerciante e liderança política	SIM
Diva Gotuzzo de Souza	12/03/1932	Esposa de Arthur de Santos Souza, gerente do Banco Pelotense	NÃO

Fonte: Organizado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Essas discussões acerca da enquete sobre a concessão do direito ao voto feminino promovida pelo jornal *Diário dos Campos* remetem a algumas reflexões registradas no já citado diário de Anne Frank, em que ela, ao empreender uma escrita íntima, desenvolvida em um recorte temporal similar ao de nossa pesquisa, algumas vezes toma o tom de desabafo, tão comum entre as mulheres que, muitas vezes, não podiam tornar públicas suas palavras, restando, assim, as páginas dos diários pessoais como testemunhas dos sentimentos, das angústias e dos sonhos dessas mulheres. Em uma dessas passagens, registrada com a data de 13 de junho de 1944 (terça-feira), Anne Frank (2022, p. 327-328) destaca que:

Uma das muitas perguntas que me incomodam é porque as mulheres eram vistas, e ainda são, como inferiores aos homens. É fácil dizer que isso é injusto, mas não basta; realmente eu gostaria de saber o motivo dessa grande injustiça! Aparentemente os homens dominaram as mulheres desde o início por causa da força física; são os homens que ganham a vida, geram crianças e fazem o que querem... Até bem pouco tempo, as mulheres aceitavam isso em silêncio, o que era algo estúpido, já que, quanto mais as coisas demoram a mudar, mais entranhadas ficam. Ainda bem que a educação, o trabalho e o progresso abriram os olhos das mulheres. Em muitos países, elas adquiriram direitos iguais; muitas pessoas, principalmente mulheres, e também homens, percebem agora como é errado tolerar essa situação durante tanto tempo. As mulheres modernas querem o direito de ser completamente independentes. Mas não é só isso. As mulheres devem ser respeitadas também!

A passagem anterior pode estar associada ao *habitus* de leitura de Anne Frank, segundo ela mesma conta em seu diário, *habitus* esse que pode ter potencializado seu gosto pela escrita, alicerçando assim, as problematizações que ela desenvolve nas mais de 300 páginas de seus registros que vieram a se tornar um dos livros mais lidos do mundo. Isso fica claro especialmente no trecho que ela afirma que a educação impulsionou a conscientização das mulheres em relação ao seu valor no mundo, na busca por respeito e a reivindicação por direitos iguais aos dos homens.

Essas reflexões vão ao encontro do que Beauvoir (1980b) assinala em relação à subjugação das mulheres frente aos homens, no sentido de que elas seriam o “segundo sexo”, como demonstração de uma categoria inferior que deveria seguir os preceitos ditos “naturais” que envolvem a maternidade e o papel coadjuvante de companheira do homem, por exemplo. Sobre isso, Anne Frank (2022, p. 329), ainda na escrita do dia 13 de junho de 1944, acrescenta: “Acredito que, no correr do próximo século, a ideia de que é dever da mulher ter filhos mudará e abrirá caminho para o respeito e a admiração a todas as mulheres, que carregam seus fardos sem reclamar e sem um monte de palavras pomposas!”.

Assim sendo, a partir de muitas convergências e discordâncias sobre o direito feminino ao voto, o fato é que, no dia 24 de fevereiro de 1932, o então presidente Getúlio Vargas assinou

o Decreto nº 21.076, concedendo às mulheres brasileiras o direito de votar. Desse modo, “Em 1933, houve eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, e as mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez” (Câmara dos Deputados, s/p, 2021).

Um dos desdobramentos dessa vitória das feministas foi noticiado pelo jornal *Diário dos Campos* em 12 de julho de 1933, em uma pequena nota, porém, de conteúdo extremamente relevante, que divulgava a notícia de que Carlota Pereira de Queiroz¹²², a primeira deputada brasileira eleita, havia recebido seu diploma de parlamentar pelo Estado de São Paulo. A notícia trazia o seguinte texto: “[...] A senhora Carlota Pereira de Queiroz recebeu o seu diploma de deputado à Constituinte. Apesar de ser a primeira mulher brasileira que conquista tão elevado mandato, o ato revestiu-se de grande simplicidade” (DC, 12/07/1933).

Sobre essa escrita, ainda devemos refletir sobre a falta de flexão de gênero do termo “deputado”, utilizado no masculino, haja vista que, até aquele momento, somente os homens estariam autorizados a ocupar o referido cargo, não necessitando, portanto, de uma nomenclatura apropriada para as mulheres, demonstrando que a Língua Portuguesa, enquanto parte da vida social, constitui-se em um campo que também recebe influências das dinâmicas e transformações da sociedade, pois, atualmente, compreendemos o termo “deputada” como algo corriqueiro.

Além disso, podemos refletir sobre as condições que possivelmente facilitaram a eleição de Carlota Pereira de Queiroz. Como ela era médica, escritora e educadora, pode ser que esse conjunto de capitais, tanto cultural, como social e simbólico, tenha favorecido sua inserção no campo político, a partir da circulação em diferentes ambientes, com a possibilidade de angariar contatos em prol da sua campanha. Assim, a eleição de Carlota Pereira de Queiroz demonstra que o voto feminino sempre se constituiu em uma questão de gênero e não de cognição feminina (ou da falta dela), ou de qualquer outra razão, como ao longo do tempo se tentou defender.

Por meio da análise das respostas das mulheres que participaram dessa enquete, pudemos perceber que a maioria delas foram apresentadas como esposas de homens conhecidos na sociedade campestre, como políticos, fazendeiros, médicos, advogados, comerciantes, entre outras ocupações. Além disso, todas essas mulheres pertenciam aos estratos sociais com maior volume de capital, tanto econômico, quanto social e simbólico. Em relação ao capital cultural, especificamente o do tipo institucionalizado, podemos destacar as professoras Maria Luíza Ruth Junqueira, Eleonora Amaral de Angelis e a escritora e poetisa Anita Philipovsky, as quais, por coincidência ou por convicção, foram as únicas que se posicionaram a favor do voto

¹²² Para maiores detalhes, consultar Karawejczyk (2020).

feminino, demonstrando uma consciência sobre o papel da mulher nos tempos que se descortinavam nos idos de 1932, ou seja, um rompimento com a dominação simbólica ou uma subversão da ordem simbólica tradicional (Bourdieu, 1989, 2017, 2023).

A partir dos dados de pesquisa e das análises desenvolvidas até aqui, podemos arriscar algumas observações e reflexões sobre a inserção e a circulação das mulheres no universo da comunicação escrita, representada neste caso, pelo jornal *Diário dos Campos*. Para nos auxiliar nesse desafio, recorreremos às contribuições das autoras Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (2014), as quais indicam que, no contexto atual, as mulheres ainda sofrem com as desigualdades das mais variadas ordens, reafirmando a necessidade de se promover o debate sobre a atuação delas nos mais diferentes espaços, sob pena de perpetuar certos padrões de silenciamento a que elas estiveram historicamente expostas:

Embora a participação feminina seja evidente na política, no campo das profissões e ocupações, ainda não se pode afirmar que o Brasil é um país com equidade nas questões de gênero. Negar que ainda há esse disparate é contribuir e reiterar sua permanência. Os resquícios do patriarcado não esbarram apenas na esfera privada, com violência e desrespeito, mas ocupam também a esfera pública, nas relações trabalhistas, nas ruas, descumprindo leis, direitos e políticas públicas relacionadas às mulheres. Ainda no século XXI, a mulher brasileira, embora seja maioria e participativa, é invisível enquanto mulher em muitos aspectos e situações. (Woitowicz; Rocha, 2014, p. 132).

Ao abordarem o contexto atual, as autoras enaltecem a relevância do debate como uma estratégia para que as temáticas relacionadas às mulheres não fiquem no esquecimento, no sentido de que, se não entrarem na pauta de discussões, corre-se o risco de favorecer a continuidade histórica da pequena presença delas nos mais diferentes setores públicos. Assim, ao comungarmos com essa perspectiva, justificamos, mais uma vez, a elaboração desta tese.

Em relação à participação feminina nas páginas do jornal *Diário dos Campos*, percebemos que ela não se mostrou constante ao longo do período analisado, tanto em termos de temática (quando as mulheres ou assuntos relacionados a elas eram mencionados) quanto em participação efetiva como mulheres que escreviam. Por exemplo, nos anos de 1940, ou melhor, já a partir de 1939, o espaço de escrita feminina, assim como as reportagens e matérias direcionadas para elas, diminuíram muito. Isso pode ser explicado pelo conturbado momento que o mundo enfrentava com a Segunda Guerra Mundial.

Mesmo após o fim da guerra, as questões políticas tomavam conta das páginas do periódico, restando, portanto, pouco espaço às mulheres. Isso pode ser verificado, por exemplo, por meio da coluna “Política Ponta-Grossense”, destinada para a apresentação dos encaminhamentos e articulações relacionados a partidos, cargos e disputas de inúmeras ordens

que se davam em Ponta Grossa, com ênfase para a participação exclusivamente masculina nesses assuntos. Em uma dessas publicações, especificamente a do dia 11 de setembro de 1947, discutia-se nessa coluna sobre a indicação de nomes para a disputa para prefeito da cidade, sendo todas as citações masculinas.

A partir da consolidação de um *habitus* de leitura, o qual favoreceu o desenvolvimento de um *habitus* de mulher que escrevia, elas, aos poucos, foram adentrando o universo letrado e, de forma mais profunda, foram imprimindo suas ideias e críticas na forma escrita. Ao instituir esse campo também como espaço de atuação feminina, as mulheres romperam com alguns estigmas que as impediam de atuar enquanto seres humanos capazes de desenvolver produções em que elas defendiam as propostas nas quais acreditavam.

Ao longo das páginas do jornal *Diário dos Campos*, pudemos perceber diferentes vieses de abordagem das temáticas e conteúdos, tanto aqueles elaborados por homens e direcionados para as mulheres, quanto aqueles atribuídos a elas, dirigidos para elas e, também, para quem mais quisesse ler o que estava sendo produzido.

A obra *A economia das trocas linguísticas*, de Bourdieu (2008c), nos auxilia nessas análises, especialmente ao problematizarmos as quatro abordagens que o autor propõe, a saber: quem escreve, o que se escreve, como se escreve e para quem se escreve. Ao se tratar sobre “quem” escreve, ressaltamos que, neste terceiro capítulo, privilegiamos a análise das mulheres que escreviam que, de forma profissional ou ocasional, participaram do jornal *Diário dos Campos*, por meio da veiculação de seus textos. Percebemos que algumas dessas mulheres eram portadoras de algum grau de capital, distribuído em suas diferentes modalidades, enquanto outras tiveram seus espaços de atuação impulsionados pela participação em atividades filantrópicas e em agremiações.

Ao se observar “o que” se escreve, constatamos que, inicialmente, as mulheres direcionam suas produções para gêneros textuais em que elas possuem uma espécie de autorização para desenvolver, como poemas e afins. No entanto, com o tempo, elas vão conseguindo se inserir em outros campos de expressão escrita, como artigos de opinião, crônicas, elaborando cartas de reclamação, entre outras categorias. Essa análise articula-se com a questão do “como” se escreve, também considerado por Bourdieu (2008c), no sentido do tom de abordagem, mostrando-se ora ameno, enfocando temáticas consideradas alinhadas aos perfis femininos, ora com teor mais incisivo, apresentando cobranças, questionamentos, ou seja, discutindo diversas situações sociais com as quais não concordavam ou pretendiam trazer ao debate.

Por fim, a partir de Bourdieu (2008c), podemos problematizar o “para quem” essas mulheres escreviam, sendo em um primeiro momento, uma escrita talvez direcionada somente para elas próprias, por meio dos já citados poemas de cunho sentimental, conselhos para suas congêneres, espécie de dicas sobre assuntos considerados femininos. Porém, nesse ínterim, também observamos que muitos desses textos destinavam-se para o público em geral do jornal, muitas vezes, demonstrando a intenção de realmente atingir um grande contingente de leitores, conformando um novo posicionamento das mulheres que escreviam.

Em síntese, neste capítulo procuramos problematizar o processo de conformação de um *habitus* de mulher que escreve, favorecido, inicialmente, por um *habitus* de leitura e, também, por algumas outras posturas que facilitaram o desenvolvimento dessa escrita, como as atividades de filantropia e a organização de agremiações e entidades femininas. Ressaltamos que essa perspectiva de escrita feminina foi compreendida em sentido amplo, abarcando as escritoras profissionais, empenhadas em construir uma carreira nesse campo, mas também, as escritoras ocasionais que, em algum momento, contribuíram com alguma modalidade textual ao jornal *Diário dos Campos*.

Discorremos também sobre os gêneros textuais em que essas mulheres expressaram seus pontos de vista, inicialmente por meios de poemas, considerados consonantes com a natureza feminina, especialmente no que diz respeito à evocação de sentimentos, como o amor, por exemplo. Em seguida, analisamos as experiências de mulheres que escrevem em outros campos do universo letrado, como artigos de opinião, relatos de viagem, cartas de reclamação, entre outros, demonstrando, com isso, como esse processo de escrita feminina foi se desenvolvendo. Para isso, foi importante compreendermos como as diferentes categorias de capitais foram mobilizadas, de modo a favorecer, alavancar e até propiciar condições para que as mulheres conseguissem se expressar por meio de suas produções escritas, enfatizando aqui, as três modalidades de capital cultural, especialmente o institucionalizado.

Por fim, problematizamos a enquête acerca do voto feminino, realizada em 1932, em que diferentes mulheres da sociedade campestre, predominantemente pertencentes aos círculos sociais com maior aporte de capital, tiveram a oportunidade de expor suas opiniões sobre o direito da mulher em votar e ser votada. Essa enquête nos possibilitou perceber que, de todas as entrevistadas, apenas duas professoras e a escritora que faziam parte do seletivo grupo consultado, foram as que defenderam que esse era um direito legítimo da mulher, sinalizando um possível desenvolvimento de uma conscientização acerca dos novos papéis sociais que as mulheres estavam assumindo e indicando a relevância do capital cultural nesse processo. Optamos por discutir a temática do voto feminino aqui nesta tese, no sentido de que, ao poderem

participar do pleito eleitoral, as mulheres também estariam exercendo uma forma de protagonismo, de escolha, de defesa de posições, refletindo, pensando, elaborando argumentos, julgando prós e contras, enfim, participando da vida em sociedade.

Assim sendo, o propósito deste capítulo foi apresentar as práticas de escrever das mulheres e os seus posicionamentos no jornal *Diário dos Campos*, discorrendo sobre as diferentes vertentes de escrita feminina, expondo e comparando as temáticas e as representações dessas publicações, com o intuito de mostrar as homologias e as não homologias entre elas, assim como as permanências e as singularidades existentes. Para isso, abordamos como, ao longo do tempo, desenvolveram-se tentativas de legitimação da escrita feminina em meio ao domínio da escrita masculina, superando os gêneros textuais comumente associados a elas, apresentando textos, reportagens, temáticas e conteúdos que demonstravam a construção de práticas de escrita femininas com um certo grau de autonomia e um posicionamento com algum grau de independência, nos termos definidos pela sociologia de Bourdieu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática que norteou a elaboração desta tese refere-se à educação das mulheres. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as representações de educação das mulheres, especificamente no que respeita a um *habitus* de leitura e à prática de escrever no jornal *Diário dos Campos*, no período de 1909 a 1950.

No primeiro capítulo, nosso intuito foi discutir a constituição do jornal *Diário dos Campos* no contexto de mudanças do início do século XX, notadamente de urbanização, de defesa da escolarização das mulheres e de expansão do jornalismo. Com esse propósito, expusemos parte da historiografia de Ponta Grossa, cenário de nossa fonte de pesquisa, sublinhando alguns acontecimentos que marcaram a constituição da cidade, como o regime das sesmarias, o Tropeirismo, a implantação da estrada de ferro e os principais eventos relacionados a ela, como a indicação de Ponta Grossa como o centro do Paraná. Esse entroncamento foi oportunizado pelas ferrovias que passavam pela região, que trouxeram movimentação e dinamismo para os Campos Gerais, promovendo um discurso de desenvolvimento cultural, econômico, político e social, assim como de apagamento de outras experiências.

Para abordarmos a conformação de nossa fonte de pesquisa, o jornal *Diário dos Campos*, ainda no primeiro capítulo, optamos por demarcar algumas das características de Ponta Grossa e discorrer sobre a relevância que a estrada de ferro teve para a região. Assim, explicamos o processo de constituição desse periódico que conta com mais de 100 anos de existência, fundado por Jacob Holzamnn, um russo-alemão, admirador das Artes e que se preocupava em criar um jornal escrito para Ponta Grossa, como forma de desenvolvimento do município e da região dos Campos Gerais. Ao tratarmos do *Diário dos Campos*, aproveitamos para discorrer sobre algumas características da imprensa brasileira e em como o periódico ponta-grossense se inscrevia nessa dinâmica.

Após situarmos o panorama interiorano em que nossa fonte de pesquisa foi fundada e se desenvolveu ao longo do tempo, discutimos o conceito de gênero, elencado como categoria nesta tese, enfatizando as análises sobre os papéis das mulheres a partir de uma compreensão histórica e social, considerando cada contexto específico e as complexas relações sociais travadas entre os indivíduos. Para isso, recorreremos à teoria relacional de Bourdieu (1989, 1996, 2004a), principalmente, a partir dos conceitos de capital, *habitus* e campo, conceitos esses que permitiram a interlocução com o conceito de representação, proposto por Chartier (1991, 2011).

No capítulo 2, problematizamos os textos escritos para as mulheres ou sobre elas que condicionaram a constituição do *habitus* de leitura e constatamos que as mulheres, ao longo do

tempo, foram referenciadas, em alguns momentos, como deusas e anjos, relacionadas à bondade, à pureza e à resignação. Já em outros momentos, elas foram tratadas como seres perigosos, que poderiam destruir a vida dos homens. Essas diferentes percepções foram retratadas em forma de frases de efeito, as chamadas “máximas”, além de poemas, crônicas, cartas, conselhos, entre outros gêneros textuais. Constatamos também a associação das mulheres com a esfera dos sentimentos de todas as ordens, como o amor e a tristeza, com uma predisposição para expor o choro, a alegria, a frustração e a angústia, como um reforço às representações em que as mulheres surgem como fracas ou desequilibradas.

Na exposição do segundo capítulo, as mulheres foram exaustivamente associadas às representações de mãe, esposa e dona de casa, em publicações que fortaleciam esses *habitus* historicamente vinculados à imagem feminina. Isso pode ter ocorrido com o propósito de realmente reforçar o que se esperava das mulheres, como uma espécie de confirmação dos papéis sociais reservados a elas ou de manutenção de uma ordem simbólica tradicional. Ou então, a recorrência de publicações com esse teor tivesse o objetivo de deslegitimar qualquer tentativa de se mudar o que já estava posto, como uma interdição para aquelas mulheres que ousassem tentar subverter a ordem simbólica já realizada.

Além disso, outra representação feminina bastante frequente nas páginas do *Diário dos Campos* foi a das mulheres professoras, principalmente, de crianças, as quais, geralmente eram elogiadas pelo corpo editorial do periódico, que as adjetivava como: esforçadas, dedicadas, aplicadas, zelosas, afetuosas, devotadas, entre outros denominações. Ao mesmo tempo, em outras publicações, as professoras eram recriminadas por suas posturas, contrariando o *habitus* professoral que defendia um comportamento moral exemplar, que compreendia a profissão docente como uma missão feminina. Essas publicações sugeriam que nem todas as mulheres se enquadravam nessa representação de professora abnegada e que lecionava somente por amor, quebrando, novamente, uma ordem simbólica tradicional que se referia ao chamado *habitus* docente feminino.

O *Diário dos Campos*, ao promover a circulação de notícias e reportagens com outras representações femininas, também colabora para colocar em xeque esses velhos *habitus*, ajudando na desconstrução dessa representação de mulher bondosa, resignada e submissa. Assim, ao mesmo tempo em que o periódico publicava matérias com representações ditas mais tradicionais das mulheres, havia um certo movimento de resistência, por meio da veiculação de matérias em que as mulheres eram apresentadas em postos com mais autonomia.

A partir disso, podemos indicar que essas publicações continham representações de educação de mulheres, pois, ao mesmo tempo em que essas matérias e artigos buscavam sugerir

às mulheres o que elas deveriam fazer - recorrendo a *habitus* historicamente associados a elas -, outras “sugestões” também eram veiculadas, porém, com propostas consideradas inovadoras para o contexto. Essa mudança de padrão nas publicações pode ter ocorrido devido às inúmeras mudanças que o Brasil e o mundo viviam entre os anos que compõem nosso recorte temporal e, certamente, as reverberações dessas mudanças também afetaram Ponta Grossa. Talvez, o principal evento dessa espécie tenha sido a Segunda Guerra Mundial, possibilitando que as mulheres se inserissem em espaços, até então, pouco comuns para elas e, também, avançassem em áreas em que a presença delas ainda era incipiente.

Aqui podemos pensar em mulheres que foram retratadas em atitudes que exprimiam maior autonomia, em atividades desvinculadas de figuras masculinas, tanto no quesito trabalho como nas Artes, por exemplo. No entanto, uma ressalva deve ser feita: todas essas publicações surgiam praticamente ao mesmo tempo, muitas vezes, nas mesmas edições, confirmando que a construção de novas representações ocorre ao longo do tempo, ou seja, não verificamos uma ruptura abrupta dos padrões de publicação do *Diário dos Campos*, mas um movimento intermitente, com avanços e recuos, demonstrando que a legitimidade das mulheres que escreviam não foi conquistada de forma linear.

Por fim, no terceiro capítulo apresentamos as mulheres que escreveram no *Diário dos Campos*, não diferenciando-as entre escritoras profissionais das ocasionais, demonstrando como as práticas de escrita das mulheres foram se constituindo, especialmente, a partir de um *habitus* de leitura, o qual, possivelmente, favoreceu o aprimoramento de um *habitus* de mulheres que escreviam, compreendendo esse processo de escrita em um sentido amplo, como uma forma de emancipação, de escolha ou de posicionamento das mulheres, frente a diferentes situações da vida social. Nesse capítulo, tratamos dos espaços potencializadores dessas práticas de escrita feminina que, em um primeiro momento, foram considerados como próprios para suas atividades, ou seja, tidos como ambientes de mulheres. Entre eles, podemos citar o espaço da filantropia, fazendo referência a uma representação relacionada ao cuidado com o outro.

Em seguida, discorreremos sobre a escrita feminina de poemas que tratavam, inicialmente, dos sentimentos, esfera até então, considerada apropriada para as mulheres. No entanto, constatamos que, aos poucos, elas foram se apropriando desse gênero textual para apresentar críticas sociais, fazendo uso político dessa forma de escrita. Assim, percebemos que as mulheres também se inscreveram em outras modalidades textuais, indo além dos poemas e dos temas que seriam próprios para elas, expandindo seus textos para outros públicos, compreendendo, portanto, a escrita como prática social.

Defendemos que esse processo foi favorecido pelo conjunto de capitais de que dispunham algumas das mulheres que apresentamos ao longo desta tese, destacando-se o capital cultural, o social e o simbólico, sendo o cultural representado pelos conhecimentos específicos das mulheres que escreviam, em relação, por exemplo, aos temas que abordavam; o social como a rede de contatos que elas mantinham e o simbólico pelos títulos e o prestígio que detinham. Sobre isso, a partir de nossos dados, pudemos inferir que o volume de capitais de que as mulheres dispunham mostrou-se bastante diverso, sendo, em alguns momentos, o capital cultural mais proeminente e, em outros, o social ou simbólico.

Ainda no terceiro capítulo, analisamos a questão do posicionamento das mulheres em relação ao voto feminino, a partir de uma discussão nacional que ocorreu em 1932 e, mais especificamente, sobre uma enquete promovida pelo *Diário dos Campos*, em que algumas mulheres de Ponta Grossa, sendo a maioria pertencente à elite, registraram suas opiniões sobre a legitimidade do voto feminino. Um dos pontos mais interessantes dessa enquete foi a valorização da opinião das entrevistadas, mesmo sabendo que as mulheres que o periódico elencou não representavam a totalidade das ponta-grossenses. A maioria das mulheres entrevistadas respondeu que não concordava com o voto feminino e, dentre aquelas que disseram concordar, ainda assim, argumentaram que esse direito poderia ser protelado e concedido somente após o “preparo” das mulheres para votar. Somente duas professoras e a escritora Anita Philipovsky foram a favor do voto feminino imediato. Essa situação demonstra que as tomadas de posição constituem-se em um processo complexo que envolve uma ruptura da ordem simbólica tradicional em relação ao seu grupo social, por exemplo, demonstrando que as mudanças não ocorrem de modo repentino, mas necessitam de um contexto de debates, reflexões e enfrentamentos, trazendo para a roda os temas que movimentam a sociedade, abrindo espaço para o contraditório e para as trocas de ideias.

Nessa análise, ao mobilizarmos os conceitos de Bourdieu (2008c), percebemos a relevância da linguagem, lembrando que ela não é neutra, ou seja, sempre há alguma intencionalidade em trazer determinados temas para o debate público, ou pelo menos, iniciar o processo de reflexão. Isso mostra-se importante, pois sabemos que as estruturas estruturadas podem, ao longo do tempo, tornarem-se estruturas estruturantes, a partir das ações dos agentes e que os *habitus* são conformados, mas são também, conformadores (Bourdieu, 1989, 2004a).

Em relação à linguagem, podemos utilizar a analogia sobre a inserção das mulheres no campo da escrita em comparação com o papel de um ator, no sentido de ocupar a cena, o espaço, o ambiente, de se fazer ouvir, ser visto, notado e isso as mulheres fizeram ao longo do tempo nas páginas do *Diário dos Campos*. Assim, consideramos todas as tentativas de se buscar esses

ambientes como práticas para se exercitar a autonomia, como as atividades no campo da filantropia e da caridade, aproveitando um espaço em que as mulheres tinham livre acesso para galgar universos em que elas ainda não estavam consolidadas.

Nesse sentido, a problematização das publicações que compõem os dados desta pesquisa nos permitiu constatar que os *habitus* não são “naturais” como, muitas vezes, se tentou fazer acreditar, uma vez que, eles não surgem simplesmente na vida das pessoas, pelo contrário, eles são construídos no dia a dia, embutidos nas subjetividades, infundidos por meio de diversas estratégias, como a veiculação de uma ideia em um periódico escrito.

Isso se relaciona com a constatação de que as mulheres se inseriram no campo da escrita de forma não-linear, criando estratégias e abrindo brechas, valendo-se de seus capitais e das portas que eles poderiam abrir. Entre essas estratégias, destacam-se: os contatos com editores do *Diário dos Campos*, as amizades com pessoas com uma variedade e volume significativos de capitais, o esforço em fazer circular seus escritos no referido periódico e em promover a socialização de seus textos, a coragem em se posicionar publicamente por meio da escrita e também o cuidado em suavizar determinadas palavras, atitudes e tomadas de posição, calculando o momento oportuno para agir, exercitando na prática o que Bourdieu (2008a) indica como o espaço do possível.

Desse modo, confirmamos a tese de que as representações de educação das mulheres integraram a configuração de um *habitus* de leitura e de uma prática de escrever incorporados por mulheres que estavam associadas direta ou indiretamente ao jornal *Diário dos Campos* na primeira metade do século XX, exprimindo tanto uma adesão à dominação simbólica masculina quanto uma subversão à ordem simbólica tradicional. Em outras palavras, o jornal *Diário dos Campos* pode ser considerado como um lugar de reprodução e, ao mesmo tempo, de alteração do que se pode ser lido e escrito pelas mulheres, assim como o volume e o acúmulo de capital, expressos nas suas quatro formas - social, simbólico, econômico e cultural -, constituíram-se em estratégias fundamentais nas lutas pelo reconhecimento no espaço público, especialmente no campo da escrita e da autoria.

A partir disso, constatamos que os escritos sobre as mulheres e para elas indicavam uma tentativa de manutenção da ordem simbólica tradicional, ao mesmo tempo em que abordavam possibilidades de subversão dessa ordem simbólica já realizada. Ou seja, alguns textos reforçavam certos *habitus* tidos como adequados para as mulheres, enquanto outros sugeriam a possibilidade do estabelecimento de novos *habitus* para elas. Além disso, a partir de algumas experiências sociais como a filantropia e a participação em agremiações eminentemente femininas, as mulheres, legitimadas pelo acúmulo de diferentes volumes e modalidades de

capital, conseguem, aos poucos, adentrar no universo da escrita, passando de um *habitus* de leitura para um *habitus* de mulheres que escrevem, indo além de gêneros textuais considerados apropriados para elas e construindo uma escrita autônoma, a partir de um posicionamento sobre os novos papéis sociais que elas vão assumindo.

Por fim, concluímos que às mulheres não foram concedidos espaços em qualquer setor social, além daqueles que a sociedade patriarcal havia decidido que seriam ocupados por elas, como a casa e o cuidado com a família, por exemplo. Os demais ambientes em que elas conseguiram adentrar foram conquistados ao longo do tempo, a partir das brechas, frestas e dos espaços em que elas já se encontravam e que foram compreendidos por elas como meios de se inserir e, aos poucos, se fixar. Fizeram diferença nesse processo os capitais como legitimadores da construção de novos *habitus* para elas, demonstrando que os agentes agem na arena social, a partir do que é possível e, por meio das relações entre os pares.

Sabemos que esta tese não sela todas as respostas ou encerra todas as possibilidades de análise, no entanto, ela pode contribuir para a compreensão de algumas lacunas referentes à História da Educação e à educação das mulheres, especialmente àquelas que escreveram no *Diário dos Campos* entre os anos de 1909 a 1950, principalmente, ao considerarmos que as mulheres tiveram que disputar cada pequeno espaço social para se tornarem protagonistas e responsáveis pela assinatura não só de seus textos, mas também de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. B. de. Os diários de guerra de Manuela e Eva Lopo: considerações sobre a escrita feminina de guerra. *In*: SOARES, M. C.; FONTES, L. C. dos S. (org.). **A literatura de autoria feminina em suas interdi(c)ções**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 43-49.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Fundação**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/>. Acesso em: 30 maio 2023.
- ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)**. Curitiba, 2023. Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-39/cadeira-39-fundador/>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- AI QUE SAUDADES DA AMÉLIA. [Compositor e intérprete]: Ataulfo Alves, Mário Lago. Rio de Janeiro: s/l, 1942.
- ALBACH, D. R.; FONTES, L. C. dos S. Eleonora Amaral de Angelis: cristal sonoro dos Campos Gerais. **UniLetras**, v. 26, n. 1, p. 261-265, 2004.
- ALMEIDA, J. S. de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 197, p. 5-13, jan./jun. 2000.
- ALMEIDA, A. R. *et al.* Os caminhos da educação feminina. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society**, v. 13, n. 1, p. 79-84, jan./mar. 2020.
- ALVES, F. das N. Origens da imprensa feminina sul-grandense: Julieta de Melo Monteiro e o programa periódico violeta. **Historiæ**, v. 9, n. 1, p. 131-144, 2018a.
- ALVES, F. das N. Imprensa periódica literária e escrita feminina: duas “mulheres de letras” no extremo-sul do Brasil. **Miscelânea**, Assis, v. 24, p. 179-195, jul./dez. 2018b.
- ANCHIETA, I. **Imagens da mulher no Ocidente**: bruxas e tupinambás canibais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a. (v. 1).
- ANCHIETA, I. **Imagens da mulher no Ocidente**: Maria e Maria Madalena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020b. (v. 2).
- ANCHIETA, I. **Imagens da mulher no Ocidente**: stars de Hollywood. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020c. (v. 3).
- ANDRADE, F. A. “Colégios das freiras”: educação feminina no Curso Normal no sul de Goiás (1939/1968). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.
- ARAÚJO, S. C. de. **Professora Julia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ARAÚJO, K. V. de. **Helena Kolody e os caminhos de produção de uma intelectual entre a poesia e a educação (1928-1992)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

ASSIS, F. de. Apresentação: imprensa do interior: conceitos a entender, contextos a desvendar. *In*: ASSIS, F. de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. P. 13-19.

BARBOSA, A. F. O “Álbum de Ponta Grossa” (1936): representações visuais da cidade. **Temporalidades – Revista de História**, v. 12, n. 1, p. 394-412, jan./abr. 2020.

BARBOSA, M. T. Darcy Vargas: uma trajetória feminina na formulação da Legião Brasileira de Assistência – LBA. *In*: PRIORI, C.; PEREIRA, M. J. (org.). **Os estudos de gênero e seus percursos: intersecções possíveis com a história pública**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 129-155.

BARP, G.; ZINANI, C. J. A. A Mensageira, um periódico feminista do século XIX. **Revista Acadêmica do Instituto de Humanidades**, v. 21, n. 47, p. 156-171, 2019.

BARREIROS, M. M. da S. Mulheres baianas na imprensa: práticas de periodismo, redes de solidariedades e expressões de lutas na Primeira República. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, p. 143-154, set./dez. 2017.

BARRETO, C. A superpopulação da Terra e suas perspectivas. **A defesa nacional**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 535, p. 65-74, 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4334>. Acesso em: 22 maio 2023.

BARRETO, P. de L. N.; HOLLANDA, P. H. C. Gênero e educação: o feminismo santificado no Cariri cearense. **Interthesis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 37-56, maio/ago. 2019.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 5. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a. (volume 1).

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b. (volume 2).

BEGLEY, L. **O caso Dreyfus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOLIGON, I. C. **A autorrepresentação e a busca de emancipação da mulher nos textos de Josefina Álvares de Azevedo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (org.). **Cidadania, um projeto em construção: memórias, justiça e direitos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013. (Coleção Agenda Brasileira).

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. Trabalhos e projetos. *In*: ORTIZ, R. (org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno. Revisão técnica de Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008a.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BOURDIEU, P. **Sociologia geral**: lutas de classificação. Curso no Collège de France (1981-1982). v. 1. Petrópolis: Vozes, 2020.

BOURDIEU, P. **Manet**: uma revolução simbólica. Cursos no Collège de France (1998-2000), seguidos de um manuscrito inacabado de Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASILINO, F. N.; SILVA, R. C. M da. Educação feminina no Piauí: contribuições do periódico Borboleta. **Letras em Revista**, Teresina, v. 11, n. 2, p. 126-136, jun./dez. 2020.

BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos Campos**: memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

BUENO, A. P. **Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher**: a pedagogia feminista em disputa (1910-1940). 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2019a.

BUENO, A. P. *Viribus Unitis*: a questão da conquista do voto feminino nos Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934-1935). **Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS – Aedos**, v. 11, n. 24, p. 245-268, ago. 2019b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A conquista do voto feminino**. Agência Câmara de Notícias. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Decreto nº 473, de 21 de novembro de 1969**. Cria a bandeira do município de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 1969. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/502431/decreto-473-69>. Acesso em: 08 set. 2023.

CAMPAGNOLI, K. R. **“Da zelosa mãe e esposa à recatada professora, trabalhadora e cidadã de direitos”**: representações das mulheres e da sua educação no Diário dos Campos nas décadas de 1920/1930. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

CAMPOS, L. M. D. de. **Trabalho e emancipação**: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

CAMPOS, M. I.; SARAT, M. “É uma menina!”: marcas da educação feminina e relações de gênero na família. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 8, n. 17, p. 235-253, maio/ago. 2021.

CARDOSO, E. B. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. **Revista Outros Tempos**, v. 7, n. 10, p. 158-179, dez. 2010.

CARRIJO, F. R. No exercício do diário íntimo: a escrita rasurada de Carolina Maria de Jesus. In: SOARES, M. C.; FONTES, L. C. dos S. (org.). **A literatura de autoria feminina em suas interdi(c)ções**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 95-120.

CASA CIVIL. **Manoel Ribas**. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Manoel-Ribas#:~:text=Assumiu%20dia%2030%20de%20janeiro,interventor%20de%201937%20a%201945>. Acesso em: 15 maio 2023.

CATALOGUE GÉNÉRAL BNF. **Albion, Jean d’**. Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb12237101q>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CELESTINO, S. C.; CUNHA, K. M. R. da. Mulheres armadas e destemidas: gêneros do discurso de gênero. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 5, n. 10, p. 106-115, 2018.

CERRI, L. F. Cidade e identidade: região e ensino de história. **Temas e questões para o ensino da história do Paraná**. Londrina: EDUE, 2008. p. 27-42.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 172-191, jan./abr. 1991.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGS, 2002.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, p. 15-29, jan./jun. 2011.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal “Diário dos Campos”. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, N. B. O espírito socialista: Hugo dos Reis e a produção jornalística em Ponta Grossa 1908-1924. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 1-17.

CINTRA, E. P. de U. **“Scientia et Labor” no “Palácio de Luz”**: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946). 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CIPRIANI, C. **Álvaro Vieira Pinto e Heleieth Saffioti intérpretes do Brasil**: pressupostos para o desenvolvimento e o feminismo em suas obras. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

COLLING, A. M. Guerra se escreve no feminino: invisibilidade e importância histórica. *In*: TEDESCHI, L. A.; BIDASECA, K. (org.). **Fronteiras de gênero**: corpos, feminismos e história das mulheres. Ponta Grossa: Editora UEPG; Editora UFGD, 2019. p. 109-128.

CORRÊA, D. W. **Mulheres e letras**: práticas de cultura escrita na Revista Atenéia (Academia Feminina do Rio Grande do Sul, 1949-1972). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

COSTA, P. T. **Engajamento político-educativo na imprensa feminina brasileira do século XIX**: o periódico A Mulher (1881-1883). 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **Fundação e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Cruz Vermelha Brasileira, 2022. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/fundacao-e-reconhecimento/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20CRUZ%20VERMELHA,uma%20Sociedade%20de%20Cruz%20Vermelha>. Acesso em: 15 maio 2022.

CUNHA, M. N. F. da.; VIEIRA, S. C. Cruz Vermelha: breve análise histórica de uma organização *sui generis*. **Revista do Curso de Direito da UNIFOR**, Formiga, v. 7, n. 2, p. 39-54, jul./dez. 2016.

CUPELLO, P. C. **A mulher (a) normal**: representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933). 2013. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

DAFLON, V. T. ; SORJ, B. (org.). **Clássicas do pensamento social**: mulheres e feminismos no século XIX. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

DEL PRIORI, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa: DC, 1932-1950. Disponível em: <https://www2.uepg.br/museu/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DUARTE, C. L. Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil. **Pontos de Interrogação**, v. 1, n. 1, p. 76-86, jan./jun. 2011.

FELSKI, R. **The gender of modernity**. Harvard University Press: Cambridge/London, 1995.

FELSKI, R. **Literature after feminism**. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2003.

FERREIRA, R. M. **“O que dizem de nós” o movimento feminino e educacional de Analia Franco publicado na imprensa de 1875-1919**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.

FLORIANO, J. dos S. **“Não me interessa mais esta profissão”**: representações dos professores no jornal Diário dos Campos (1932-1950). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

FRANCA, L; PEDROSA, C. L. R.; LIMA, A. A. **Os católicos e o voto**. Rio de Janeiro: Tipografia do Patronato, 1932. (Liga Eleitoral Católica, n. 1).

FRANK, A. **O diário de Anne Frank**: edição integral. Tradução de Alves Calado. 96 ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

FONTES, L. C. dos S. A invenção da escritora – Anita Philipovsky, paradigma literário. In: WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. (org.). **Marcas e discursos de gênero**: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

GAUTÉRIO, R. C. H. **Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade (s)**: entrelaços de um legado feminista. 2015. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (org.); PINSKY, C. B. (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 640-668.

GOMES, C. de S. A educação feminina como forma de emancipação na história das mulheres. **Intersaberes**, v. 9, n. 18, p. 395-410, jul./dez. 2014.

GONÇALVES JUNIOR, E. B. **O impresso como intervenção social**. Curitiba: Apris, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (v. 2).

GUEBERT, A. A. “Pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha”: Emília Dantas Ribas como a primeira romancista dos Campos Gerais (Paraná, 1949). **Revista Espacialidades**, Natal, v. 13, n. 1, p. 37-63, 2018.

GUIMARÃES, S. K.; MONASTIRSKY, L. B. O patrimônio cultural do tropeirismo no espaço urbano de Ponta Grossa (PR). *In*: CONGRESSO DE PATRIMÔNIO CULTURAL; SIMPÓSIO PONTA-GROSSENSE DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. 2., 2016, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: Patrimônio Cultural, 2016. p. 1-3.

HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, maio/ago. 2011.

HELLMANN, R. M. **Carmen Dolores, escritora e cronista: uma intelectual feminista da Belle Époque**. 2015. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

HEERDT, B. **Saberes docentes: gênero, natureza da ciência e educação científica**. 2014. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

HOLLANDA, H. B. de. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLOWATE, I. Hugo dos Reis e a sociedade ponta-grossense: a atuação do jornalista no Diário dos Campos, **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 29-54, 2016.

IMDb. Filme *Tentação*. Direção: Irving Pichel. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt0039015/>. Acesso em: 17 set. 2022.

INFANGER, I. B. Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça: contribuições feministas nas décadas de 1930 e 1940. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH-BRASIL. p. 1-10.

IVASHITA, S. B. A mulher aos olhos da imprensa paranaense: mãe e professora. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 328-340, jul./dez. 2020.

KARAWEJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 64-84, enero-jun. 2014.

KARAWEJCZYK, M. O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a conferência pelo progresso feminino. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e49845, 2018.

KARAWEJCZYK, M. “Sob a indumentária nova, Eva é sempre a mesma mulher”. A questão dos direitos e deveres femininos na terceira constituinte republicana na ótica do jornal *Correio*

do Povo (Porto Alegre). ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., 2020, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPUH, 2020. p. 1-7.

KLEIN, R. B. **O colégio Santos Anjos da Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo (1917-1970):** uma referência da educação feminina no planalto norte catarinense. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

KNAPP, C. L. Revista “A Mensageira”: ascensão da mulher no universo letrado. **Jangada**, v. 2, n. 15, p. 87-105, jan./jun. 2020.

LAURETIS, T. de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 120-155.

LEITE, S. A religiosidade como elemento identitário feminino: uma leitura de “Sem enfeite nenhum” de Adélia Prado. *In*: SOARES, M. C.; FONTES, L. C. dos S. (org.). **A literatura de autoria feminina em suas interdi(c)ções**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 69-77.

LIMA, F. S. “Não pode casar ainda/só depois que se formar”: controle do corpo e formação de professoras normalistas na capital do Brasil (1920-1950). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e75693, p. 1-24, 2021.

LIMA, S. L. L. Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez. 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 443-481.

MAGALHÃES, T. F.; ANDRADE, V. N. G. de. Mulheres na literatura: de personagens a escritoras. **Educação e Cultura em Debate**, v. 9, n. 1, p. 222-240, 2023.

MARQUES, M. C. da C.; BRASILEIRO, D. F.; FERNANDES, S. C. G. Informação e disciplina: a Coletânea de Educação Sanitária do estado de São Paulo, Brasil (1939-1952). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 61, p. 397-410, 2017.

MARTINS, A. P. V. A feminilização da filantropia. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, jan./jun. 2015.

MARTINS, L. M. **O primeiro ginásio no interior do Paraná: o Regente Feijó e a educação secundária em Ponta Grossa – PR (1933-1945)**. 137 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

MAYER, E. A. **O ensino de História local no município de Ponta Grossa: no caminho da Princesa dos Crianças**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

MECONE, M. C. da C.; FREITAS, G. F. de. Representações da enfermagem na imprensa da Cruz Vermelha Brasileira (1942-1945). **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 741-749, out./dez. 2009.

MÉNDEZ, N. P. **Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIGNOT, A. C. **Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MIGUEL, M. E. B. Nota biográfica em comemoração ao nascimento de Eny Caldeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 62, p. 311-316, out./dez. 2016.

MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MONASTIRSKY, L. B. **Ferrovia: patrimônio cultural – estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MONTERO, R. **Nós, mulheres: grandes vidas femininas**. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Todavia, 2020.

MOTT, M. L. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington, **Revista Gênero**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 21-41, 2003.

MOTTA, L. G. Jogos de linguagem e efeitos de sentido da comunicação jornalística. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, jul./dez. 2004.

MULHER 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. **Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti (1900-1975)**. Rede de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/rosalina-coelho-lisboa-larragoiti-1900-1975/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MULHER 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. **Chiquinha Rodrigues (1896-1966)**. Rede de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/chiquinha-rodrigues-1896-1966/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MUNIZ, D. do C. G. Sobre história e historiografia das mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 147-166, jan./jun. 2018.

NASCIMENTO, C. V. do. **Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

NASCIMENTO, M. I. M. Reconstrução histórica das instituições escolares públicas do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, p. 183-191, set. 2009.

NASCIMENTO, M. I. M. As instituições escolares públicas dos Campos Gerais – PR (1904-1950). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 45e, p. 76-87, maio 2012.

NICOLAU, G. P. Educação feminina e fé: o Colégio dos Santos Anjos e o Rio de Janeiro da Belle Époque (1898-1920). **Ateo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 68, p. 335-349, jul./dez. 2021.

NICOLETE, J. N.; ALMEIDA, J. S. de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, p. 203-220, set. 2017.

NUNES, M. L. da S.; MACHADO, C. J. dos S. Uma página feminina: escritos para a educação das mulheres paraibanas (década de 1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 54, p. 189-206, dez. 2013.

OLIVEIRA, A. B. D.; SANTOS, T. C. F. Entre ganhos e perdas simbólicas: a (des) mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. **Escola Anna Nery – Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 423-428, set. 2007.

OLIVEIRA, C. L. A importância da tradução: reflexões sobre o papel do tradutor. **Revista Communitas**, v. 1, n. 1, p. 351-356, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, J. C. de O. **Educadores ponta-grossenses: 1850-1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

OLIVEIRA, L. L. **Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

OLIVEIRA, M. S. de. **Discursos e representações sobre a cidade na década de 1930: as crônicas do Jornal Diário dos Campos e o Álbum de Ponta Grossa**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

OLIVEIRA, N. C. de; CAMPOS, N. de. Padre Leonel Franca: articulações religiosas no Centro Dom Vital e na Liga Eleitoral Católica. **Intellèctus**, v. 19, n. 2, p. 267-291, 2020.

OLIVEIRA, N. P.; SILVEIRA, F. J. N. da. Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 33-60, abr./jun. 2016.

ORLANDO, E. de A. “A Bandeira e a Cruz”: caminhos da trajetória intelectual da educadora Maria Junqueira Schmidt. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 65, p. 103-118, jul./set. 2017.

ORNELLAS, B. C.; CRUZ, E. A participação feminina no periódico Brasil-Portugal (1899-1914). **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 4, n. especial, p. 29-47, 2018.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, L. S. **Nísia Floresta**: memória e história da mulher intelectual oitocentista. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017.

PEREIRA, J. C. **A inserção das mulheres na ciência**: efeito de um dispositivo de visibilidade. 2019. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo**: cultura e imaginário no Paraná da I República. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PEREIRA, M. do R. A. Primórdios da crônica de autoria feminina no Brasil e a luta pela igualdade de gênero. **Jangada**, v. 2, n. 15, p. 106-118, jan./jun. 2020.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PETUBA, R. M. S. Memória, história e historiografia na construção de uma cidade encruzilhada (Ponta Grossa-PR, 1890-1964). **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 28.21723, p. 1-35, 2023.

PETUBA, R. M. S.; SILGRE, R. F. de B. Conflitos e experiências dos trabalhadores ferroviários na Rede Viação Paraná Santa Catarina (RVPSC), cidade de Ponta Grossa/PR (1940-1960). **Trajeto – Revista de História da UFC**, v. 6, n. 11, p. 107-121, 2008.

PETRUSKI, M. R.; CHAVES, N. B. O Preceito do Dia: educação e saúde no Diário dos Campos (1951-1955). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 18, v. 2, p. 292-315, 2013.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Leitura feminista da história das mulheres no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 1231-1240, set./dez. 2013.

PINTO, G. C. M. P. Páginas curtas (1929-1932) na imprensa: experiências além-mar de Júlia Lopes de Almeida. **Letras em Revista**, Teresina, v. 11, n. 2, p. 137-152, jun./dez. 2020.

PRÁ, J. R.; CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Lendas e histórias**: lenda das pombinhas. Disponível em: <https://pontagrossa.pr.gov.br/lendas>. Acesso em: 10 jan. 2024.

QUIDIGNO, R. de A. F. *et al.* Um estado de conhecimento sobre o estereótipo de gênero e a invisibilidade feminina na educação científica. **Gênero e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 2, 2021.

RANGEL, L. de A. S.; NADER, M. B. Mulheres escritoras e o debate sobre o feminismo na imprensa capixaba (1920 e 1930). **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, v. 4, n. 7, p. 50-65, 2020.

REIS, L. J. de M. **As mulheres no periódico Marmota (1849-1864):** escritos, estratégias e noções de civilidade. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

REYS, B. de; BRISOLARA, V. Entre a tradução e a escrita: reflexões sobre a domesticação, a visibilidade, a ética e a construção autoral do tradutor. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-12, e32103, jan./mar. 2019.

RIBAS, E. D. **A primavera voltará.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2022.

RIBEIRO, J. C. **Jornalismo regional e construção da cidadania:** o caso da Folha da Região de Araçatuba. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2005.

RICOUER, P. **Sobre a tradução.** Tradução de Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. F. M. de. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 122-146, jan./abr. 2018.

ROBALLO, R. de O. B.; BUENO, A. P. “A educação da mulher”: o manual de história de educação feminina de Afrânio Peixoto (1936). **Vozes, Pretérito e Devir**, v. 12, n. 1, p. 13-33, 2021.

ROCHA, C. **Revistas literárias do século XX em Portugal.** Lisboa: Imprensa nacional/ Casa da Moeda, 1985.

ROCHA, H. H. P. Persuasão e terror: a linguagem da higiene em manuais escolares brasileiros (São Paulo, 1920-1950). **Historia y Memoria de la Educación**, v. 2, p. 261-292, 2015.

ROCHA, I. de A.; ALBUQUERQUE, C. F.; MOURIM, R. Perspectiva histórica em temáticas de música e educação: acervos, fontes de pesquisas e atuação de professoras particulares de música. *In:* CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 24., 2019, Campo Grande. **Anais [...].** Campo Grande: ABEM, 2019. p. 1-15.

ROCHA, O. C. L.; BRANDÃO, S. C. de S. Mulheres e a apropriação do lugar de autoria no Piauí no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. **Caderno Seminal Digital – Estudos de Literatura**, n. 39, p. 581-610, 2021.

ROCHA NETO, M. P. da; CARVALHO, I. C. M. de; BARRETO, L. K. da S. O desafio da escrita: fundação e gestão de periódicos por mulheres no Rio Grande do Norte (1900-1930). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 30, n. 2, p. 211-234, jul./dez. 2017.

RODRIGUES, D. Escritos de e para mulheres no século XIX: a representação da mulher no Jornal das Senhoras. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 54-76, jan./jul. 2017.

RODRIGUES, D. D. L. Ser coadjuvante ou protagonista no cenário político: o impasse das primeiras-damas. **SAECULUM – Revista de História**, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 176-195, jul./dez. 2019.

RODRIGUES, P. R.; QUEIROZ, J. M. de. Um resgate entre as primeiras escritoras brasileiras: Délia. **Letras em Revista**, Teresina, v. 11, n. 2, p. 298-314, jun./dez. 2020.

SALES, T. da S. **Brechas para a emancipação**: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SALVADOR, T. Em torno dos periódicos femininos. **Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 26, p. 95-117, 2009.

SANTOS, V. M. dos. Para pensar o campo científico e educacional: mulheres, educação e letras no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, p. 585-610, jul./set. 2014.

SANTOS, D. S. M. dos. **Construindo o lar e conquistando a rua**: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1962) escrito por mulheres em Goiás. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2018.

SANTOS, L. C. dos. **Anita Philipovsky**: a princesa dos campos. Editora UEPG, 2002.

SANTOS, M. M. L.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Mulheres na Força Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 3, p. 259-267, set./dez. 2010.

SANTOS, M. R. dos. **“Quem tem medo da palavra negro?”**: morenos, misturados, mestiços, cafusos, mulatos, escuros, preto social participantes do Clube 13 de Maio – Ponta Grossa (PR). 2016. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

SANTOS, V. M. dos. Para pensar o campo científico e educacional: mulheres, educação e letras no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, p. 585-610, jul./set. 2014.

SANTOS, W. B.; FALEIRO, W.; OLIVEIRA, H. J. de. Jogos de poder e profissionalização docente: discutindo as subjetividades do feminino na sala de aula. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 1375-1394, jul. 2019.

SAPIRO, G. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, p. 19-50, jan./jun. 2012.

SCHUCK, E. de O. **Feminismos em movimento**: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA JUNIOR, N. **O fechamento dos cinemas em Ponta Grossa**: particularidades de um processo histórico-cultural. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

SILVA, P. dos S. F. **Escritoras feirenses**: o caso Alcina Dantas (1895-1974). 2018. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2018.

SILVA, G. L. da. **Proteção social e educação feminina na Casa de Caridade do Assú/RN (1862-1913)**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SILVEIRA, J. R. da. **O jornalista na comunicação das organizações**: cultura profissional e autopercepção. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SKALINSKI JUNIOR, O. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945)**: uma proposta de espírito católico e corpo secular. Curitiba: CRV, 2015.

SOIHET, R.; SOARES, R. M. A.; COSTA, S. G. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, jan./jun. 2001.

SOLOMON, S.; MARTINS, L. M.; WEBER, M. J. A educação pública em Ponta Grossa-PR: o Grupo Escolar Senador Correia e o Ginásio Regente Feijó (1912-1945). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e21641, p. 1-17, 2023.

SOUSA, N. L. **O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

SOUSA, N. L. A escola normal de Curitiba e o ingresso de mulheres. *In*: NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P. (org.). **História da educação**: instituições, intelectuais e imprensa. Curitiba: CRV, 2016. p. 151-168.

SOUZA, E. F. de. **Intelectuais, modernidade e discurso educativo no Jornal “Diário dos Campos” (1907-1928)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SOUZA, K. S. F. **Alba Valdez**: a palavra das mulheres na História da Literatura e da imprensa cearense. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOUZA, K. S. F. de. Alba Valdez: uma mulher de letras entre a literatura e a imprensa cearense. **Letras em Revista**, v. 11, n. 2, p. 214-232, 2020.

SOUZA, L. M. de. **Discursos sobre ensino superior no jornal Folha do Oeste (1953-1973)**: entre a Escola de Agronomia e Veterinária e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

(Guarapuava, Paraná). 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

SOUZA, R. L. de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 13, p. 302-323, jan./jun. 2005.

SOUZA, V. D. de. “Mulheres uni-vos!”: o movimento feminista e suas primeiras manifestações no Brasil (1832-1934). **Revista de História Bilros**, v. 6, n. 13, p. 54-74, set./dez. 2018.

SOUTO, B. F. **Mulheres e ideias impressas**: projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e Buenos Aires (1852-1855). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STASXAK, F. M.; SERPA, M. J. F. S. Educação feminina no Brasil: o que dizem as pesquisas publicadas no Portal da Capes (2015-2019). **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2020.

TABAK, F. M. Campo literário e literatura de autoria feminina no século XIX na América Latina. *In*: KAMITA, R. C.; FONTES, L. C. dos S. **Mulheres e literatura**: vozes consequentes. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2015. p. 51-69.

TARGA, L. G. **Os diplomatas brasileiros sob a perspectiva relacional**: o campo dos diplomatas e o campo político. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2017.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 401-442.

TOMÉ, D. C. **Mariana Coelho e a educação das mulheres**: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940). 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

UBER, B. **A inserção da mulher europeia na conquista do “Novo Mundo”**: perspectivas literárias. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

VALENTIM, R. P. F. de; MARTINS, R. D.; RODRIGUES, M. M. Ideários da educação feminina na Primeira República Brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 57, e195706, 2019.

VANALI, A. C.; KOMINEK, A. M. V.; BOBER, V. V. **Professoras Correia de Freitas**: trajetórias femininas na Curitiba Republicana. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.

VARANDA, J. S. R. O sufrágio feminino no Brasil: o movimento organizado feminino e o jornal A Noite (1930-1932). **Revista Sociologias Plurais**, v. 9, n. 2, p. 32-57, jul. 2023.

VAZ, F. A. K. **Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924-1940)**. Curitiba: UTP, 2005.

VIANA, F. H.; MOURA, R. Ensino musical no Rio de Janeiro do final do século XIX: um cenário das aulas particulares de música na cidade. **Revista NAVA – Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 81-91, jul. 2022.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. *In*: OLIVEIRA, M. A. T. de (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VILELA, M. A. A. S. **Semear educação e colher saúde: 1º Congresso Nacional de Saúde Escolar (São Paulo – 1941)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

WANDERLEY, A. C. T. Natércia da Cunha Silveira (1905-1993), o jequitibá da floresta. **Brasileira Fotográfica**, [s. l.], 20 ago. 2020. Série “Feministas, graças a Deus!”, v. II. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=herminia-de-assis>. Acesso em: 25 abr. 2023.

WITTIG, M. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 82-93.

WOELLNER, A. M. A voz da mulher na literatura. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 3, n. 3, p. 9-34, 2007.

WOITOWICZ, K. J. **Imagem contestada: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. (org.). **Marcas e discursos de gênero: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. Estudos de gênero no Jornalismo: perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações femininas. *In*: **Marcas e discursos de gênero: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 131-150.

ZINANI, C. J. A.; KNAPP, C. L. **Contos insólitos de mulheres latino-americanas: entrelaçados teóricos e críticos**. Caxias do Sul: Educus, 2021.

ZOMER, L. **História de uma “boa feminista”**: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ZULIAN, R. W. A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, p. 37-76, 1998.

**APÊNDICE A - QUADRO 2 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS ORGANIZADAS EM
CATEGORIAS: GÊNERO, AUTOR/ANO E TÍTULO**

QUADRO 2 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS ORGANIZADAS EM CATEGORIAS: GÊNERO, AUTOR/ANO E TÍTULO

(continua)

CATEGORIA	AUTOR/ANO	TÍTULO
GÊNERO 22 produções	Bueno (2019a)	Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher: a pedagogia feminista em disputa (1910-1940).
	Cipriani (2020)	Álvaro Vieira Pinto e Heleieth Saffioti intérpretes do Brasil: pressupostos para o desenvolvimento e o feminismo em suas obras.
	Gautério (2015)	Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade (s): entrelaços de um legado feminista.
	Nascimento (2011)	Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904).
	Schuck (2017)	Feminismos em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França.
	Campos (2010)	Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940).
	Pereira (2017)	Nísia Floresta: memória e história da mulher intelectual oitocentista.
	Santos (2018)	Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1962) escrito por mulheres em Goiás.
	Zomer (2011)	História de uma “boa feminista”: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967.
	Almeida (2000)	As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania.
	Barreiros (2017)	Mulheres baianas na imprensa: práticas de periodismo, redes de solidariedades e expressões de lutas na Primeira República.
	Barreto e Holanda (2019)	Gênero e educação: o feminismo santificado no Cariri cearense.
	Louro (2007)	Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas.
	Muniz (2018)	Sobre história e historiografia das mulheres.
	Orlando (2017)	“A Bandeira e a Cruz”: caminhos da trajetória intelectual da educadora Maria Junqueira Schmidt.
	Pinsky e Pedro (2013)	Leitura feminista da história das mulheres no Brasil.
	Prá e Cegatti (2016)	Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico.
	Quidigno <i>et al</i> (2021)	Um estado de conhecimento sobre o estereótipo de gênero e a invisibilidade feminina na educação científica.
	Rizzini e Schueler (2018)	Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906).

QUADRO 2 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS ORGANIZADAS EM CATEGORIAS:
GÊNERO, AUTOR/ANO E TÍTULO

(continuação)

CATEGORIA	AUTOR/ANO	TÍTULO
	Santos, Faleiro e Oliveira (2019)	Jogos de poder e profissionalização docente: discutindo as subjetividades do feminino na sala de aula.
	Soihet, Soares e Costa (2001)	A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia.
	Souza (2018)	“Mulheres uni-vos!”: o movimento feminista e suas primeiras manifestações no Brasil (1832-1934).
EDUCAÇÃO DAS MULHERES 23 produções	Ferreira (2020)	“O que dizem de nós” o movimento feminino e educacional de Analia Franco publicado na imprensa de 1875-1919.
	Klein (2014)	O colégio Santos Anjos da Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo (1917-1970): uma referência da educação feminina no planalto norte catarinense.
	Silva (2020)	Proteção social e educação feminina na Casa de Caridade do Assú/RN (1862-1913).
	Andrade (2016)	“Colégios das freiras”: educação feminina no Curso Normal no sul de Goiás (1939/1968).
	Boligon (2019)	A autorrepresentação e a busca de emancipação da mulher nos textos de Josefina Álvares de Azevedo.
	Corrêa (2019)	Mulheres e Letras: práticas de cultura escrita na Revista Atenéia (Academia Feminina do Rio Grande do Sul, 1949-1972).
	Cupello (2013)	A mulher (a) normal: representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933).
	Reis (2020)	As mulheres no periódico Marmota (1849-1864): escritos, estratégias e noções de civilidade.
	Oliveira (2018)	Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República.
	Sales (2010)	Brechas para a emancipação: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República.
	Almeida <i>et al</i> (2020)	Os caminhos da educação feminina.
	Brasilino e Silva (2020)	Educação feminina no Piauí: contribuições do periódico Borboleta.
	Campos e Sarat (2021)	“É uma menina!”: marcas da educação feminina e relações de gênero na família.
	Cardoso (2010)	Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX.
	Gomes (2014)	A educação feminina como forma de emancipação na história das mulheres.

QUADRO 2 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS ORGANIZADAS EM CATEGORIAS: GÊNERO, AUTOR/ANO E TÍTULO

(continuação)

CATEGORIA	AUTOR/ANO	TÍTULO
	Nicolau (2021)	Educação feminina e fé: o Colégio dos Santos Anjos e o Rio de Janeiro da Belle Époque (1898-1920).
	Nunes e Machado (2013)	Uma Página Feminina: escritos para a educação das mulheres paraibanas (década de 1930).
	Roballo e Bueno (2021)	“ A educação da mulher”: o manual de história de educação feminina de Afrânio Peixoto (1936).
	Rodrigues (2017)	Escritos de e para mulheres no século XIX: a representação da mulher no Jornal das Senhoras.
	Santos (2014)	Para pensar o campo científico e educacional: mulheres, educação e letras no século XIX.
	Stasxak e Serpa (2020)	Educação feminina no Brasil: o que dizem as pesquisas publicadas no Portal da Capes (2015-2019).
	Valentim, Martins e Rodrigues (2019)	Ideários da Educação Feminina na Primeira República Brasileira.
	Campagnoli (2020)	“Da zelosa mãe e esposa à recatada professora, trabalhadora e cidadã de direitos”: representações das mulheres e da sua educação no Diário dos Campos nas décadas de 1920/1930.
ESCRITA FEMININA 22 produções	Costa (2021)	Engajamento político-educativo na imprensa feminina brasileira do século XIX: o periódico A Mulher (1881-1883).
	Hellmann (2015)	Carmen Dolores, escritora e cronista: uma intelectual feminista da Belle Époque.
	Méndez (2008)	Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960.
	Souto (2019)	Mulheres e ideias impressas: projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e Buenos Aires (1852-1855).
	Souza (2019)	Alba Valdez: a palavra das mulheres na História da Literatura e da imprensa cearense.
	Tomé (2020)	Mariana Coelho e a educação das mulheres: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940).
	Araújo (2018)	Helena Kolody e os caminhos de produção de uma intelectual entre a poesia e a educação (1928-1992).
	Silva (2018)	Escritoras feirenses: o caso Alcina Dantas (1895-1974).
	Uber (2017)	A inserção da mulher europeia na conquista do “Novo Mundo”: perspectivas literárias.
	Alves (2018a)	Origens da imprensa feminina sul-grandense: Julieta de Melo Monteiro e o programa periódico violeta.
	Alves (2018b)	Imprensa periódica literária e escrita feminina: duas “mulheres de letras” no extremo-sul do Brasil.

QUADRO 2 – PRODUÇÕES ACADÊMICAS ORGANIZADAS EM CATEGORIAS:
GÊNERO, AUTOR/ANO E TÍTULO

(conclusão)

CATEGORIA	AUTOR/ANO	TÍTULO
	Barp e Zinani (2019)	A Mensageira, um periódico feminista do século XIX.
	Duarte (2011)	Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil.
	Knapp (2020)	Revista “A Mensageira”: ascensão da mulher no universo letrado.
	Ornellas e Cruz (2018)	A participação feminina no periódico Brasil-Portugal (1899-1914).
	Pereira (2020)	Primórdios da crônica de autoria feminina no Brasil e a luta pela igualdade de gênero.
	Pinto (2020)	Páginas curtas (1929-1932) na imprensa: experiências além-mar de Júlia Lopes de Almeida.
	Rangel e Nader (2020)	Mulheres escritoras e o debate sobre o feminismo na imprensa capixaba (1920 e 1930).
	Rocha e Brandão (2021)	Mulheres e a apropriação do lugar de autoria no Piauí no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.
	Rocha Neto, Carvalho e Barreto (2017)	O desafio da escrita: fundação e gestão de periódicos por mulheres no Rio Grande do Norte (1900-1930).
	Rodrigues e Queiroz (2020)	Um resgate entre as primeiras escritoras brasileiras: Délia.
	Salvador (2009)	Em torno dos periódicos femininos.

Fonte: Elaborado pela autora

**APÊNDICE B - QUADRO 3 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS
JORNALÍSTICAS DO CAPÍTULO 1: “A MULHER, O PADRE E O NOVO CORPO
DE JULGADORES DO JÚRI”: AS RELAÇÕES ENTRE PONTA GROSSA, O
JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* E AS MULHERES**

QUADRO 3 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 1: “A MULHER, O PADRE E O NOVO CORPO DE
JULGADORES DO JÚRI”: AS RELAÇÕES ENTRE PONTA GROSSA,
O JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* E AS MULHERES

(continua)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
A mulher, o padre e o novo corpo de julgadores do júri	*	24/02/1938	Notícia	Discussão sobre a participação das mulheres nos júris populares
A cidade começa a encher-se de forasteiros	*	27/05/1938	Notícia	Sem menção direta
O progresso	Raul Gomes	13/08/1912	Reportagem	Sem menção direta
Ponta Grossa	*	20/07/1912	Reportagem	Sem menção direta
Sejam bem-vindos! Ponta Grossa, cidade ideal para nela se morar	*	18/02/1937	Reportagem	Sem menção direta
A fundação do Diário dos Campos	*	31/05/1938	Reportagem	Sem menção direta
Diário dos Campos	*	27/02/1938	Capa do jornal	Sem menção direta
Quando virá a guerra?	Joffre Amorim	03/06/1938	Reportagem	Sem menção direta
A nova lei da imprensa	*	20/04/1938	Reportagem	Sem menção direta
Uma filha do sr. Getúlio Vargas visitando a Europa	*	13/03/1935	Notícia	Referência à filha do presidente do Brasil à época
Página Social	*	27/05/1935	Coluna social	Imagens de mulheres nas páginas sociais do periódico
Annita Philipovsky	*	02/08/1934	Comunicado - aniversário	Menção ao aniversário de Anita Philipovsky

QUADRO 3 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 1: “A MULHER, O PADRE E O NOVO CORPO DE
JULGADORES DO JÚRI”: AS RELAÇÕES ENTRE PONTA GROSSA,
O JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* E AS MULHERES

(conclusão)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
D. Clara Thielen Bach	*	12/08/1934	Comunicado - aniversário	Menção ao aniversário de Clara Thielen Bach
Cleópatra	*	20/07/1935	Anúncio de filme	Anúncio do filme “Cleópatra” com sinopse e elenco
Ao vencer mais uma etapa	José Hoffman	27/04/1938	Reportagem	Sem menção direta
Para seu bebê	*	07/07/1934	Propaganda	Propaganda de produto para bebê com imagem de uma mulher cuidando de uma criança
Aulas de canto	*	24/05/1934	Anúncio	Professora Margarida Rinata oferecia aulas de canto
Satisfação em ser mulher	*	28/07/1932	Anúncio	Anúncio de produtos estéticos femininos

Fonte: Elaborado pela autora

* Sem menção direta à autoria, sendo atribuído à equipe editorial.

**APÊNDICE C - QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS
JORNALÍSTICAS DO CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”:
ESCRITOS PARA E SOBRE ELAS**

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continua)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Mulheres do Brasil, sentido!	*	08/04/1942	Reportagem	Incentivo à participação das mulheres em cursos de Enfermagem. Texto direcionado diretamente às mulheres
Página feminina: a mais gentil leitora dessa seção	*	26/11/1921	Reportagem	Texto com conselhos direcionado diretamente às mulheres
Dama da aristocracia italiana de passagem pelo Brasil	*	01/08/1939	Nota informativa	Nota informativa sobre a passagem de uma condessa pelo Brasil
Veneno de Adão	*	02/08/1946	Frases pejorativas sobre as mulheres	Frases sobre o gênero feminino
‘As mulheres estão ameaçando tomar os nossos lugares’, dizem os japoneses. Isso tanto é verdade que, se o imperador Hirohito viesse a perder o trono, as mulheres certamente apresentariam uma candidata à presidência da república	*	06/08/1947	Reportagem	Texto sobre o temor masculino ante às conquistas femininas

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Eunice Weaver falando sobre lepra	*	11/04/1947	Reportagem	Texto sobre a palestra proferida por uma mulher sobre a hanseníase
O que toda senhorinha deve saber	*	13/01/1932	Texto prescritivo	Orientações para as mulheres em relação ao lar e à família
Resignada	Helvídio Silva	14/08/1921	Poema	Conselhos às mulheres
A mulher, dedicado à senhorita Jandyra	Almeida	09/04/1939	Crônica, texto dedicado a uma mulher	Texto que retrata a mulher como criação divina, maternal e doce
Mandamentos da mulher casada	*	26/11/1921	Texto prescritivo, espécie de manual	Regras que as mulheres casadas deveriam seguir
Dote da filha	*	18/03/1941	Nota humorística	Piada sobre a negociação do dote de casamento de uma moça
Para a formação das novas gerações	*	30/01/1938	Reportagem	Reflexão sobre o processo de educação feminina
A esposa ideal	*	21/10/1932	Notícia	Menção a um concurso para as mulheres, em que os critérios versavam sobre as habilidades ditas femininas
A educação feminina e a melhoria das condições sociais do povo	*	17/04/1947	Reportagem	Elogios à postura e trajetória de Adela Formoso
Carnet feminino	*	12/01/1946	Frases (“máximas”)	Frases sobre as mulheres

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Dez mandamentos para se fazer um bom café	*	21/02/1946	Receita culinária	Receita direcionada às mulheres
Croquetes de frango à espanhola e Torta da Flórida	*	21/03/1947	Receita culinária	Receitas direcionadas às donas de casa
Amélia é que era mulher de verdade!...	*	05/08/1945	Propaganda	Propaganda de macarrão
O noivado entre a princesa Juliana da Holanda e o príncipe Bertil da Suécia	*	14/07/1932	Notícia	Notícia sobre um casamento real entre Holanda e Suécia
Escola do Amor...	*	21/01/1938	Texto prescritivo	Orientações de comportamento às mulheres, direcionado diretamente às mulheres
A mulher nasceu para ensinar, e o ensino é nela a segunda função da maternidade	Paolo Mantegazza	26/08/1933	Máximas	Frases de efeito
Saudade do passado (Para a professorinha que eu vi)	*	01/04/1938	Texto memorialista	Referência afetuosa à uma professora
Professorandas de 1942	*	08/11/1942	Notícia	Informação sobre a formatura de professoras da Escola Normal Menção direta aos nomes das formandas.

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Significativa homenagem será prestada à educadora Emília Dantas	*	05/04/1938	Homenagem	Homenagem à professora Emília Dantas
Falecimento – D. Judith Macedo Silveira	*	23/03/1947	Homenagem	Homenagem à memória da professora Judith Macedo Silveira por ocasião de seu falecimento (com imagem)
D. Judith Macedo Silveira	Joanino Sabatela	16/04/1947	Homenagem	Homenagem póstuma à professora Judith Macedo Silveira
A professora foi presa na rua, embriagada: um caso lamentável de que tiveram ciência as autoridades policiais	*	27/01/1946	Notícia	Crítica a uma professora encontrada embriagada na rua
Com a Escola Normal	João Francisco Alves e Pedro Lopes	20/02/1932	Texto de reclamação	Pais de alunos reclamam da postura autoritária de uma professora
Colégio Batista	*	02/07/1932	Anúncio	Anúncio sobre aulas no Colégio Batista
O amor e os grandes pensadores	*	19/07/1947	Frases (“máximas”)	Frases de Nietzsche e Mantegazza sobre as mulheres em geral
Vida	Antônio Lopes Júnior	03/07/1947	Poema	Poema sobre a vida

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Manhãs	José Cadilhe	05/07/1947	Poema	Poema sobre o alvorecer, o recomeçar
Sangue de barata	Graguatá Mirim	02/08/1939	Poema	Poema endereçado a uma mulher chamada Fany
Último adeus	*	23/09/1947	Poema	Retratava o sofrimento do autor pela sua amada
Covardia	Olegário Mariano	27/09/1947	Poema	Retratava o sofrimento do autor pela sua amada
Não te quero mais	Geraldo	19/04/1939	Carta amorosa	Texto direcionado à amada
Perfil	Ziul	18/08/1939	Poema	Dedicado à sua amada
Poetas, poesias e comparações	MRF	05/01/1941	Artigo de opinião	Insatisfação em relação às poesias direcionadas às mulheres
Paralelo entre homem e mulher	*	09/01/1942	Máximas	Frases sobre as diferenças entre homens e mulheres
Filosofia boêmia	*	09/01/1941	Máximas	Frases – espécie de ditados populares
Mulher	*	15/08/1939	Poema	Indicações para os comportamentos femininos

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Mulheres...	Horácio	12/04/1938	Crônica	Reflexão sobre os diferentes adjetivos atribuídos às mulheres
Enternecimento	Sonhador	16/07/1939	Poema	Declaração de amor
Mulheres singulares	*	15/01/1938	Notícia	Menção a uma mulher envolvida com delitos
A loteria e a mulher	Dario Ribeiro	23/07/1933	Artigo de opinião	Comparação entre as mulheres e as loterias
Para você, garota bonita	*	03/09/1943	Apelo, espécie de chamamento	Direcionado às leitoras do jornal Diário dos Campos
Prêmio a uma professora	*	18/12/1923	Notícia	Congratulações à professora Leontina Bonato pelo recebimento de um prêmio
Minha resposta	*	03/04/1938	Comunicado	Esclarecimento de que os homens não são todos iguais
Colégio Ponta-Grossense	*	05/12/1921	Reportagem	Elogios às professoras Esther Ferreira Ribas e Leontina Bonato
Uma gentileza	*	20/11/1923	Notícia	Agradecimento às professoras pelo encerramento do ano letivo

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Honrosas referências à escritora pontagrossense Emília D. Ribas	Serafim França	10/04/1950	Notícia	Elogios à obra publicada por Emília D. Ribas
Ler e aprender	*	08/06/1933	Notícia	Notícia sobre a produção de uma professora
Anita Philipovsky	*	01/06/1921	Notícia	Elogios à Anita Philipovsky
Anita Philipovsky	*	02/08/1934	Notícia	Felicitações pelo aniversário de Anita Philipovsky
O carinho	Antonio L. Albuquerque	07/08/1924	Notícia	Homenagem à Anita Philipovsky
Metamorfose	*	16/12/1943	Notícia	Tratava das transformações que ocorriam na sociedade da época
Olga Prager	*	04/04/1938	Notícia	Informação sobre a apresentação da cantora e violinista Olga Prager Coelho em Londres.
Ponta Grossa vai ouvir a arte divinal de Bianca Bianchi	*	16/06/1932	Notícia	Notícia sobre a apresentação da violinista Bianca Bianchi
Bianca Bianchi! Ponta Grossa vai ouvir a mais bela expressão da arte paranaense!	Acrísio Marques	17/06/1932	Notícia	Notícia sobre a apresentação da violinista Bianca Bianchi

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Honrando a terra natal: Nenê Ferreira, “Miss Ponta Grossa” fará uma audição no Teatro Municipal	*	02/07/1932	Notícia	Notícia sobre a apresentação da cantora Nenê Ferreira
Miss May	*	25/10/1921	Anúncio	Menção direta à artista circense (com imagem)
Moça de juízo	*	25/03/1947	Reportagem	Reportagem sobre a atuação da atriz Celia Johnson
Companhia Dulcina Moraes-Durães	*	02/07/1932	Anúncio	Anúncio da temporada de apresentação da Companhia Dulcina Moraes-Durães
Tentação	*	29/07/1947	Propaganda de filme	Menção direta à protagonista do filme (com imagem)
Mulher sem algemas	*	04/12/1932	Propaganda de filme	Título de filme cuja protagonista é uma mulher
As mulheres, essas heroínas desconhecidas	Vivianne Poitiers	22/09/1945	Artigo de opinião	A autora reflete sobre a invisibilidade das mulheres na Segunda Guerra Mundial

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
As mulheres em cargos masculinos	*	26/09/1939	Crônica	Crônica sobre as mulheres assumirem cargos masculinos durante a Segunda Guerra Mundial
A bravura de uma mulher brasileira nas Índias	A. A. S.	27/04/1939	Reportagem	Texto sobre uma personagem feminina que adentrou o campo militar
Quando...	*	12/03/1938	Crônica	Texto sobre posturas e atitudes que as mulheres deveriam adotar
Linda, ardente e diabólica... Celma – La Terrible, enganou os revolucionários paraguaios – Era uma espiã de Moringo	*	30/04/1947	Reportagem	Texto sobre uma suposta espiã que havia seduzido alguns homens para obter benefícios
Lucy Tou, a esperança da China: a marcha heroica para uma grande missão – o templo do deus da guerra – a nova China	*	05/04/1939	Reportagem	Elogios a uma chinesa nomeada embaixadora
O feminismo na China	*	26/01/1938	Reportagem	Elogios à postura da aviadora Soong May-Ling, chefe da aviação militar da China.

QUADRO 4 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 2: “MULHERES DO BRASIL, SENTIDO!”: ESCRITOS
PARA E SOBRE ELAS

(conclusão)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Aviadora Anésia	*	07/09/1922	Notícia	Aviadora Anésia pilotando aeronave sozinha
Aviadora Batlen	*	14/11/1935	Notícia	Aviadora Batlen pilotando aeronave sozinha
Apelo às mulheres italianas	*	20/09/1939	Apelo	Solicitação de colaboração das mulheres italianas
Sensacional!	*	02/09/1932	Reportagem	Moça de 17 anos se disfarçou de homem e se apresentou no quartel
Diretoria de Saúde do Ministério da Guerra	*	10/02/1933	Notícia	A médica Olga Gervasia Cavalcanti Vieira se candidata para a Escola de Saúde do Exército.
As três mulheres	Marco Polo	06/08/1939	Poema	Poema sobre os sentimentos femininos frente à perda de um membro masculino na guerra
A matéria plástica na indústria britânica de a pós-guerra	*	12/03/1947	Propaganda	Incentivo à inserção das mulheres em diferentes áreas do trabalho

Fonte: Elaborado pela autora

* Sem menção direta à autoria, sendo atribuído à equipe editorial.

**APÊNDICE D - QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS
JORNALÍSTICAS DO CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA
CONTRA O INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM**

QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O
INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

(continua)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
O esforço das mulheres na luta contra o invasor	Eugène D’Arc	21/09/1943	Artigo de opinião	Enaltecimento da participação feminina na Segunda Guerra Mundial
Mulheres do nosso tempo	*	10/06/1938	Artigo de opinião	Texto sobre as mulheres, incentivando a adoção de algumas posturas femininas.
Difícil por quê? (Para uma distinta professora)	Jean d’Albion	17/04/1938	Artigo de opinião	Texto em que um autor incentiva uma professora a escrever
A mulher desperta	Vianna de Carvalho	25/10/1920	Reportagem	Texto sobre a criação de um grêmio feminino
Legião Brasileira de Assistência: um apelo às damas pontagrossenses	*	15/10/1942	Reportagem	Elogios à equipe da Legião Brasileira de Assistência, especialmente à professora Judith Macedo Silveira
Seção da Cruz Vermelha	*	04/11/1942	Notícia	Notícia sobre a criação de uma seção da Cruz Vermelha em Ponta Grossa
O noivado entre a princesa Juliana da Holanda e o príncipe Bertil da Suécia **	*	14/07/1932	Notícia	Notícia sobre um casamento real entre Holanda e Suécia

QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O
INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Associação das Damas de Caridade	*	08/06/1932	Notícia	Comunicação sobre as ações da Associação das Damas de Caridade de Ponta Grossa
Fundada em Ponta Grossa a Associação Protetora do Recém-Nascido	*	01/08/1939	Reportagem	Texto sobre o papel feminino na criação e manutenção da referida associação
Mal de Amor	Anna Amélia Carneiro de Mendonça	26/10/1923	Poema	Poema sobre o amor
Como os passarinhos	Else Mazza Nascimento Machado	03/02/1946	Poema	Poema sobre as interações entre homens e mulheres
Espera-me amanhã	Flavia Maria da Rocha	21/03/1947	Poema	Poema sobre sentimentos femininos
Sonho	Zuzu	06/08/1939	Texto reflexivo	Texto sobre saudade do ente amado
Sem título	Rosa de Lisboa	16/08/1939	Poema	Abordava aspectos da Segunda Guerra Mundial
Pó	Esther Ferreira Vianna	19/03/1946	Poema	Poema sobre formas microscópicas de vida, sobre coisas consideradas insignificantes
Ponta Grossa	Mary Camargo	21/02/1934	Poema	Poema sobre as características de Ponta Grossa

QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O
INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
O Governador do Paraná que as urnas consagrarão	Lucy Taques Camargo	01/10/1950	Poema	Poema de apoio ao candidato Bento Munhoz da Rocha
As Evas e os Adões	*	03/12/1932	Artigo de opinião	Discorria sobre o que seria adequado para homens e para mulheres
Amor e amizade	A Senhora	04/05/1947	Crônica	Trazia reflexões sobre o amor e a amizade
Pensamentos de mulher	Madame Necker, Condessa De Segur e Lady Blessington	14/03/1946	Frases – “Máximas”	Reflexões sobre sentimentos
Mrs. Roosevelt gosta de publicidade	*	27/07/1933	Artigo de opinião	Críticas à postura emancipada da senhora Roosevelt
De mau a pior	Carmen Navarro	18/01/1950	Artigo de opinião	Críticas às péssimas condições de moradias nos morros
Protestam as esposas dos ferroviários	*	07/01/1950	Carta de protesto	Protesto contra a falta de pagamento do abono de Natal aos funcionários
Sem título	Clara Bauer	29/03/1946	Pensamentos - Máximas	Discorria sobre a filosofia feminina

QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O
INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Depois do casamento	Vivian	24/02/1946	Artigo de opinião	Abordava as diferenças de tratamento de homens e mulheres após o casamento
Minhas viagens	Maria Resse	09/04/1938	Relato de viagem	Relato sobre viagens realizadas para a Rússia
Foi a madrinha de guerra nº 1	*	22/02/1947	Notícia	Apresentava a jornalista Odete Barreto Caminha como madrinha de guerra
As feministas já estão brigando antes de entrar definitivamente no cenário político: telegrama enviado ao senhor Getúlio Vargas pela senhora Natércia Silveira	*	09/07/1932	Notícia	Crítica à postura de mulheres que haviam se desentendido durante os movimentos em prol do voto feminino
Um crime impune	Carmen Navarro	09/05/1950	Denúncia	Tratava da suposta negligência de uma avó em relação a um menino que sofria de tuberculose
Entre nós, consagrada intelectual patricia	*	26/05/1943	Notícia	Jandira de Moraes participa de conferência

QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O
INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
A evolução do feminismo	*	22/09/1933	Comunicado	Comunicado sobre o lançamento do livro de Mariana Coelho
Um mestre	Chiquinha Rodrigues	02/02/1938	Crônica	Elogios ao professor Tomé Teixeira
Carta aberta ao senhor Prefeito	Ivonete	21/11/1921	Carta de reclamação	Reclamação contra a gestão do prefeito Brasília Ribas
Desde outubro não recebem os professores estaduais os seus vencimentos: expressiva carta de uma professora que representa um libelo contra o governo do sr. Moisés Lupion	Uma professora do interior	11/01/1950	Carta de reclamação	Reclamação contra os salários atrasados
Crianças	Gracita de Miranda	01/08/1946	Crônica	Crônica sobre as especificidades das crianças
Cuidado com as joias	Gracita de Miranda	06/08/1946	Conselhos	Conselhos sobre como manter a longevidade das joias

QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O
INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

(continuação)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
A mulher só	Gracita de Miranda	01/12/1946	Crônica	Considerações sobre as mulheres solteiras
Sem título	Gracita de Miranda	07/03/1947	Crônica	Considerações sobre o medo
O mundo feminino	*	10/08/1923	Comunicado	Comunicado sobre a visita da equipe editorial da revista <i>O mundo feminino</i>
A evolução do feminismo	*	22/09/1933	Comunicado	Comunicado sobre o lançamento do livro de Mariana Coelho
Conservatório de Música	*	08/06/1933	Aviso	Aviso sobre a reabertura de aulas de música
Aulas de Música	*	23/07/1933	Anúncio	Anúncio de aulas de música
Mrs. Roosevelt gosta de publicidade ***	*	27/07/1933	Artigo de opinião	Críticas à postura emancipada da senhora Roosevelt
Sem título	Anita Philipovsky	08/08/1912	Artigo de opinião	Crítica à falta de oportunidades educacionais para as mulheres em Ponta Grossa
Saudade	Emília Dantas	14/04/1938	Poema	Poema em que se discorre sobre a saudade
A caligrafia na Escola Primária	Emília Dantas Ribas	02/02/1946	Crônica	Considerações sobre o desenvolvimento da escrita

QUADRO 5 - REPORTAGENS, NOTÍCIAS E MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO
CAPÍTULO 3: “O ESFORÇO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O
INVASOR”: MULHERES QUE ESCREVEM

(conclusão)

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO OU MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ABORDAGEM; REFERÊNCIA OU MENÇÃO ÀS MULHERES
Colégio Ponta-Grossense	José Cadilhe	08/08/1923	Crônica	Considerações sobre o trabalho da professora Esther Ferreira Ribas
A Escola	*	16/08/1933	Nota de agradecimento	Agradecimento pelo envio do livro <i>A Escola</i>
Desde outubro não recebem os professores estaduais os seus vencimentos: expressiva carta de uma professora que representa um libelo contra o governo do sr. Moisés Lupion	Uma professora do interior	11/01/1950	Carta de reclamação	Reclamação contra os salários atrasados
Livros novos	*	24/02/1946	Notícia	Indicação de leitura
A democracia é a causa suprema das mulheres	*	30/09/1943	Reportagem	Discussão sobre os direitos femininos

Fonte: Elaborado pela autora

** Já citada no tópico referente ao item 2.2.1.

*** Já citada no tópico referente ao item 3.1.3.

APÊNDICE E – FONTES

FONTES

- Jornal Diário dos Campos (1909-1924): Formato digitalizado.
- Jornal Diário dos Campos (1932-1950): Arquivo físico – Museu Campos Gerais.